BRACARA AUGUSTA



REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. XX JANEIRO—JUNHO) DE 1966 N.os 43-44 (55-56)

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

(CONTINUAÇÃO DE BRAGA — BOLETIM DO ARQUIVO MUNICIPAL)

VOLUME XX — FASCÍCULOS 43-44 (55-56)

JANEIRO-DEZEMBRO DE 1966

Directores { DR. EGÍDIO AMORIM GUIMARÃES, Vereador do Pelouro da Cultura
DR. SÉRGIO DA SILVA PINTO, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
CONSTANTINO RIBEIRO COELHO, Antigo Conservador do Arquivo Municipal

Redactores principais: DR. SÉRGIO DA SILVA PINTO
FRANCISCO PEREIRA DE BACELAR FERREIRA

Colaboradores permanentes: ANTÓNIO ÁLVARO DÓRIA e DR. FRANCISCO JOSÉ VELOSO

Serviços de Secretaria a cargo de
FRANCISCO PEREIRA DE BACELAR FERREIRA, Conservador do Arquivo Municipal

Serviços de Administração a cargo de JOSÉ HENRIQUE SOARES PEREIRA

Composição e impressão das Oficinas Gráficas da Livraria Cruz — Rua D. Diogo de Sousa — Braga

SUMÁRIO

Dr. Francisco de Araújo Malheiro, A Redacção. — *D. Diogo de Sousa e o Introdutor do Hamanismo em Portugal,* Américo da Costa Ramalho. — *Los Arias de Galicia y sus relaciones familiares com Fernando II de Léon y Alfonso I de Portugal,* M. Rubén Garcia Alvarez. — *Os estudos clássicos e a Santa Sé,* José Geraldes Freire. — *Aquela Casa dos Biscainhos,* Conde d'Aurora. — *Da verdadeira origem de algumas famílias ilustres de Braga e seu termo,* Domingos de Araújo Affonso. — *João Penha — Anti-«Metrificador do Ai!»,* Cruz Malpique. — *Ovídio — o primeiro poeta Romeno,* Victor Buescu. — *As Muralhas de Faro e o significado da entrada de D. Afonso III na «Vila-Adentro»,* Mariana A. Machado Santos. — *Inventário de materiais para a arqueologia bracarense,* J. J. Rigaud de Sousa. — **Gabinete de Leitura** — *Realidade Histórica e Fantasia,* A. Álvaro Dória. — *Ecos das Actas do Congresso Histórico de Portugal Medievo,* A Redacção. — *Discurso do Prof. Eng.º Leite Pinto, Ministro da Educação Nacional, na Sessão de Encerramento do Congresso,* A Redacção.

BRACARA AUGUSTA

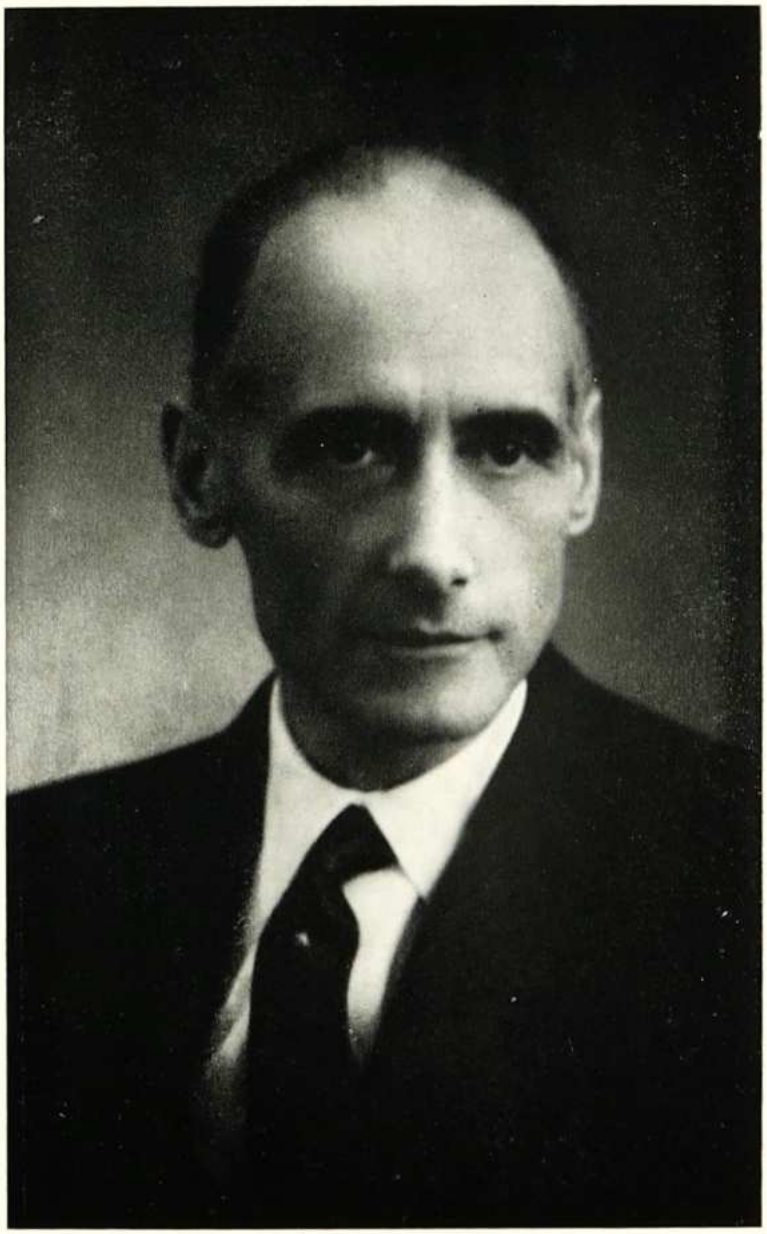
REVISTA CULTURAL DE REGIONALISMO E HISTÓRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

DIRECTORES
DR. EGÍDIO AMORIM GUIMARÃES
Vereador do Pelouro da Cultura
DR. SÉRGIO AUGUSTO DA SILVA PINTO
da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
JOSÉ CONSTANTINO RIBEIRO COELHO
Antigo Conservador do Arquivo

VOLUME XX

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

BRAGA — 1966



Dr. Francisco de Araújo Malheiro

Presidente da Câmara Municipal de Braga de 1938 a 1944 e de 1961 a 1964

Dr. Francisco de Araújo Malheiro

Volta a revista «Bracara Augusta» aos seus tomos normais depois dos três últimos, números especiais estes, que, na sua quase totalidade, se identificaram com as Actas do Congresso de Portugal Medievo. Volta, pois, a uma normalidade, embora não necessàriamente desejada. É que os números especiais da «Bracara Augusta», consagrados a grandes empresas culturais, têm sido tão frequentes, e prestigiado tanto esta revista, que esse quase hábito de aparecer em fascículos extraordinários lhe confere uma feição própria, de certo benemérita, que não deseja perder. Aliás, essa perda é sinal das altas actividades que, na esfera do espírito, enobrecem a cidade, e às quais esta revista dá sempre a sua colaboração.

E neste regresso à normalidade, neste primeiro número comum, impõe-se-nos, como imperativo de reconhecimento e de justiça a prestar, cumprir uma obrigação que, no último tomo publicado da «Bracara Augusta», já anunciáramos. Na abertura deste número, evocar saudosamente a figura do falecido Presidente da Câmara, Dr. Francisco de Araújo Malheiro, precisamente aquele que, para além de outros títulos que em breve suma iremos resenhar, merece de todos nós a grata lembrança de haver permitido, por meritório despacho, a publicação integral, onerosa, em hora de compressão de despesas, dos trabalhos do já mencionado Congresso de historiografia medieval.

Foi o Dr. Araújo Malheiro, em toda a sua vida, uma personalidade que, a despeito da sua feição modesta e simples, sempre se notou, de um modo singular, pelas qualidades de inteligência e pelo valimento social do seu trabalho.

Dele se pode dizer ter sido realmente, desde a escolaridade, a partir do Liceu, uma figura que se destacava. Completou o 7.º ano, no Liceu de Braga, com 20 valores. Licenciou-se, aos 24 anos (1927), na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, com 18 valores. Convidam-no para a docência universitária, mas recusou. Logo no fim do curso, passado a Paris, aí se especializou em Ginecologia e Obstetrícia.

Regressado a Braga, dedicou-se devotadamente à sua profissão. Para além da clínica livre, foi médico adjunto de cirurgia no Hospital de

S. Marcos e, em 1953, ascendeu a Médico-chefe dos Serviços Médico-Sociais, de cujo corpo clínico já há muito fazia parte. Em 1959, ainda foi nomeado Director do Instituto Maternal, cargo que teve de interromper por haver assumido, pela 2.ª vez, como se verá, o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Braga, que exerceu até ao momento da sua morte.

A par do seu labor profissional, cedo a comunidade em que se integrou o chamou a outras funções, onde, sem nunca perder o seu teor de vida simples, digamos até austero, vincou, realçou, os primores, a operosidade e benemerência da sua acção.

De 1936 a 1937 foi Vice-Presidente da Câmara Municipal de Braga. Breve Vice-Presidência, pois, no ano seguinte, passou a Presidente, lugar que desempenhou até 1944. Ainda nesta quadra, principiou a chefiar a Comissão Distrital da União Nacional de Braga (períodos de 1943-44, 1949-56 e de 1958 até à data do seu falecimento).

Na Câmara, com tenacidade realiza uma obra frutuosa, de estruturas, indispensável ao progresso futuro da cidade. Na política, com equilíbrio sagaz, uma acção de patriotismo inteligente, em horas difíceis para o congraçamento de todos os seus compatrícios.

Como se disse, na esfera da administração concelhia, deu primazia aos problemas de fundo. Problemas que não sendo os mais vistosos, não lhe concedendo porventura uma aura imediata, marcam uma época, uma fase de arranque, na crónica da cidade. Problemas do saneamento, das águas, da saúde, dos Serviços Municipalizados. Sem exagero, é justo referir que ele os tomou a peito em todas as suas premissas sociais, económicas, financeiras e técnicas.

No tocante ao saneamento, fundamental para a vida de uma cidade moderna e em contínua expansão, como a nossa Braga, obra cheia de dificuldades de todo o género, o grande público não apreendeu, de certo, a sua grandiosidade, nem se deu conta das implicações que a empresa comportou, tanto em trabalhos de engenharia, como em outros muitos aspectos, notadamente os económicos. Foi, precisamente, nesta obra, na verdade de interesse basilar, que o Dr. Araújo Malheiro obteve a sua coroa de glória — uma coroa tão real como inapercebida por tantos — galardão do seu ingente labor, galardão verdadeiro para quem só é prémio o valor intrínseco, consistente, que uma obra tem.

A este propósito, justo é referir que a empresa do saneamento, embora em moldes modestíssimos e insuficientes, já pertencera aos planos do coronel de engenharia Albino Rodrigues, também notável Presidente da Câmara e de quem o Dr. Francisco Malheiro principiara por ser Vice-

-Presidente. Mas, se o mérito da ideia partiu de Albino Rodrigues, e se ainda com este, o Dr. Francisco Malheiro, se apaixonou — paixão de médico higienista — pela obra na sua 1.ª fase, foi na sua Presidência que tal empreendimento se realizou em plenitude. E, advirta-se aqui, essa obra, pressupondo despesas temerosas, sobretudo para o tempo, exigiu do seu talento administrativo um amplo plano financeiro, aliás com vista à recuperação económica do Município.

Outros trabalhos de enorme alcance para a comunidade se lhe apresentaram ao espírito: melhoria das condições da vida rural, em luz e água; remodelação total do abastecimento de água à cidade, etc. Pode afirmar-se que a Presidência do Dr. Araújo Malheiro preparou o grande período de expansão da urbe bracarense, aberto com a brilhante actividade de António Maria Santos da Cunha.

Contrafeito, por a saúde já lhe minguar, o Dr. Araújo Malheiro retomou a chefia do Concelho após a saída de Santos da Cunha. Não se negou, pois nunca dizia não, quando os interesses da terra que lhe foi berço o solicitavam. E, no entanto, a substituição, o render da guarda, era assaz difícil. Braga, no «élan» de uma fase de engrandecimento e de progresso, tornava-se uma terra difícil de administrar.

Agora, o problema que lhe enchia o coração, o problema básico número dois da cidade, era o das águas, aliás a representar como que o prolongamento do primeiro. Completavam-se. Teria, como número três, o problema dos Serviços Municipalizados que era de suma importância resolver. Não conseguiu, porém, solucioná-los, pois a vida se lhe extinguiu.

Vida intensa, amplamente dedicada à sua cidade, não poderá apagar-se da memória dos seus concidadãos. Nele terão sempre um exemplo a seguir e um varão ilustre a relembrar.

A DIRECÇÃO

D. Diogo de Sousa e o Introdutor do Humanismo em Portugal*

Por Américo da Costa RAMALHO

Gostaria de falar-vos hoje das cartas e versos que andam na obra de Cataldo Sículo, dirigidos a D. Diogo de Sousa. Declaro assim, logo de entrada, quem entendo por introdutor do Humanismo em Portugal.

Quem era D. Diogo de Sousa e o que fez, muitos aqui presentes saberão melhor do que eu. Quem era Cataldo Parísio Sículo, talvez seja mais do meu conhecimento.

Dos nomes que lhe são atribuídos, ou que ele atribuiu a si próprio, em prosa e em verso latinos, apenas os de Cataldo e de Sículo são perfeitamente seguros. Cataldo era o nome próprio e Sículo designava a sua origem siciliana. Também creio ser apelido seu o de Parísio, simplesmente como sobrenome e não como indicativo de ter frequentado a Universidade de Paris. Com efeito, estou convencido de que todos os seus estudos foram feitos em Itália e de que não frequentou as escolas parisienses. Mas, ainda que tal tivesse acontecido, essa circunstância não justificaria o apelido de Parisius, para mais extensivo a outros membros da sua família. Na verdade, há um Dr. Franciscus Parisius, seu primo, a quem no volume I da Correspondência Cataldo manda uma carta (1) sobre os estudos de D. Dinis, sobrinho de D. Manuel I e irmão do Duque de Bragança, D. Jaime.

Outro apelido que costumam dar-lhe é o de Aquila, «Águia», perfazendo assim um aparatoso nome humanístico: Cataldus Aquila Parisius Siculus. Todavia, estou hoje menos certo do que anteriormente a respeito daquilo que Cataldo entendia por «águia». Comentarei este nome adiante, a propósito de uma carta do humanista a D. Diogo de Sousa.

---

* Conferência realizada nos Paços do Concelho de Braga em 12 de Março de 1966.

(1) *Epistole I*, d iiij v.° — d v r.°

Em artigos sucessivos (²), publicados ao longo dos últimos anos, tive ocasião de tratar das referências a compatriotas, sobretudo em cartas dirigidas a italianos. Vêm quase todas no primeiro volume das suas *Epistole* e foram escritas antes da vinda de Cataldo para Portugal. Esse livro foi publicado em 1500 e o registo final de impressão, o «cólofon», dá mesmo a data, 21 de Fevereiro, e o nome do impressor de Lisboa, Valentim Fernandes, da Morávia.

Como já tive ocasião de dizer em outro lugar, essas cartas a italianos, publicadas em Portugal, são uma prova da repercussão que tinham entre nós os grandes e pequenos nomes do Humanismo quatrocentista de Itália: Filelfo, Platina, Baptista Guarino, Aurelio Brandolini, Antonello Petrucci, etc., são figuras a quem Cataldo endereçou epístolas, nem todas muito cordiais. A este respeito já em outra ocasião me ocupei dum bilhete brevíssimo dirigido a João Joviano Pontano, para concluir que Cataldo talvez nunca lho tivesse enviado de facto, mas incluiu-o na sua correspondência, porque o nome de Pontano dizia alguma coisa, já em 1500, aos seus leitores portugueses.

Para não repetir aqui coisas por mim ditas em outras circunstâncias, lembrarei apenas que nesses artigos de *Humanitas* procurei desfazer também algumas noções menos exactas sobre vários pontos da biografia do Sículo. Assim, mostrei que o Bessárion a que ele se refere na correspondência, não pode ser o cardeal Bessárion, velho demais para ter um amigo tão jovem como Cataldo, mas sim Bessárion Malvezzi, de uma ilustre família de Bolonha. E, entre outros pormenores biográficos que nos não interessam esta noite, tentei provar que Cataldo não passara fome em Portugal com os seus três filhos. Realmente, os seus «pueri» eram apenas escravos pretos, pois o humanista, pelo menos entre nós, nunca foi casado e declarou peremptòriamente não ter filhos. Talvez tivesse deixado uma filha ilegítima, na Sicília.

Esta situação dramática do pobre humanista e dos seus «pueri» devia-se apenas a que o autor do boato, Guido Battelli, não tinha percebido o significado de «puer». Quanto a morrer de fome, era um mal comum a todos os humanistas, sempre ávidos de ouro... Fome de dinheiro, essa sim, teve-a Cataldo, mas fome, inédia alimentar, não acredito. Também vere-

(²) Cf. «Algumas Relações Italianas de Cataldo Áquila Sículo» in *Humanitas*, XV-XVI, pp. 367-379; «Investigações sobre Cataldo Sículo» in *Humanitas*, XVII-XVIII, pp. 139-158. E ainda, «Gil Vicente e Pontano», comunicação apresentada ao *Simpósio Vicentino*, realizado em Lisboa, em Dezembro de 1965.

mos este aspecto da sua vida, documentado em prosa e verso latinos, em suas relações com D. Diogo de Sousa.

Mas, afinal, talvez perguntei agora, que veio esse Cataldo fazer a Portugal?

Em uma carta a D. João II, inserta no livro I, recorda ele ao soberano como viera de Bolonha, solicitado por D. Fernando Coutinho, decerto o bispo de Lamego, e pelo siciliano António Corsetti, e ainda movido por um bilhete do próprio Rei (3).

Na «Lamentação» dirigida a D. João Manuel, o sentencioso camareiro-mor do Cancioneiro Geral (aquele do «Ouve, vê e cala / e viverás vida folgada»), Cataldo lembra uma vez mais que se transferira para o nosso país, a convite de D. João II: «Deixei a pátria que me gerou» — escreve ele — «por amor do Rei e pus este reino à frente do doce lar. Também te menosprezei pelo soberano, ó veneranda Bolonha, perdoa-me, ó melhor das amas, perdoa-me — eu te peço» (4).

Nesta mesma «Lamentação» em verso, esse homem que passou a vida a queixar-se e a lamentar-se, sem que isto signifique que todas as suas queixas são justas, fala com firmeza do papel que acreditava ter desempenhado em Portugal, no combate àquilo que os humanistas consideravam a pior das pestes, a saber, a ignorância e o desamor das letras. Diz ele: «Ao esforçar-me por repelir a inata barbárie, eis que deparo com rebeldes. Nem a Hidra que Hércules venceu, foi tão cruel e truculenta. Fui eu quem trouxe para este país as ninfas do Hélicon e as artes polidas, quase ignoradas em nosso tempo. Depois, multidão sem conta hauriu da nossa fonte as águas e estancou a sede que a devorava. Não valorizei só com estudos, mas também com bons costumes, e eduquei, jovens e velhos. Finalmente, se deve acreditar-se na verdade de quem a diz, levei a luz aos privados de luz. Bem sei que isto mesmo fiz pelas cidades de Itália, para dar glória não a mim mas ao Sumo Deus. Todavia, não tive lutas nem rixas estúpidas, porque aí o valor é escudo de si próprio. De quanto lá tem poder a sabedoria, serão testemunhas...» (5).

E Cataldo cita os nomes de dois juristas portugueses que se distinguiam, por essa altura, um em Siena e outro em Bolonha, como abonadores de quanto em Itália se apreciava a sabedoria.

---

(3) *Epistole I*, g iiij v.° — g v r.°

(4) Texto latino em D. António Caetano de Sousa, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo VI, ii parte, (*Nova Edição Revista* por M. Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra, 1954), p. 183.

(5) Cf. obra citada na nota 4, pp. 182-183.



Portada da *Noua grammatices marie matris dei virginis ars* de Estevão Cavaleiro

Estes desenganos de quem se propusera expulsar a «barbárie» foram experimentados por outros reformadores pedagógicos da mesma época, entre nós. Estêvão Cavaleiro a quem devemos a informação precisa de que Cataldo ainda era vivo em 1516, no mesmo Prólogo da Gramática, onde nos dá esta informação, conta as perseguições de que foi vítima, as intrigas na corte, de que foi objecto, por pretender substituir a Arte de Pastrana, por onde ensinavam os mestres da Universidade e da corte. Devia ser um homem devotado à sua missão pedagógica este Estêvão Cavaleiro que confiadamente dedicava a Nossa Senhora o seu livro, decerto procurando no céu o apoio que não achava na terra. O livro chama-se *Noua Grammatices Mariae Matris Dei Virginis Ars. Cuius author est magister Stephanus Eques Lusitanus* e foi impresso por Valentim Fernandes, o Alemão, em Lisboa no ano de 1516.

Cataldo, do mesmo modo, teve de lutar pelas Humanidades contra a incompreensão e reserva de muitos da nobreza e do clero. E é na carta a D. Fernando de Meneses, marquês de Vila Real, que temos a primeira defesa entre nós, escrita antes de 1500, dos estudos clássicos com feição renascentista. O Marquês de Vila Real era pai de um dos seus alunos mais brilhantes, o jovem D. Pedro de Meneses, conde de Alcoutim. Encontraremos os Meneses e Noronhas da casa de Vila Real em relações com o humanista no mesmo círculo que frequentava na corte D. Diogo de Sousa, quando era deão da capela de D. João II.

Além da necessidade de defender e ilustrar a cultura de que era mestre, Cataldo teve também de defender-se contra as rivalidades de vários cuja esperança de acrescentamento residia na posse de estudos semelhantes aos seus. Ele, o humanista vindo de Itália, deparou naturalmente com o ciúme e rivalidade dos portugueses que, em Itália, também haviam adquirido uma formação jurídica como a sua, possuíam idêntico conhecimento dos bons autores latinos e manejavam o latim com igual facilidade. O polo de atracção de todos estes ambiciosos, membros da nova milícia da cultura, que procuravam nas letras as condições de se distinguir e avançar socialmente, que o nascimento lhes negara, era a corte portuguesa. Aí se digladiavam influências e bem sabemos como a corte foi amargo campo de desenganos para tantos políticos, militares e diplomatas. Que faria o pobre homem de letras, ingènuamente confiado na imortalidade que a sua obra conferiria aos seus protectores? Era esta a mercadoria de que dispunha, a promessa da imortalidade na memória dos homens, — mas quantos lhe davam valor?

Ao ler o desengano destes literatos, que tinham para dar aquilo que

os outros muitas vezes não apreciavam (e os queixosos são tantos no século XVI, de Cataldo a André de Resende, de Sá de Miranda a Camões!), ao meditar um pouco nos amargos comentários que todos eles fazem sobre a incompreensão dos grandes, entendemos melhor o papel dum Aretino que de Itália espalhava os seus panfletos terríveis contra os poderosos do tempo. Pietro Aretino impunha-se à força de infâmias, vomitadas sem pudor, e vingava-se à sua maneira contra os que lhe não compravam elogios ou, ao menos, o silêncio. Contou entre os seus clientes o próprio imperador Carlos V.

Mas voltemos a Cataldo e aos seus rivais, pois é em relação com gente de letras, muitas ou poucas, da corte portuguesa, que vamos encontrar-nos com ele e com o seu amigo e defensor, D. Diogo de Sousa.

Quem eram os que lhe queriam mal? Havia o clero tradicionalista, desconfiado das graças pagãs do Humanismo, os «theologiculi» — como ele lhes chama — de formação medieval, contra quem se insurge na carta de defesa das Humanidades, de que já falámos. Estes mestres da juventude portuguesa não devem ter visto com bons olhos que D. João II tivesse chamado de Itália, para educar o filho dos seus amores com D. Ana de Mendoça, um professor estrangeiro. Mais tarde, após a morte do pai, o Senhor D. Jorge sacudirá a tutela do seu antigo pedagogo e quase acabará por esquecê-lo! Era já então D. Jorge mestre de Santiago e duque de Coimbra.

Esta foi uma das maiores desilusões de Cataldo, que se propunha fazer do filho bastardo de D. João II seu mecenas, e imortalizá-lo em versos latinos. Assim mesmo, ficou-nos das suas queixas uma imagem de D. Jorge de Lencastre, que não deve andar longe da verdade, como acontecimentos posteriores, ocorridos já depois da morte do humanista, vieram confirmar.

Na educação de D. Jorge, colaborou o Sículo com a princesa Santa Joana, em Aveiro. Há numerosas poesias suas à irmã de D. João II, que foram estudadas pelo Dr. Domingos Maurício Gomes dos Santos (*). O distinto investigador julgou com severidade o humanista, por ter esquecido tão completamente, após a sua morte, aquela a quem nos versos latinos se mostra tão dedicado.

Também pode alegar-se em defesa do réu, que em troca dos hexâmetros que ainda hoje conferem à princesa, falecida em 1490, a reputação de

(*) Cf. «Cataldo Áquila Parísio Sículo e a Princesa Santa Joana», sep. da Secção VII das *Publicações do XXVI Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, 1962.

mulher instruída, o seu autor talvez pouco ou nada tenha recebido. Pelo menos, no testamento de Santa Joana não foi lembrado.

Mas procuremos mais adversários de Cataldo Sículo. Outra classe teria sido a dos historiadores. Como parte da actividade de propagandistas das virtudes dos seus patronos, colocava-se a composição de obras biográficas e históricas em latim que, escritas na língua universal da época, espalhavam com mais segurança do que hoje o inglês ou o francês, os méritos dos mecenas contemporâneos. Eram sobretudo sensíveis a estas homenagens os aventureiros políticos que dominavam os pequenos principados italianos e que encontravam nos humanistas exaltadores eloquentes de virtudes que muitas vezes não possuíam, os apologistas de genealogias principescas muitas vezes inventadas, os dispensadores do bom nome no presente e da imortalidade no futuro. Eram esses príncipes de fresca data um pouco como o novo-rico que vai comprar ao antiquário velhos retratos de desconhecidos que apresentará mais tarde como antepassados seus aos que lhe frequentam os salões.

As velhas famílias reais, entretanto, não eram menos gulosas desta espécie de apoteoses que tinham a sua tradição na cultura agora rediviva. Qualquer destes soberanos de estirpe não desdenhava imaginar-se um novo Augusto com Tito Lívio, Virgílio e Horácio, na forma de latinistas lisonjeiros, ao seu serviço.

A verdade é que Cataldo repetidas vezes fala da composição de obras biográficas sobre reis de Portugal: na carta a D. João II, já mencionada, na qual recorda as circunstâncias em que veio para o nosso país, lembra ao monarca como já nessa altura se preocupava em escrever um livro sobre ele e sobre seu pai, D. Afonso V. Nessa epístola, são sobretudo os dons de poeta e orador aqueles cuja posse reivindica.

Ignoramos a data da carta, em virtude do seu tom de evocação do passado. Tem de ser anterior a 1495, pois nesse ano faleceu D. João II. Ora o Príncipe Perfeito fora abordado epistolarmente em 1490 por Ângelo Policiano, humanista do mais alto coturno, que se oferecia para tratar em latim a gesta dos portugueses. Os intermediários entre D. João II e Policiano eram os Teixeiras, três filhos do chanceler João Teixeira, que estudavam em Itália. E a forma prevista era provàvelmente o verso e não a prosa.

Ora dos Teixeiras não há menção nas obras de Cataldo que, entretanto, foi dos primeiros a sentir a hora épica vivida por Portugal, nos fins do século XV, como se vê naquela carta a D. Manuel, publicada no livro I das *Epistole*, portanto em 1500, mas talvez anterior a 1498. Aí se comparam

as viagens marítimas de Eneias com as dos portugueses, de uma forma que será retomada muitos anos mais tarde por João de Barros: «Celebram Eneias que em vinte birremes veio da Frígia para a Itália. E porque não hão-de exaltar com louvores imortais os teus antepassados que em quatrocentos navios e mais, com maior frequência passaram contra os mouros em África, apesar de dois outros inimigos que se opunham, a saber, a distância e o mar, e sem que alguma vez príncipe cristão os auxiliasse?» (7). Isto dizia Cataldo ainda antes da descoberta do caminho marítimo para a Índia de que, aliás, já falava como coisa certa em 1490, no discurso de recepção à Infanta D. Isabel de Castela.

Portanto, entre os elementos hostis a Cataldo, na corte portuguesa, além de mestres, educadores e historiadores, teremos agora que incluir o grupo dos oradores oficiais e poetas áulicos, menos numeroso, todavia, e menos influente. Precisamos de fazer esta indagação, antes de abordarmos a correspondência e versos mandados por Cataldo a D. Diogo de Sousa, pois o nobre eclesiástico serve principalmente de escudo ao humanista nas horas difíceis.

Se aos Teixeiras não se encontram referências expressas em Cataldo, ou haverá quando muito alguma alusão fugidia, também se não encontra menção de Henrique Caiado, amigo comum dos Teixeiras e de Cataldo Sículo.

É sempre perigoso tirar razões do silêncio de textos e documentos. Mas na obra de Henrique Caiado lê-se um epigrama laudatório em honra de Cataldo, seu antigo professor, e uma referência amável na carta de de 13 de Fevereiro de 1496, enviada a D. Jorge de Lencastre a acompanhar a Écloga III. Da parte de Cataldo não conheço qualquer retribuição.

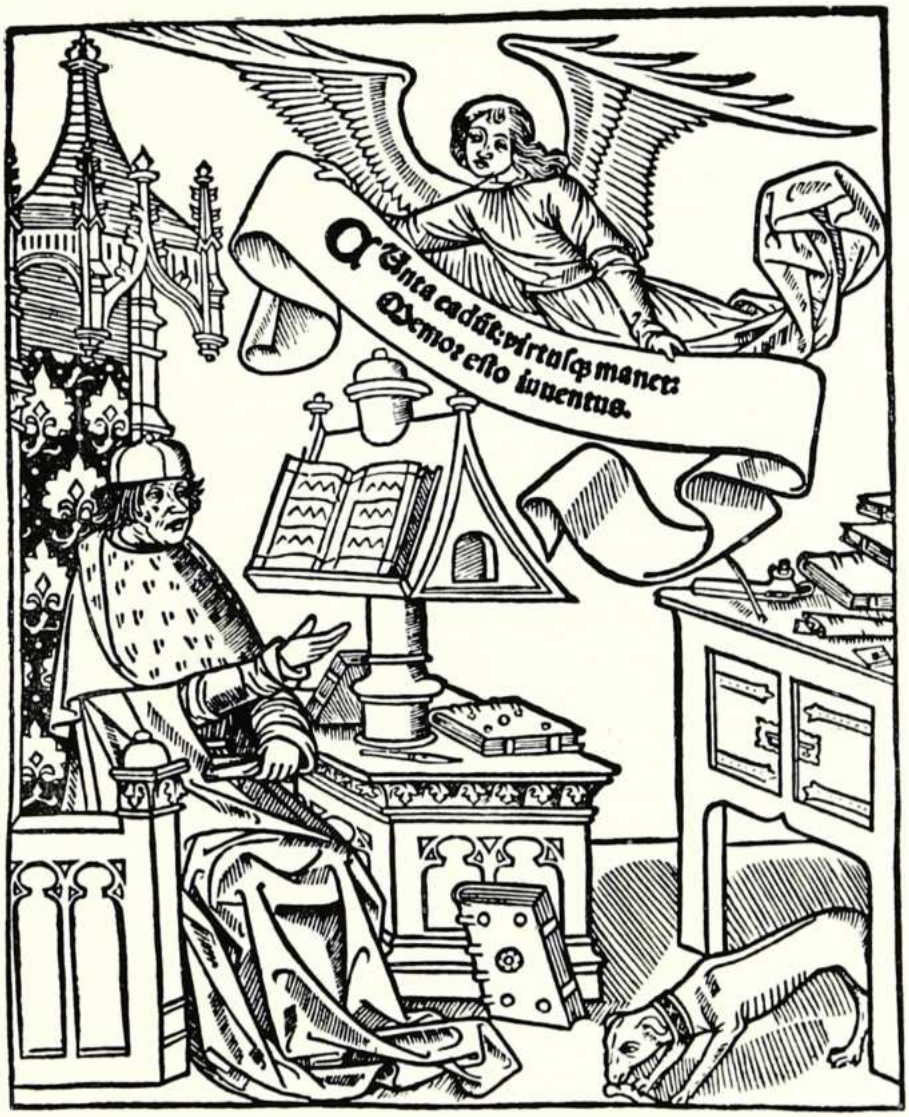
E, no entanto, Henrique Caiado (8) brilhou no país de origem do Humanismo e foi, sem favor, um dos maiores poetas novilatinos do final do século XV, em toda a Europa. Talvez Caiado não tivesse bossa épica, mas Portugal possuía nele então o poeta capaz de substituir Policiano, se era uma epopeia latina que se pretendia, para dar a conhecer Portugal à Europa culta do tempo.

Outras personagens a quem Henrique Caiado dedica os seus versos, ou se refere, são igualmente mencionadas por Cataldo: el-rei D. Manuel, o Dr. Diogo Pacheco e D. Diogo de Sousa.

---

(7) *Epistole I*, a v r.°

(8) Cf. o artigo na *Enciclopédia Verbo*, 4, 421-422.



Gravura de *Cataldi epistolarum et quarundam orationum secunda pars*

Mas quando vemos Caiado endereçar de Itália uma carta e uma écloga, ambas em latim, ao cronista Rui de Pina, e não encontramos, entre as relações de Cataldo, nem Pina nem Lourenço de Cáceres, a quem foram cometidas as crónicas dos nossos reis, para as passar a latim, logo desconfiamos de que, por um motivo ou outro, estes homens, tal como os Teixeiras, não estariam interessados na glória literária do Sículo.

Com os oradores oficiais mandados à Santa Sé pelos reis portugueses, um Vasco Fernandes de Lucena, que prestou obediência ao Papa Inocêncio VIII, em nome de D. João II, a 9 de Dezembro de 1485, ou um Diogo Pacheco, que discursou em 1505 perante o Papa Júlio II, naquela embaixada em que participou D. Diogo de Sousa, com estes dois, as relações de Cataldo, que era também «orator», variaram. Más com Lucena (9), talvez por culpa de Rombo, ouvinte de Cataldo, boas com Diogo Pacheco (10), a quem faz referências agradáveis, tanto em prosa como em verso. E excelentes com João Rodrigues de Sá e Meneses (11) a quem prodigaliza elogios, talvez por *não* ser latinista profissional.

Eis assim a traços largos o quadro das relações documentadas do humanista Cataldo Sículo que teria vindo para Portugal em 1485 (12), com cerca de trinta anos de idade, e teria começado a ensinar D. Jorge, então criança de seis anos, em 1487.

Susceptível e assomadiço, o seu feitio e a alta conta que fazia de si devem tê-lo prejudicado na corte, meio já de si difícil. Mas, apesar de tudo, não se deve ter dado por cá muito mal e prestou ao país notáveis serviços. O estudo da sua obra ajuda-nos a compreender melhor o ambiente cultural da corte portuguesa nos fins do século XV e a «Oração de Sapiência» que pronunciou anos antes em Bolonha, publicada no volume I das *Epistole*, ainda era imitada muito tempo depois. O volume II das suas *Epistole* dá-nos, por seu turno, a Oração pronunciada a 18 de Outubro de 1504 (13),

---

(9) *Epistole I*, b vj — vj v.°

(10) *Visionum libri* C vj v.° e *sub fine*.

(11) *Epistolarum Secunda Pars*, E iij v.° — E iiij.

(12) Cf. a obra citada na nota 4, p. 180: «Rege sub elapso duo lustra peregimus...» O rei desaparecido é D. João II, falecido em 1495. É certo que a frase citada faz parte de um hexâmetro dactílico e as conveniências métricas não permitiam aos humanistas, por vezes, a exactidão. Desta maneira, os «dois lustros» podem não corresponder exactamente a dez anos, apesar do tom preciso de *peregimus* «completámos».

(13) Cf. A. Costa Ramalho, «A Oração de Sapiência do Conde de Alcoutim», separata de *Letras e Artes* (supl. de *Novidades*), ano XVI, 3. v. 1965, n.° 61. A «Oratio habita a petro menesio comite alcotini coram Emanuele. S. rege in scholis vlyxbone» foi publicada em tradução do Dr. Miguel Pinto de Meneses, com uma introdução do

na abertura solene das aulas da Universidade de Lisboa, perante o rei D. Manuel, pelo jovem D. Pedro de Meneses, conde de Alcoutim (14), discípulo de Cataldo. Entre estas duas orações e as que trinta ou quarenta anos depois serão pronunciadas no Estudo Geral lisbonense ou na Universidade de Coimbra, a diferença é muito pouca. O Humanismo estava de facto introduzido entre nós em fins do século XV e o seu introdutor fora Cataldo Parísio Sículo.

Nos primeiros anos da sua estadia em Portugal, de onde não mais viria a sair, conheceu D. Diogo de Sousa, que não era ainda aquele grande senhor a quem o humanista Pedro Margalho dedicava anos mais tarde o seu *Physices Compendium*, impresso em Salamanca em 1520, dizendo-lhe laudatòriamente: «Os segredos da Cosmografia habitam e passam os dias contigo, na tua câmara, ornamentada como se fora um templo das Musas, com figuras da doutrina de todas as ciências que servem verdadeiramente às tuas paredes, de tapeçarias e reposteiros» (15).

À data da chegada de Cataldo a Portugal em 1485, D. Diogo de Sousa teria 24 anos, se nasceu em 1461, como diz o Doutor Avelino Costa (16), 25, se em 1460, como escreve Monsenhor Ferreira (17), 28, se nasceu em 1457, como quer Fonseca na sua *Évora Gloriosa* (18). Era cónego da Sé de Évora e deão da capela real.

Prof. Doutor A. Moreira de Sá, em 1964 (na realidade, saiu depois de 3 de Maio de 1965).

(14) Não deve confundir-se «petrus menesius comes alcotini», autor da *Oratio*, com um D. Pedro de Meneses que em Março de 1517 concorria na Universidade de Lisboa a uma cadeira de Lógica. D. Pedro de Meneses, conde de Alcoutim, era nessa altura «capitão» de Ceuta e participava em Julho desse ano, com Diogo Lopes de Sequeira numa tentativa de conquista de Targa. A expedição fora já organizada em Portugal, em Junho de 1517, e Sequeira enviado a encontrar-se com o conde de Alcoutim que estava no seu posto em Ceuta. É ele o «conde» de que fala repetidas vezes Diogo Lopes de Sequeira na carta enviada a el-rei D. Manuel, de Ceuta, a 4 de Agosto de 1517, e publicada em *As Gavetas da Torre do Tombo*, IV, p. 488 e segs. As instruções dadas a Sequeira para esta expedição podem ler-se em *As Gavetas da Torre do Tombo*, V, p. 520 e segs. Cf. ainda Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, parte IV, cap. xxii.

(15) «Nam Cosmographiae arcana tecum in cubiculo doctrinae typis cunctarum exornato velut Musaeo scientiarum habitant, et dies versantur, ii procul falso tuis sunt parietinis pro aulaeis et stragulis». (As abreviaturas foram desdobradas e a ortografia actualizada).

(16) *D. Diogo de Sousa, Novo Fundador da Cidade de Braga*, Braga, 1962, p. 6.

(17) J. Augusto Ferreira, *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga*, Famalicão, II, 1931, p. 366.

(18) P. 318.

Toda a correspondência de Cataldo com o futuro Arcebispo de Braga se encontra no livro I das *Epistole*, publicado em 1500, e os versos a ele relativos parecem pertencer igualmente a este período.

As cartas são quatro, mas há referências a D. Diogo numa outra enviada ao comum amigo D. João de Noronha, irmão do marquês de Vila Real e tio, portanto, de D. Pedro de Meneses, conde de Alcoutim. Na casa de Vila Real, os primogénitos usavam o apelido de Meneses e os restantes filhos o de Noronha. D. João de Noronha era prior de Santa Cruz de Coimbra, alto cargo monástico, pequeno, todavia, segundo o sentir de Cataldo.

Quanto aos epigramas, usada a palavra no sentido clássico de pequena composição em verso, são vinte e nove, todos em dísticos elegíacos e nenhum muito extenso. Alguns não têm mesmo senão os dois versos do dístico.

As cartas não estão por ordem cronológica, pois a primeira, em vez de ser a mais antiga, é de facto a mais recente. Com efeito, em nenhuma outra é dado a D. Diogo um título e os versos são igualmente anteriores, pelo mesmo motivo. Todos vêm dirigidos «Didaco Sousae», sem mais protocolo. E o mesmo acontece com as cartas, excepto a primeira, endereçada «didaco souse ẽpo portuensi». É também a mais fácil de datar.

Vejamos o que revelam as cartas de Cataldo a Diogo de Sousa, como ele lhe chama sem mais formalidades, com o «tu cá, tu lá» de humanista, causa talvez de alguns dos dissabores que sofreu em Portugal.

Essas epístolas, escritas por Cataldo, falam-nos mais de si, que do seu amigo português.

Começa assim uma delas: «Interpretava eu hoje os discursos de Cícero, quando me foi entregue a tua carta. Embora te tenha escapado nela a língua materna, como escreves, compreendi que sofres com a minha infelicidade, por tal forma que mal pudeste conter as lágrimas» [19]. E depois deste introito já pouco animador, e com uma censura velada ao amigo, por ter escrito em português, Cataldo insurge-se contra aqueles que há dois anos o perseguem. Consulta Diogo de Sousa sobre se deve ou não pedir a Mestre Rodrigo, médico e teólogo da confiança do Rei, que intervenha junto do soberano a fim de que Cataldo receba o dinheiro que lhe negavam os oficiais do erário régio.

Desculpa-se de não ir para a companhia de D. Diogo de Sousa, que a isso o convidava, argumentando com a sua pobreza: «acaso desejas que, ferido e quase nu, a pé, eu me veja repelido e expulso, de um lado para

---

[19] *Epistole I*, c i v.°.

outro, pelos homens mais baixos, mesmo até pelos pretos? Prefiro viver aqui entre os meus ouvintes, que são muitos e dignos e importantes, a sair daqui seja sob que pretexto for. É que a virtude nunca receou, e muito menos em Cataldo. Mas dirás tu: de que te queixas, Cataldo? Se acorrem a ti, de toda a parte, tantos alunos, será que eles te deixam viver na miséria? Boa pergunta, mas, como em outra ocasião te escrevi, trabalho mais para fugir à ociosidade e mostrar as minhas possibilidades, do que por qualquer vantagem material, porque, se fui sempre generoso, quando era rico, até na pobreza sou forçado de meu natural a ser magnífico. Entretanto, não negarei que deles recebo um lucrozito (*aliquod lucellum*) que, embora pequeno, eu considero grande, visto como, na sua insignificância, me permite viver».

Finalmente, cansado de chorar misérias, conta uma risonha aventura equestre que lhe sucedeu à vista dos campos marginais inundados pelo Tejo, em frente a um mosteiro de Enxobregas, onde pousava D. João de Noronha, de partida para Coimbra. No final, recorda a D. Diogo que a companhia (de nobres, por certo) lembrou o amigo ausente.

Que impressão se tira desta carta senão a de que Cataldo exagerava e que, por vezes, quase nem sabia mentir? O que ele pretendia afinal era que o erário régio não deixasse de pagar-lhe a sua tença. Por isso, lá se vai queixando da pequena paga dos alunos.

Em outras ocasiões, como na carta que antecede esta no vol. I das *Epistole*, e é dirigida a Mestre Rodrigo, médico do Rei, os discípulos são acusados de caloteiros. «Poderás perguntar» — escreve Cataldo — «não obténs grandes proventos da interpretação das leis e das outras ciências? Respondo com um só verso de Juvenal: 'Todos querem saber, mas ninguém quer pagar' (*Scire uolunt omnes, mercedem soluere nemo*). E se há alguém que pague, paga tão pouco e miseràvelmente, que é uma insignificância, quase nada. E eu lecciono mais para exercitar o meu talento, do que com a intenção de ganhar, até que o Rei me ocupe em matérias de maior importância. Tu, porém, que és o melhor de todos os médicos, cura Cataldo que está doente ou, principalmente, amargurado» ([20]).

Em outra carta para D. Diogo de Sousa, o humanista queixa-se da incompreensão que o rodeia, da ignorância em que vegetam aqueles que por vesgo ciúme não querem reconhecer-lhe cultura, prudência e pureza de costumes. E acrescenta no mais cândido auto-elogio: «Porque é que o

---

([20]) *Epistole I*, c i — c i v.°. A última frase contém um jogo de palavras no texto latino: «cura aegrotum, immo aegrum Cataldum».

teu amigo de que falo, há-de temer, deixar-se impressionar ou angustiar? Ele que não só alcançou muitíssimas vezes a mais alta glória nos lugares mais ilustres, diante dos maiores literatos, mas ainda em disputa com os homens mais instruídos, logo na juventude, sempre levou a palma. Já não falo das suas obras notáveis, muitas decerto e grandes, em tudo merecedoras do cedro e da eternidade, de tal modo que Filelfo publicou a seu respeito o seguinte dístico: 'Quer tu cantes Mavorte, quer os ternos amores, / Nenhum poeta recente te leva a palma'. E André Barbazza, depois de ter ouvido aquela oração em Bolonha, que tu conheces, perante uma assembleia de grandes homens, jurou nunca ter visto alguém mais eloquente. Mas para que é preciso recordar estes factos? Ele não morreu, já persegue os incultos. Compreenderão os malévolos e os injustos o que é excitar um cão adormecido, sim, um cão, nascido naquela pátria onde foi descoberta não só a arte oratória mas, como todos sabem, jorram as fontes das restantes ciências» ([21]).

Há nesta defesa em causa própria algum exagero. Cataldo, que se encobre com a glória cultural da Itália, seria na sua pátria uma figura modesta e disso tinham certamente consciência até os seus amigos de Portugal. Poucos aceitariam como exacta a seguinte apreciação, em três dísticos elegíacos, que o poeta intitula: «De si para si próprio»: «Muitas vezes digo a mim próprio: Para que te agitas, furibundo Cataldo? Tens dentro de ti aquilo que ambicionas. Quem possua riquezas não falta, mas poucos abundam em poesia. Se de grande fortuna vieste a cair na pobreza, não és pobre, porque entre tantos poetas te distingues. É agradável ter poucos iguais no canto» ([22]). Referia-se naturalmente aos versos latinos.

Mas voltemos às cartas a D. Diogo de Sousa. Em outra, impressa logo a seguir à última que traduzimos, antes destas linhas em ritmo dactílico, Cataldo pede ao seu amigo, talvez um pouco irònicamente, que não continue a incomodar-se com o seu caso, contrastando a agitação de D. Diogo com a perfeita tranquilidade de espírito com que ele, Cataldo, se senta à sua estante de trabalho, o *pluteus*, folheando os seus livros. E termina de forma desconcertante: «Mas deixa que tudo navegue com vento próprio. Soprarão talvez espontâneamente ventos mais favoráveis que, com alguma invocação e ajuda, nos possam vir a ser úteis» ([23]). Isto equivale quase a dizer que Cataldo andava a tratar dos seus interesses por outro lado.

([21]) *Epistole I*, d iij.

([22]) *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, VI, ii (cf. nota 4), p. 257.

([23]) *Epistole I*, d iij v.°.

A carta a que me referirei seguidamente não é dirigida a D. Diogo de Sousa, mas ao seu amigo D. João de Noronha, como já disse, irmão do marquês de Vila Real e prior de Santa Cruz de Coimbra.

Aí, exprimindo as saudades que tem do convívio de D. João, acrescenta um motivo da sua insistência no intercâmbio epistolar: «Algum tanto me incita também, ou antes muitíssimo, o meu plano de te compelir à prática da língua latina. Se responderes, como principiaste a fazer, a todas as minhas cartas, conseguirás em poucos dias tornar-te mais eloquente do que os outros, e darás aos teus, e a mim sobretudo, extraordinária satisfação. Por isso não te peço, mas obrigo a que, de hoje em diante, respondas com uma carta a cada carta minha, ou ao menos com uma a duas minhas. E se não quiseres fazê-lo para te exercitares, fá-lo para me consolar» ([24]).

E a epístola a D. João de Noronha termina com uma referência ao comum amigo D. Diogo: «A Diogo de Sousa não escrevo, porque estou um pouco irritado com ele, desde que lhe tenho escrito tantas vezes e ele ficou sempre calado. Enquanto me não enviar tantas páginas quantas as que de mim recebeu, nunca o visitarei com carta minha. Objectar-me-ás que ele tem muitas ocupações e não lhe sobra o tempo para escrever. Como se eu não soubesse que ocupações são essas de tão grande importância! Mas admitamos que assim é. Alguém o proibiria de tirar uns minutos às vinte e quatro horas do dia para escrever a Cataldo de quem proclama ser tão amigo?» ([24]). Vêm depois as habituais alusões às dificuldades da sua vida e o final sarcástico: «É verdade que, por vezes, não só me rio para comigo, mas solto gargalhadas e, no meio delas, revolvo no espírito toda a minha vida anterior nas mais ilustres cidades da Itália e sinto contentamento, alegria, da boa e feliz situação em que me encontro. Faze, por favor, que tudo seja em mim consumado, nunca escrevas nem respondas, como se fosses córneo. Adeus» ([25]).

Pobre Cataldo , em toda a sua impertinência e atrevimento! Convívio só o queria com os grandes. Os oficiais do mesmo ofício não lhe interessariam muito, a menos que ocupassem altas situações. Depois, a sua vocação pedagógica tornava-se insistente, quase incómoda no zelo com que velava pela prática do latim naqueles com quem gostava de cartear-se. Mas é a ele que devemos uma floração de latinidade na corte de D. João II e pri-

---

([24]) *Epistole I*, c iiij.
([25]) *Epistole I*, c iiij v.ª.

meira vintena do reinado de D. Manuel, que nos seria quase desconhecida, se não fossem as suas obras, tanto impressas como manuscritas.

Mestre de príncipes, de D. Jorge, do infante D. Afonso, de D. Dinis, irmão do Duque de Bragança, também as senhoras da corte lhe deveram ensinamentos e incentivo. Além da princesa Santa Joana, enviou cartas e poesias às rainhas D. Leonor, esposa de D. João II, e D. Maria, segunda mulher de D. Manuel, à marquesa de Vila Real, D. Maria Freire, e foi professor de D. Leonor de Noronha, filha da Marquesa e irmã do conde de Alcoutim, D. Pedro de Meneses.

Estas quase ignoradas latinistas correspondem-se com Cataldo, cinquenta anos antes da existência do círculo letrado da Infanta D. Maria ([26]).

Os próprios soberanos não escaparam ao proselitismo de desbravador da barbárie, do Sículo. Tanto a respeito de D. João II, como de D. Manuel, afirma ele conhecerem cabalmente o latim. A um e a outro, além de cartas, dirigiu poemas e enigmas ou perguntas em verso. E de certo esperaria resposta, se não em hexâmetros, ao menos em prosa latina.

Saudou em latim, na sua entrada solene, duas princesas castelhanas, filhas de Isabel a Católica, boas latinistas decerto como sua mãe e sua irmã Catarina, a que foi primeira mulher de Henrique VIII de Inglaterra. Quando a princesa D. Isabel de Castela veio para casar com o malogrado Infante D. Afonso, filho de D. João II, Cataldo pronunciou a oração solene na entrada de Évora, em 1490. E à princesa D. Maria, segunda mulher de el-rei D. Manuel, saudou-a na entrada solene de Santarém, provàvelmente em 1501. As duas orações latinas andam publicadas nas suas obras.

Estas actividades oratórias pertenciam às suas funções como «orator regius» e, portanto, alguma razão tinha para pretender que o tesouro real lhe pagasse. Além disso, andam no livro I muitas epístolas ([27]) a soberanos e potentados estrangeiros, escritas por Cataldo ao serviço de D. João II e D. Manuel. Era, portanto, secretário latino dos reis portugueses.

A carta a D. Diogo de Sousa, que considero mais recente e posterior

---

([26]) Época a que a Professora Luciana Stegagno Picchio, com certa infelicidade, se referiu assim: «... quando (quasi un hápax nelle lettere portoghesi) anche le donne (alcune) sapevano leggere, quando Luísa Sigeia cantava Sintra in esametri dattilici e Joana Vaz scriveva al papa Paolo III epistole in latino, greco ed ebraico». Ver *Cultura Neolatina*, Ano XXIV (1964), fasc. 2-3, p. 292.

([27]) Algumas foram traduzidas por Francisco Rodrigues Lobo e publicadas, de um manuscrito no Museu Britânico, por Ricardo Jorge, em *Cartas dos Grandes do Mundo Coligidas por Francisco Rodrigues Lobo (1612)*. Coimbra, 1934.

também à totalidade dos versos a ele referentes, é a que vem endereçada: «Cataldus didaco souse episcopo portuensi Salutem».

Há nesta carta um tom cerimonioso que mostra terem esfriado as relações de ambos, possìvelmente à roda de 1495 ou começos de 1496. A verdade é que não há correspondência posterior a esta, talvez porque Cataldo não quer abandonar a corte nem os marqueses de Vila Real que parecem tê-lo protegido até o fim. O ponto mais ao norte onde costuma viver é Santarém, onde o rei D. Manuel se deslocava com frequência e os marqueses de Vila Real tinham casa. Por outro lado, o Marquês, depois da morte de D. João de Noronha, em 1506, quando já era bispo eleito de Ceuta, não manteve relações muito cordiais com D. Diogo de Sousa. O arcebispo bracarense teve sérias questões com D. Fernando de Meneses, por conflitos de suserania sobre terras da sua arquidiocese. Na Torre do Tombo, ainda hoje se encontra a respectiva documentação. E é natural que Cataldo, ligado à Casa de Vila Real, tomasse as suas dores.

Mas vamos à carta de «Cataldo a Diogo de Sousa, bispo do Porto». Como é pequena, traduzi-la-ei na íntegra: «Envio à tua grandeza, prelado digníssimo, o sexto livro da nossa Águia , para que saibas que depois da tua partida daqui, me não dediquei apenas a matar lebres e correr atrás de cabritos monteses, mas ainda me consagrei tristemente a lutos e lágrimas. Nesta matéria, quanto o bárbaro de barbas suou, e se ele deve ser louvado ou censurado, só poderá julgar com exactidão quem conhecer bem todo o caso, visto como Álvaro Rodrigues me tirou o talento, Herodes a memória e Pilatos a inspiração. Mas foi a morte del-rei D. João que de todo me arrancou a inteligência. Peço-te que, depois de lido, mo remetas juntamente com os epitáfios, para dar gostosamente ao irmão a oportunidade de os ver. Adeus» ([28]).

Interessam-nos aqui apenas a referência às obras enviadas a D. Diogo de Sousa, a alusão à sua ausência e à morte de D. João II. Por outros passos da obra do Sículo, conhecemos que Álvaro Rodrigues, talvez tesoureiro real, se negara a pagar-lhe, e quem fossem Herodes e Pilatos e o «bárbaro barbado» Cataldo não diz e nós também não temos interesse em saber. Quanto às actividades venatórias do humanista, estão largamente documentadas na sua obra, e as descrições de caçadas são um dos temas que trata com maior felicidade nos versos, geralmente monótonos.

Portanto, durante a larga ausência de D. Diogo de Sousa, em Itália, na Embaixada de Obediência ao Papa Alexandre VI, saída em 1493, aca-

([28]) *Epistole I*, b.

bara Cataldo um poema e vários epitáfios. Da embaixada, D. Diogo de Sousa regressou bispo do Porto e a bula de nomeação deve ter chegado a Portugal (e provàvelmente D. Diogo também) já depois da morte de D. João II, ocorrida em 25 de Outubro de 1495. De facto, a bula de nomeação de D. Diogo é datada de apenas dois dias antes ([29]).

A que obras se referiria o Sículo? Creio poder responder com segurança que devia tratar-se do poema em quatro livros «Sobre a morte do Príncipe D. Afonso, dedicado ao Invictíssimo e Poderosíssimo D. Manuel, Rei de Portugal», que vem seguido de trinta e dois epitáfios. É este o mais extenso poema de Cataldo e só foi publicado anos mais tarde, em data que não é possível precisar. Cataldo tê-lo-ia enviado nos seus quatro cantos, ou talvez só o último, seguido dos epigramas. Esse quarto livro seria possìvelmente a sexta obra de uma colectânea intitulada *Aquila*, nome pretensioso, mas de acordo com a megalomania de Cataldo. Sugiro que os dois poemas já então escritos com certeza, pois que oferecidos a D. João II, a saber a *Arcitinge*, sobre a conquista de Arzila e Tânger, e o *De Perfecto Homine*, se fossem colocados antes do *De Obitu Principis Alfonsi*, fariam com que o quarto livro deste último fosse o sexto livro da *Aquila*. Posteriormente a disposição dos textos sofreria alteração.

Encontro numa obra em cinco volumes, publicada nos Estados Unidos pelo Professor Mario Cosenza, o *Biographical and Bibliographical Dictionary of Italian Humanistas*, Boston, 1962, que Cataldo teria escrito um poema sobre Santarém, chamado *Aquila*, e que daí lhe teria vindo tal apelido. Ignoro a existência desta composição sobre Santarém, entidade demasiado impessoal para recompensar o poeta das suas canseiras, mas não ignoro que Santarém, debruçando-se sobre o vale do Tejo, é em Cataldo comparada por duas vezes, pelo menos, em passos meus conhecidos ([30]), a uma águia que do alto observasse a planície. Este nome de Aquila veio, assim, dum livro, que só ocasionalmente alude a Santarém, para o nome próprio de Cataldo, decerto através da edição, hoje conhecida apenas indirectamente, de António de Castro, saída talvez em 1569 ([31]). Mas creio

---

([29]) Sobre esta e uma outra embaixada posterior (1505), de que também fez parte o prelado, ver A. Costa Ramalho, «Uma Alusão Vicentina» in *Colóquio*, n.º 39, 1966.

([30]) A. Costa Ramalho, «Cataldo Sículo em Santarém» in *Panorama*, n.º 11/IV Série, 1964. Os passos vêm em *Epistolarum Secunda Series*, C ij; *Provas* (cf. nota 4), p. 67.

([31]) Luís de Matos, «Nótulas sobre o Humanista Italiano Cataldo Parísio Sículo» in *A Cidade de Évora*, 35-36, 1954, p. 9. A edição de António de Castro, de

que de futuro será mais condizente com a realidade dos factos apurados chamar antes ao humanista Cataldo Parísio Sículo.

E agora demos uma vista de olhos aos vinte e nove epigramas escritos a D. Diogo de Sousa.

Uma parte deles ocupa-se da rixa do poeta com dois presbíteros, em que surge uma velha, ao que parece, a hospedeira dos três homens. Enfim, dificuldades de adaptação ao meio, que o feitio de Cataldo mais contribuía para exacerbar. Os presbíteros querem expulsar do país o Sículo, prejudicá-lo na corte, desgostá-lo com o Rei, e é para a influência protectora de D. Diogo de Sousa que o humanista apela. Daí, elogios e louvaminhas ao futuro bispo do Porto e, mais tarde, arcebispo de Braga.

Traduzo um dos epigramas nesta veia, para amostra: «Contra os presbíteros, um mais velho, outro mortífero, fazes por mim, há muito, guerra justa, ó Diogo! Talvez julgues que gracejo, quando assim escrevo. Mas a posteridade lerá, tenho essa esperança, as palavras que eu transmito ao papel» ([32]).

Lisonjeia D. Diogo, mostrando quanto lhe é submisso. Assim, diz em outro epigrama: «Vê quanta virtude há em teu peito e quanta graça na tua boca serena. Pudeste demover de seu propósito ao forte vate e com palavras amáveis transformar quem era de mármore» ([33]).

Outros poemetos em dísticos, do nosso humanista, andam à roda do seu desejo de possuir rápido e confortável meio de locomoção. Satisfazia, na altura, todas as aspirações a posse de pacata mula. E da mula tratam alguns epigramas.

Obtida ela, falta um campo onde o animal possa manter-se em boa forma. E é com uma espécie de chantagem literária, dissimulada sob a capa do gracejo, que o poeta diz: «Talvez perguntes o que faço agora. Dir-to-ei: construo, ó Diogo, uma obra imensa do Rei. E vou concluí-la mais depressa que o veloz Euro, se ao meu cavalo estiver patente um fértil campozito. Porque, se ele corre muito e come pouco, mal poderá levar com alegria a sua carga, pelo meio da estrada. A obra ilustre pertence a um só e rege-se pelo arbítrio de dois. Se eu parar, quem pensas tu que sofrerá dano menor?» ([34]).

---

facto uma *reedição* de parte da obra poética de Cataldo (sem que o reeditor o soubesse), foi aproveitada nas *Provas* (cf. nota 4). Os textos apresentam ocasionalmente variantes em relação à edição mais antiga.

([32]) *Provas* (cf. nota 4), p. 234.

([33]) *Provas* (cf. nota 4), p. 235.

([34]) *Provas* (cf. nota 4), p. 237.

A resposta que Cataldo não deu, é evidente: o prejuízo dele era menor que o do monarca, porque este ficava privado da imortalidade literária que só os versos latinos conferiam, na opinião do convicto humanista.

Menos despudoradamente interesseiro se nos revela Cataldo, quando em vários epigramas insiste por que lhe paguem. Eis para amostra um dístico a D. Diogo de Sousa sobre esta momentosa questão: «A nau, o lavrador, o cavalo, quando lhes falta o devido, não navega, nem lavra, nem bem percorre o seu caminho» ([35]).

Fica-se com a impressão de que, além de Cataldo, o seu cavalo também não andava satisfeito. E o humanista chega ao extremo de propor a D. Diogo de Sousa que, ou consegue que lhe paguem, ou fica sem professor: «Ao Mesmo: Busca um novo mestre de Oratória, que te revele tão grandes segredos, que graciosamente te mostre os arcanos da Retórica. Outro amor me tem preso, ligado como uma cadeia. E o novo senhor não me deixa ir ter com quenquer que seja. Que hás-de fazer? A incerteza reinará em teu peito. Vem, Diogo, ou faze que me paguem» ([36]).

Como entender estes versos que acabo de traduzir? A experiência de leitura de muitas cartas, sobretudo das relativas ao seu pupilo, Conde de Alcoutim, mostra que, por vezes, Cataldo foi retido contra vontade por alunos que lhe não pagavam, para impedir que ele os deixasse. À espera da paga que não vinha, ia continuando a ensinar.

Assim aconteceu com o tesoureiro de Santarém que lhe ouvia Plauto e não satisfazia o seu débito, para que Cataldo não passasse à companhia dos marqueses de Vila Real.

Estranhos tempos! A correspondência de Cataldo revela uma insuspeitada avidez intelectual entre os cortesãos, mostra como o pequeno povo, que já se batia em África e iria em breve espalhar-se pelos continentes e pelos oceanos, não desprezava os manjares do espírito, o festim intelectual da Renascença, que lhe entrava pela porta com Cataldo e com outros, desde que o tivesse ao alcance da mão.

D. Diogo de Sousa, que fizera no estrangeiro estudos não bem averiguados ainda, foi, portanto, além de protector e mecenas de Cataldo Sículo, também seu aluno de Oratória e seu correspondente na língua do Lácio.

Apesar de todos os queixumes, o humanista tinha pelo futuro arce-

---

([35]) *Provas* (cf. nota 4), p. 239.
([36]) *Provas* (cf. nota 4), p. 238.

bispo de Braga uma quase devoção. Assim inicia aquela que julgo ter sido a última composição poética que lhe enviou, de entre as conhecidas hoje:

«A fama voa, de que muito em breve cingirá tuas têmporas a mitra. ó glória, ó flor e honra da tua família! E merecidamente, porque sabedoria tanta bem digna é de que lhe exorne a cabeça a honra pontifical [...]» ([37]).

Nas obras restantes do professor italiano, deixa de aparecer qualquer menção de D. Diogo de Sousa. Todavia, cartas e epigramas de Cataldo permitiram-nos entrever um pouco da figura do arcebispo bracarense nos anos da sua ascensão. Vemo-lo associado ao mensageiro da cultura nova, chegado a Portugal, amparando-lhe os passos, aproveitando das suas lições, sofrendo-lhe o feitio quezilento.

Não fica mal ao futuro propugnador da Universidade portuguesa, àquele que achava preferível educar a nossa juventude de fronteiras a dentro, embora com mestres estrangeiros, a enviá-la longe de casa, esta amizade com o primeiro em data desses mestres, no final do século XV. Encontramos, assim, D. Diogo de Sousa, grande senhor da Renascença, participando ainda durante a juventude no movimento cultural que só mais de quarenta anos depois receberá aplauso unânime entre nós, com a transferência da Universidade para Coimbra e, sobretudo, com a fundação do Colégio das Artes, em 1548. Nesta última data, já haviam decorrido mais de cinquenta anos sobre aquele tempo em que Cataldo e o seu amigo Diogo de Sousa comungavam, em prosa e em verso latinos, no entusiasmo pelos novos ideais.

As relações de amizade com o Sículo, enriquecendo a biografia do futuro arcebispo, são o modesto contributo que vim trazer esta noite ([38]) ao conhecimento duma personalidade, cuja glória é inseparável da mesma glória de Braga.

([37]) *Provas* (cf. nota 4), p. 239.

([38]) O presente artigo é o texto da conferência, com o mesmo título, pronunciada na Câmara Municipal de Braga, em 12 de Março de 1966, e agora acrescida de notas.

Los Arias de Galicia y sus relaciones familiares con Fernando II de León y Alfonso I de Portugal*

Por M. Rubén Garcia ÁLVAREZ

Los cuatro primeros siglos de la Reconquista constituyen un período histórico muy bien caracterizado. Esas cuatro centurias que median entre el comienzo del reinado en Asturias del cántabro Alfonso y la independencia de Portugal con Afonso Henriques, se singularizan, en efecto, por las estrechas relaciones galaico-portuguesas y por la continuada y decisiva contribución de esta región peninsular a la formación de la nación española y del Portugal de hoy. Son múltiples los aspectos en que esta contribución se revela: demográficos, guerreros, políticos, religiosos y culturales. Cada uno de ellos merece una monografía. Pero su estudio sólo podrá ser abordado con alguna seriedad cuando los medievalistas cis y transminianos establezcamos una íntima colaboración y podamos conocer así las noticias comunes con toda precisión. Es lo que ya se reclamaba en Braga el año 1957 en el primer Colóquio de Estudos Suévico-bizantinos: «Que se estreiten os laços entre os investigadores interessados nos estudos relativos ao Ocidente da Península Ibérica até a fundação do Estado português; e neste sentido sugere-se a criação duma instituição cultural própria, de que a Revista 'Bracara Augusta' se podería tornar o Órgão oficial».

He aquí la razón por la que, aún tentándome mucho más alguno de esos temas — que caen, por otra parte, dentro de la época mejor conocida por mí —, no me he atrevido a estudiarlo y traerlo a este Coloquio. La falta que padezco, y que no puedo subsanar, de la necesaria bibliografía portuguesa, me obliga a confinarme en un tema de ámbito muy ceñido y de época posterior a la por mí preferida. A pesar de su modestia y limitación, creo que puede resultar igualmente interesante a portugueses y gallegos, por lo

---

* Comunicación leída en el I Coloquio Lusogalaico de Historia Medieval (Pontevedra, abril 1966).

que me he aventurado a ofrecerlo a esta ilustre reunión de maestros de los dos países, con la esperanza y el deseo de que contribuya, aunque sea en grado mínimo, al mejor conocimiento de nuestra historia común.

FILIACIÓN

Los Arias de que voy a ocuparme son dos hermanos gallegos, Juan y Fernando, cuya vida se desenvuelve en la segunda mitad del siglo XII, formando parte de la corte leonesa de Fernando II. No hay prueba expresa de que Juan y Fernando fueran hermanos, e incluso el muy docto Julio González llega a escribir, por evidente descuido, que «era don Juan Arias hijo de Fernando Arias» (1). Pero razones abrumadoras demuestran que ciertamente eran hermanos. Por lo pronto, los nombres y apellidos bastan para suponerlo así y para asegurar, en cambio, que no podían ser padre e hijo. Veremos luego, además, que estaban casados con dos primas carnales, lo que niega también la afirmación de Julio González. Y la rechaza asimismo el hecho de que Fernando sobrevivió bastantes años a Juan, según veremos. Tenemos, en cambio, probando los lazos de fraternidad consanguínea que los unían, las circunstancias siguientes: actuaron ambos compartiendo una misma tenencia (2); aparecen en multitud de diplomas reales y particulares firmando juntos, y en algunos gobernando distritos cercanos (3); estaban

---

(1) *Alfonso IX*, tomo I, Madrid, 1944, p. 30.

(2) En el diploma por el que Fernando II, en 8 de agosto de 1167, da al obispo don Pedro de Orense la iglesia de Santa María de Castrelo, suscriben «Iohannes Arie et Fernandus Arie tenentes Castrellum» (*Documentos del Archivo de la Catedral de Orense*, I, Orense, s. a., p. 47).

(3) En octubre de 1173, Fernando II donaba al monasterio de Sobrado y a su abad don Egidio la iglesia de San Martiño de Cabruy con Vilanova, por los términos de Castiñeiras, Uceira de Sadornín, Vilarensal y otros, en la tierra coruñesa de Mesía, y entre los confirmantes figuran: «Fernandus Arie» y «Iohannes Arie, tenente rege domno Alfonso» (*Tumbo* de Sobrado, II, fols. 18 v — 19 r, n.° XXII, bajo el título: «Karta donationis de cauto Sancti Martini de Cabruno quod fecit rex domnus Fernandus monasterio Superaddi»). Y el 2 de diciembre de 1177, el mismo monarca concedía al monasterio de Santa María de Monfero y a su abad don Juan el privilegio de coto para sus vilas de Buriz y de Labrada, en tierras lucenses de Villalba, firmando la donación «Fernandus Arie de Castella» y «Iohanis Arie de Castella» (Archivo General de Galicia, I, n.° 15; perg. original. Publicado por Andrés Martínez Salazar en la *Coleccion diplomática* de «Galicia Histórica», I, Santiago, 1901-1903, doc. núm. CIII, pp. 453-454, según el orig., y por Antonio A. Rey Escariz en el «Boletín de la Real Academia Gallega», III, 1909-1910, pp. 229-230, según una copia de su archivo particular).

casados, según queda dicho, con dos primas (4), y, por último, coinciden en este sentido los apellidos y las fechas de sus respectivas actuaciones.

El padre se llamaba Arias Calvo, según nos revela la donación hecha por Fernando II, el 24 de octubre de 1181, al obispo de Orense, don Alonso, de la tercera parte de Porqueira, «quam Fernandus Arie, filius Arie Calui, et uxor sua Taresia Ueremudi... a me tenebat» (5), siendo este el único testimonio que nos ha quedado de tal filiación. También aquí, el ya citado Julio González ha leído mal este párrafo, pues de él deduce ser «Fernando Arias hijo de Arias Calvo y de Teresa Bermúdez» (6), cuando en el mismo se dice claramente que Teresa era esposa de Fernando Arias y que éste era hijo de Arias Calvo.

Ignoramos con quien éste casó y, por tanto, el nombre de la madre de nuestros personajes. También desconocemos otros pormenores sobre Arias Calvo, tanto respecto a su procedencia como a su vida, pues los datos que acerca de él han llegado hasta nosotros se reducen a unas secas suscripciones documentales, desprovistas de toda expresividad. Lo que sí parece seguro es que era gallego y que residía en esta región en la primera mitad del siglo XII, inclinándome yo a suponerle natural de la Castela de Orense, es decir, de aquella *terra* medieval que corresponde al actual Ribeiro de Avia, en la comarca de Ribadavia (7). Desde comienzos del año 1125, en que, a 1 de abril, le encontramos suscribiendo un diploma de Alfonso VII (8), figura luego en ocho documentos del mismo monarca (9), hasta el 21 de

---

(4) Como veremos en el texto más adelante, las esposas de estos nobles eran hijas de los hermanos Fernando y Vermudo Pérez de Traba.

(5) *Documentos de la Catedral de Orense*, I, pp. 62-64.

(6) *Regesta de Fernando II*, Madrid, 1943, p. 480.

(7) Sobre este territorio orensano en la Edad Media, véase, en breve, la monografía que tengo ultimada y que espero vea la luz en fecha próxima.

(8) Arturo Vázquez Núñez: *Documentos Históricos*, «Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos de Orense», II, 1902-1905, doc. núm. L, p. 343.

(9) Como importan mucho a la finalidad del presente trabajo, me limito, simplemente, a dar sus fechas: 15 de mayo de 1131 (*Documentos de la Catedral de Orense*, I, pp. 17-19); 1135 (Benito Fernández Alonso: *Monasterio de Santa María de Osera*, «BCMOrense», I, 1898-1901, pp. 281-282; julio de 1144 Manuel Lucas Alvarez: *La Coleccion Diplomática del Monasterio de San Lorenzo de Carboeiro*, «Compostellanum», III, 2, 1958, doc. n.° XLIX, pp. 103-104); 21 de agosto de 1145 (*Documentos de la Catedral de Orense*, I, pp. 33-34); 9 de junio de 1147 (*Idem, id.*, pp. 146-147); 23 de diciembre de 1149 (López Ferreiro: *Colección diplomática*, I, núm. XVII, pp. 77-78); 9 de mayo de 1150 (Marcelo Macías: *Un diploma interesante*, «BCMOrense», VII, 1923-1926, pp. 209-211), y el documento que se reseña en la nota siguiente.

febrero de 1151 ([10]), última de sus apariciones conocidas. Sólo en dos de estas escrituras añade a su nombre algún título o calificativo: una del año 1147, donde expresa: «Arias Caluus tenens Limiam» ([11]), y otra del 1151, donde se especifica: «Arias Calbus de Castella de Buual» ([12]). Estas escasas apariciones durante más de un cuarto de siglo y el no figurar más que una vez ostentando el cargo de una tenencia, vendría a indicarnos que Arias Calvo debía ser un magnate de nobleza más bien modesta. Podríamos decir, por lo que se verá, que, más que hijo de familia ilustre, Arias Calvo fue padre de ilustre descendencia.

JUAN ARIAS

Juan fue seguramente el primogénito, siendo su intervención en la vida política del reino leonés más lucida y activa que la de su hermano Fernando. Yo le encuentro nada menos que en 63 documentos, que van desde el 24 de noviembre de 1157 hasta el 18 de marzo de 1187 ([13]), es decir, durante treinta años. Casi todos ellos son diplomas reales de Fernando II y en la mayoría sólo figura confirmándolos con su nombre, a secas. En algunos, sin embargo, aparece designado como Juan el Gallego ([14]), en otros, como Juan Arias de Castela ([15]), y en uno como Juan Arias de Búbal ([16]), todo lo cual me hace sospechar que, como su padre, era natural

([10]) Alfonso VII dona al obispo de Lugo don Guido todos los límites de su diócesis que reivindicaba contra Oviedo (Archivo Catedral de Lugo, estante 23, legajo 5. Publicado por Francisco Vázquez Saco: *Un diploma de Alfonso VII*, «BCMLugo», II, 1945-1947, pp. 285-287).

([11]) Véase la referencia correspondiente en la nota 9.

([12]) Cf. el diploma citado en la nota 10.

([13]) No me parece pertinente recogerlos aquí. A base de los mismos haré cualquier día un estudio detenido de este personaje gallego.

([14]) Entre otros, que omito por no extenderme con exceso, puedo aducir aquí los siguientes: febrero de 1176 (Julio González: *Regesta*, p. 445); 28 de abril de 1181 (*Idem id.*, p. 476); 21 de junio de 1181 (*Idem id.*, p. 478); 25 de junio de 1181 (*Idem id.*, pp. 478-479); 7 de julio de 1181 (*Idem id.*, p. 479), y 13 de julio de 1183 (*Idem id.*, p. 490). Debemos advertir que en algunos de estos diplomas suscribe también su hermano Fernando (Cf. la nota 3 y el párrafo del texto a que corresponde la misma).

([15]) Como en éstos: 13 de junio de 1161 (López Ferreiro: *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela*, IV, Santiago, 1901, apéndice XXI, pp. 80-82); 2 de diciembre de 1177 (Cf. la nota 3), y marzo de 1178 (Julio González: *Regesta*, p. 455).

([16]) Donación hecha el 18 de marzo de 1187 por Fernando II al monasterio de Santa Comba de Naves (Vázquez Núñez: *Documentos Históricos*, II, n.° XXXII, pp. 155-156).

de la comarca ribadaviense. Estuvo honrado por el rey con la tenencia de algunos disritos y lugares de esta misma comarca o de sus cercanías, como la jurisdicción de Castrelo de Veiga, a orillas del Miño ([17]), el burgo medieval de la actual villa de Ribadavia ([18]), entonces llamada Boubou ([19]), y, en tierras tudenses, el distrito de Toroño ([20]). Por un diploma de marzo de 1180, consta que Juan Arias tenía mando en Galicia ([21]). Y sabemos también que, aunque por breve tiempo, desempeñó el elevado cargo de alférez real ([22]).

Los cordiales lazos de amistad que le unían al monarca leonés se descubren claramente en un diploma de 6 de noviembre de 1181, por el que Fernando II, llamándole «vasallo meo, familiari et amico», y «attendens devotionem et obsequium quod vos Iohannes Gallecus pluribus annis mihi et regni mei honori et incremento... fecisti», le dona el lugar de Pozuelo, en términos de Castroverde ([23]). Nada pueden extrañar frases tan afectuosas si tenemos en cuenta que en octubre de 1173 ya se la había confiado a nuestro noble el cuidado del hijo de Fernando II: «Iohannes Arie — suscribe un documento de Sobrado — tenente rege domno Alfonso» ([24]), es decir, de aquel niño de poco más de dos años, hijo de la infanta portuguesa doña Urraca y nieto de Afonso Henriques, primer rey de Portugal ([25]).

([17]) Cf. la nota 2.

([18]) En 2 de noviembre de 1172, Fernando II donaba al monasterio de Santa María de Melón y a su abad don Martín la décima parte de todas las rentas pertenecientes a la corona del burgo llamado Boubou, y la concesión fue confirmada por «Iohannes Arie, tenens burgum predictum de Boubou», y por «Fernandus Arie» (Publicado por J. González: *Regesta*, n.° 26, pp. 277-278. Cf. la referencia de nuestra nota siguiente).

([19]) Véase M. Rubén García: *Un viejo nombre de Ribadavia*, «BCMLugo», IV, 1951, pp. 168-172.

([20]) Cf. la donación hecha por Fernando II a la Iglesia de Santiago, en 23 de octubre de 1176, de la mitad de la tierra de Montes (López Ferreiro: *Historia*, IV, ap. XLIX, pp. 120-122).

([21]) Donación de Fernando II al monasterio de Lourenzana y a su abad Martín, suscrita por «Iohannes Arie in Gallecia» (*Tumbo* de Lorenzana, fols. 38 r-39 r, n.° 29, bajo el título: «Karta de Sancto Iusto de Laurenzana»). En otro documento de igual fecha, por el que el mismo monarca hace une donación a la Iglesia de Orense y a su obispo don Alonso, firma también «Iohannes Arie in Gallecia» (*Documentos de la Catedral de Orense*, I, pp. 60-62).

([22]) Desde agosto hasta diciembre de 1174, cuando menos (Cf. Julio González: *Regesta*, pp. 435-439).

([23]) Cf. J. González: *Regesta*, pp. 480-481.

([24]) Véase el primer documento citado en la nota 3.

([25]) Cf. J. González: *Alfonso IX*, I, pp. 17-24.

Por este tiempo, Juan Arias ya estaba casado con la dama gallega Urraca Fernández, hija del conde Fernando Pérez de Traba, el más poderoso e influyente magnate de las cuatro últimas décadas de la primera mitad del siglo XII. El 30 de abril de 1165, precisamente el mismo día en que se celebraba la Paz del Lérez, Juan Arias estaba en Pontevedra acompañado de su esposa Urraca Fernández y ambos donaban al monasterio de Armenteira y a su abad don Ero la heredad llamada Paraíso, situada junto a Santa María de Portas, a orillas del Umia ([26]).

Aquí debo abrir un leve paréntesis crítico sobre un punto que me parece no anda nada claro; un punto que es, por lo demás, el punto clave de esta reunión, y punto, en fin, que prometí abordar en una intervención mía anterior. Aludo, justamente, a las pruebas documentales de la Paz del Lérez, en torno a cuya conmeración celebramos este Coloquio. Pues resulta que de dicho tratado de paz no tenemos más testimonio que esa donación de Juan Arias en favor de Armenteira, acabada de citar, en la cual, afortunadamente para nosotros, el escriba completó la calendación con la noticia histórica de ese acuerdo entre el rey leonés y el portugués. No ignoro que existe otra escritura, fechada también en 30 de abril, como la de Juan Arias, y en la que, como en la de éste, se ingiere igualmente la misma noticia sobre la Paz del Lérez. Se trata de una donación del propio Fernando II a Guntadino y a su mujer Mayor Suárez, a los que concede la heredad realenga de Fornelos ([27]). Ahora bien, yo no me atrevería a poner la mano en el fuego para defender la autenticidad de esta escritura de Guntadino. Ha llegado a nosotros en una copia de fines del siglo XV, aunque en letra que podría hacerse pasar como del XIII, y tengo para mí que fue carpinteada tardíamente, tomando como modelo la indiscutiblmente auténtica — es original — de Juan Arias, que fue reproducida a la letra, sin reparar en que ésta es una escritura particular y la supuesta de Guntadino, real. Porque, además, nos consta, por un diploma original, que la heredad realenga de Fornelos fue donada por el mismo Fernando II a Diego Gontadiz, *pro*

([26]) Archivo Histórico Nacional: Clero, Armenteira, Legajo 1.205, P. 5; perg. orig. de 520 × 185 mm., con algunos rotos, especialmente en los bordes. Podrá leerse en fecha próxima en un artículo que, con el título de *Diplomas de Fernando II de la primavera de 1165*, publicaré en colaboración con Isidoro Millán G. Pardo.

([27]) AHN., Clero, Armenteira, Legajo 1.205, R. 10: copia simple de fines del siglo XV en perg. de 365 × 170 mm.; y copia notarial de igual época en el mismo leg., R. 6 bis. Lo editaremos también en el artículo anunciado en la nota precedente.

bono seruicio, el 10 de enero de 1168 ([28]), no aludiendo el monarca siquiera a su supuesta donación anterior a Guntadino o Guntado, posiblemente padre de Diego Gontadiz.

Dejemos la cosa así, pero insisto en que no creo ser tachado de hipercrítico si afirmo que el único testimonio indubitable que podemos utilizar como prueba segura de la no menos segura existencia de la Paz del Lérez, es la donación de Juan Arias, que, sólo por ésto, bien merecía ser rescatado del olvido y sacado a la luz histórica. El hecho es que fue entonces cuando, como consecuencia inmediata de aquel tratado de paz, se concertó el matrimonio del soberano leonés con la hija de Alfonso I de Portugal ([29]), del cual nacería el 15 de agosto de 1171 el futuro Alfonso IX de León, conforme queda indicado ([30]).

Fernando Pérez de Traba, el suegro de Juan Arias, es un extraordinario personaje gallego que llena y hace la historia leonesa y portuguesa desde 1120 hasta 1155. Fue el más influyente magnate de la corte de Alfonso VII, y no es de extrañar, por ello, que la Crónica latina de Castilla atribuya la división del reino por los hijos del Emperador a su iniciativa: «divisit siquidem regnum suum, permitente Deo propter peccata hominum, duobus filiis suis, ad instanciam Fernandi comitis de Gallecia» ([31]). Fue famoso en la historia, además, por haber contribuido a la creación del reino portugués y haber compartido con la reina doña Teresa el tálamo y el trono. Estuvo casado con la asturiana Sancha González ([32]), pero algunos años después de la muerte del conde portugalense don Henrique de Borgoña, ocurrida a fines de abril de 1112 ([33]), Fernando se separó de su esposa y,

---

([28]) AHN., Clero, Armenteira, Legajo 1.205, R. 4; perg. orig. de 510 × 249 mm. Publicado por Julio González: *Regesta*, núm. 17, pp. 264-265, y por Isidoro Millán G. Pardo: «El Museo de Pontevedra», VI (1951), doc. núm. I, pp. 136-137; ambos, según el perg. original.

([29]) Cf. J. González: *Regesta*, pp. 69-70; y el mismo: *Alfonso IX*, I, pp. 17-19.

([30]) Véase J. González: *Alfonso IX*, I, pp. 21-24.

([31]) Cf. J. González: *Regesta*, pp. 17-19.

([32]) Hija del famoso conde asturiano don Gonzalo Peláez, que tanto dio que hacer a Alfonso VII en los primeros años de su reinado. En muchos documentos, que no este el lugar ni la ocasión de registrar, figura Sancha González al lado de su marido don Fernando Pérez de Traba. Véanse, como ejemplo, los tres reseñandos en la nota 45.

([33]) La fecha de la muerte del conde don Henrique es incierta. La mayoría de los autores, siguiendo a Herculano, la suelen fijar en el año 1114 (cf. Mário Cardozo: *A propósito do Centenário da «Cidade» de Guimarães et do Milenario da sua existencia histórica*, «Revista de Guimarães», LXIII, 1953, p. 40, nota 23). Me inclina a aceptar, sin embargo, la dada por Ruy de Azevedo, basándome en su gran autoridad y en su

en el año 1121 ([34]), marchó a Portugal, donde vivió bastante tiempo con la infanta o reina doña Teresa, viuda de don Henrique, de la cual tuvo, cuando menos, a una hija, llamada Sancha ([35]), lo mismo que la esposa abandonada. Allí, al lado de la reina Teresa, dándose aires de príncipe y considerándose como conde de Portugal, pretendió Fernando alzarse con el señorío de todo el condado. Pero el 24 de junio de 1128 fue derrotado, con sus partidarios y los de la reina Teresa, por el hijo de ésta, don Afonso Henriques, que consiguió un gran triunfo sobre aquéllos en la batalla de San Mamede, junto al castillo de Guimarães ([36]), hecho tenido por los portugueses, y con razón, como decisivo «para a fundação da Nação portuguesa» ([37]).

El gallego conde Fernando se vio obligado entonces a retirarse a Galicia, en donde continuó prestando eminentes servicios a Alfonso VII. Tuvo por mucho tiempo el gobierno de casi todo el país gallego, y su prestigio llegó a ser tanto que se le conocía por su sólo nombre acompañado del título de conde de Galicia. Fernando era, en efecto, el conde magno, el duque de Galicia, aquel de quien nos dice una escritura del monasterio de Carboeiro, fechada el 7 de marzo de 1151, que «tunc tenens principatum Galecie» ([38]). A pesar de sus deslices, fue hombre de profunda y sincera religiosidad, bien demostrada en sus copiosas donaciones a los monasterios de Sobrado, Oseira, Monfero, Armenteira y Toxosoutos, así como en los dos viajes que hizo a Jerusalén, en los años 1147 ([39]) y 1152 ([40]). Regresó del último en

---

exhaustivo conocimiento de la documentación portuguesa de la época (*Algumas achegas para o estudo das origens da Ordem de S. João do Hospital de Jerusalém, despois chamada de Malta, em Portugal*, «Revista Portuguesa de História», IV, 1, 1949, p. 318).

([34]) Cf. *Historia Compostellana*, ed. Flórez: *España Sagrada*, XX, 2.ª ed., Madrid, 1791, p. 358. Puede verse también la traducción castellana de Manuel Suárez, Santiago, 1950, p. 326.

([35]) Cf. la nota 66.

([36]) *Chronica Gothorum*, en los *Portugaliae Monumenta Historica a seculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum*: *Scriptores*, Lisboa, 1856, p. 12. O, con el nombre de *Chronicon Lusitano*, en Flórez: *Esp. Sagr.*, XIV, Madrid, 1758, pp. 408-409.

([37]) Mário Cardozo: *A propósito do Centenário*, pp. 17-18, y nota 36 en la p. 43. Cf. etiam Luís de Pina: *Vimaranes-Mumadona*, «Gil Vicente», IV, 1953, pp. 104-105.

([38]) Lucas Alvarez: *La Colección Diplomática de Carboeiro*, n.° L, pp. 105-106, según el perg. original.

([39]) Con ocasión de la segunda Cruzada, predicada por San Bernardo.

([40]) El mismo nos lo dice en una escritura, que conviene extractar aquí: El 1 de mayo de 1153, «ego Fernandus, Galletie comes, una cum uxore mea comitissa Sancia et filio meo Gundisaluo et cunctis filiabus meis», dona al monasterio de Sobrado y a su abad don Egidio la décima parte de la renta recaudada en el portazgo del Burgo de Faro, indicándose, tras la fecha: «anno quo ego comes Fernandus secundo Iherosolimam

la segunda mitad de 1153, incorporándose seguidamente a sus actividades políticas, y así, ya en un diploma leonés de 25 de agosto de dicho año se hace constar, tras la fecha: «tempore regis Fernandi in Gallicie; nutritor eius comes Fernandus qui tenebat maiorem partem Gallicie» (41). Según el cronista dieciochista Villalpando, falleció el 1 de noviembre de 1155, siendo enterrado en el claustro de la catedral compostelana, desde donde, seis años después, fue trasladado al monasterio de Sobrado (42). En 31 de mayo de 1158, la condesa doña Sancha ya donaba a Santiago, por el alma de su difunto marido, un gran número de vilas en Postmarcos y en Iria (43). De creer a López Ferreiro, doña Sancha vivía desde el año 1141 retirada en el monasterio de Santa María de Cambre (44), aunque yo no veo esto muy claro, pues, con posterioridad a esa fecha, la encuentro más de una vez al lado de su marido en varios documentos (45).

Es inexplicable que entre la balumba impresa que ahoga al lector más voluntarioso, nadie se haya decidido a escoger como tema de estudio la figura y actividades del conde Fernando Pérez. La publicación de un libro sintético, en el que se diese, en breves páginas, claras, escuetas, podadas de retórica y de erudición libresca, la sustancia, no muy copiosa pero sí importantísima, que puede extraerse de las fuentes narrativas y diplomáticas sobre este personaje, la juzgo de interés primordial para el conocimiento de la primera mitad del siglo XII. Es una cuestión que importa muy de cerca a portugueses y gallegos, y creo debía concentrarse el esfuerzo de los investigadores de una y otra región para dejarla aclarada

---

perrexi» (*Tumbo* de Sobrado, II, fol. 14 r, n.° XIV. Publicado, con algunos errores, por César Vaamonde Lores: *Ferrol y Puentedeume*, Coruña, 1909, p. 3, nota 1).

(41) Cf. Julio González: *Regesta*, p. 18, nota 5.

(42) Citado por López Ferreiro: *Historia*, IV, pp. 268-269, nota 2.

(43) *Tumbo C* de Santiago, fol. 182. (Cf. López Ferreiro, *op.* y *loc. cits.* en la nota anterior).

(44) *Historia*, IV, p. 274, nota 1.

(45) Cf. la escritura extractada en la nota 40. Podríamos citar algunas más, como ésta, de 14 de febrero de 1142: «Ego comes Fredenandus Petri... et uxor mea Sancia Gundisalui... et pariter cum consobrina mea Urracha Ueremudi, deouota», hija de su hermano Vermudo Pérez, donan al monasterio de Sobrado cuanto en el mismo les pertence (*Tumbo* de Sobrado, II, fols. 7 v-8 r, n.° IV; otra copia en Idem id., fols. 8 v-9 v, n.° VI). O esta otra, de 3 de noviembre de 1152: «Ego comes dominus Fernandus, cum conius mea Sancia Gundisaluit», donan al monasterio de Xubia la mitad de la iglesia de San Martiño de Cerdido (Santiago Montero Díaz: *La Colección Diplomática de San Martín de Jubia*, «Boletín de la Universidad de Santiago de Compostela», VII, 1935, doc. núm. L, pp. 86-87).

definitivamente. Brindo la idea a los presentes y, en lo poco que permiten mis escasos conocimientos, también mi desinteresada colaboración.

Pero volvamos a lo nuestro. Fernando II de León, casada con Urraca Afonso en 1165, después de haber confiado en 1173 a Juan Arias el cuidado de su hijo, habido en ella en 1171, se separó de su mujer en 1175 ([46]). La portuguesa Urraca hubo de resignarse a la separación, entrando en un monasterio de Dueñas, tras haberse convertido en freira de la Orden de San Juan de Jerusalén ([47]). Sólo tres años después, en el de 1178, enlazó Fernando II con Teresa Fernández, viuda del conde castellano Nuño Pérez de Lara e hija del conde gallego Fernando Pérez de Traba, en cuya casa se había criado y educado el monarca leonés ([48]).

Y he aquí por donde tenemos ya a nuestro Juan Arias emparentado, por su mujer Urraca Fernández, con Fernando II de León, de quien venía a ser cuñado, y relacionado también con la familia real portuguesa, puesto que en su casa se había educado el infante Alfonso, nieto de Afonso I de Portugal, según hemos visto. Pero estas relaciones y lazos de parentesco con ambas casas reales eran todavía más estrechas, como veremos al tratar de su hermano Fernando Arias y del suegro de éste, Vermudo Pérez de Traba. No creo posible, en cambio, añadir a las mismas las que se derivarían de ser Teresa Fernández, la segunda esposa de Fernando II, hija de la reina Teresa de Portugal. Tanto Vaamonde Lores ([49]) como Montero Díaz ([50]) así lo afirman, aunque sin pruebas. Pero la cronología se opone a tal filiación, pues consta que la reina portuguesa doña Teresa murió el 1 de noviembre de 1130 ([51]) y que su supuesta hija doña Teresa Fernández falleció de parto en la primavera de 1180 ([52]), es decir, cuando habría sobrepasado los 50 años de edad y parece harto improbable pudiera quedar embarazada. Además, ¿cómo creer, en este caso, que el rey leonés matrimoniase con una mujer viuda, madre ya de varios hijos, de casi 50 años y que le llevaba a él siete o más?

Sea de ello lo que quiera, el hecho es que, según vemos, el gallego Juan

---

([46]) Cf. Julio González: *Regesta*, pp. 110-113; y el mismo: *Alfonso IX*, I, pp. 24-26.

([47]) Véase J. González: *Regesta*, p. 112; y el mismo: *Alfonso IX*, I, pp. 25-26.

([48]) Cf. J. González: *Regesta*, pp. 120-122; y el mismo: *Alfonso IX*, I, pp. 26-27.

([49]) *Ferrol y Puentedeume*, p. 28, nota 1.

([50]) *La Colección Diplomática de Jubia*, p. 47, nota 96.

([51]) Así lo acredita la *Chronica Gothorum* (*PMH., Scriptores*, p. 13) o *Chronicon Lusitano* (ed. Flórez: *Esp. Sagr.*, XIV, p. 409).

([52]) Cf. Julio González: *Regesta*, pp. 129-130; y el mismo: *Alfonso IX*, I, pp.26-27.

Arias está ya entroncado por estos años con las casas reales de España y Portugal. No puedo detenerme aquí en el examen pormenorizado de sus actividades, lo que alargaría excesivamente esta comunicación. Baste decir que, según me parece, Juan había muerto ya en 29 de marzo de 1191 fecha en que su esposa doña Urraca, «causa peregrinationis a Gallecia veniens Ovetum», y encarga sufragios por el alma de su marido, a celebrar en el monasterio ovetense de San Vicente ([53]). Un año después, a 27 de septiembre, la misma señora vuelve en peregrinación a Oviedo y, titulándose «filia famosissimi comitis Fernandi, et uxor cuiusdam militis curialissimi, nomine Johannes Arias», hace una donación al monasterio de San Pelayo ([54]). Todavía vivió algunos años más doña Urraca, y en el de 1199, a 30 de julio, otorgó testamento con tal liberalidad, que más parece propio de reyes que de persona particular ([55]).

FERNANDO ARIAS

Fernando debió de ser el segundogénito de Arias Calvo, habiendo nacido, sin duda, algunos años después de su hermano Juan ([56]). Según consta expresamente, estuvo casado con Teresa Vermúdez ([57]), hija de Vermudo Pérez de Traba, el hermano mayor del conde Fernando ([58]), del

---

([53]) Luciano Serrano: *Cartulario de San Vicente de Oviedo*, Madrid, 1929, p. 286.

([54]) Luciano Serrano: *Cartulario de Monasterio de Vega con documentos de San Pelayo y Vega de Oviedo*, Madrid, 1927, pp. 188-190.

([55]) López Ferreiro: *Colección diplomática*, I, núm. XX, pp. 84-89.

([56]) Así parece deducirse de la más activa y lucida intervención de Juan y, sobre todo, de que, cuando aparecen juntos los dos hermanos, figura siempre Juan en primer lugar.

([57]) Este matrimonio está atestiguado por abundantes testimonios documentales. Basta citar aquí los siguientes: La ya referida donación de la tercera parte de Porqueira, de que hablamos en el párrafo del texto correspondiente a la nota 6. Y una interesante escritura del año 1196, sin expresión de mes ni día, por la que «ego domnus Fernandus Arie et uxor mea domna Taresia Vermudi» dan a la Orden de San Juan de Jerusalén cuanto les pertenece en la vila de Cedeira y en el monasterio de Teixido (Fernando Suárez de Tangil: *Colección de Documentos Históricos* del «Boletín de la Real Academia Gallega», I, La Coruña, s. a., p. 116).

([58]) Son múltiples los testimonios que avalan esta filiación. Creo suficiente aducir uno solo, fechado en 13 de agosto de 1216, porque además de muy expresivo, alude a una cuestión de la que tratamos en el texto más adelante. En tal día, «ego domna Tharasia Vermudiz», que se había apoderado injustamente de lo que «pater meus domnus Veremundus Petri» había concedido al monasterio de Sobrado y al abad don Egidio en Nogueirosa, restituyó y dio de nuevo al abad don Enrique y a sus monjes

que nos ocupamos hace un momento. Las esposas de Juan y Fernando Arias eran, pues, primas carnales, tal como hemos dicho ya. Ya hemos visto también los lazos familiares que por su esposa Urraca Fernández tenía Juan Arias con los reyes de León y de Portugal, lazos que, naturalmente, tocaban también a su hermano Fernando. Pero, además, una hija, ilegítima, de la reina doña Urraca y del conde don Pedro González de Lara, llamada Elvira, estuvo casada en primeras nupcias con García Pérez de Traba, hermano de los condes Fernando y Vermudo, antes nombrados ([59]), y, por tanto, la citada Elvira y su hermanastro Alfonso VII venían a ser tíos de las esposas de Juan y Fernando Arias. Por fin, una hermana de la mujer de este último, Sancha Vermúdez, fue abuela de Santo Domingo de Guzmán y, consiguientemente, los hijos de Fernando Arias y Teresa Vermúdez fueron tíos del Santo ([60]).

En esta ocasión nos importa más, sin embargo, examinar otros enlaces familiares del personaje que ahora nos ocupa. Vermudo Pérez de Traba, el suegro de Fernando Arias, estuvo casado varias veces, según nos dice él mismo en una escritura del año 1138, en que habla «de uxoribus meis prioribus» ([61]), aunque ignoramos el nombre de las mismas. Sabemos, en cambio, que su última esposa fue la infanta portuguesa Urraca Henriques, hermana del futuro Afonso I de Portugal, con la cual contrajo matrimonio en el año 1122. De 25 de julio de tal año es la espléndida carta de arras, en que consta la larga generosidad con que Vermudo dotó «tibi dulcissime

---

cuanto había usurpado al monasterio (Vaamonde Lores: *Ferrol y Puentedeume*, doc. núm. IV, pp. 52-53). Que, tal como afirmamos en el texto, Vermudo Pérez era al hermano mayor, se dice en una escritura del 18 de marzo de 1153 por la que ambos hermanos hacen una copiosa donación al monasterio de Sobrado, suscribiéndola así: «Ego comes domnus Fernandus uno corde parique facto cum germano meo maiore domno Ueremudo Petri, atque cum filiis et filiabus amborum», firmando, en efecto, entre otros familiares, «Fernandus Ueremudi cum germana mea Urracha Uermudi; Sancia Ueremudi et Tarasia Ueremudi, quod pater germanique nostri faciunt» (*Tumbo* de Sobrado, II, fol. 10 r y v, n.° VII).

([59]) Cf. Manuel Suárez: Trad. de la *Historia Compostelana*, p. 392, nota 2.

([60]) Véase López Ferreiro: *Historia*, V, Santiago, 1902, p. 115, texto y nota 1.

([61]) El día 9 de octubre de tal año, encontrándose en Santiago, Vermudo hizo donación a su hija Urraca del monasterio de Xan Rozo, que con la advocación de Santa María, reedificó y restauró con religiosas que puso bajo la obediencia de su citada hija, que allí quedó como abadesa. He aquí el comienzo de esta notable escritura: «Ego Veremudus Petriz, filius domni comitis Petri Froyle, et uxor mea infans domna Urracha, comitis Henrriqui filia et regine Tharasie, una cum filiis et filiabus nostris et omni uoce nostra, necnon cum omnibus aliis filiis et filiabus quos de uxoribus meis prioribus habui...» (Vaamonde Lores: *Ferrol y Peuentedeume*, ap. núm. 4, pp. 71-73).

uxori mee infante domne Urrache, filie comitis domni Henrich et regine domne Tharasie» ([62]).

Como Vermudo tuvo hijos de sus varios matrimonios ([63]), podríamos pensar que Teresa, la esposa de Fernando Arias, fue hija de una de sus primeras mujeres y no de Urraca Henriques. Vaamonde Lores así lo asegura tajantemente ([64]). Pero yo creo que se equivoca, pues su afirmación está en pugna con la cronología personal de Teresa Vermúdez. Vivía ésta, en efecto, y aparece actuando aún en el verano de 1219, según veremos ([65]). No cabe suponerla nacida, pues, antes de 1122, es decir, antes del matrimonio de su padre con Urraca Henriques, a menos de admitir que casi centenaria gozase de plena actividad mental y otorgase todavía escrituras, disponiendo de sus bienes. Podemos asegurar, en consecuencia, que Teresa Vermúdez fue hija de la portuguesa Urraca Henriques y, por tanto, que ella y su marido Fernando Arias eran sobrinos de Afonso I de Portugal. Si recordamos ahora que una hija del monarca portugués, Urraca, fue la primera mujer de Fernando II de Léon y que este contrajo luego segundas nupcias con Teresa Fernández, prima carnal de la esposa de Fernando Arias y hermana de la mujer de Juan Arias, se adivinarán facilmente los múltiples y estrechos lazos de parentesco que unían a nuestros personajes con los reyes de León y de Portugal, según puede comprobarse en el cuadro genealógico que aquí ofrezco.

Es evidente que el matrimonio de Vermudo Pérez, el futuro suegro de Fernando Arias, con Urraca Henriques, fue una de las consecuencias de aquella ida a Portugal de su hermano el conde Fernando Pérez en el año 1121. Allí, en la pequeña corte de la reina Teresa, donde comenzó a privar por entonces Fernando, conoció sin duda Vermudo a la infanta Urraca, con la que se desposó al año siguiente. Pero después de la rota de San Mamede, en que las cosas empezaron a rodar muy mal para los Traba en Portugal, tuvieron éstos que regresar a Galicia, trayéndose Vermudo consigo a su esposa Urraca, y su hermano Fernando a la hija habida en la reina portugalense doña Teresa ([66]).

([62]) Vaamonde Lores, *op. cit.*, ap. núm. 3, pp. 67-68.

([63]) Cf. Vaamonde Lores, *op. cit.*, ap. núm. 3, pp. 67-68.

([64]) *Op. cit.*, pp. 48; 52, nota 2, y ap. núm. 3, p. 67.

([65]) Cf. la nota 85.

([66]) De esta hija nos habla una escritura fechada el 7 de diciembre de 1132, por la que «ego comes dominus Fernandus, prolix Petris, una cum filia mea nacta de regina domina Tareiga», cambia al monasterio de Xubia los hombres que poseía en el coto de Caranza y algunas propiedades en Franza, por varias heredades situadas en Serantes (Montero Díaz: *La Colección Diplomática de Jubia*, núm. XXXV, pp. 78-79).

Poco tiempo después de fallecida ésta, Vermudo, yerno suyo, levantó en el año 1131 el grito de la rebelión en el castillo portugués de Seia, pero sin resultado, pues el infante Afonso Henriques, su cuñado, le obligó por la fuerza a desistir de su intento ([67]).Hubo de regresar nuevamente a Galicia y ya no volvió a cruzar el Miño más que ocasionalmente, como hizo en el año 1145, según nos revela una donación que otorgó al monasterio de Xubia el día 31 de enero, por la que recibió a cambio «una mula que precisaba para viajar a Portugal» ([68]). Y en Galicia, lo mismo que su hermano Fernando, consagró Vermudo el resto de su vida a obras piadosas, realizando, además, juntamente con aquél, dos viajes a Jerusalén ([69]).

Ya en 9 de octubre de 1138, estando Vermudo en Santiago, donó a su hija Urraca, tenida en la infanta portuguesa del mismo nombre y hermana, por tanto, de Teresa, la esposa de Fernando Arias, el monasterio de las Cascas, Xan Rozo o de Santa María das Donas, que de las tres maneras es nombrado este cenobio, situado a las puertas de Betanzos ([70]). Diez años después, en el de 1148, fundó Vermudo el monasterio de Santa María de Nogueirosa, próximo a Pontesdeume, con monjes que pidió al de Toxosoutos. Tres años más tarde, en 26 de diciembre de 1151, la infanta Urraca Henriques, su esposa, hizo una copiosa donación al recien fundado monasterio, expresando su deseo de ser admitida en el mismo como religiosa en compañía de otras cuatro señoras ([71]). No ingresó entonces, sin embargo, sino en el año 1160, al mismo tiempo que su marido tomaba el hábito de religioso cisterciense en Sobrado ([72]). La infanta Urraca acabó humildemente sus días de monja en Nogueirosa, siendo sepultada dentro de la iglesia de su pobre y retirado monasterio ([73]). Y su marido Vermudo Pérez, después de ocho años de retiro monacal en Sobrado, falleció en el de 1168, seguramente cuando rondaba los ochenta de edad, siendo enterrado

---

([67]) Véase la *Chronica Gothorum* (*PMH., Scriptores*, p. 13) o *Chronicon Lusitano* (ed. Flórez: *Esp. Sagr.*, XIV, p. 409).

([68]) Montero Díaz: *La Colección Diplomática de Jubia*, núm. XLVI, pp. 84-85.

([69]) Cf. Vaamonde Lores: *Ferrol y Puentedeume*, ap. núm. 3, p. 69.

([70]) Véase la nota 61.

([71]) Vaamonde Lores: *Ferrol y Puentedeume*, p. 47.

([72]) En 6 de agosto de 1160, «Vermudus Petri, quoniam vitam meam mutaui, dedi Deo et Sancte Marie de Superado, per manum domni Egidii abbatis», una heredad en Xan Rozo, junto al puente de las Cascas y los ríos Mendo y Roibeira (Vaamonde Lores, *op. cit.*, ap. núm. 3, pp. 69-70).

([73]) Cf. Vaamonde Lores, *op. cit.*, p. 48.

en el claustro del famoso monasterio del Tambre, como los demás religiosos ([74]).

Esta era la familia de la mujer de Fernando Arias, del que vamos a decir dos palabras. Le encontramos en los documentos casi un centenar de veces, desde el año 1153 hasta el 1204, es decir, durante medio siglo ([75]). Algo más de los últimos veinticinco años del mismo aparece ostentando cargo de nobleza en la corte, aunque en lo provincial, en donde disfrutó de diferentes y a veces amplias tenencias, pero, cosa curiosa, conservando siempre el gobierno de la de Castrelo de Veiga. Y así, figura 10 veces en esta última, 2 honrado con la de Ribadavia y 1 con la de Benavente, la de Tuy, la de Búbal y alguna otra. Es notable el hecho de haber sido Fernando Arias el único tenente de Castrelo de Veiga. No parece sino que tal jurisdicción fue creada como honra vitalicia del noble que nos ocupa, pues con él nace en 1167 y con él desaparece en 1190. Sólo al principio la compartió con su hermano Juan, lo que para el caso viene a ser lo mismo ([76]). Este hecho no deja de ser muy raro para aquella época, en que se observa el cambio frecuente y el escaso tiempo que la mayor parte de las veces los nobles ocupaban los puestos distritales con que el rey los honraba. Y lo es también porque por entonces es cuando mayor número y más importantes tenencias recaen en una misma persona, siendo naturalmente aquellas de más valor las entregadas por el monarca a los caballeros de su mayor confianza y alcurnia. Entonces la conclusión sería la de que, a pesar de su pequeñez, mucho valor económico o estratégico debía encerrar la de Castrelo, encomendada a Fernando y Juan Arias, entroncados por sus respectivas esposas con el soberano leonés.

Porque, además, tres diplomas, por lo menos, atestiguan que, lo mismo que su hermano, también Fernando Arias disfrutaba de la confianza regia y fue favorecido por el rey en más de una ocasión. Ya hemos visto que Fernando II le había concedido la tercera parte de Porqueira, a orillas del

---

([74]) Cf. Vaamonde Lores, *op. cit.*, ap. núm. 3, p. 70.

([75]) No es propio de este lugar registrarlos todos. Me limitaré a reseñar el primero y el último. En 1 de octubre de 1153, suscribe la noticia del pleito habido entre doña Lupa Fernández y los monjes de Sobrado por la posesión de la vila de Penela (*Tumbo* de Sobrado, II, fol. 43 r y v). Y en 29 de enero de 1204, firma la venta del monte Cudeiro que había hecho al prior y convento de Sar su probable hermano Pedro Arias (Atanasio López: *Documentos relativos a la provincia de Orense*, «BCMOrense», IX, 1930-1932, pp. 135-137).

([76]) Cf. la nota 2.

Limia orensano ([77]). Por una escritura de Sobrado, fechada el 27 de octubre de 1176, sabemos también que el mismo soberano había donabo anteriormente a Fernando Arias el realengo de Seaya, en tierra de Bergantiños, junto a la punta o cabo de Nariga: «propter devotionem et obsequium illius, per scriptum donationis... dedi» ([78]). Y por otro diploma de 31 de julio de 1184, otorgado por cierto en Coimbra, nos consta que el mismo monarca dio a nuestro personaje varias heredades situadas en Sabaceda y en Morrazo, en plena ría de Vigo ([79]).

Como todos los grandes señores de aquella época, poseía Fernando Arias abundantes propiedades. Baste dejar consignado aquí, pues no podemos detenernos ahora en detalles, que, entre otras muchas, le pertenecían diferentes heredades situadas en Gomaríz, Sanín y otros lugares próximos a Ribadavia ([80]), lo que inclina también a suponerle oriundo de esta comarca orensana, lo mismo que a su padre y a su hermano, conforme indicamos anteriormente.

La última noticia sobre él es del año 1204 ([81]), debiendo ocurrir su muerte muy poco después, tal vez en ese mismo año ([82]). El hecho seguro es que en 2 de agosto de 1218 su viuda, doña Teresa Vermúdez, asignaba ya, para los sufragios por su alma, al cabildo de Santiago, la renta de trece moyos de vino en su bodega de «Cortinario» ([83]). Su cadáver había sido sepultado, según López Ferreiro, en el cementerio de la iglesia de Santiago ([84]). En cuanto a Teresa, su viuda, vivía aún en 27 de junio de 1219, fecha en que otorga una escritura por la que dona al monasterio de Melón

---

([77]) Véase la nota 5 y el texto a que corresponde.

([78]) AHN., Clero, Sobrado, Carpeta 530, n.º 6; perg. orig. de 450 × 250 mm. Copia en el *Tumbo* de Sobrado, II, fols. 22 v-23 r, n.º XXIX.

([79]) AHN., Clero, Armenteira, Legajo 1.206, R. 15; traslado notarial del año 1304 en perg. de 265 × 320 mm. Julio González cita este diploma (*Regesta*, p. 497), que supone copia del siglo XIII y, además, seguramente por descuido, lee «Fabaceda» en lugar de «Sauaceda», considerando, por último, con error, como beneficiario de la donación al monasterio de Armenteira.

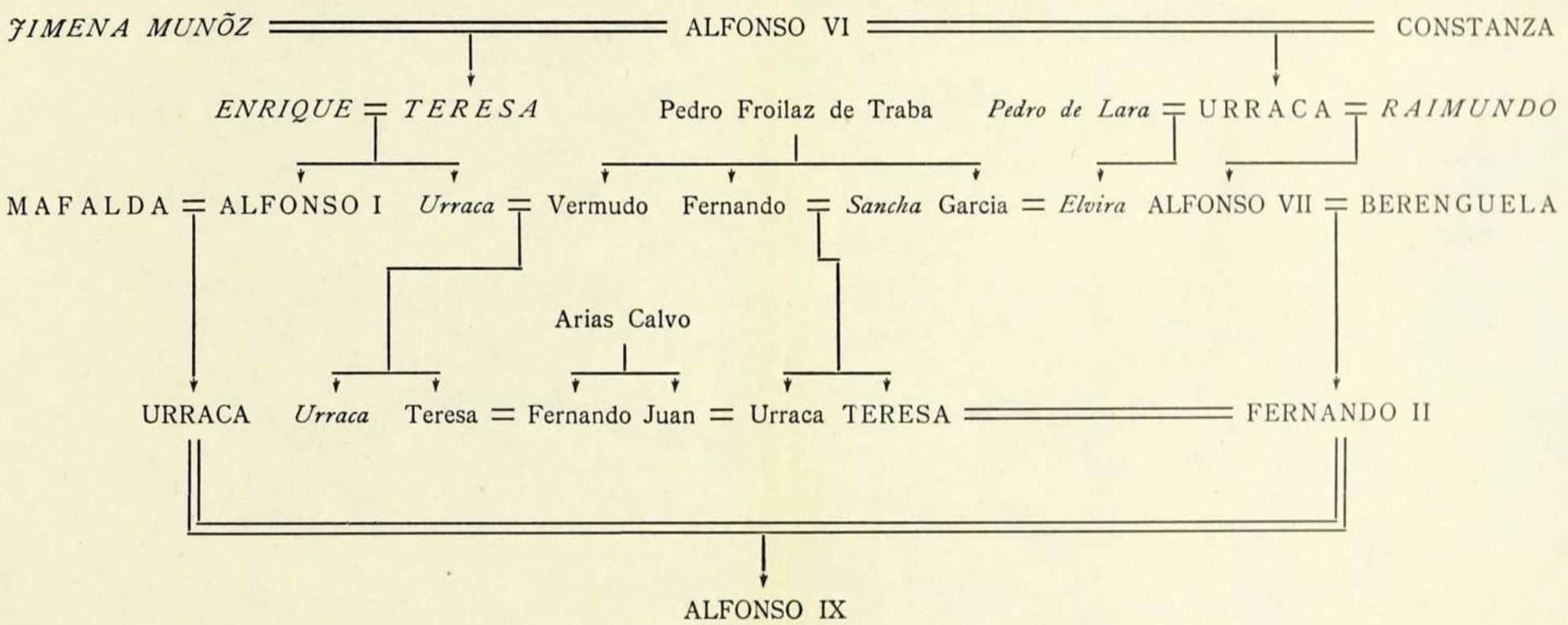
([80]) Podrán verse los documentos correspondientes en mi estudio citado en la nota 7.

([81]) Véase el documento citado en segundo lugar en la nota 75.

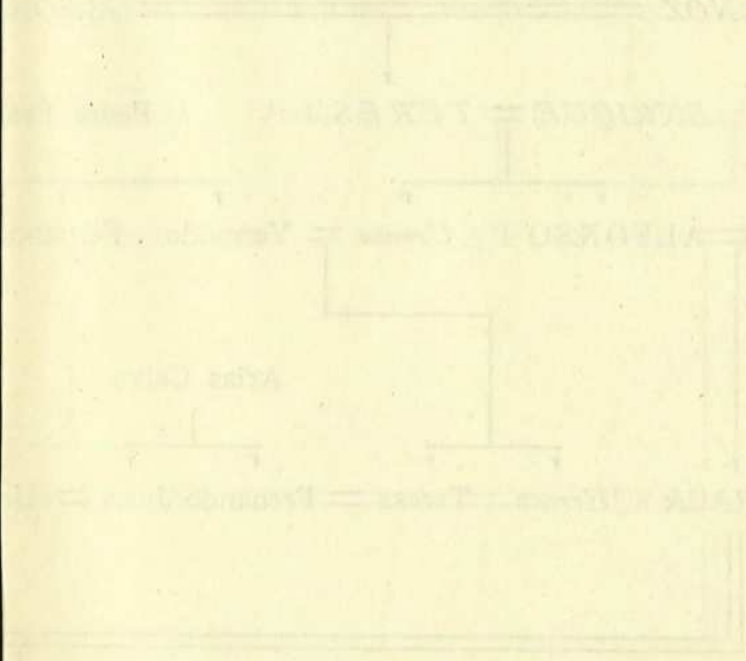
([82]) De una escritura de 8 de octubre de 1206, por la que su mujer Teresa Vermúdez da al monasterio de Sobrado cuanto tiene en la vila de Uncia — el castro sobre el cual está la actual ciudad de Betanzos —, me parece se desprende que su marido había muerto ya hacía algún tiempo (*Tumbo* de Sobrado, I, fols. 88 v-89 r, sin núm.).

([83]) *Tumbo C* de Santiago, fol. 149. Cf. López Ferreiro: *Historia*, V, p. 62.

([84]) *Historia*, V, p. 62.



RELACIONES FAMILIARES DE LOS ARIAS



el casal de Figueiriñas, en el lugar de Sanín, próximo a la villa de Ribadavia ([85]).

Y con esto doy fin a estas descosidas notas. La amable invitación de que se me hizo objeto me obligó a ordenar apresuradamente algunas noticias y recuerdos, que me parecía encerraban cierto interés. Pero, claro está, no he logrado arrancarle la endeblez y la provisionalidad que le infunden mi propia limitación y las condiciones mismas de su génesis.

([85]) Archivo Catedral de Orense, Pergaminos monacales, núm. 191. (Cf. Eladio Leirós: *Catálogo de los pergaminos monacales del Archivo de la S. I. Catedral de Orense*, Santiago, 1951, doc. núm. 191, p. 17).

Os estudos clássicos e a Santa Sé

Por José Geraldes FREIRE

Progresso ou declínio?

Os estudos clássicos estão em declínio ou em ascensão? O problema não é novo e tem-se posto de diferentes modos. Já no século XVII a *Querela dos antigos e dos modernos* representa um aspecto não tanto de desvalorização das línguas e literaturas clássicas, mas de equiparação a estas das letras modernas. No campo do ensino lutou-se então por separar da gramática latina o estudo da língua pátria e por introduzir as línguas estrangeiras. É esta a atitude de Port-Royal, posição que se há-de reflectir em Portugal no século XVIII, primeiro no ataque à *Gramática* e ao método do P.e Manuel Álvares (de que *O verdadeiro método de estudar* de Luís António Verney é apenas uma manifestação já tardia) e depois na Reforma do ensino, feita pelo Marquês de Pombal, em 1759. O latim e o grego continuavam a ser estudados, mas não eram já as línguas exclusivas do ensino.

A mudança de método e a introdução de novas disciplinas não foram, porém, favoráveis à melhoria dos estudos clássicos. Enquanto no século XVIII o ensino ainda conseguia que os alunos falassem e escrevessem o latim e que nas Universidades as teses continuassem a ser apresentadas, no geral, na língua de Roma, durante o século XIX o declínio neste ponto foi enorme, a ponto de mesmo os filólogos e latinistas irem abandonando o uso da língua em que eram versados. Para isso contribuiu o avanço técnico e industrial que veio urgir a necessidade de dar maior relevo às ciências da natureza e às matemáticas. O reflexo desta mentalidade pode verificar-se, em Portugal, no exame das muitas reformas do ensino liceal, em que o latim e o grego sofrem vários reveses.

No nosso século, a situação das línguas clássicas, apreciada no seu conjunto, em relação ao ensino secundário, não melhorou. A programação do ensino técnico faz-se, geralmente, pondo de parte o estudo das humanidades clássicas. E em Portugal a actual reforma do ensino liceal chega a

um lamentável grau de negação nunca antes atingido entre nós: — os alunos que enveredam para as ciências não têm ao longo dos sete anos de curso nem sequer iniciação nos idiomas que estão na base da nossa língua e literatura.

Enquanto no plano do ensino médio as letras clássicas têm perdido, gradualmente, terreno, grandes e consoladoras compensações se deram no campo da investigação e da elaboração científica. O século XIX nasceu quando na Alemanha a actividade dos filólogos estava já decididamente voltada para o aprofundamento da descoberta do mundo antigo. A história, a arte, a filosofia, a religião da Grécia e de Roma passam a ser vistas a uma nova luz e tudo isso vem projectar-se sobre as letras clássicas, iluminando textos, esclarecendo dúvidas, enriquecendo o conteúdo cultural das literaturas.

Mais decisiva ainda foi a criação da linguística. Os trabalhos de Bopp e seus continuadores sobre o grupo indo-europeu, as novidades trazidas pelos estudiosos que se debruçaram sobre o alemão, o francês ou o italiano, tinham que exercer, forçosamente, influência entre os classicistas. Assim se caminhou para o estabelecimento da gramática histórica do latim e do grego, para o conhecimento dos dialectos e para o estudo dos substratos linguísticos. A leitura das obras clássicas não dá hoje apenas matéria para exercícios gramaticais ou para a busca de formas de pensamento, mas faz penetrar na história das palavras e da língua, na cultura dos autores e da sua época.

Todo este trabalho se realizou mercê da inteligência e persistência de especialistas que souberam transformar os estudos clássicos numa aventura apaixonante. Não são de admirar, por isso, as pujantes manifestações dos classicistas — em reuniões de carácter internacional, em numerosas revistas e jornais, além da vasta bibliografia de investigações e ensino. Um sintoma desta vitalidade é o movimento para a internacionalização do latim, lançado pelo Congresso de Avinhão em 1956, que começa a dar os seus frutos, procurando, de novo, fazer do latim uma língua viva entre os homens de ciência.

Poderemos, portanto, responder à pergunta inicial, dizendo que se os estudos clássicos são hoje menos conhecidos por um número cada vez maior de pessoas de cultura média, aumentaram também, em contrapartida, as possibilidades de profundidade e extensão de conhecimentos, graças à investigação laboriosa e dedicada dos especialistas. E alimentemos ainda a esperança de mais vastos sectores virem a ter acesso às riquezas proporcionadas pelas letras da Grécia e de Roma.

Posição da Igreja Católica

Qual a atitude da Santa Sé em relação ao enfraquecimento dos estudos clássicos? Os estabelecimentos de ensino da Igreja, tanto de eclesiásticos como de leigos, inseridos como estão num mundo sempre em evolução, não ficam alheios às mutações da orientação cultural e do ensino. No que toca ao estudo do latim e do grego, os novos métodos de ensino também foram sendo introduzidos um pouco por toda a parte e a necessidade de adoptar os programas ao ensino oficial levou igualmente à introdução de novas disciplinas, com prejuízo do tempo dedicado às línguas clássicas. As consequências não se fizeram esperar. O ensino, começou a deixar de ser ministrado em latim, tanto nas classes médias como em filosofia e em teologia; a composição latina em prosa e verso foi desaparecendo das festas académicas; as discussões escolásticas, quando se realizavam, por ocasião de solenidades especiais, passaram a fazer-se em vernáculo — tudo consequência lógica de não se dar ao estudo do latim o tempo suficiente nem se aplicar um método de ensino apropriado.

O declínio atingiu tal grau, em alguns Seminários, que à Santa Sé chegaram queixas de que havia sacerdotes recentemente ordenados que não só eram incapazes de falar e escrever em latim, mas que nem sequer conseguiam entender o mais fácil dos autores latinos (1).

Estas observações começaram a ser feitas pelos Prelados das Dioceses desde os meados do século XIX e por isso os Sínodos Diocesanos e os Concílios regionais ou plenários frequentemente advertem, desde então, que é necessário que aos clérigos seja ministrado um ensino de harmonia com a tradição. As recomendações passaram depois a ser feitas pelos mais altos responsáveis: os próprios Papas e a Congregação respectiva. Porque é nossa intenção demorarmo-nos nas determinações mais recentes, damos a seguir apenas uma lista dos *principais* momentos em que a Santa Sé abordou este tema, a fim de se poder fazer uma ideia do interesse tantas vezes manifestado.

PIO IX: Carta encíclica *Inter multiplices*, de 21 de Março de 1853; Carta apostólica *Cum Romani Pontifices*, de 28 de Junho de 1853; Carta encíclica *Singulari quidem*, de 17 de Março de 1856. LEÃO XIII: Carta *Plane quidem intelligis*, de 20 de Maio de 1885; Carta encíclica *Depuis le jour*, de 8 de Setembro de 1889. S. PIO X: Carta da Sagrada Congregação

(1) Cf. Carta *De latina lingua rite excolenda*, de 27 de Outubro de 1957, in *Lumen*, vol. XXII, fasc. XI, pp. 824-826.

dos Estudos *Vehementer sane*, de 1 de Julho de 1908; Carta *Sollicitis Nobis*, de 8 de Dezembro de 1910; Carta *Votre lettre*, de 10 de Julho de 1912. BENTO XV: Carta da Sagrada Congregação dos Seminários *Vixdum Sacra Congregatio*, de 9 de Outubro de 1921; *Codex Iuris Canonici* (can. 1364, 2.°). PIO XI: Carta *Officiorum omnium*, de 1 de Agosto de 1922; Carta *Unigenitus Dei Filius*, de 19 de Março de 1924; «Motu proprio» *Latinarum Litterarum*, de 20 de Outubro de 1924; Carta *The Sacred Congregation*, de 26 de Maio de 1928; Constituição apostólica *Deus scientiarum Dominus*, de 24 de Maio de 1931. PIO XII: Carta encíclica *Mediator Dei et hominum*, de 20 de Novembro de 1947; Discurso aos alunos do ensino médio do *Colégio Romano*, de 30 de Janeiro de 1949; Discurso *Magis quam*, de 23 de Setembro de 1951; Discurso aos alunos dos Institutos *Visconti* e *Massimo*, de 24 de Fevereiro de 1952; Alocução aos alunos dos *Seminários Menores de França*, de 5 de Setembro de 1957; Discurso aos artistas da Companhia *Comédie Française*, de 21 de Fevereiro de 1958. JOÃO XXIII: Alocução ao *Congresso de estudos ciceronianos*, de 7 de Abril de 1959; Alocução na abertura do *Colégio das Filipinas*, de 7 de Outubro de 1961; Carta *Pater misericordiarum* de 22 de Julho de 1961; Carta *Iucunda laudatio*, de 8 de Dezembro de 1961; Constituição Apostólica *Veterum Sapientia*, de 22 de Fevereiro de 1962; *Ordinationes* da Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades, de 22 de Abril de 1962 (²) PAULO VI: Carta Apostólica. PAULO VI: Carta Apostólica *Summi Dei Verbum*, por ocasião do quarto centenário da instituição dos Seminários (Novembro de 1963); Constituição sobre a Sagrada Liturgia, de 4 de Dezembro de 1963; Motu Proprio *Studia Latinitatis*, de 22 de Fevereiro de 1964.

Do pensamento de Paulo VI sobre os estudos clássicos falaremos mais adiante. Para conhecer, porém, a orientação geral da Igreja nesta matéria, nada melhor que os dois últimos documentos do pontificado de João XXIII, os quais têm o mérito de resumir quanto a Santa Sé tem dito sobre o latim e o grego nos últimos cem anos, de urgir prescrições anteriores e de estabelecer, com decisão, as normas por que devem passar a

---

(²) Na elaboração desta lista de documentos utilizámos apenas parte do sumário do artigo publicado pelo *Monitor Ecclesiasticus* de Roma, (an. LXXXVII (1962), series VII, fasc. II, pp. 199-275) a propósito dos dois últimos documentos apontados. A revista *Periodica*, da Universidade Gregoriana, de Roma, Tom. LI (1962), fasc. III, pp. 318-402 traz documentação ainda mais abundante, tanto da Santa Sé como dos Concílios Particulares.

reger-se, neste campo, os Seminários e as Faculdades Eclesiásticas. Examinemos, portanto, cada um desses documentos.

A «Veterum Sapientia»

As palavras iniciais da Constituição Apostólica *Veterum Sapientia* são a resposta directa a uma questão muito agitada na antiguidade cristã e de vez em quando retomada, mesmo em nossos tempos: — Os autores pagãos da Grécia e de Roma poderão ser estudados pela juventude sem prejuízo da sua formação cristã? Num breve tratado dirigido aos seus sobrinhos S. Basílio Magno acertara já com a atitude a tomar: devem nisto imitar-se as abelhas que tiram o mel das flores e deixam o veneno. Agora João XXIII começa claramente por dizer que «a sapiência dos Antigos recolhida na literatura dos Gregos e dos Romanos, assim como os sábios ensinamentos dos povos da Antiguidade, podem ser considerados como uma aurora anunciadora da verdade evangélica» (3).

«Por isso a Santa Igreja teve sempre grande veneração (...) pelo grego e pelo latim». Embora admita outras línguas, é nestas que estão escritas as principais obras da sabedoria cristã. O latim principalmente deve ser considerado «a língua própria da Sé Apostólica», ele que foi «um admirável instrumento na difusão do cristianismo no Ocidente» e que continua sendo «um laço de unidade entre os povos cristãos da Europa», como já o fora «sob a autoridade do Império Romano».

Faz-se o elogio do latim retomando, em parte, palavras de Pio XI. É uma língua de marcada nobreza, precisão e gravidade, que tem «um estilo conciso, variado, harmonioso, cheio de majestade e de dignidade». Está apta, portanto, a «promover em todos os povos todas as formas de cultura» e oferece vantagens para se impor como língua internacional: «não suscita invejas, é imparcial para com todas as nações, não é privilégio de nenhuma, é aceite por todos como um amigo».

Convém, portanto, à Igreja utilizá-la «no exercício do seu magistério e dela deviam igualmente servir-se os seus ministros». Sendo assim, deve ser protegida porque «interessa as humanidades e a literatura, mas mais ainda a religião». Há três qualidades que recomendaram especialmente o latim para língua da Igreja: é uma língua *universal*, e por isso pode ser

(3) A *Veterum Sapientia* foi publicada nas *Acta Apostolicae Sedis*, vol. LIV (1962), pp. 129-135. Aqui servimo-nos da tradução publicada na *Lumen*, vol. XXVI, fasc. IV (Abril de 1962), pp. 384-388.

empregada pelos Papas e Dicastérios romanos, certos de que são entendidos por toda a parte; está definitivamente *fixada*, o que permite particular segurança na exposição da verdade revelada; não é uma língua *vulgar*, servindo a sua nobreza e majestade à Igreja que «ultrapassou de longe em dignidade todas as sociedades humanas». Além disso, o latim é a «porta que permite a todos chegar directamente às verdades cristãs transmitidas desde os tempos remotos e aos documentos do ensino da Igreja».

O valor formativo desta língua é exaltado nestes termos: «Não há ninguém que possa pôr em dúvida a eficácia especial do latim ou da cultura humanista no desenvolvimento e na formação das tenras inteligências dos adolescentes. Efectivamente, o latim cultiva, amadurece, aperfeiçoa as principais faculdades intelectuais e morais; aguça a inteligência e o raciocínio; torna o espírito da criança mais propício para bem compreender todas as coisas e apreciá-las no seu justo valor; ensina, por fim, a pensar ou a exprimir-se com método».

Foram todas as vantagens enunciadas que levaram sempre a Igreja a «promover cada vez mais o estudo e a prática desta língua». Perante as controvérsias sobre a utilidade e actualidade do latim, «muitos perguntam qual é o pensamento da Sé Apostólica». A resposta pronta e decidida está «neste documento solene» que prescreve «medidas oportunas (...) para que o uso antigo e ininterrupto do latim seja mantido plenamente e restabelecido onde caiu quase em desuso».

Termina aqui a parte expositiva da *Veterum Sapientia*. O restante são disposições distribuídas po r oito pontos, que estabelecem os princípios por que passará a reger-se nos Seminários e Faculdades Eclesiásticas o uso e o ensino do latim e do grego.

As «Ordinationes»

Em obediência à última disposição do Papa João XXIII, a Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades elaborou as *Ordinationes ad constitutionem apostolicam «Veterum Sapientia» rite exequendam*, datadas de 22 de Abril de 1962 (*). Trata-se de um extenso documento que vamos resumir, o qual representa não só a última palavra da Santa Sé sobre as línguas clássicas, mas ainda uma firme decisão de dominar a crise presente e de uniformizar este ensino em todos os estabelecimentos

(*) As *Ordinationes* só foram publicadas nas *Acta Apostolicae Sedis* de 30 de Maio seguinte (an. et vol. LIV (1962) pp. 339-368).

da Igreja. É a primeira vez que se toma uma atitude tão enérgica, dando normas concretas, obrigatórias para toda a parte.

Começa-se por dizer que são enormes os obstáculos que se vão encontrar. «Mas — diz a Sagrada Congregação — a vida e a fé cristã ensinam-nos a vencer as dificuldades e não a ser vencidos por elas». A história do latim prova que a restauração que se pretende é possível com a boa vontade de todos. Trabalho semelhante foi já empreendido com êxito noutras eras: — com o renascimento carolíngeo, após a barbárie merovíngea; no século XII o latim ergueu-se de novo e foi veículo da filosofia e da teologia; nos séculos XV e XVI atingiu tal altura que se poderia julgar ter voltado a idade de Cícero e de Augusto. Tal restauração é possível, portanto, também hoje. Para isso, porém, é preciso que se cumpram algumas condições: que ao latim se atribua tempo suficiente; que o método de ensino seja apto para ensinar a falar e a escrever em latim; que haja professores bem preparados; que o latim seja praticado quer particularmente quer no ensino das disciplinas superiores; que haja entusiasmo por parte de professores e alunos; que, acima de tudo, se atenda ao bem da Igreja e à vontade dos Sumos Pontífices. O objectivo proposto, como se diz repetidamente, é alcançar «huius linguae scientiam et usum».

O programa

Ao traçar o programa, assinalam-se em primeiro lugar as vantagens de carácter geral (às quais principalmente atendem os estabelecimentos civis) que para todos advêm do estudo do latim. São palavras que redundam em caloroso elogio: o latim tem virtualidades próprias para desenvolver a inteligência em formação da juventude; aguça a perspicácia e a capacidade de julgar; ajuda a abarcar e a apreciar melhor aspectos gerais; propina um método mais lúcido para a exposição do pensamento escrito e oral; habitua ao uso dos termos com propriedade e elegância; forma o espírito não apenas em ordem a objectivos utilitários, mas também a uma cultura mais alta, verdadeiramente humana; proporciona conhecimentos mais sólidos para o estudo das línguas românicas e da linguística em geral.

Além destes benefícios comuns, o latim é particularmente necessário aos que se destinam à vida eclesiástica. As razões apontadas são as seguintes: dá uma formação especial da inteligência , adaptada ao desempenho dos futuros cargos; abre o acesso às fontes da doutrina conservada pela Tradição, ao estudo dos documentos pontifícios, dos Concílios e da Liturgia; possibilita a sua utilização nas disciplinas teológicas, nas cartas

e documentos eclesiásticos; é útil para o intercâmbio entre o clero de diversos países; adapta-se melhor para a discussão de pontos de fé e disciplina.

Sendo assim, o programa de ensino do latim nos Seminários deve ser apropriado para se poderem atingir todos estes objectivos. Para isso fixa-se um tempo mínimo de sete anos, com seis aulas por semana nos cinco primeiros anos e com cinco aulas semanais nos últimos dois. Recomenda-se também que se mantenham oito ou nove anos de latim onde tal for o costume. Quanto aos autores, estabelece-se que devem ser escolhidos os de melhor latinidade, os que se prestem à formação dos alunos e não sejam ofensivos para os jovens, e ainda que sejam seleccionados com tal variedade que dêem um conspecto bastante amplo da Literatura Latina, sem excluir os latinistas mais recentes, do Renascimento à actualidade.

Nas suas linhas gerais, o programa dos autores é o seguinte: no I ANO, além das frases de iniciação, alguns provérbios, trechos da Bíblia, cartas fáceis de Cícero e, se for possível, já alguma fábula de Fedro; no II ANO, dez fábulas de Fedro, algumas *vidas* de Cornélio Nepos, cerca de vinte cartas de Cícero e breves diálogos de Erasmo, Vives, Pontano, etc.; no III ANO, César, mais epístolas de Cícero, trezentos versos de Ovídio, hinos do Breviário e alguns capítulos do Catecismo Paroquial; no IV ANO, três éclogas de Virgílio, cinco elegias de Tibulo e Propércio, um livro de Tito Lívio, mais epístolas de Cícero e outros capítulos do Catecismo Paroquial; no V ANO, um discurso de Cícero, trinta capítulos de Salústio, um livro da Eneida e outro das Geórgicas e mais capítulos do Catecismo Paroquial; no VI ANO, um livro filosófico de Cícero, dez odes de Horácio, cinco poesias de Catulo, um livro de Tácito e mais capítulos do Catecismo Paroquial; no VII ANO, a Arte Poética de Horácio, uma comédia de Plauto ou Terêncio, pelo menos trezentos versos de Lucrécio, um livro do *De Officiis* de Cícero e um livro de retórica, de Cícero ou Quintiliano; no VIII e IX ANOS, onde os houver, supra-se qualquer omissão dos anos anteriores e dêem-se epístolas de Séneca e Plínio, autores latinos cristãos, documentos Pontifícios e escritores recentes. A Literatura Latina deverá ser estudada, sistemàticamente, a partir do V ano.

Quanto à gramática, propõe-se o seguinte programa: no I ANO, o estudo sumário da fonética e da morfologia; no II, revisão da morfologia com estudo das irregularidades e a parte da sintaxe relativa à concordância; no III ANO, sintaxe dos tempos e dos modos; no IV, repetição da sintaxe, juntando partes mais difíceis; no V ANO, a prosódia e a métrica,

sumàriamente, e revisão da sintaxe; no VI e VII ANOS estilística e insistência sobre a gramática e a métrica.

Recomenda-se uma gramática para todo o curso, que seja de doutrina segura e que não desça, nos primeiros anos, a muitas minúcias, mas também não seja demasiado simples.

Método de ensino

Atendendo a que se pretende que os Seminários dêem da língua latina não apenas um conhecimento teórico, mas preparem para o seu uso, fácil e correcto, na escrita e na conversação, formulam-se orientações concretas que parecem as mais aptas para alcançar tais objectivos.

Recomenda-se que os alunos sejam instruídos, prèviamente, nos elementos da análise sintáctica. O ensino da gramática não deve fazer-se por alto, mas com profundidade. Além das regras, que devem ser explicadas e aprendidas de cor, há que atender cuidadosamente à selecção dos exemplos.

A parte teórica tem que ser acompanhada de constantes exercícios de tradução e de retroversão, os quais darão um conhecimento exacto dos matizes próprios da língua materna e do latim. Tais exercícios deverão ser feitos ora no estudo ora na aula e o professor corrigi-los-à particularmente, fazendo depois na aula observações colectivas. Nos últimos anos, além da prosa, cultivar-se-á também o verso. A versificação latina, se exige muito esforço, também é muito frutuosa para o conhecimento da língua e da métrica. O professor proporá primeiro o tema, depois poderá fornecer as palavras em prosa, até os alunos se adaptarem aos ritmos latinos. Nos últimos anos os exercícios serão em prosa e verso, alternadamente, ao menos duas vezes por semana.

A par da escrita deve cultivar-se desde o início a conversação. Começar-se-á por exigir que o aluno responda servindo-se do vocabulário fornecido pelo professor, progredindo sempre de modo que a partir do quarto ano a aula possa ser dada toda em latim. Deve tender-se para uma linguagem polida e elegante, pelo que o professor não se poupará a corrigir os alunos sempre que necessário. Aconselha-se o processo de fazer com que o aluno exponha a lição, à maneira de prelecção.

O valor da prelecção do professor é posto em relevo muito particular. Chega-se a apontar minuciosamente o método a seguir: começa-se pelo «argumento» do livro ou trecho; passa-se à «explicação» de palavras e construções mais difíceis, a qual, além da gramática, atenderá, nos últimos anos, aos valores literários; continua-se pela erudição», ilustrando o texto

com noções históricas e culturais; e finalmente pôr-se-á em relevo a «latinidade», isto é, apresentar-se-ão os elementos característicos do autor e os seus processos estilísticos.

Observações pessoais

O programa e o método apresentados pela Sagrada Congregação devem ser considerados como o mais valioso e concreto esforço para o revigoramento dos estudos do latim nos Seminários até ao fim do curso filosófico. Tal atitude, pelo que representa de firme decisão e de orientação definida, nunca será assaz louvada. Não é posta de parte, no entanto, a possibilidade de se adoptarem nos diversos países programas e métodos com algumas modificações, desde que expostas à Sagrada Congregação e por ela aprovadas. É legítimo, portanto, fazer algumas observações às *Ordinationes* e formular até algumas reservas, desde que orientadas para o seu possível aperfeiçoamento.

Apesar de os princípios orientadores dizerem que se deve dar um conspecto bastante amplo de toda a Literatura Latina, parece-nos que a distribuição apresentada não satisfaz inteiramente esse desideratum. Cícero leva aí a parte de leão. É justo que ocupe lugar entre os primeiros (ou talvez até que se isole no primeiro lugar), mas poderia conseguir-se isso sem dar as suas cartas no I, II, III e IV anos. Dois anos representariam já lugar de relevo, tanto mais que se prescreve para o V ano um discurso, para o VI um tratado filosófico e para o VII o *De Officiis*, além de um livro sobre *retórica*, no caso de o professor não preferir Quintiliano. Virgílio está bem representado com três bucólicas e um livro da Eneida e outro das Geórgicas. Parecia-nos preferível, que para estas obras-primas fossem antes aconselhados passos selectos dos diferentes livros, para melhor se abarcar o mérito e a variedade do Mantuano. A Horácio não é concedido, em nosso entender, o lugar que merece. Dez odes no VI ano e a *Arte Poética* no VII, é pouco para quem estuda tantos anos de latim. Não haverá nas *Epístolas* e nas *Sátiras* matéria de interesse linguístico, literário e moralizador? Tão-pouco Plauto e Terêncio serão estudados como seria para desejar. Para estes dois autores apenas se preceitua uma comédia de um *ou* de outro no VII ano. Ora seria bom que de um *e* de outro fossem conhecidos os excertos de maior interesse de diversas peças.

Como reorganizar então o programa dos autores? Cícero teria que ceder bastante do tempo que lhe é dedicado. O *Cathecismus ad Parochos*, cuja importância é especialmente realçada, e que fornece capítulos para o

III, IV, V e VI anos, poderia talvez ser reduzido para dois anos, sem prejuízo da formação e latinidade dos seminaristas. Além disso, o estudo da Literatura Latina poderia ser concebido em novos moldes. As *Ordinationes* dizem que a partir do V ano se deve estudar, sistemàticamente a literatura. Não vemos, porém, que a distribuição dos textos a traduzir a partir de então revele qualquer preocupação de adaptar o ensino teórico ao conhecimento prático dos autores. Parecia-nos, por isso, preferível que até ao V ano se fizesse o estudo sistemático da gramática normativa e se seleccionassem autores representativos da melhor latinidade e que a partir daí o estudo da literatura fosse acompanhado da leitura e interpretação dos melhores passos dos autores abordados. Assim já seria possível encontrar lugar para autores de não pequena monta, como são, entre os arcaicos, Névio, Énio, Ácio, Lucílio ou Catão, e entre os do período argênteo, Marcial, Juvenal, Suetónio e Petrónio, além de se poder dar maior relevo a Séneca e a Plínio. Nada impediria também que dos grandes autores, como Plauto, Terêncio, Virgílio, Horácio, Ovídio e outros, fosse recomendada aos alunos a leitura de obras completas, mesmo em tradução. Do mesmo modo nos parece deficiente a representação dos autores modernos. Além dos diálogos renascentistas recomendados para o II ano, seria oportuno aconselhar, para após o estudo da literatura latina, a história sumária do latim ao longo dos séculos, com uma breve antologia, podendo cada País dedicar-se especialmente aos seus autores. No programa apresentado, com efeito, este estudo só vem sugerido para o VIII e IX anos que, como se disse, não são obrigatórios.

O estudo da gramática deveria fazer-se, sistemàticamente, até ao V ano. É melindroso censurar qualquer programa pelo facto de insistir nas recapitulações. Quem houver de fazer exercícios frequentes, quer escritos quer orais, tem necessàriamente que ter presentes as normas gramaticais. Parece-nos, apesar disso, que o programa está demasiado carregado de revisões sistemáticas. Tais revisões, se bem que na prática se reconheça serem úteis, não podem deixar de ser fastidiosos. Há por isso que saber atenuar-lhe a agrura, recorrendo preferìvelmente à revisão ocasional, que desperta um interesse mais imediato e concreto. Por outro lado, quando tanto se insiste num estudo profundo da gramática, não há a mínima referência sequer para a gramática «histórica»... Será que se pode saber a fundo a língua latina, sem conhecer e explicar a sua evolução? Haveria, portanto, que encontrar lugar para este aspecto dos estudos latinos — ou no fim do curso, sistemàticamente, ou disseminando os elementos fundamentais ao longo dos anos.

A prosódia e a métrica vêm recomendadas para o V ano. Verifica-se, porém, que o programa já inclui Ovídio no III ano, e que no IV insiste em Virgílio, Tibulo e Propércio. Como não se pode apreciar cabalmente um poeta se não se conhecer a sua arte e a sua técnica, parece-nos também que deveria antecipar-se para o IV ano o estudo sumário da prosódia e métrica e que já no III ano deveriam ser dadas instruções práticas para a escansão dos dísticos elegíacos de Ovídio.

No que respeita ao método, deparam-se-nos ao lado de normas excelentes, outras que nos agradam menos. Em vários pontos as orientações acompanham perfeitamente as aquisições da pedagogia moderna. Diz-se que o ensino da gramática deve fazer-se progressivamente, de modo adaptado à capacidade dos alunos. Igualmente se recomenda que os exercícios, que podem revestir várias formas, terão que ser sempre progressivos e adaptados à matéria de cada ano. Com grande sentido das realidades, concretiza-se até que certas regras da gramática se poderão saltar e que tudo deverá ser explicado de maneira fácil e inteligível, sem questões de pormenor e fastidiosas repetições. A mesma preocupação de evitar o cansaço dos alunos transparece quando se recomenda que na interpretação dos autores se devem alternar os poetas com os prosadores «para que haja variedade e não fastio». Sobretudo, é inteiramente actual o uso do método directo. As línguas modernas aprendem-se, falando-as. Também é possível despertar o interesse pelo latim começando a falá-lo e a escrevê-lo desde o princípio. A experiência foi feita no passado com óptimos resultados e está a ser repetida no presente, mesmo fora do ensino eclesiástico.

Porém, noutros pontos, insiste-se em processos há muito ultrapassados. Está neste caso o recurso excessivo à memória. Logo no I ano os alunos devem aprender provérbios e sentenças *de cor*; dos cem versículos a traduzir da Bíblia, alguns devem saber-se *de cor;* as regras da gramática têm que fixar-se *de cor;* a sintaxe, toda em latim, há que retê-la *de cor;* as formas irregulares dos nomes e verbos é imprescindível tê-las *de cor;* de poetas e oradores devem recitar-se lugares selectos *de cor*. Achamos interessante, por exemplo, esta última recomendação, mas parece-nos que a insistência em saber a gramática *de cor* pode redundar num memorismo estéril, próxima do psitacismo. Ao professor compete evitar que se caia nestes excessos.

A posição assumida perante o método de ensino dos estabelecimentos civis também nos não parece das mais adequadas. Reconhece-se, por um lado, que os objectivos a atingir por estes são apenas de carácter formativo, cultural e científico e, portanto, diferentes dos fins práticos visados

pelo ensino eclesiástico. Por outro lado, nota-se certa atitude de reserva perante a erudição filológica. Chega-se mesmo a dizer que deve ser erradicado «aquele excesso de farragem filológica que vigora quase exclusivamente sobretudo nas Universidades e que não dá os frutos desejados». A expressão *philologica farrago* parece-nos bastante depreciativa. Quanto ao *excesso* a que se alude, talvez nem sempre haja informação fidedigna e actual.

Assim, enquanto numa revista portuguesa do Clero se escrevia há tempos que é luxo demasiado e inútil passar meses com o estudo do iota subscrito ou seis meses com a pronúncia do latim (5), o conhecimento que temos da Universidade de Coimbra diz-nos que, nos últimos nove anos, o primeiro destes temas nunca foi desenvolvido *ex professo* e que o segundo não tem ocupado mais que uma ou duas lições. Tal atitude parece, porém, estar bastante espalhada nos meios eclesiásticos. Na revista *Periodica*, da Universidade Gregoriana (Roma), escrevia também por essa altura um comentarista que, seguindo o método da erudição filológica, «plurima circa linguam latinam forte discuntur, ipsa uero lingua ne leuiter quidem» (6). Como se poderá ensinar muito sobre a língua latina sem se saber o latim? E se se reconhece que se pode saber muito sobre o latim sem o falar nem escrever, porque não hão-de os que falam e escrevem o latim ampliar os seus conhecimentos com essas outras «muitas coisas»? Parecem-nos conciliáveis as duas posições. Os estabelecimentos eclesiásticos enriqueceriam muito a sua ciência e prática do latim se abrissem amigàvelmente as portas às aquisições concretas da linguística moderna. Digna de respeito nos parece também a diversidade de métodos, uma vez que se pretende alcançar objectivos diferentes. Em contrapartida, certas exigências das *Ordinationes* não poderão ser cumpridas se o professor de latim não possuir sólida formação especializada. Ao apontar o modo como se deve dar a Literatura Latina, diz-se que se faça a explicação da vida dos principais autores, das suas obras, dos argumentos, da sua importância histórica, filosófica ou poética, das características do seu estilo, das imitações e inovações em relação aos antigos, etc. E um pouco mais adiante adverte-se de que se deve tratar apenas o que interessa à vida, arte, língua, importância e valor formativo dos autores. Justifica-se o estudo do latim no curso teológico dizendo que o exame linguístico é por vezes o fundamento da exegese. Mais explìcitamente ainda, ao tratar das Faculdades Eclesiásticas, afir-

(5) Cf. *Lumen*, n.º de Set.-Out.º de 1962, p. 919.

(6) *Periodica* de re morali canonica liturgica, Tom. LI (1962) fasc. III, p. 325.

ma-se que a exegese filológica é o fundamento primário e necessário de qualquer outra exegese posterior. Sendo assim, compreende-se que se recomende abertamente que as particularidades do latim dos documentos doutrinários sejam explicadas filológica e semânticamente e que para o estudo do grego se prescreva que haja cuidado especial em analisar os étimos e em ilustrar as famílias dos vocábulos. Já no esquema da prelecção do professor se fizera alusão também à erudição. Todas estas prescrições parecem demonstrar que o estudo aprofundado e científico das línguas clássicas é necessário, embora o professor se não deva entregar a excessos de erudição descabidos num curso secundário Não passará talvez de uma questão de palavras, mas a expressão que recomenda para se voltar, no método de ensino, à escola antiga — *ad ueterem docendi rationem redeundum* — também não pode ser lida com agrado pelos modernos pedagogos. A «Escola Antiga» com os seus métodos dedutivos, autoritários, memorísticos, tornou-se o símbolo de todos os defeitos em que pode cair a educação e o ensino. Eis porque preferíamos que tal expressão não fosse empregada, tanto mais que muitas das orientações fornecidas pelas *Ordinationes* estão inteiramente de harmonia com as exigências das «escolas novas» que usam métodos indutivos, psicológicos, activos, variados, individualizados.

Finalmente, a última observação que desejamos fazer diz respeito à pronúncia do latim. Verifica-se que neste documento, pela primeira vez na história da Igreja, a pronúncia «romana» é tornada *obrigatória* pela Santa Sé. Esta decisão vem justificada de vários modos, sem que nenhum deles nos pareça convincente. Recorda-se que S. Pio X e Pio XI já recomendaram tal pronúncia. Mas uma «recomendação» é diferente de uma imposição... Invoca-se a *uniformidade* como causa desta atitude. Julgamos que tal uniformidade se conseguiria com muito maior facilidade se fosse recomendada ou imposta a pronúncia restaurada. É que a pronúncia romana não oferece mais títulos de autenticidade que várias das outras pronúncias nacionais. Se é verdade que tal pronúncia se adapta bem à execução do canto gregoriano — melhor que a francesa, por exemplo — isso só se deve ao facto de a pronúncia «romana» estar bastante próxima da pronúncia clássica, quanto à acentuação e abertura das vogais. Dizer-se que a pronúncia «romana» vigora na Igreja e em muitas escolas quase desde o século IV, é saltar por cima da variada evolução sofrida pela pronúncia do latim ao longo de toda a Idade Média e do Renascimento. Por isso mesmo, também a última razão alegada — a de que os documentos devem ser lidos segundo a pronúncia do tempo em que foram exarados — não nos parece probante, uma vez que a pronúncia foi variando e que nem

todos os documentos do latim eclesiástico foram escritos em Roma. Julgamos, por isso, que a pronúncia clássica restaurada é a que oferece maiores garantias para os objectivos de unificação que a Santa Sé deseja. Acima de todas as vantagens estará sempre esta: — ela é a mais verdadeira, apesar das suas imperfeições. Verifica-se, porém, que, por um lado, as *Ordinationes* não querem tirar à pronúncia restaurada a sua validade (e recomendam até que também deve ser *conhecida*), mas, por outro, impõem uma pronúncia que ficará confinada à Itália, ao Clero e aos estabelecimentos eclesiásticos de ensino. Entretanto, cada País julgar-se-á também com direito de manter a sua pronúncia tradicional e as Universidades e muitos liceus e colégios continuarão a usar a pronúncia restaurada... Quanto a nós, teria sido esta uma bela ocasião de o ensino eclesiástico se aproximar do ensino civil superior, arreando uma bandeira de fraca significação, e de contribuir assim para a almejada uniformidade internacional da pronúncia do latim (7). Quando em 1911 Camille Couillaut e outros gregorianistas franceses propunham que se adoptasse a pronúncia «italiana» no canto litúrgico, entendiam que isso era apenas um degrau do qual se poderia passar para a pronúncia clássica. «Quando a pronúncia italiana estiver universalmente espalhada — escrevia então Couillaut — bastará uma palavra de ordem pronunciada pelo Papa para abolir as pequenas divergências que a separam da antiga» (8). Essa palavra de ordem não veio até aqui. Virá ela ainda um dia?

Ao terminarmos estas observações de carácter pessoal sobre o programa e método prescritos, queremos declarar, de modo bem explícito, que é nossa intenção, ùnicamente, contribuir para a sua ainda possível melhoria. Criticar é fácil... Resta-nos a esperança de que não se venha a olhar apenas para as palavras de crítica, mas sobretudo para as sugestões concretas que sempre as acompanham.

---

(7) Atitude bastante mais optimista que a nossa foi tomada pela revista *Helmantica* (Maio-Agosto de 1963, pp. 325-331 [vol. XIV, n.º 44]). Segundo os classicistas salmanticenses, as *Ordinationes* embora impulsionem a pronúncia «eclesiástica», fazem uma elogiosa referência à pronúncia clássica. E concluem que é a primeira vez que da Santa Sé vem uma opinião favorável à pronúncia clássica. A nós parece-nos que a breve referência da Constituição não dá margem a tanto entusiasmo...

(8) Cf. Camille Couillaut, *La Réforme de la prononciation latine*, preface de D. Pothier, O. S. B., Paris, 1911, pp. 147-148.

— Sobre a pronúncia «romana» na Liturgia poderá ler-se o nosso artigo *O ensino e a pronúncia do latim* (*Lumen*, Fev. de 1962, pp. 130-140), em que também se citam depoimentos pontifícios anteriores a João XXIII sobre o estudo do latim nos Seminários.

Curso clássico em Teologia

Uma agradável novidade das *Ordinationes* é a criação de um curso clássico ao longo de todos os anos dos estudos teológicos. Além do estudo e do programa do latim cristão, pretende-se que a língua latina, que é a língua da Igreja, seja como que uma segunda língua materna do Clero. Por isso, recomenda-se que se continuem a ler, em particular, os autores clássicos e cristãos, que nos recreios se use o latim na conversação, bem como nos encontros com os professores, e que os alunos abrilhantem as festas escolares apresentando composições latinas, em prosa e verso.

Urge-se o cumprimento do que já estava estabelecido quanto às aulas em latim. Nesta língua devem os professores dar as suas lições de Filosofia, Dogmática, Moral, Sagrada Escritura e Direito Canónico. As outras disciplinas poderão ser em vernáculo. Especificam-se concretamente as seguintes: Pastoral, Catequética, Eloquência, História Eclesiástica e História da Filosofia. Nas disciplinas que devem ser dadas em latim, na mesma língua deverão ser os compêndios, os apontamentos, as provas escritas e orais, bem como as disputas públicas. De grande auxílio será, portanto, para os alunos habituarem-se a reter em latim as palavras do livro e do professor, a recapitular e a pensar nesta língua para mais fàcilmente se exprimirem na hora própria.

Para o curso clássico em Teologia fixa-se uma hora por semana durante todo o curriculum — actualmente de quatro anos. Entendemos que no primeiro ano se deveria fazer uma sólida introdução ao latim cristão e só depois entrar na análise dos autores (*). Os trechos a interpretar devem ser tirados dos escritos dos Santos Padres e Teólogos, dos documentos pontifícios e conciliares e dos textos da Liturgia. Para auxiliar os professores, a Sagrada Congregação apresenta um sumário de trechos que se poderiam adoptar e que se encontram quase totalmente no *Enchiridion Patristicum*, elaborado por Rouët de Journel (14.ª edição, Barcelona, 1946). As obras e os autores vêm indicados segundo os tratados teológicos: I — *Teologia fundamental;* II — *Teologia Dogmática*: — 1. *De Deo Uno et Trino*; 2. *De Deo Creante et Eleuante*; 3. *De Verbo Incarnato;* 4. *De Gratia et Virtutibus;* 5. *De Sacramentis*; 6. *De Nouissimis*; III — *Teologia Moral e Pastoral.* Porque as aulas terão que se transformar num curso

(*) No nosso *Parecer sobre os programas de latim e grego nos Seminários*, enviado em Outubro de 1962 à respectiva Comissão Episcopal, desenvolvemos este ponto e indicámos alguma bibliografia apropriada.

prático de interpretação dos autores estudados na Patrologia, vamos apresentar aqui o sumário, seguindo a ordem de Rouët de Journel (cronológica, e não ideológica), mas colocando em primeiro lugar todos os autores latinos e depois os gregos:

Minucius Felix — *Octauius.*

Tertullianus — *Apologeticus, De praescriptione haereticorum, De baptismo, De paenitentia, De anima, De carne Christi, De carnis resurrectione, De idololatria, Aduersus Praxeam.*

S. Cyprianus — *De lapsis, De catholica ecclesiae unitate, De mortalitate, Epistulae.*

Nouatianus — *De Trinitate.*

Lactantius — *Diuinae institutiones.*

S. Hilarius — *De Trinitate.*

S. Ambrosius — *De fide ad Gratianum, De paradiso, De Spiritu Sancto, De incarnationis dominicae sacramento, De paenitentia, Hexaemeron, De officiis ministrorum, De bono mortis, De institutione uirginis, De mysteriis, De Sacramentis, De Iacob et uita beata.* (Este último é indicado pelos *Ordinationes*, mas não vem no *Enchiridion*).

S. Hieronymus — *Epistulae, De perpetua uirginitate B. Mariae aduersus Heluidium, Dialogus aduersus Pelagianos.*

S. Augustinus — *Sermones, De symbolo sermo ad catechumenos, De moribus ecclesiae catholicae, De Genesi contra Manichaeos, De libero arbitrio, De vera religione, De utilitate credendi, De doctrina christiana, De catechizandis rudibus, Confessiones, De consensu euangelistarum, De fide rerum quae non uidentur, De baptismo, De bono coniugali, De Trinitate, De Genesi ad litteram, De ciuitate Dei, De natura et gratia, In Ioannis euangelium tractatus, De gratia Christi et de peccato originali, Contra sermonem Arianorum, Enchiridion siue de fide, spe et caritate, De cura pro mortuis gerenda, De gratia et libero arbitrio, De praedestinatione sanctorum, De dono perseuerantiae, Contra mendacium, De continentia.* (Os dois últimos não vêm no *Enchiridion*).

S. Prosper Aquitanus — *Liber contra collatorem.*

S. Cassianus — *De incarnatione Christi aduersus Nestorium.*

S. Vincentius Lirinensis — *Commonitorium.*

S. Leo I Magnus — *Epistulae, Sermones.*

S. Fulgentius — *De fide ad Petrum.*

S. Gregorius I Magnus — *Moralia, In euangelia homiliae, Liber regulae pastoralis* (Deste último não há nada no *Enchiridon*).

Dos autores gregos damos, como é habitual, os títulos das obras em latim:

S. Ignatius Antiochenus — *Epistula ad Ephesios, Epistula ad Smyrnaeos.*

Epistula ad Diognetum.

S. Iustinus — *Apologiae.*

Athenagoras — *Legatio pro christianis.*

S. Athanasius — *De incarnatione Dei Verbi et contra Arianos.*

S. Cyrillus Hierosolymitanus — *Catecheses.*

S. Basilius — *De Spiritu Sancto.*

S. Gregorius Nazianzenus — *Orationes.*

S. Gregorius Nyssenus — *De hominis opificio, Oratio catechetica, De Trinitate ad Eustachium.* (Deste último não vem nada no *Enchiridion*).

S. Ioannes Chrysostomus — *De sacerdotio, De incompreensibili, Catecheses ad illuminandos.*

Uma antologia de textos doutrinários dos Concílios e dos Sumos Pontífices encontra-se já preparada no *Enchiridion Symbolorum* (...) de Henrique Denzinger. Para estes e para os textos litúrgicos não foi apresentado sumário pela Sagrada Congregação. E recorde-se que além de todos estes trechos selectos se hecomenda ainda a leitura de obras completas! A presença considerável de autores gregos leva-nos a preferir a designação de *curso clássico* em Teologia e não apenas a de «curso de latim», apesar de as *Ordinationes* incluírem todas estas disposições na parte referente ao latim nos Seminários Maiores.

O estudo do grego

Quase no final da constituição apostólica *Veterum Sapientia,* o Papa João XXIII dedica algumas palavras ao estudo do grego e evoca as exortações dos seus Predecessores em ordem a que os clérigos cultivem também a língua da Grécia. Em nota no fundo da página citam-se de Leão XIII, a encíclica *Prouidentissimus Deus,* de 18 de Novembro de 1893, e a carta *Plane quidem intelligis,* de 20 de Maio de 1885; e de Pio XII a alocução *Magis quam* de 23 de Setembro de 1951. Que saibamos, estes documentos não contêm prescrições concretas sobre o plano de estudos do grego. Era de esperar, por isso, que as *Ordinationes* para pôr em prática a *Veterum Sapientia* procedessem para com o grego como fizeram para com o latim. Tal não se verifica, porém. Vai-se um pouco mais longe que o simples elogio

e a demonstração da necessidade do grego nos estudos eclesiásticos, mas não se fixa nem o número de anos nem o programa de estudo.

Começam as *Ordinationes* por justificar a inclusão do grego porque ele contribui para o desenvolvimento da inteligência, porque é afim do latim e necessário para o seu perfeito conhecimento e porque muitos cursos civis também o incluem, e entram depois em razões de carácter eclesiástico, como são a necessidade do grego para o estudo das disciplinas teológicas, para os licenciados nas Faculdades Eclesiásticas e para todos os que vierem a ensinar Filosofia ou Teologia.

Quanto ao tempo a conceder ao seu estudo, não há norma concreta. Impõe-se que seja estudado durante o tempo que for necessário, segundo os lugares, para se atingirem objectivos propostos. Mais precisas ainda tinham sido as palavras de João XXIII na *Veterum Sapientia*, pois dizem que o grego deve ser aprendido desde os anos do curso médio e *inferior*. Como o curso médio equivale aos três anos de Filosofia, entende-se que o grego deve começar a estudar-se no equivalente ao segundo ciclo, isto é, pelo menos no quinto ano. Os Seminários ficariam, portanto, pelo menos com quatro anos de grego clássico.

Quanto aos programas de autores e de gramática e no que respeita ao método, também apenas se afirma que se deve seguir, feitas as devidas proporções, o que foi estabelecido para o latim. Às Comissões Nacionais pertencerá, portanto, apresentar à Sagrada Congregação um plano concreto para o estudo do grego.

Ao grego bíblico prescreve-se claramente que se consagre uma aula por semana durante um ano do curso teológico.

Embora desejássemos ver normas mais precisas, cremos que o estudo do grego poderá beneficiar muito com estas determinações. Com efeito, entre os Seminários diocesanos portugueses, não sabemos de nenhum que consagre mais de três anos ao grego clássico e um ao grego bíblico. E há vários que lhe dão importância ainda muito menor.

Outras orientações

Além destas normas que marcam bem a posição firme da Santa Sé em relação ao ensino do latim e do grego, as *Ordinationes* contêm muitas outras orientações que se tornam necessárias para execução do plano estabelecido.

A pedra de toque da eficácia desta ousada reforma são os professores. Tais normas interessam sobretudo aos Bispos e aos Reitores dos Seminá-

rios. Deseja-se que os professores de latim e grego tenham pelo menos a licenciatura em letras clássicas, que sejam peritos na ciência e uso do latim, que possuam vocação para o ensino e os necessários dotes pedagógicos. A mesma exigência se deve ter para com os professores de Teologia cujas aulas devem ser dadas em latim, no que respeita ao uso desta língua. Se houver oposição a estas determinações, as *Ordinationes* são terminantes: tais professores devem ser removidos!

Para a formação de professores recomenda-se aos Bispos que mandem aqueles que lhes parecerem mais aptos às Faculdades competentes, sugerindo-se que, se não as houver no próprio País, sejam enviados para as melhores do estrangeiro, especialmente para o *Academicum Latinitatis Institutum* que a Sagrada Congregação vai abrir em Roma. Estes cursos práticos de latim deverão ser frequentados, se necessário, mesmo pelos licenciados em Universidades civis e pelos professores de Teologia.

No programa geral dos Seminários, a preocupação do ensino humanístico deve ocupar lugar superior ao das outras disciplinas. Por isso a adaptação ao ensino oficial não pode prejudicar estes estudos.

Os aspirantes ao Sacerdócio que entram no Seminário no meio ou no fim de cursos civis devem receber preparação adequada de latim antes de iniciarem o estudo da Filosofia.

O regime de exames torna-se bastante apertado, pois, além do exame de cada ano, exige-se um exame especial antes da entrada em Teologia e antes da admissão em Seminários Regionais ou em Faculdades Eclesiásticas.

Para assegurar o cumprimento de todas as determinações, constituir-se-ão comissões de peritos em cada nação e em Roma; haverá visitadores com obrigação de tudo observarem e referirem e far-se-ão relatórios anuais, nos próximos cinco anos, e depois quinquenais, dando conta do modo como tudo decorre. Para os primeiros tempos estabelecem-se algumas normas transitórias, no caso de as prescrições gerais não poderem ser ainda observadas. Acrescentemos, finalmente, que as *Ordinationes* dispõem que as suas normas deverão ter entrado em vigor no ano lectivo de 1963-1964.

Paulo VI e os estudos clássicos

Tendo assumido a chefia da Igreja em Junho de 1963, logo em Novembro seguinte, por ocasião da celebração do quarto centenário da instituição dos Seminários pelo Concílio de Trento, o Papa Paulo VI teve uma refe-

rência honrosa para o latim. Com efeito, na Carta Apostólica *Summi Dei Verbum* sobre os seminários, ao falar da educação e do curriculum de estudos que devem dar-se aos seminaristas, o Papa diz: «Do património cultural do clero jovem deve fazer parte o conhecimento sério de várias línguas, *em primeiro lugar, do latim*, sobretudo para os sacerdotes do rito latino» (10). Depois segue-se o elogio de várias ciências da natureza. Acentuemos apenas que, acima das línguas modernas, o Santo Padre põe a aprendizagem do latim.

De muito maior ressonância é o Motu Proprio *Studia Latinitatis*, publicado em 22 de Fevereiro de 1964 pelo qual é criado o Instituto Pontifício Superior de Latinidade. Assim se dá cumprimento, precisamente dois anos depois da *Veterum Sapientia*, a uma das suas mais importantes determinações. Vemos assim Paulo VI continuar o pensamento e a acção de João XXIII, mesmo no que se refere à protecção das línguas clássicas.

Na primeira parte do documento, que é de carácter expositivo, põe-se em relevo a importância do «estudo do latim e da literatura antiga» para a «instrução e formação dos candidatos ao sacerdócio»; elogia-se a doutrina da Constituição Apostólica *Veterum Sapientia*, que é considerada como «uma síntese dos encómios que os soberanos pastores da Igreja, tendo em vista o bem da causa católica, teceram, uns após outros, à língua latina» e ao «alto valor da literatura grega e romana»; e fundamenta-se a necessidade do Instituto Superior de Latinidade na falta de professores de latim devidamente preparados para ensinar nos Seminários Maiores e mesmo nos Menores. Estes professores, «pela sua cultura, pelo seu conhecimento da língua» e «pelas suas qualidades pedagógicas» devem «tornar estas matérias não apenas frutuosas, mas agradáveis». Por isso se volta a insistir adiante na necessidade de que os professores não sejam improvisados, mas «possuidores duma pedagogia racional e não apenas empírica e mnemotécnica». Dentro do pensamento do seu Predecessor, Paulo VI exige também «um conhecimento completo da latinidade» e uma «exercitação assídua e racional da redacção do latim».

A segunda parte do documento é constituída por determinações concretas. Funda-se o Instituto Pontifício Superior de Latinidade, junto do Ateneu Pontifício Salesiano, sendo a sua direcção confiada à Sociedade Salesiana sob a dependência da Sagrada Congregação dos Seminários e

---

(10) Servimo-nos da tradução que deste passo da *Summi Dei Verbum* dá a *Lumen* (Abril de 1964, p. 279), ao apresentar o texto do Motu Proprio *Studia Latinitatis*, de que nos vamos ocupar a seguir.

Universidades que ficará com um «padroado especial sobre este Instituto»; dão-se normas sobre o seu governo e a selecção de professores; diz-se que após dois anos de estudo proveitoso se obterá o bacharelato, no fim do terceiro, a licenciatura, e depois do quarto, o doutoramento; autoriza-se a criação de «cursos mais breves, destinados a obter diplomas especiais de letras latinas e gregas»; e dão-se algumas orientações concretas sobre o ensino. É com prazer que lemos que os alunos devem «adquirir um conhecimento completo da latinidade antiga e mais recente, segundo as vias e os métodos que hoje são considerados como os melhores para a formação literária».

Também aqui o grego não é esquecido. Mas não se toma posição mais explícita e concreta que em qualquer dos grandes documentos do pontificado de João XXIII. Eis os termos empregados: «Entre as matérias ensinadas, deverá ter lugar o grego, porquanto aquele que ignora esta língua não pode ser considerado um bom latinista. Com efeito, está fora de dúvida que o latim está estreitamente ligado ao grego, se se considerar a natureza e a estrutura duma e doutra língua e se se pensar na influência que esta exerceu no desenvolvimento daquela no decurso dos séculos».

Depois deste resumo do Motu proprio *Studia Latinitatis*, julgamos dever exprimir a nossa satisfação por verificar que o movimento da revitalização do latim na Igreja impulsionado por João XXIII encontrou em Paulo VI um diligente continuador. Talvez que alguém pensasse o contrário... Não faltaram «profetas» que anunciaram o fracasso de toda a reforma dos estudos latinos empreendida pelo saudoso Papa da *Veterum Sapientia*.

O Concílio do Vaticano II e o latim

Na primeira sessão do Concílio Ecuménico do Vaticano II, decorrida de 11 de Outubro a 8 de Dezembro de 1962, ao ser debatido o esquema sobre a Sagrada Liturgia, um dos primeiros problemas que suscitaram reacção apaixonada da opinião pública foi o do uso do latim ou da introdução das línguas vernáculas na Liturgia. Nessa ocasião, alguns órgãos da imprensa deixaram transparecer a sua animosidade contra o latim. Convém dar um breve apontamento, antes de entrar no estudo do que acabou por ficar definitivamente assente.

A língua oficial do Concílio, em obediência ao artigo 28 do Regulamento, foi o latim. Prevendo naturais dificuldades da parte de alguns participantes, a Santa Sé pôs à sua disposição intérpretes, tradutores e leitores

adestrados. A princípio, é verdade, houve dificuldades de adaptação. Um mês depois de iniciados os trabalhos, ainda o Arcebispo de Boston parecia não estar conformado, tanto que pediu «a instalação de um sistema de traduções simultâneas nas principais línguas modernas, prontificando-se mesmo a custear as despesas».

As dificuldades surgiram não apenas em ordem a falar ou escrever, mas também em virtude da diversidade de pronúncias. A princípio, por exemplo , os italianos compreendiam mal o que diziam os americanos e franceses. Contou-se que, quando um orador holandês fazia a sua intervenção em latim,alguém chegou a perguntar em que língua é que ele estava a falar... Com o tempo, porém, os Padres Conciliares foram-se habituando à pronúncia italiana e passaram a ler com clareza e lentidão as suas intervenções. Para captar a diversidade de pronúncias, havia então 42 estenógrafos, todos estudantes eclesiásticos, originários das diferentes nações.

E tal como as dificuldades de pronúncia se foram vencendo, também a capacidade de expressão foi melhorando. Eis o testemunho de um Prelado português. Em carta dirigida ao clero da sua Diocese, o Sr. Bispo de Portalegre e Castelo Branco confidenciava, a propósito da sua primeira intervenção, em 5 de Novembro de 1962: «O que vejo com satisfação é, graças a este ambiente, voltar com rapidez a antiga facilidade que eu cheguei a ter, depois de vários anos aqui passados, em redacção latina. A de hoje foi exclusivamente da minha lavra» (11).

Em vez do receio inicial de se exprimir em latim, veio a criar-se depois uma exigência de que a língua latina usada nos documentos oficiais não fosse de baixa qualidade. Apresentemos também um exemplo. Na terceira sessão do Concílio, ao intervir no debate sobre o esquema «Apostolado dos Leigos», no dia 7 de Outubro de 1964, o Arcebispo-Bispo de Mandovi, na Itália, Mons. Maccari, entre outros reparos ao texto, apresentou o seguinte: «O próprio latim, que é a veste com que se apresenta, não pode dizer-se cuidado e não tem a gravidade de um documento conciliar» (12).

Ao ser discutido, nos dias 26 e 27 de Outubro de 1962 o problema da língua a usar nos actos litúrgicos surgiram duas tendências: uns pretendiam que as línguas vulgares passassem a ter mais largo uso nos actos públicos litúrgicos; outros insistiram antes em que se deveria manter o

---

(11) As informações referentes ao Concílio foram colhidas no diário *Novidades* de 7, 15 e 17 de Novembro e de 7 de Dezembro e em *O Distrito de Portalegre* de 10 de Novembro de 1962.

(12) *Cf. Novidades*, 8 de Outubro de 1964.

latim como garantia de unidade. Num ponto fundamental todos, porém, estavam de acordo: — é para desejar uma participação mais activa dos fiéis na Liturgia. Sendo assim, a língua vulgar pode prestar, na realidade, bons serviços. Os rituais bilingues para os sacramentos do Baptismo e do Matrimónio tinham sido já uma experiência convincente. Mas não se caia também na ilusão de que basta admitir o vernáculo na Liturgia para que haja maior participação do povo cristão. É preciso continuar a lutar sempre por uma autêntica *formação litúrgica* do povo e explicar o sentido e o valor das palavras e dos ritos ([13]).

Mais que os termos da discussão, importa saber o que ficou determinado. Vamos, por isso, resumir e comentar os números que, na Constituição sobre a Sagrada Liturgia, promulgada no encerramento da segunda sessão do Concílio, no dia 4 de Dezembro de 1963, dizem respeito à língua a usar nos actos litúrgicos.

A orientação fundamental nesta matéria é dada logo no capítulo I, no n.º 36. Na ânsia de abrir as portas às línguas vernáculas, há quem não tenha reparado na atitude moderada e respeitadora do latim, assumida pela Constituição. Veja-se como começa esta parte dos «Princípios gerais para a reforma e progresso da Sagrada Liturgia». «N.º 36, § 1.º O uso da língua latina, salvo direito particular, seja conservado nos ritos latinos» ([14]). Quer dizer que o latim continuará a ser não apenas a língua oficial da Igreja de rito latino, (documentos pontifícios, normas das Congregações, etc.), mas também uma língua *oficial* da própria Liturgia. Por vezes parece pensar-se que a Igreja deseja libertar-se do latim na liturgia, quando ela o tem como língua litúrgica, «salvo direito particular».

O § 2.º (n.º 36) estabelece que, como o uso da língua vernácula pode ser de grande *utilidade para o povo*, na Missa, nos Sacramentos e noutras partes da Liturgia, «*seja permitido* dar-lhe mais amplo lugar, especialmente nas leituras e admoestações, nalgumas orações e cânticos». Note-se que é a *utilidade do povo* que leva a Igreja a autorizar o uso do vernáculo. Quando o povo não intervém, parece que tudo deverá continuar em latim.

Os §§ 3.º e 4.º velam por que o uso das línguas vulgares se faça apenas *se* isso for útil e *na medida em que* o for, devendo as traduções ser aprovadas pela competente autoridade eclesiástica.

([13]) Uma visão sumária do problema do latim e a Liturgia com as razões pró e contra o seu uso, pode ver-se na *Brotéria* de Dezembro de 1962, pp. 555-560, em artigo de A. Leite, intitulado *O Concílio Vaticano II e a Liturgia.*

([14]) Servimo-nos da tradução publicada pela revista *Ora et Labora*, ano XI, n.º 1/2 (1964).

Os outros passos da Constituição em que se fala do uso das línguas vernáculas na Liturgia são apenas a aplicação destes princípios. No capítulo II, ao tratar da Eucaristia diz-se, no n.º 54, que se poderá utilizar a «língua vernácula nas Missas celebradas com *assistência de povo*, sobretudo nas leituras e na «oração comum», bem como, segundo as circunstâncias de lugares, também nas partes que pertencem ao povo». Mas observe-se logo a recomendação seguinte: «Tomem-se, contudo, as devidas providências para que *os fiéis possam dizer ou cantar também em latim as partes do Ordinário da Missa que lhes pertencem*». Como se vê, não há aversão ao latim...

O n.º 63 ao tratar «dos restantes sacramentos e dos sacramentais» (cap. III), aconselha também aqui um mais amplo lugar às línguas vernáculas, porque isso «pode ser muito *útil para o povo*». No mesmo sentido de facilitar o acesso do povo à Liturgia, a alínea *b* deste n.º 63 vai mais longe, aconselhando a preparação de «*Rituais particulares*, adaptados, mesmo quanto à língua, às necessidades de cada região».

Volta a falar-se nas línguas vulgares ao tratar-se do rito das Ordenações. Diz-se então, n.º 76, que «as alocuções do Bispo, no início de cada Ordenação ou Consagração, podem ser feitos em língua vernácula». Parece-nos dever-se entender que só assim se fará se isso for útil ao povo. Se as Ordenações forem conferidas apenas perante a Comunidade do Seminário ou Casa Religiosa, não se justifica o uso do vernáculo. É precisamente nessas ocasiões que o ordinando sente bem o latim como língua materna, que ouve e entende com fundo prazer espiritual.

O n.º 78 diz expressamente que na celebração do Matrimónio dentro da Missa, «a oração pela esposa, oportunamente emendada de modo a inculcar iguais deveres de fidelidade mútua de ambos os cônjuges, *pode* ser dita em língua vernácula». Isto supõe que se prevê a possibilidade de as próprias orações da Missa continuarem a ser rezadas em latim, apesar de serem proferidas em voz alta.

O capítulo IV, respeitante ao Ofício Divino dá-nos provas de apreço da Igreja pelo latim como língua litúrgica. O n.º 91 manda que se leve «a cabo quanto antes o trabalho felizmente iniciado da revisão do Saltério» e acrescenta logo que entre os elementos a ter em conta nessa revisão está o «carácter do latim cristão». Este pormenor representa um triunfo dos estudiosos da «língua especial» dos cristãos, de que é paladino a Escola de Nimega (Holanda).

Igualmente apreciável é o disposto no n.º 93 sobre os *hinos* do Breviário que deverão ser restituídos à sua forma primitiva, «suprimindo ou

mudando o que tenha sabor mitológico ou se harmonize menos com a piedade cristã» ([15]).

Finalmente, a última referência da Constituição à língua a utilizar na Liturgia, encontra-se no n.º 101. Diz o § 1: «Conforme a secular tradição do rito latino, os clérigos devem conservar a língua latina na recitação do Ofício Divino». Este é o princípio geral. Abre-se, porém, uma excepção para «aqueles clérigos para quem o uso da língua latina constitui um impedimento grave a que recitam o Ofício como deve ser». Para esses, o Ordinário pode «*conceder, para cada caso,* o uso duma versão em vernáculo». Neste ponto o texto é quase irónico... Ao clérigo que não for capaz de entender o latim da Liturgia parece que lhe devia ser imposta a obrigação de estudar latim...

O § 2.º (n.º 101) diz que, aos religiosos não clérigos e às religiosas, «o superior competente pode conceder que, na recitação do Ofício Divino, mesmo no coro usem a língua vernácula, contanto que a versão seja aprovada». E o § 3.º esclarece que o clérigo «obrigado à recitação do Ofício Divino, se o recitar em língua vernácula juntamente com a assembleia dos fiéis (...) satisfaz a sua obrigação». Como se vê, mais uma vez a *utilidade* dos fiéis ou de religiosos e religiosas de quem se exige menos cultura abriu a porta às línguas vernáculas.

A terminar parece-nos conveniente deixar bem patente que não vemos contradição alguma entre as normas da *Veterum Sapientia,* que obrigam os *clérigos* a um estudo aprofundado do latim, e as orientações da *Constituição sobre a Liturgia,* que, *para utilidade dos fiéis,* concedem «uso mais amplo» às línguas vernáculas nos actos litúrgicos. Infelizmente, gerou-se certa desorientação nesta matéria. Eis uma opinião que julgamos inteiramente desfocada: A Constituição litúrgica «é a antítese da falada Const. *Veterum Sapientia:* enquanto esta luta contra uma corrente invencível e não consegue ser obedecida apesar da minúcia dos preceitos, a Constituição de Liturgia se situa na crista duma onda vitoriosa, para encaminhá-la ou dirigi-la, e visa antes de tudo abrir as portas frente a uma pressão ascendente, que não precisa ser impulsionada mas disciplinada» ([16]).

([15]) Sobre o uso de termos típicos da religião pagã cristianizados pelos poetas católicos, escrevemos na nossa tese de licenciatura: *Obra Poética de Diogo Mendes de Vasconcelos,* pp. 171-173 (Coimbra , 1962).

([16]) D. Clemente José Carlos Isnard, OSB, bispo de Nova Friburgo (Brasil) *in* «Revista Eclesiástica Brasileira», Dez.º 1963, p. 869. Citado *in Ora et Labora,* n.º 1/2, 1964, p. 80.

Acompanhamos inteiramente o autor destas palavras no seu entusiasmo pelo movimento litúrgico, mas não podemos deixar de lamentar que despreze a corrente de revitalização do latim que também é caudalosa, e precisamente fora dos institutos eclesiásticos e dos povos de língua portuguesa. A posição da Igreja perante o *estudo do latim* não deverá definir-se pela *reforma da Liturgia*, mas pelos documentos apropriados. É possível defender uma Liturgia viva, com mais largo recurso ao vernáculo, e manter pelas humanidades clássicas a mesma admiração de sempre. É que as razões pelos quais se aprende latim, mesmo na Igreja Católica, não se limitam à sua necessidade para o culto litúrgico... Esta é apenas uma razão, e não das mais importantes, como se pode observar pela leitura dos documentos eclesiásticos.

Saudemos, pois, João XXIII e Paulo VI, promotores do Concílio Ecuménico e da restauração da Liturgia e, simultâneamente, arautos das humanidades clássicas e da revitalização do latim.

Coimbra, Outubro de 1964

Aquela Casa dos Biscainhos

Por Conde d'Aurora

Era uma moradia de gente, aquele palácio seiscentista, solar familial — aquela Casa dos Biscainhos, arrefecida sua seiva circulatória na triste madrugada de 10 de Julho de 1963...

Morreu seu último senhor — deixou de se viver, cìclicamente, naqueles muros, de viver-se — dormir, comer, amar, pensar, sentir, sofrer, gozar, rezar!

«*Sumptuosa propriedade horizontal. 6 assoalhados, 2 q. b., roupeiro, marquise, 2 pérgolas: 1 000 contos. Só o próprio ao próprio.*»

Isto é a Imprensa do ano de graça de 1966.

Mas aquela Casa dos Biscainhos tinha passante de meia centena de assoalhados, um dos mais soberbos e formosos jardins ornamentais de Portugal; vasto quintal a terminar numa muralha de gracioso risco em sua embricada traça castrense — e tudo seu último senhor doou à cidade, nas vésperas da morte, aceitando chamar-lhe venda e recebendo pelo palácio, jardim e cerca de um hectare de terreno em pleno centro da cidade, dois mil contos — encontrados intactos à sua morte, mediata causa da sua morte.

Porque convivi aquela Casa dos Biscainhos, e convivi seu último senhor, o 3.º visconde de Paço de Nespereira, seja-me lícito deixar exarada, nesta bela revista bracarense, a minha impressão de uma e outro, e ainda das figuras ímpares de verdadeiros aristocratas que foram as mais recentes gerações da Casa dos Biscainhos, de aquela Casa dos Biscainhos.

O último senhor, o 3.º visconde, conheci-o e acamaradei-o, desde meninos, nos salões de aquela casa, nos recreios do Colégio do Espírito Santo, sempre, pela vida fora, mais de meio século seguido, nas repúblicas e tascas de Coimbra, na boémia de Lisboa, numa demanda judicial de dois prolongados lustros, irmanados sempre...

Na Coimbra das repúblicas e das tascas, escolares fomos, ambos os dois.

Ele formou-se com 16 valores — desinteressado do estudo de Direito, mas porque receava a reprovação...

E como era inteligente, fulgurantemente, obteve a distinção.

Eu fiquei-me nos indecisos 13 valores...

Coimbra doutora, da incipiente República portuguesa, e que hoje se me afigura tão distante da época actual como das Ordenações Afonsinas...

Quando aos caloiros era ministrado, de caras, o «Civil 1.º», sem a actual explanação da cadeira da Introdução ao Estudo do Direito.

Quando, no Processo Civil, era desconhecido o despacho saneador e resolvidas na sentença final todas as questões prévias.

E ainda havia a *acusação de citação* — e as *nulidades insupríveis*!

Mas no João Magrinho, onde fui pela mão do 3.º visconde de Paço de Nespereira, e demorei repetidas seroadas até ao dealbar — aprendemos a gaia ciência que nos era útil à vida, ali colhemos o pergaminho bacharelatício, ele e eu.

O 3.º visconde de Paço de Nespereira era o protótipo do aristocrata raçado do início do século (diríamos, melhor, fim do século, se acabou na Guerra de 14-18, o século XIX...).

Aristocrata no sentido do vocábulo bourgetiano e lavarendiano.

Emigrado, porque os cânones sociais e mundanos da época a tal o obrigaram, ficou-se sempre na vida teórica, nunca desceu à arena da vida prática e pública.

Jamais, nos seus 70 anos de vida, proferiu uma palavra em público, praticou um acto público.

E porque aos 18 teve um conflito de rua, quando Braga era o valhacouto da Carbonária, um pugilato em plena Arcada, passou a viver exclusivamente em casa.

E por ser naturalmente noctívago, vivia de noite...

Aliás com o horário com que muitos outros vivem de dia.

Despertava pelo meio-dia — mas só almoçava às 7 da tarde, após umas demoradíssimas abluções tão semelhantes às de certo conhecido herói de La Varende, chegando a receber, no banho, as mais altas dignidades...

Inteligente e culto, só *lia bem*.

Nunca perdeu tempo, como todos nós, lendo coisas secundárias — a não ser os jornais, pelo seu interesse político.

Porque o dominava a ideia política, a política como tese, como ideia, como doutrina, alimento do seu espírito.

E como não ser teórico, aquele aristocrata a quem havia sido tirado o mando, o mando das gentes e das terras, da Terra?



Casa dos Biscainhos (fachada posterior e jardim)



Casa dos Biscainhos (entrada nobre do palácio)
(Foto de Teófilo Rego)



Casa dos Biscainhos
(azulejos séc. XVIII da escadaria nobre do solar)
(Foto do A.)

Autoritário e de primorosa educação, e maneiras como a prosa de Fradique, como já não há...

Aristocrata dos da época camiliana, mas que o grande escritor do *Amor de Perdição* não foi jamais capaz de compreender e descrever!

Autêntica tragédia camiliana — de um camilianismo que o próprio Camilo nunca conseguiu atingir! — foi a trágica vida do 3.º visconde de Paço de Nespereira.

Senhor dos vínculos de Paço de Nespereira e da Casa do Proposto, de Cardoso de Meneses, seu representante pela mãe do pai, a 1.ª viscondessa de Paço de Nespereira; e da nobre Casa da Rua Direita, em Guimarães, de Machado de Amaral, pelo pai do pai, o 1.º visconde de Paço de Nespereira: afeiçoou-se românticamente, doentiamente, loucamente, exclusivamente,

«como se quiere a una madre,
como se quiere al dinero!»

àquela Casa dos Biscainhos, de sua mãe, a mais nova dos sete filhos dos condes de Bertiandos única daquelas quatro casas de que ele não era representante...

Aquela Casa dos Biscainhos, em cuja entrada lajeada, nobre peristilo do grande século, nos aguardam, de tricórnio na mão e o pé arrecuado na mesma cortesia, nobres figuras de granito trabalhado — e junto às quais, há 20 anos, por sugestão do A., foi aberto na pedra de um lintel o verso de Garcia Lorca:

«Huelle á caballo y á sombra.»

Perfeito equitador, o 3.º visconde, educando seus cavalos em ares de alta escola, em todos os ares da alta escola, nunca saindo do picadeiro, do picadeiro descoberto mas iluminado para as cavalarias nocturnais de aquele senhor.

Suponho mesmo que, nos últimos decénios da vida, ele atingiu aquele tacto da *assiétte* de que falava o grande mestre da *Equitation et Dressage*, James Fillis (que ainda conheci em Paris...).

Ginete completo, exímio cavaleiro, na teoria e na prática, devotou-se à arte de estardiota com amor e afinco, atingindo um alto grau de perfeição.

O cavaleiro medieval no seu pleno sentido aristocrático: cavaleiro.

Foi-o, também, no amor, o idealista cavaleiro medieval.

Seio-o porque fui o seu confidente.

Mas a sua felicidade nesse capítulo foi como a dos povos felizes, por isso mesmo também não tem história.

«*Huelle a caballo y á sombra.*»

Sombras!

Eram as sombras, os fantasmas dos antepassados que povoavam noctivamente aquelas paragens e com quem o 3.º visconde conversava e comunicava...

Vivia, então, aquela Casa dos Biscainhos...

Viviam os vivos abraçados aos mortos, aos mortos da casa, redivivos, sempre presentes...

E altas horas da noite, até de madrugada, o 3.º visconde deambulava pelo extenso casarão, horas a fio, mas não sòzinho, eu tenho a certeza que os mortos o acompanhavam sempre...

Policromos azulejos do séc. XVIII (aquela apojada dama que o bisavô mandara cobrir...) recebiam também, galantes, no patamar da escada nobre.

Relógio de minuete (estou a ouvi-lo!) marcava as horas no claustro envidraçado do primeiro andar.

Bancos de velho castanho polido, armoriados da cruz dos Pereiras — e dois lindíssimos tocheiros, de castanho também, golfinhos em tamanho natural.

A Sala do Piano (que já não tinha piano desde o século anterior, o piano onde a «Avó» — minha bisavó e do 3.º visconde — tocava até de madrugada, noctívaga, ela, também).

E na tela policroma das paredes, tela do séc. XVIII, bracarense, de desenho de tapete, listrado: gravuras coloridas inglesas sobre vidro, dos doze meses do ano (admiráveis peças iguais às do Castelo de Windsor, disse-me ao visitar aquela casa o velho conde de Sabugosa).

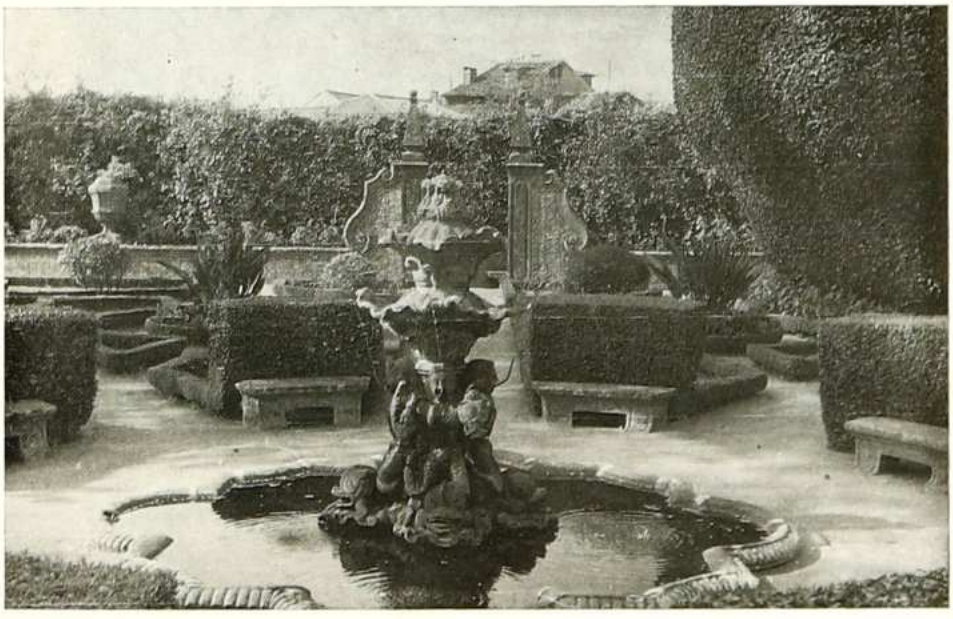
Fogão brasonado de granito, da traça do grande artista e comensal diário dos Biscainhos, o Dr. Camilo Guimarães.

Também sobre o formoso jardim (todo em fogo naquele lindo poente de Janeiro de 1950 aquando das sumptuosas bodas da filha do 3.º visconde), a Sala de Jantar e seus quatro painéis revestindo a parede, marcando o restauro da Casa dos Biscainhos para o casamento do bisavô do 3.º visconde, com D. Teresa Telles da Sylva, filha dos marqueses de Penalva.

Lá está a Quinta das Lapas, próximo a Torres Vedras; e o Largo do Pópulo de Braga; e a serra de Sintra (reconhecível pelo seu ermitão); e Barcelos, e o estuário do Tejo, suas margens identificadas pelo chafariz dos



Casa dos Biscainhos (parte da fachada nobre)



Casa dos Biscainhos (Jardim)



Casa dos Biscainhos

(Tela séc. XVIII da Sala de Jantar representando a Quinta das Lapas, dos Marqueses de Penalva, cerca de Torres Vedras)

(Foto do A.)

Leões, a Torre de Belém e a tabuleta da costureira que fizera o enxoval, «*M.me Pérrin, modiste*».

À outra banda da Sala do Piano, e também sobre os jardins, com suas três sacadas, a Sala Amarela, de estilo Império.

A seguir, a Sala Vermelha, e aí a casa estava inacabada, por continuar, aquela ala, no velho receio atávico e supersticioso de «*ninho feito, pega morta*».

Depois, ainda outra sala de passagem (que a minha geração, a do 3.º visconde, alcunhara de Sala das Semifusas, as damizelas que lá eram recebidas).

O Salão de Entrada, dando para a escada, de vasta clarabóia, paredes da nobre câmara ostentando os retratos dos antepassados malteses.

A seguir, o enormíssimo Salão Nobre de três varandas para a rua, com seus degraus e vasto tecto abobadado de castanho, extensamente, profusamente decorado pela pintura do martírio do Beato Miguel de Carvalho, o jesuíta trucidado no Japão e oriundo desta Casa dos Biscainhos, peça de beleza rara e única no país.

Correnteza de aposentos no andar um pouco acima, principal para a rua, no outro corpo do edifício.

Formosa escadaria de granito e nobres volutas, descia aos celeiros e escritório (ainda lá conheci o velho feitor da casa, da casa e de todos os ramos da casa, que até meu o foi, anos seguidos, o modesto e cumprimentador Ernesto Júlio Taveira e Silva de Macedo Leite).

No andar ainda superior, de tão curiosas janelas setecentistas, era a pequenina capela — mas já de lá saíram os seus três presépios, e juro um deles pelo menos ser do próprio Machado de Castro. Mas eu satisfazia-me como os outros dois, *o rico e o pobre*, com suas dezenas de figurantes, ao gosto da época.

Era ali a Missa do Galo da alta roda bracarense.

Cobria e defendia as portadas da capela riquíssimo reposteiro de armas bordadas, do séc. XVIII, fundo azul, barra vermelha, forro de baeta quadriculada a preto e branco, precioso (este e o de Pomarchão, os mais belos que tenho admirado).

(Amiúde ciceronava o palácio o nosso parente e companheiro de Coimbra, comensal certo de aquela Casa dos Biscainhos, o Dr. Gonçalo Lindoso. Um dia amostrava-a a certo lojista de Guimarães, do Largo do Toural, que, no final, estranhou não ter visto o retrato do visconde velho, o «do Proposto» chamado, o 1.º visconde, muito querido em Guimarães, onde vivera e morrera. Ora o palácio, não sendo de Nespereiras, só tinha

retratos dos avoengos próprios. Mas o Gonçalo Lindoso não quis dar explicações ao locandeiro, e limitou-se a apontar para a tela de uma antepassada mais feia e de omoplatas mais salientes, e comentou: — «É aquele!»...)

Jardim ornamental de muros azulejados encimados por floridos alegretes, acaso o mais belo do reino!

Sua taça ao centro e simétricos bancos de granito, glorietas aos cantos e estátuas de pedra.

Gigantescas japoneiras formam caramanchão, de graça e formosura única em todo o Portugal, enorme esfera verde sobre duas das suas bem recortadas taças.

Grandiosos portões de granito e ferro forjado ornamentam este maravilhoso jardim, todo ele em desenhos simétricos de buxo.

Vivendo emigrado, bourgetianamente emigrado, o 3.º visconde, no Tempo e no Espaço, foi-se assemelhando ao herói da novela de Cervantes, guardadas todas as distâncias...

E vivendo, aquela inteligência e aquela imaginação, em roda livre, desengatada das engrenagens, criou fàcilmente uma ideia fixa: a de que não seriam auspiciosos certos esponsais de família.

Quando era de todo normal, com um moço da mesma idade, bem formado, de família respeitável, católico praticante, e licenciado em curso superior, abundando até nos mesmos ideais políticos do 3.º visconde, e como este também equitador.

Mas...

E tornou-se-lhe mórbida ideia fixa — e nela matutou, dia e noite, cerca de dois anos.

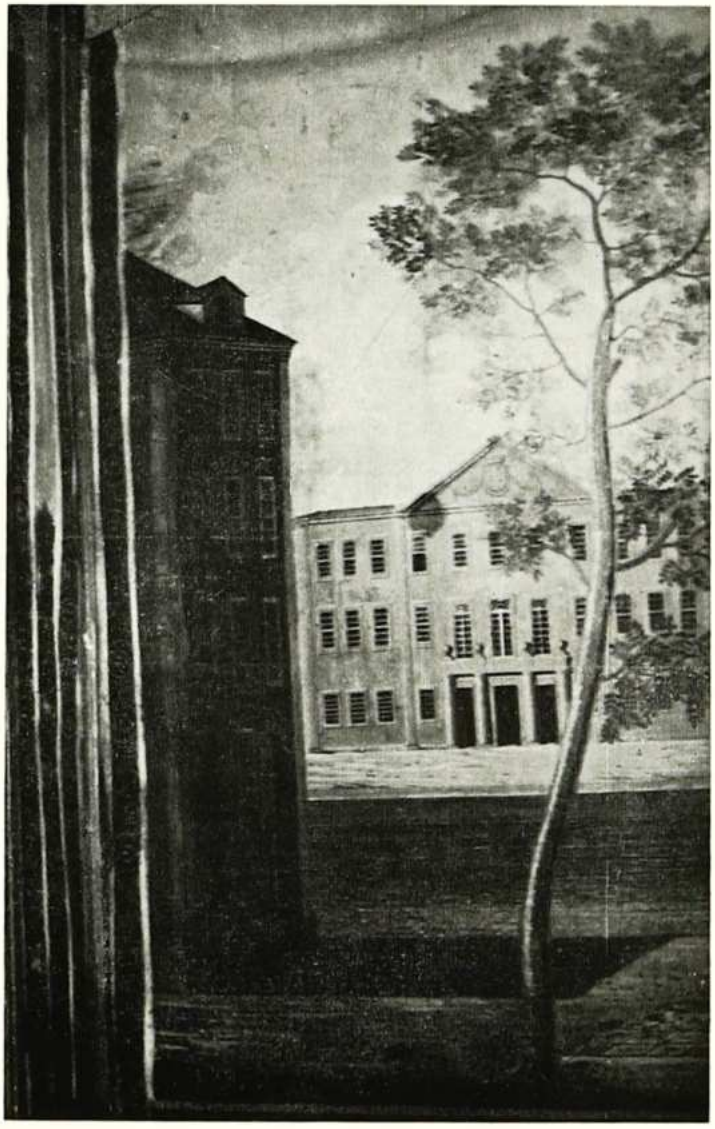
A sua fortíssima constituição física e moral resistiu — porque era fortíssima, a toda a prova.

Mas num complexo freudiano, melhor direi jungiano, quando passados uns anos se deu a aguardada ocorrência, aliás com todas as condições de aprazível futuro como veio a suceder, o 3.º visconde, ginete de raça, cavaleiro de alta escola, cuja única paixão fora aquela Casa dos Biscainhos, e fora a estardiota — o 3.º visconde decidiu-se repudiar o cavalo e o palácio.

Eu nunca compreendo nem aceito os desmandos e reacções dos heróis de Camilo, aqueles fidalgos não aristocratas das novelas piegas do grande prosador.

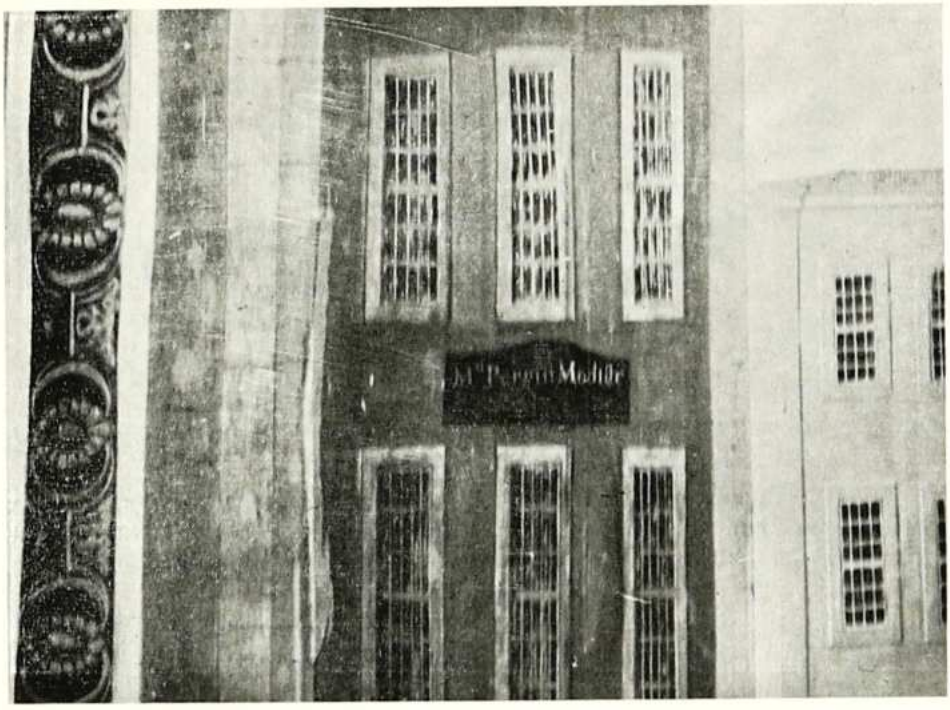
Não.

Mas compreendi, e traduzi, e aceitei esta reacção do romântico cavaleiro que foi o 3.º visconde de Paço de Nespereira.



Tela da Sala de Jantar, representando Lisboa

(Foto do A.)



Pormenor da tela da Sala de Jantar, representando a Casa da Modista M.me Perrin

(Foto do A.)



O 3.º visconde do Paço de Nespereira, D. João de Mello (Oliveirinha) e o Autor
(cerca de 1920)

(Foto J. Marinho)

E a cidade compreendeu também — sofreu, e sofreu com ele.

E embora partindo de premissas inteiramente falsas — que só o não eram para ele! — a dedução a seguir foi lógica e correu como um teorema de álgebra até aquele epílogo dramático e cíclico de bode expiatório!

Nada mais doloroso que a dor inventada.

Lembremo-nos de certo herói de Gilberto Cesbron (em romance que aliás tive a honra de traduzir) que se suicida com receio de um cancro imaginário!

Jazia em ruínas, nas mãos do 3.º visconde, o tão belo e antigo solar vinculado de Paço de Nespereira, naquela verdegosa aldeia de Nespereira, caminho de Guimarães ao Porto, onde demorou o poeta Raul Brandão.

Vendera-se, há muitos anos, à Associação Comercial, o nobre e lindíssimo solar dos Lobos Machados (que Osbert Sittwell considerou o mais equilibrado do Entre Douro e Minho!). Vínculo que o 3.º visconde representava!

E a formosa Casa do Proposto também vinculada, o solar dos Cardoso de Meneses, também em Guimarães, cedera-a o 3.º visconde ao seu irmão mais novo, e único.

Mas aquela Casa dos Biscainhos, única daquelas quatro que não representava...

Salões iluminados e abertos até altas horas da madrugada — e viva conversa, intensa e amena, da melhor água, jovial e intelectual convívio.

Últimas seroadas da Província — e quase sempre com gente da Capital, muita dela!

O 2.º visconde fora o político protótipo do rotativismo, da época feliz de 1900 quando se acreditava firmemente no Progresso e na Regeneração.

Chefe político local, queridíssimo, popularíssimo, era o invés do filho: homem do exterior público.

Governador civil de Braga de enorme prestígio, dos primeiros se não o maior e mais querido influente político da região.

Fino equitador e mão de rédea como o 3.º visconde, arruava as suas hacaneias pela cidade e demorava tardes e noites consecutivas no cavaco da Arcada e de *A Brasileira*.

Teve as mais bem postas equipagens de Portugal (afirmou-mo o velho Batalha Reis, certa tarde de cavaqueira nos salões Ribeiro da Silva, da Rua dos Duques de Bragança).

Ainda recordo uma *milorde*, *Grand Prix* parisiense, e uma parelha de trotadores Hackney Norfolk.

Ia todos os anos à Feira de Sevilha, e levava o cocheiro, o Manuel Joaquim, que mais tarde conheci chefe das cavalariças dos Alto-Mearins, na Rua do Salitre, e, finalmente, mordomo do Hotel Aviz.

Outro era o Jacinto — de braços cruzados, empertigado na almofada do *dog-cart;* e que um dia «voou» ao fugir uma roda, «voou» para o meio de um campo de milho...

Era a graça e a alegria de aquela sua Casa dos Biscainhos, a 2.ª viscondessa de Paço de Nespereira, D. Maria da Conceição, dona de Casa — donairoso donaire!

Palaciana e esmoler, viajada e intelectual, acolhedora e alegre — inundava o pátio de pobres, e cobria de pedidos todas as secretarias...

Eloquente oradora de congressos católicos e notável escritora, esta grande dama, das maiores de Portugal!

Enchia aquela Casa dos Biscainhos de alegria e graça, de elegância física e mental, de boas maneiras e de belos gestos — de bondade, a bondade estreme de aquela grande senhora; e de juventude, a sua perene juventude!

Era assim a vivência de aquela Casa dos Biscainhos que eu ainda conheci e convivi.

Quando circulava a seiva no tronco vivo de aquele solar e vivia a sua vida habitual — porque as casas são como os povos, no dizer de Salazar, pois têm de viver habitualmente, elas também.

Amar, sofrer, dormir, comer, pensar — quotidianamente! — gozar, comer, receber, conversar, brincar, viveu aquela casa, desde a sua remota construção no séc. XVII até à madrugada de 10 de Julho de 1963.

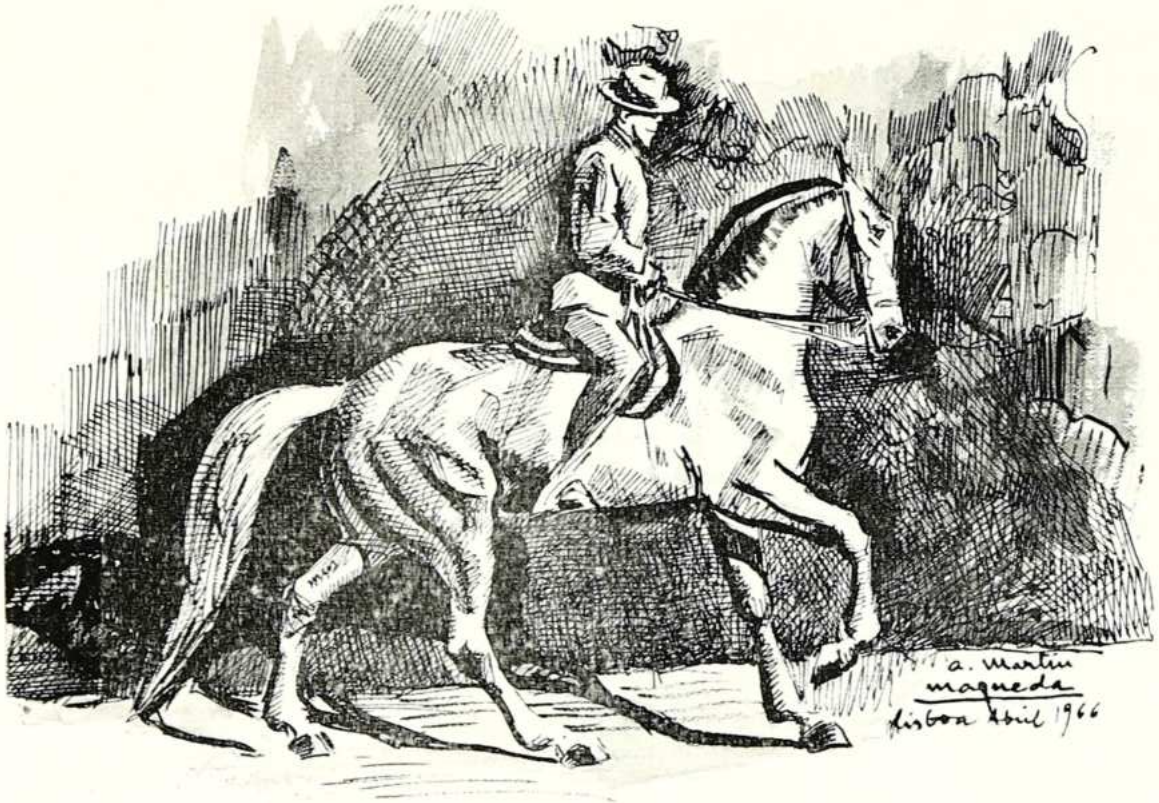
O facho de doutrinação, a chama de idealismo, o lume vivo do comércio intelectual — fulgiram ainda nas últimas décadas, nos salões nobres de aquela Casa dos Biscainhos, nas seroadas da tertúlia do 3.º visconde.

E essa sua acção seguida e continuada, durante cerca de meio século, merece lembrar-se, pela sua constância e valor, não menor que os de aqueles outros esforçados aristocratas também, que de espada na mão mantiveram e mantêm no nosso Ultramar a chama alerta do amor à Pátria.

Algo ficou de perpétuo, de eterno, de duradouro, da vivência de aquela Casa dos Biscainhos.

Não foi inútil, não foi vão, não foi negativo — o passar na terra de aquele seu último senhor, o 3.º visconde de Paço de Nespereira.

Paz à sua alma.



O 3.º visconde de Paço de Nespereira no picadeiro do Palácio dos Biscainhos, montando o seu cavalo Fão.
(Apontamento de Martin Maqueda sobre uma fotografia do A.)

A Casa dos Biscainhos deve ter sido construída pelo Dr. Constantino Ribeiro do Lago (25-11-1619 — 2-VI-1686) filho de uma irmã do Beato Miguel de Carvalho e oitavo avô do 3.º visconde de Paço de Nespereira.

Pelo casamento (14.X.1792), de D. Maria Angelina Senhorinha José Justa Pereira Forjaz de Eça Montenegro, senhora do Morgado e Casa dos Biscainhos com Damião Pereira da Silva de Sousa de Menezes, administrador do 2.º vínculo de Bertiandos, pais do 1.º conde de Bertiandos, passaram os 2 vínculos de Bertiandos e o dos Biscainhos (1) a juntarem-se na mesma representação de pessoa, já que aquela D. Maria Angelina representava também o 1.º vínculo de Bertiandos, como neta do respectivo administrador do vínculo António Pereira Pinto de Eça e de sua mulher D. Antónia Maria Xavier de Sousa e Silva Montenegro Sotto-Mayor (senhora da casa e vínculo dos Biscainhos (2).

A quando da lei que aboliu os vínculos e ainda permitiu a renovação de metade no imediato sucessor, foram registados como vínculos metade dos da então 2.ª condessa de Bertiandos, D. Joana (casada com um filho 2.º da Casa Terena).

Mas não coube nesse lote a Casa dos Biscainhos, que por morte da referida Condessa D. Joana, no ano de 1897, passa à filha mais nova, D. Maria da Conceição, casada com o 2.º visconde de Paço de Nespereira, visto nenhum irmão querer ficar com aquela casa.

Porque o 3.º conde de Bertiandos morreu sem geração, a representação da casa foi parar ao irmão Sebastião, conde de Tarouca; por morte deste ao neto marquês de Alegrete, e por morte deste a sua única filha D. Ana Maria Telles da Silva casada com José Luís Xavier da Costa Cardoso de Menezes (Margaride) com geração. (Representando pois, ainda, os títulos de marqueses de Alegrete, de Penalva e de Terena; condes de Bertiandos, de Cavaleiros e de Vilar Maior, e visconde de S. Gil de Perre).

---

(1) Sobre o vinculo cf. Livro 1.º do Reg. Vinc. do Dist. de Viana do Castelo fls. 145 e seguintes.

(2) Cf. «*O Solar de Bertiandos*», do A., sep. do n.º 8 da revista LUSÍADA (1956).

Da verdadeira origem de algumas famílias ilustres de Braga e seu termo

Por Domingos de Araújo AFONSO

VIII

LANHAS

CAPÍTULO I

§ 1.º

I GONÇALO DIAS LANHAS e sua mulher BEATRIZ ANES MONTEIRO eram lavradores honrados, moradores no lugar do Sobrado no Couto de Tibães, termo de Braga, de onde eram naturais. Tiveram, entre outros filhos:

1(II) Domingos Dias Lanhas, que segue.

2(II) Beatriz Dias Monteiro, que segue no Capítulo II.

II DOMINGOS DIAS LANHAS, que foi casado com APOLONIA ANTÓNIA, filha de António de Carvalho e neta de Fernão de Carvalho.

Tiveram, entre outros filhos:

III Domingas de Carvalho, que segue.

III DOMINGAS DE CARVALHO.

x na freguesia de S. Vítor, de Braga, a 1.12.1629, com FRANCISCO RIBEIRO, filho de Sebastião Fernandes e de sua mulher Isabel Fernandes de Castro, da freguesia de S. Martinho de Dume, no termo de Braga.

Tiveram, possìvelmente entre outros filhos:

1(IV) Maria Ribeiro, baptizada na freguesia de S. Vítor a 22.9.1630. S. m. n.

2(IV) Justa Ribeiro, que segue.

IV JUSTA RIBEIRO † na freguesia de S. Vítor a 3.7.1708.

x na mesma freguesia, a 21.1.1654, com MATEUS DE CARVALHO, rendeiro, baptizado em S. Mamede d'Este a 23.9.1632, o qual faleceu na rua dos Chãos, em casa de seu filho Luís (1) e era filho de António Martins e de sua mulher Catarina Lopes.

Tiveram:

1(V) Feliciano de Carvalho, ourives, baptizado na freguesia de S. Vítor a 30.11.1654.

x em S. Mamede d'Este, a 7.11.1683, com Domingas da Silva, filha de Luís Fernandes e de sua mulher Isabel Rodrigues, do lugar do Maragoto, em S. Mamede d'Este. Ignoramos se tiveram descendência.

2(V) Mariana Ribeiro de Carvalho, que segue.

3(V) Suzana Ribeiro, baptizada na freguesia de S. Vítor a 12.3.1660. S. m. n.

4(V) Isabel Ribeiro de Carvalho, baptizada na freguesia de S. Vítor a 23.3.1662.

x com Manuel Gonçalves Gomes, contratador, filho de Bento Gonçalves, sombreireiro, natural do lugar da Herdeira, na freguesia de Santa Cristina de Longos, termo de Guimarães, e morador na freguesia de S. José de S. Lázaro da cidade de Braga, e de sua mulher Isabel Fernandes da Rocha, da freguesia de S. Martinho de Dume.

Tiveram:

1(VI) Agostinho, baptizado na freguesia de S. Vítor a 14.10.1697. S. m. n.

2(VI) António, baptizado na mesma freguesia a 21.2.1700. S. m. n.

3(VI) Paulo da Rocha de Sousa, familiar do Santo Ofício, baptizado na mesma freguesia a 18.2.1702. S. m. n.

---

(1) Não conseguimos encontrar o assento do seu óbito.

4(VI) Francisco de Carvalho e Sousa, familiar do Santo Ofício (Carta da Inquisição de Coimbra de 6.8.1736 — M. 55, dil. 1106) (2). Morou na rua do Anjo, freguesia de S. João do Souto, de Braga.

5(V) Custódia Ribeiro, baptizada na freguesia de S. Vítor a 25.5.1664. S. m. n.

6(V) André de Carvalho, baptizado na freguesia de S. Vítor a 5.12.1666. S. m. n.

7(V) Luís de Carvalho, ourives, estabelecido aos Açougues Velhos, baptizado na freguesia de S. Vítor a 21.1.1669.

x na freguesia de S. João do Souto de Braga, a 30.9.1694, com Custódia de Sá (viúva de Miguel Bravo, ourives), filha de Paulo de Sá, sapateiro, e de sua mulher Antónia Rebelo, do Eirado, freguesia de S. João do Souto. Ignoramos se tiveram descendência.

8(V) João de Carvalho, baptizado na freguesia de S. Vítor a 23.10.1672.

x I. em..... com .....

x II. na freguesia de S. Vítor, a 21.5.1710, com Angélica Ferreira de Macedo, filha de Paulo Ferreira de Macedo e de sua mulher Paula Sanches de Faria, de Gondifelos, no termo de Barcelos. Ignoramos se tiveram descendência.

Varonia dos SOUSAS MACHADOS, administradores do vínculo de Gondomil, em Moure (Vila Verde)

V MARIANA RIBEIRO DE CARVALHO, que deve ter nascido na freguesia de S. Vítor, como todos os seus irmãos. Sabemos da sua filiação pelo assento do casamento.

x na freguesia de S. Vítor, a 30.6.1675 (3), com ALEXANDRE

---

(2) Processos para Familiares do Santo Ofício — Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

(3) Alexandre Gomes tinha sido casado em 1.as núpcias com Vicência de Araújo, † na rua das Cónegas a 3.11.1672 e dela teve um filho, Francisco, baptizado na Sé Primaz a 3.8.1668; e em 2.as núpcias (em Santa Cristina de Longos a 13.11.1672), com Antónia de Araújo que † em Longos a 12.11.1673, de quem teve uma filha, Apolónia, baptizada em Longos a 8.11.1673.

GOMES LOUREIRO PEIXOTO, homem de pouca fazenda antes do falecimento do sogro, que vivia, principalmente, dos lucros dos contratos das rendas que arrematava em grande escala; morador, durante alguns anos, na rua das Cónegas, junto à Fonte de S. Tiago e, depois, em frente da igreja de S. Lázaro (então ainda pertencente à freguesia de S. Vítor).

Alexandre Gomes era natural da freguesia de Santa Cristina de Algozo da Pousa, onde foi baptizado a 11.1.1639 (4) † em Braga na sua casa da rua de S. Lázaro a 15.12.1708 e jaz na igreja de S. Vítor. Era filho de António Gomes Monteiro Peixoto e de sua mulher Antónia Loureiro (* na Pousa a 11.10.1619), do lugar do Paço da dita freguesia, que vieram para Braga, para a rua das Cónegas, onde devem ter falecido antes do neto Bento Gomes Monteiro de Sousa se ter habilitado para o Santo Ofício.

Tiveram:

1(VI) Escolástica Ribeiro, baptizada na freguesia da Sé Primaz a 12.4.1676.

x na freguesia de S. Vítor, a 13.2.1695, com Manuel Correia, filho de outro Manuel Correia e de sua mulher Marta de Araújo, da rua de S. Marcos. S. m. n.

2(VI) Bento Gomes Monteiro de Sousa, familiar do Santo Ofício (Carta da Inquisição de Coimbra de 28.6.1743 — M. 10, dil. 152) (5), alferes das ordenanças de Braga, antes de ir para o Brasil, e, depois do regresso, capitão das mesmas ordenanças. Grangeou avultados bens no Brasil. Era «bem procedido, esperto, com bom trato e abastado», segundo disse uma das testemunhas que depos na sua habilitação para o Santo Ofício. Baptizado na freguesia da Sé Primaz a 18.10.1677. Faleceu solteiro e s. g.

3(VI) Maria Gomes.

x na freguesia de S. Vítor, a 7.8.1709, com Constantino Correia, filho de Francisco Correia, ourives, e de sua mulher Maria Pereira. S. m. n.

---

(4) Era irmão de Paulo Gomes, que deixou descendência na freguesia da Pousa.

(5) Processos para Familiares do Santo Ofício — Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

4(VI) Alexandre, baptizado na freguesia de S. João do Souto a 27.6.1683. S. m. n.

5(VI) João Gomes de Sousa Lanhas Peixoto, que segue.

6(VI) Inocência Gomes Ribeiro, baptizada na freguesia de S. Vítor a 6.6.1688. M. m.

7(VI) José, baptizado na freguesia de S. Vítor a 11.6.1690. M. m.

8(VI) Geraldo António de Lanhas Peixoto, que segue no § 2.º.

9(VI) Inocência Gomes Ribeiro, baptizada na freguesia de S. Vítor a 2.5.1694. S. m. n.

10(VI) Custódio Gomes Lanhas, baptizado na freguesia de S. Vítor a 10.10.1696. S. m. n.

VI JOÃO GOMES DE SOUSA LANHAS PEIXOTO, principal herdeiro de seu irmão Bento e, pelo seu casamento, capitão-mor do Couto de Moure (Vila Verde), baptizado na freguesia de S. Vítor a 2.9.1685 e † na freguesia de Moure a 22.5.1752.

x na freguesia de S. Vítor, a 17.5.1719, com D. ANTÓNIA DE LEMOS DE SOUSA DA CUNHA, 7.ª administradora do vínculo de Gondomil (6), na citada freguesia de Moure, com capela de Nossa Senhora da Conceição, a qual * em Moure a 29.3.1686 e † a 29.1.1771, filha de Miguel de Carvalho e Sousa, senhor da Casa de Rende, na freguesia do Couto de Cambeses, e de sua mulher Marta de Sousa da Cunha, 6.ª administradora do dito vínculo de Gondomil. Tiveram:

1(VII) João Baptista de Sousa, que segue.

2(VII) D. Eusébia Josefa de Sousa da Cunha * na rua de S. Lázaro, freguesia de S. Vítor a 12.7.1723. Faleceu solteira.

---

(6) Lourenço Campelo, cidadão de Braga, por escritura de 6.9.1554 (feita na Nota Geral — Arquivo Distrital de Braga), vendeu a sua quinta de Gondomil ou do Pinheiro na freguesia de Moure (no actual concelho de Vila Verde) ao Padre Pedro Dias Perú (assim chamado por ter estado no Perú). O novo proprietário instituiu um vínculo com capela de Nossa Senhora da Conceição e obrigação de 2 missas semanais a 18.9.1564 (na Nota do Tabelião Jerónimo Fernandes, de Vila Chã) nomeando 1.º administrador seu filho natural Pedro Dias, Perú, o Moço (havido de Isabel Luís, da quinta da Levandeira em Moure). Este que † em 1629, foi casado com Ana de Almeida Pereira (1550-1604), de quem teve filhos em cuja descendência se conservou o vínculo.



Casa de Gondomil, em Moure, Vila Verde



Altar da capela da Casa de Gondomil



O brasão que encima a entrada
da Casa de Gondomil

3(VII) Francisco José da Cunha, minorista * em Moure a 27.3.1728 e lá † a 25.7.1740. Jaz na capela do vínculo em Moure.

VII JOÃO BAPTISTA DE SOUSA, fidalgo de Cota d'Armas (Carta de 29.11.1728 (1)), bacharel formado em leis, juiz de fora em Almodovar, auditor do regimento de infantaria de Monção aquartelado em Viana do Castelo, capitão-mor dos Coutos de Moure, Cervães e Feitosa, 8.º administrador do vínculo de Gondomil ou do Pinheiro, em Moure, etc. * em Braga, na freguesia de S. Vítor a 17.11.1720 e † em Moure a 27.2.1798. Jaz na capela do seu vínculo.

x em São Tiago de Arcozelo (Vila Verde) a 17.3.1762, com D. LUÍSA ROSA DA CÂMARA OSÓRIO DE QUEIRÓS * a 26.6.1740 e † em Moure a 9.4.1793, filha do capitão Teodósio de Queirós Osório, senhor da Quinta da Inveja em São Tiago de Arcozelo e de sua mulher D. Maria Nogueira da Câmara e Araújo. Tiveram:

1(VIII) Leopoldo de Sousa de Almeida Pereira, que segue.

2(VIII) Rodrigo de Sousa * em Moure a 24.11.1764 e † a 17.9.1766.

3(VIII) O doutor José de Sousa da Câmara, minorista, bacharel formado em leis; sabido e recto asseçor, gratuito muitas vezes, em Moure e concelhos vizinhos, pessoa de grande préstimo, representação e probidade e, como tal, conhecido em Braga, seus contornos e província, * em Moure a 18.1.1766 e † repentinamente, indo de Arcozelo para Moure, a 30.4.1836. Jaz na capela da Casa de Moure.

4(VIII) D. Antónia Xavier da Câmara * em Moure a 3.6.1768 e m. m.

5(VIII) Mateus de Sousa * em Moure a 3.8.1770 e m. m.

VIII LEOPOLDO DE SOUSA DE ALMEIDA PEREIRA, 9.º administrador do vínculo de Moure e 3.º do Paço de Cabaços em Ponte de Lima (instituído por seu tio avô Geraldo de Lanhas Peixoto), etc., bacharel formado em leis, capitão-mor dos Coutos de Moure, Cervães, Feitosa e Cabaços, comandante das 6.ª e 7.ª brigadas das orde-

(1) Visconde de Sanches de Baêna — *Arquivo Heráldico e Genealógico*, n.º 1092.

nanças da Província do Minho, com relevantes serviços na guerra peninsular e condecorado com as medalhas de oiro e de fidelidade ao Rei e à Pátria e com a «Regia Efigie d'el-rei D. Miguel I», presidente da Comissão de Exame e Melhoramentos das cadeias de toda a comarca de Braga, etc. * em Moure a 18.7.1763 e † a 28.12.1839. Jaz na capela do seu vínculo em Moure.

x na capela da Torre de Vilar, em Amares, a 4.6.1821, com D. JOANA ANGÉLICA DA MAIA ABREU MACHADO E VASCONCELOS, senhora das Casas da Fonte em S. Tiago da Faia (Cabeceiras de Basto), da Torre de Vilar em Amares, de Paredes e da Abelheira * a 7.4.1800 e † a 14.1.1863, filha de Manuel Gonçalo da Maia Machado e Vasconcelos, sr. das Casas e quintas da Abelheira e Paredes, administrador do vínculo de Geraz de Lanhoso, cadete de cavalaria de Chaves, etc., e de sua mulher D. Maria Teresa Pereira do Lago de Abreu e Lima, senhora da Casa da Torre de Vilar em Amares.

Tiveram:

1(IX) D. Maria José de Sousa Machado da Maia e Vasconcelos * a 2.6.1822 e † solteira a 27.6.1851.

2(IX) João Maria de Sousa Machado de Abreu Maia e Vasconcelos, que segue.

3(IX) D. Antónia Casimira de Sousa Machado Pereira do Lago de Azevedo Feio * a 18.10.1824 e † solteira a 18.9.1870.

4(IX) D. Francisca Júlia † menina.

5(IX) D. Francisca Bárbara da Maia de Sousa e Alvim, senhora da Torre de Vilar e das Casas de Paredes, Abelheira e Fonte * a 4.5.1828 e † em Braga na sua casa da rua do Carvalhal (hoje propriedade do dr. Carlos de Magalhães e Vasconcelos) a 1.11.1891.

x a 17.8.1860 com D. Luís de Azevedo Sá Coutinho, bacharel formado em matemática, major reformado do estado maior de engenharia, director das Obras Públicas dos distritos de Braga e do Porto, fidalgo cavaleiro da C. R., deputado da Nação, etc., * a 27.7.1822 e † a 13.8.1887, filho de D. Luís Manuel de Azevedo Sá Coutinho, senhor da Casa da Tapada em Fiscal (Amares), moço fidalgo com exercício no Paço acrescentado a fidalgo cavaleiro da C. R. (alvará de 26.7.1814), etc.,

e de sua mulher D. Maria Lina de Araújo e Azevedo. S. g.

IX JOÃO MARIA DE SOUSA MACHADO ABREU DA MAIA E VASCONCELOS, 10.º e último administrador do vínculo de Gondomil e do de Paço de Cabaços, etc., vice-presidente da Câmara Municipal de Braga, etc., * a 28.10.1828 e † em Braga, na sua casa da rua das Cónegas, a 8.6.1913.

x a 19.8.1858 com sua prima D. ANA AMÁLIA DO VALE CAMPOS BARRETO * a 28.10.1840 e † em Braga a 4.1.1905, filha de José do Vale Campos de Magalhães Bacelar, sr. das Casas de Passinho e de Pousadela nos Arcos de Valdevez, do Paço em Penafiel e da quinta dos Apóstolos em Braga, etc., presidente da Câmara municipal dos Arcos de Valdevez, e de sua mulher D. Maria Augusta de Abreu Caldas Bacelar, da Casa do Paço de Vila Verde na Ponte da Barca.

Tiveram:

1(X) João Maria de Sousa Machado de Almeida Pereira, bacharel formado em direito, juiz de direito substituto da comarca de Braga, provedor do colégio dos Órfãos de S. Caetano, * a 11.6.1859 e † solteiro a 10.5.1908.

2(X) José de Sousa Machado da Maia e Vasconcelos de Abreu e Lima, bacharel formado em direito, sr. da Casa da Torre de Vilar em Amares, notário em Braga, advogado, notabilíssimo genealogista, * em Braga a 9.7.1860 e † em Braga a 5.2.1934.

x em Braga, a 22.10.1890, com D. Maria Virgínia de San Romão, * em Braga a 22.11.1850 e † ibid. a 10.2.1927, filha de João António de Oliveira Braga San Romão, comendador da o. de Cristo, director do correio e vice-cônsul de Inglaterra e de Espanha em Braga, e de sua mulher D. Maria Angelina dos Desamparados Rodrigues de Carvalho. S. g.

3(X) Leopoldo de Sousa Machado do Vale Bacelar, que segue.

4(X) D. Maria Amália de Sousa Machado de Vasconcelos, senhora do Paço de Cabaços, * a 14.8.1879 e † a .....

x a 27.12.1902 com Artur Cardoso Pinto Osório, bacharel formado em direito, notário em Ponte de Lima, Braga e Porto, sr. da quinta da Breia em Jolda (Arcos

de Valdevez), que * a 6.1.1869 e † em Ponte de Lima a ....., filho do Conselheiro Augusto Carlos Cardoso Pinto Osório, juiz presidente do Supremo Tribunal de Justiça, grã-cruz da o. de Cristo, etc., e de sua mulher e prima D. Amélia Coutinho Felgueiras Osório Portocarreiro. C. g.

X LEOPOLDO DE SOUSA MACHADO DO VALE BACELAR, sr. da Casa de Gondomil em Moure, governador civil de Aveiro, administrador dos concelhos de Caminha, Vila Nova de Famalicão e Fafe, comendador das o. o. de Cristo e da Estrela Polar da Suécia, etc., * em Braga a 23.10.1861 e † ibid. a 12.11.1923.

x em Braga, a 27.5.1899, com D. EMÍLIA MOREIRA DE MATOS * no Porto a 27.5.1877 e † em Braga a 1.10.1939, filha de António Joaquim de Matos e de sua mulher D. Josefa das Dores Moreira.

Tiveram:

1(XI) D. Helena Augusta de Sousa e Almeida da Maia Machado e Vasconcelos, que segue.

2(XI) Fernando Alberto * em Braga a 9.1.1902 e m. m.

XI D. HELENA AUGUSTA DE SOUSA E ALMEIDA DA MAIA MACHADO E VASCONCELOS, senhora da Casa de Gondomil * em Braga a 27.10.1900.

x a 6.6.1927 com VASCO GIRÃO JÁCOME DE SOUSA PEREIRA DE VASCONCELOS, senhor da Casa de Proence em Sandiães (Ponte de Lima), * em Braga a 20.8.1893, filho de Vasco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos, 17.º senhor da Casa do Avelar em Braga, e de sua mulher D. Rosa Emília de Sousa de Faria Girão.

Tiveram:

1(XII) D. Maria Isabel de Sousa Machado Jácome de Vasconcelos * em Braga a 15.5.1928.

x em Moure, a 1.10.1951, com Adelino Augusto de Amorim Rebelo Teixeira de Andrade e Castro Correia * a 1.10.1926, filha do dr. Augusto Luís Brandão Correia, médico, e de sua mulher D. Maria da Assunção de Amorim Rebelo Teixeira de Andrade e Castro.

Tiveram:

1(XIII) Augusto Luís Jácome de Sousa Amorim Correia * em Braga a 27.10.1952, estudante.

2(XIII) Vasco Jácome de Sousa Amorim Correia * em Braga a 16.7.1955, estudante.

3(XIII) D. Ana Isabel Jácome de Amorim Correia * em Braga a 5. 4. 1957, estudante.

4(XIII) D. Maria Teresa Jácome de Sousa Amorim Correia * em Braga a 16.2.1959, estudante.

2(XII) Leopoldo Jácome de Sousa da Cunha de Almeida Pereira, que segue.

3(XII) Fernando Alberto Jácome de Sousa de Vasconcelos, regente agrícola, medalha da Campanha do norte de Angola (1961-63), * em Braga a 26.2.1937.

x em Braga, a 1.8.1964, com sua prima D. Helena Maria de Araújo de Carvalho Matos, licenciada em ciências históricas e filosóficas, professora de ensino secundário, * em Braga a 18.9.1936, filha de Alberto Jorge de Carvalho Moreira de Matos, funcionário administrativo, oficial da o. de Benemerência, medalha de prata de cidade de Braga, e de sua mulher D. Maria Euridice Machado de Morais e Sousa Araújo.

Tiveram:

XIII Vasco Jácome de Sousa Pereira de Vasconcelos m. m.

XII LEOPOLDO JÁCOME DE SOUSA DA CUNHA ALMEIDA PEREIRA, engenheiro electro-técnico (U. P.), * em Braga a 22.8.1930.

x no Porto, a 28.7.1958, com D. MARIA JULIETA DA CUNHA DA COSTA BRAGA, licenciada em filologia românica, filha do Comandante Orlando Alves da Costa Braga, oficial da armada, e de sua mulher D. Rosa da Cunha.

Tiveram:

1(XIII) D. Helena Maria da Costa Braga Almeida Pereira * a 20.9.1959, estudante.

2(XIII) D. Maria Cláudia da Costa Braga de Almeida Pereira * a 30.9.1960, estudante.

3(XIII) D. Maria da Conceição da Costa Braga de Almeida Pereira * a 8.12.1962.

§ 2.º

VI GERALDO ANTÓNIO DE LANHAS PEIXOTO, filho de Mariana Ribeiro de Carvalho n.º V do § 1.º e de seu marido Alexandre Gomes Loureiro Peixoto * em Braga na rua de S. Lázaro, freguesia de S. Vítor, a 20.10.1691 e † ibid. a 15.3.1761. Jaz na capela de Nossa Senhora da Conceição do vínculo de Gondomil.

Foi cavaleiro da o. de Cristo, com dispensa de provanças (8), tendo pedido o hábito em 1742 e professado a 10.7.1744. Serviu no Brasil, entre outros cargos o de Provedor das Reais quintas do distrito de Santa Bárbara (9); regressou rico do Brasil e reformou o vínculo de Gondomil (de que era administradora sua cunhada, mulher de seu irmão João) e instituiu, em Ponte de Lima, o vínculo do Paço de Cabaços.

---

(8) Assim se conclue do seguinte ofício:

«Lisboa, 28 de Junho de 1742

Senhor,

«Foy V.Mag.de servido fazer mr.ce do Cav.º da Ordem de Christo a Giraldo Ant.º de Lanhas Peixoto, e de suas prov.as constou ter as partes pessoaes e limpeza necessaria. Porem que o Pay no seu principio foy sapateiro, e depois viveu de suas fazendas, e May, e avo materno pessoas de segunda condição, e por estes impedimentos se julga não estar capaz de entrar na ordem, do que se dá conta a V.Mag.de como Governador e perpetuo Administrador della, na forma que dispõe os Deffenitr.os.Lx.a desouto de Mayo de mil setecentos e quarenta e dous

a) José Ferreira da Costa».

A fls. 202 do «Livro das Receitas da Coroa» que serve com o Tezoureiro das Armadas João Lucas de Barros de Mesquita, lhe ficam carregados oito centos mil reis (800$000) que recebeu de Giraldo Antonio de Lanhas Peixoto procedidos do donativo com que S.Mag.de o dispensou para poder receber o habito de Christo, aplicados para despezas do socorro da Índia e para constar desta entrega se passou na dicta receita este recibo em forma feito e assignado por mim, etc. Trinta de Abril de mil setecentos e quarenta e trez

a) Diogo de Souza de Gouvea.»

(9) O Capitão João Ferreira dos Santos, «de Vila Nova da Rainha das Minas do Oiro por S.Mag.de que Deus guarde», passou três certificados a 14/1.1724, em que diz: «em 1723 servindo de Juiz Ordinário da dicta Villa achou nella exercendo o cargo de Provedor das Reaes Quintas no distrito de Santa Bárbara a Giraldo António de Lanhas Peixoto e louva o zelo, satisfação, limpeza de mãos e actividade no desempenho do cargo e várias missões extraordinárias».

Não casou, mas, de sua parenta D. MARIANA JOSEFA LANHAS PEIXOTO DE MAGALHÃES (adiante nomeada), assistente em Braga, na rua das Águas, a S. Lázaro, filha de Bento da Guarda Peixoto Lanhas e de sua mulher D. Josefa Pereira de Araújo, da freguesia de Regilde, no termo de Guimarães, teve as seguintes.

Filhas naturais:

1(VII) D. Teresa Maria Gertrudes de Magalhães (antes de crismada Florinda Teresa Antónia), que segue.

2(VII) D. Quitéria Maria de Lanhas Peixoto de Magalhães, que segue no § 3.º.

VII D. TERESA MARIA GERTRUDES DE MAGALHÃES * na freguesia de Santa Eulália de Godinhaços a 9.4.1753.

x em Braga, na freguesia de S. Lázaro, a 13.9.1777, com JOÃO RIBEIRO PALMEIRA DE MATOS, negociante, filho de José Ribeiro Palmeira, ourives na rua de S. Marcos, e de sua mulher Ana Maria de Araújo (Cf. MATOS DE SOUSA CARDOSO).

Filhos:

1(VIII) Padre Feliciano de Magalhães * na freguesia de S. João do Souto a 5.6.1779.

2(VIII) D. Rosa de Magalhães * na mesma freguesia a 24.12.1780.

3(VIII) D. Francisca Miquelina de Magalhães, que segue.

4(VIII) Manuel Joaquim * na mesma freguesia a 22.9.1783 e † menino.

5(VIII) Manuel * na mesma freguesia a 10.7.1785.

VIII D. FRANCISCA MIQUELINA DE MAGALHÃES * na freguesia de S. João do Souto a 16.7.1782.

x I. na freguesia de S. João do Souto, a 13.2.1804, com o capitão ANTÓNIO JOSÉ DA CRUZ, filho reconhecido de Tomé de Araújo Rebelo e de Brízida Maria.

x II. na mesma freguesia, a 3.8.1809, com ANTÓNIO LUÍS DE SOUSA ARAÚJO E MENEZES, filho de Paulo José Cerqueira Dantas e de sua mulher D. Rosa Benta Maria de Sousa e Menezes.

Teve do 1.º casamento:

1(IX) João Manuel Rebelo Peixoto de Araújo Magalhães, que segue.

Teve do 2.º casamento:

2(IX) Gaspar, * na freguesia de S. Lázaro a 3.3.1811.

3(IX) José Manuel, * na freguesia de S. João do Souto a 5.6.1812.

4(IX) D. Rosa Ludovina, * na freguesia da Cividade a 25.4.1815.

IX JOÃO MANUEL REBELO PEIXOTO DE ARAÚJO MAGALHÃES, sr. da quinta do Carvalhal em São Martinho de Dume, * na rua de Santo André, freguesia de S. Vítor, a 14.4.1805.

x na freguesia da Cividade, a 28.1.1827, com D. MARIA JOANA AUGUSTA DE AZEVEDO, viúva de Francisco José de Barros, e filha de.....

Filho:

x João Rebelo Peixoto de Araújo Magalhães, que segue.

X JOÃO REBELO PEIXOTO DE ARAÚJO MAGALHÃES, sr. da quinta do Carvalhal em S. Martinho de Dume. S. m. n.

§ 3.º

VII D. QUITÉRIA MARIA DE LANHAS PEIXOTO DE MAGALHÃES, filha de Geraldo António de Lanhas Peixoto, n.º VI do § 2.º e de sua parenta D. Mariana Josefa Lanhas Peixoto de Magalhães, * na freguesia de Santa Maria de Refoios de Lima, termo de Ponte de Lima em 1756 e † na sua casa da rua Nova de Sousa, freguesia da Sé Primaz, a 19.2.1811.

x nesta mesma freguesia, a 25.5.1790, com ANTÓNIO MANUEL GONÇALVES, negociante matriculado na praça de Braga, senhor do prazo de Louredo, na freguesia de Vilaça (Barcelos), filho de João Afonso e de sua mulher Isabel Gonçalves, da freguesia de S. Miguel de Roriz, no termo de Barcelos.

Viveram em casas nobres no Campo da Vinha e na rua Nova de Sousa.

Tiveram:

1(VIII) Elias José Gonçalves de Magalhães, * na freguesia da Sé a 5.2.1791.

2(VIII) D. Maria José de Magalhães, que segue.

3(VIII) D. Iria Cândida de Magalhães, * na freguesia da Sé a 24.11.1793.

x na freguesia da Cividade, a 31.7.1816, com Francisco de Campos Beltrão, cirurgião-mor do regimento de infantaria n.º 15, que esteve emigrado na Galiza e depois em França, por ser liberal, e foi um dos «7.500 bravos do Mindelo», morador no Campo de S. Tiago em Braga e filho de António de Campos Beltrão e de sua mulher D. Isabel da Conceição. S. g.

VIII D. MARIA JOSÉ DE MAGALHÃES, senhora do prazo de Louredo em Vilaça, * em Braga, na freguesia da Sé, a 22.6.1792 † a 24.7.1875.

x I. na freguesia da Sé, a 4.2.1818, com o Capitão JOAQUIM JOSÉ DO REGO, filho do Capitão João Vicente do Rego († *em Nogueiró, no dia 20.3.1809, à frente dos seus soldados, quando os franceses romperam a linha da Serra do Carvalho. Jaz em Nogueiró*) e de sua mulher Rosa Maria, da Porta do Souto.

x II. em S. Jerónimo de Real, termo de Braga, a 2.9.1826, com JOAQUIM MANUEL DO VALLE E MATOS * na freguesia de S. José de S. Lázaro a 25.4.1787 e † em 1860 (?), filho de Manuel Luís do Valle e de sua mulher D. Francisca Teresa Vieira.

Teve do 1.º casamento:

1(IX) D. Iria Cândida de Magalhães, * na freguesia de S. João do Souto a 28.6.1819 e † na rua de S. Miguel-o-Anjo, freguesia da Sé, em 1898.

x na freguesia da Sé, em 1845, com Félix Joaquim de Sousa Freitas dos Santos, oficial do exército, que, em 1858, servia na guarnição de Bissau (Guiné), filho de Domingos José de Sousa Santos e de sua mulher D. Rosa Maria Ferreira.

Tiveram:

x Hermínio Artur de Sousa e Santos, que frequentou o Colégio Militar e depois foi funcionário das Obras Públicas de Braga, * em 1847 e † a 14.8.1891, solteiro e s. g.

Teve do 2.º casamento:

2(IX) António Joaquim do Valle, que segue.

IX ANTÓNIO JOAQUIM DO VALLE, condutor das Obras Públicas de Braga, * em S. Jerónimo de Real em 1828 e † na sua casa do Campo de Sant'Ana, freguesia de S. José de S. Lázaro a..... x nesta última freguesia, a 31.3.1866, com D. FILOMENA TEIXEIRA, * na freguesia de S. Martinho de Sardoura, bispado de Lamego e † na citada casa do Campo de Sant'Ana a 28.2.1885, filha de Francisco Teixeira e de sua mulher D. Ana Joaquina da Costa. Tiveram:

x António Joaquim do Valle Jr., que segue.

X ANTÓNIO JOAQUIM DO VALLE Jr., 1.º Oficial chefe dos Correios de Braga, * na freguesia de S. José de S. Lázaro a 17.8.1867 e † a 11.2.1918.

x na freguesia de Gualtar, termo de Braga, em 1889, com D. LAURA LUCINDA OLIVEIRA, * a 8.2.1867 e † a 3.9.1926, filha de Joaquim Mariano de Oliveira e de sua mulher D. Maria Emília Mota.

Tiveram:

1(XI) D. Maria da Conceição do Valle, * em 1892.

2(XI) Eurico do Valle, que segue.

3(XI) D. Adelaide do Valle, * em Braga a 17.12.1898.

x no Sameiro (Braga), com o Dr. José Joaquim da Rocha Gomes, capitão-médico, * em Braga a 15.5.1882, filho de Anastácio de Jesus Gomes de Araújo e de sua mulher D. Maria Rosa da Rocha. S. g.

4(XI) D. Guilhermina do Valle, * em Caldelas, concelho de Amares, a 3.9.1901.

x no Sameiro (Braga), a 8.12.1930, com José Falcão de Azevedo, gerente da Filial do Banco Português do Atlântico em Santo Tirso, * em Cabeceiras de Basto em 1899, filho de José Augusto Falcão de Azevedo e de sua mulher D. Maria Leite Machado.

Tiveram:

1(XII) D. Helena do Valle Falcão de Azevedo, * a 4.8.1931.

x com Arsénio José Marta, industrial.

Tiveram:

1(XIII) D. Lúcia Maria do Valle Azevedo Marta.

2(XIII) Arsénio do Valle Azevedo Marta.

2(XII) Jorge do Valle Falcão de Azevedo, engenheiro civil, * a 1.11.1933.

x em Lisboa com D. Maria José Vital.

Tiveram:

XIII Miguel Nuno do Valle Vital de Azevedo.

5(XI) D. Laura do Valle, * em Braga (S. João do Souto), a 29.2.1904.

x em Braga, a 3.5.1936, com Nelson Martins de Almeida, delegado de propaganda médica, * em Braga a 25.11.1911, filho de José Martins de Almeida e de sua mulher D. Zulmira Correia da Silva.

Tiveram:

1(XII) D. Maria Laura do Valle Almeida, * a 2.5.1937.

x no Bom Jesus do Monte, a 8.2.1959, com Rogério Guimarães de Figueiredo, filho de João de Figueiredo e de sua mulher D. Corina Guimarães de Barros. S. g.

2(XII) Nelson José do Valle Almeida, * em Braga (S. Vítor), a 25.8.1938.

x em Angola com D. Ivone David da Costa, * em Vidago.

Tiveram:

1(XIII) D. Maria do Céu da Costa do Valle Almeida, * em Luanda.

2(XIII) Nelson da Costa do Valle Almeida, * em Luanda.

3(XII) José Jorge do Valle Almeida, * em Braga (S. Vítor), a 8.2.1944.

6(XI) Bernardo do Valle, negociante, * em Braga (S. João do Souto), a 22.1.1905 e † na mesma cidade a 29.12.1965.

x no Sameiro (Braga), a 18.2.1928, com D. Maria Isabel Rodrigues de Sequeira, * em Parada de Tibães a 8.8.1903, filha do Dr. Júlio Martins Sequeira, bacharel

formado em direito, e de sua mulher D. Maria Rodrigues.

Tiveram:

1(XII) Júlio de Sequeira do Valle, * em Braga (S. João do Souto) a 10.1.1929 e † solteiro a 21.5.1945.

2(XII) Vasco de Sequeira do Valle, negociante, * em S. Jerónimo de Real a 26.7.1930.

x no Sameiro (Braga), a 3.12.1955, com D. Josefina de Lurdes Pires Godinho, * em Braga a 4.6.1928, filha de Tito António Godinho, capitão de infantaria e de sua mulher D. Francisca Pires.

Tiveram:

1(XIII) D. Ana Isabel Godinho do Valle, * em Braga a 8.2.1957.

2(XIII) D. Alexandra Maria Godinho Vale, * em Braga a 20.12.1958.

3(XII) D. Maria Gabriela de Sequeira do Valle, * em Braga a 31.12.1931.

x no Bom Jesus do Monte, a 16.1.1965, com Norberto Vilela.

Tiveram:

XIII Filipe Norberto Sequeira do Valle Vilela.

4(XII) D. Maria Hercília de Sequeira do Valle, * em Braga a 2.5.1934.

5(XII) D. Maria Erta de Sequeira do Valle, * em Braga a 10.2.1936.

7(XI) D. Alzira do Valle, * em Braga (S. João do Souto), a 29.11.1906.

x no Sameiro, a 24.10.1936, com Alfredo Duarte Lopes Malheiro, industrial, * em S. Pedro d'Este, termo de Braga, a 15.4.1884, filho de José Duarte Lopes Malheiro e de sua mulher D. Maria Joaquina Malheiro.

Tiveram:

1(XII) Alfredo Eurico do Valle Lopes Malheiro,

licenciado em medicina (U. P.), * em Braga a 12.1.1938.

2(XII) José António do Valle Lopes Malheiro, oficial de engenharia, * em Braga a 5.7.1939.

3(XII) D. Helena Maria do Valle Lopes Malheiro, * em Braga a 31.8.1941.

4(XII) D. Maria Angelina do Valle Lopes Malheiro, * em Braga a 19.6.1943.

x no Bom Jesus do Monte, a 12.9.1965, com João Diniz de Figueiredo, inspector da Companhia de Seguros «Metrópole», * em Canas de Sabugosa, a 8.5.1934, filho de António Diniz Henriques e de sua mulher D. Maria Emília de Figueiredo.

Tiveram:

XIII D. Alexandra Paula do Valle Malheiro Diniz de Figueiredo, * em Braga a 16.5.1966.

XI EURICO DO VALLE, engenheiro civil (começou os seus estudos superiores na Universidade de Gand, na Bélgica, e concluiu-os em Lisboa no Instituto Superior Técnico), * em Braga a 5.2.1894 e † em Lisboa a 12.4.1942.

x em Angra do Heroísmo, em 1929, com D. ALDA GASPAR VALADÃO, * em 1906, filha de Francisco Lourenço Valadão e de sua mulher D. Emília Joaquina Gaspar, proprietários em Vila Nova, concelho da Praia da Vitória, Ilha Terceira.

Tiveram:

XII Eurico António Valadão do Valle, que segue.

XII EURICO ANTÓNIO VALADÃO DO VALLE, licenciado em direito (U. L.), advogado, * em Angra do Heroísmo a 9.4.1931.

x na Herdade do Falcão em Brotas (Mora), a 24.7.1966, com D. Ana Leonor Galveias Pereira Salgado, filha de Francisco Pereira Salgado e de sua mulher D. Bernardina Galveias.

CAPÍTULO II

§ 1.º

O vínculo de Torneiros ([10])

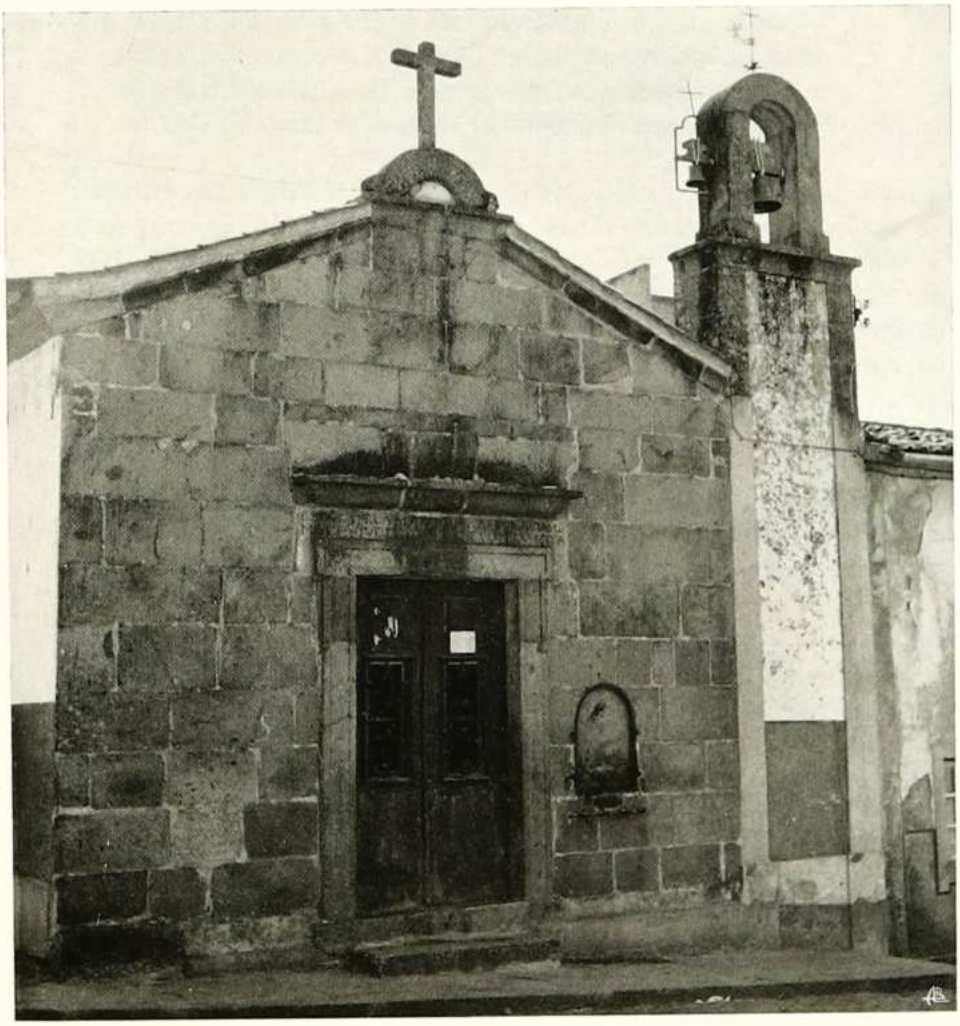
II BEATRIZ DIAS MONTEIRO, filha de Gonçalo Dias Lanhas, n.º 1 do § 1.º do Capítulo 1.º, e de sua mulher Beatriz Anes Monteiro.

Foi casada com FRANCISCO ÁLVARES, lavrador honrado, «dos melhores do Couto de Tibães», como se diz nas habilitações de seus netos para Familiares do Santo Ofício ([11]). Em 1626 o casal vivia dos seus rendimentos em Braga, na rua dos Pelames. Aos 13.2.1624, doaram a bouça da Rainha, na freguesia de Nogueira, prazo fateusim (com 100 reis de foro ao concelho), ao filho Francisco Álvares Lanhas ([12]).

([10]) Grácia Martins (*filha de Aleixo Martins e de sua mulher Margarida Pires, de S. Mamede d'Este*), viveu na sua casa do fundo da rua dos Pelames, freguesia de S. Vítor, onde † a 29.10.1618. Tinha casado na Ermida de S. Sebastião, em S. Mamede d'Este, a 26.4.1582, com Rodrigo Anes, por alcunha o Perú, natural do lugar da Lagiosa, da freguesia de Sobreposta, no Couto de Pedralva, o qual nos seus princípios fora sapateiro e muito pobre e, depois, embarcou para o Perú e lá conseguiu grossos cabedais com os quais adquiriu em Braga vários bens de raiz, e, entre eles, a 12.3.1578, a quinta de Torneiros, na freguesia de S. Vítor, pela quantia de 447$917 reis (Nota de Amador da Cunha — Arquivo Distrital de Braga) e a 2.4.1609, e aos herdeiros dela, o último quinhão, por 62$500 reis ficando assim toda unida (idem). Rodrigo Anes † na rua dos Pelames a 2.7.1613, deixando todos os seus bens a sua mulher. Esta mandou construir, à saída da dita quinta, junto ao rio Este e às casas onde vivia, uma capela dedicada a Santa Justa. A 6.12.1617 fez doação de doze medidas em Covelas para a fábrica da capela; e, no seu testamento de 10.1.1617, vinculou a quinta de Torneiros, com todas as suas pertenças de herdade e mais duzentas medidas, que uniu à dita capela com o encargo de três missas semanais, ditas pela sua alma e pela de seu marido (a de Domingo em louvor de Santa Justa, a de quarta-feira em honra de Nossa Senhora, e a de sexta-feira pelas cinco chagas de Nosso Senhor Jesus Cristo). Nomeou para primeira administradora sua sobrinha Ana do Valle (mulher de Pedro Álvares Lanhas Monteiro), filha de sua irmã Ana Martins e de seu marido Domingos Antunes. O testamento de Grácia foi aberto na rua do Souto, no dia da sua morte, na presença do Juiz ordinário Licenciado António Afonso da Gama, sendo escrivão Diogo Machado Cotrim, e, no dia seguinte, 30.10.1618, foi o tabelião a casa dos herdeiros, à rua dos Pelames, aceitando eles tudo, principalmente os administradores do vínculo.

([11]) Consta dos livros antigos da Confraria de Sant'Ana de Braga, onde ambos foram confrades, que Francisco Álvares e sua mulher eram moleiros no rio Este.

([12]) A bouça da Rainha tinha sido adquirida por 46$000 reis com dinheiro do dito Francisco.



Capela de Santa Justa, do vínculo de Torneiros (ao fundo da rua dos Pelames).

Francisco Álvares, que † a 7.4.1644, era filho de António Álvares, lavrador honrado e rico da freguesia de Mire de Tibães, termo de Braga, e de sua mulher Cecília Rodrigues.

Tiveram:

1(III) Pedro Álvares Lanhas Monteiro, que segue.

2(III) Francisco Álvares Lanhas, que segue no § 3.º.

3(III) Sebastião Álvares Monteiro, que segue no § 4.º.

4(III) Manuel Francisco Lanhas, que segue no § 5.º.

III PEDRO ÁLVARES LANHAS MONTEIRO, cidadão de Braga, Familiar do Santo Ofício (Carta da Inquisição de Coimbra de 26.10.1626 — M. 1, dil. 22) ([13]). Com seus irmãos, Francisco e Manuel, fez justificação de nobreza, em Braga, a 30.4.1641, na qual juraram seis testemunhas da maior excepção, sendo escrivão Agostinho Freire de Andrade, da cidade de Braga ([14]). Morou no Couto de Tibães, * em..... e † em .....

x na freguesia de S. Vítor, a 19.8.1618, com ANA DO VALLE, 1.ª administradora do vínculo de Torneiros, a qual era natural da freguesia de S. Mamede d'Este e † na rua dos Pelames a 10.2.1649, filha de Domingos Antunes, que dava estalagem no lugar das Vendas de S. Sebastião, em S. Mamede d'Este e de sua mulher Ana Martins.

Tiveram:

1(IV) Justa de Sousa, baptizada na freguesia de S. Vítor a 5.7.1620 † a 2.12.1689. Foi noviça no convento dos Remédios, para onde entrou a 4.3.1645, mas de lá a tirou seu pai.

x na freguesia de S. Vítor, a 10.7.1651, com Amaro de Reboreda Guedes, fidalgo da C. R., morador na rua dos Pelames, filho de Manuel de Reboreda Guedes e de sua mulher Ana de Abreu, naturais de Chaves.

Tiveram:

1(V) Luísa de Sousa, baptizada na freguesia de S. Vítor a 29.8.1652. S. m. n.

([13]) Processos para Familiares do Santo Ofício — Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

([14]) Encontramos esta notícia em um velho livro de genealogias, há muitos anos adquirido num alfarrabista, mas a verdade é que nunca vimos qualquer documento que ao facto se referisse.

2(V) Alexandre de Sousa, baptizado na mesma freguesia a 13.4.1654. Solteiro e s. g.

3(V) José de Sousa, que casou em Coura com uma sua amiga. C. g.

4(V) Francisca de Sousa.

x na freguesia de S. Vítor, a 14.2.1691, com Alexandre Barbosa, baptizado na freguesia da Cividade a 9.5.1669, filho de José Barbosa, inquiridor, e de sua mulher Maria Carneiro. C. g. que julgamos extinta.

Alexandre Barbosa, tendo ficado viúvo, entrou para a Congregação do Oratório do Porto e lá morreu.

2(IV) LEONARDO MONTEIRO DE SOUSA, 2.º administrador do vínculo de Torneiros, cavaleiro professo na o. de Cristo, cidadão de Braga, baptizado na freguesia de S. Vítor a 10.12.1621 † a 26.2.1686.

x na Matriz de Caminha, a 27.6.1644, com D. MARIA DE CALHEIROS PITA, que † em Braga a 1.4.1682, filha de Cipriano Pita Calheiros e de sua mulher D. Catarina Calheiros Pita.

Tiveram:

1(V) ANTÓNIO MONTEIRO DE SOUSA, 3.º administrador do vínculo de Torneiros, ajudante de infantaria, etc., baptizado na freguesia de S. Vítor a 17.10.1648 † a 15.12.1726.

x na freguesia de S. Vítor, a 21.4.1686, com sua prima D. MARIA BRAVO, baptizada na freguesia da Cividade a 28.5.1653 e † na sua casa da rua das Cónegas, freguesia da Sé, a 19.3.1728, filha de João Bravo Pereira e de sua mulher Maria do Valle Lanhas (cf. § 5.º). D. Maria Bravo viveu separada de seu marido.

Tiveram:

1(VI) D. Ana, que † menina.

Teve bastardos:

2(VI) D. Maria Monteiro Pita.

x com Gabriel Pereira — C. g. em Lisboa.

3(VI) Silvestre Monteiro (havido em Catarina da Silva, de Vilar, na Portela das Cabras), † na freguesia de S. Vítor a 15.1.1746.

x I. na freguesia de S. Vítor, a 23.5.1722, com Custódia Ferreira, filha de Custódio Cerqueira, de Aveleda, e de sua mulher Domingas Ferreira, da Cruz de Pedra.

x II. na mesma freguesia, a 8.3.1727, com Angelina Maria, filha de Francisco Domingues e de sua mulher Águeda Correia. C. g.

4(VI) Pedro Monteiro de Sousa.

x na freguesia de S. Vítor, a 13.10.1716, com Ana Maria de Oliveira, filha de Manuel Mendes e de sua mulher Helena de Oliveira, de S. Lázaro. C. g.

5(VI) Custódio Monteiro de Sousa (havido de Maria da Silva, de Trandeiras), † em Torneiros a 13.3.1712.

x em Trandeiras, a 3.6. 1711, com D. Mariana Tinoco de Araújo, † a 20.12.1743, filha natural do licenciado David Tinoco de Araújo, do Campo das freiras dos Remédios, e de Margarida Gomes, solteira, do Couto de Tibães. C. g.

2(V) Bernardo Pita de Sousa, capitão de infantaria, cavaleiro professo na o. de Cristo com 2$000 reis de tença, fidalgo da C. R., baptizado na freguesia de S. Vítor a 26.12.1650.

x na Índia (para onde tinha ido por ter assassinado uma irmã, diz Felgueiras Gayo).
Teve:

VI Luís Monteiro de Sousa. S. m. n.

3(V) D. Isabel Pita de Sousa, baptizada na freguesia de S. Vítor a 20.7.1653. S. m. n.

4(V) D. Ana Monteiro Pita, baptizada na mesma freguesia a 28.2.1656. S. m. n.

Teve bastardas:

5(V) Ana Monteiro de Sousa (havida em Grácia Teixeira, viúva, dos Pelames), baptizada na Cividade a 13.12.1659. S. m. n.

6(V) Águeda Monteiro de Sousa (havida em Isabel da Silva, da rua Verde, freguesia da Sé).

x na freguesia de S. João do Souto, a 14.8.1687, com Domingos Fernandes, sapateiro , da rua do Carvalhal, filho natural de Salvador de Miranda, de Panóias. C. g.

3(IV) José Monteiro de Sousa, cavaleiro professo na o. de Cristo (1674), sargento-mor de Auxiliares. Nasceu na freguesia de S. Vítor e † em.....

x I. na freguesia de Sandiães, a 15.6.1671, com D. Vitória da Costa, senhora da quinta de Sandiães, que † na freguesia de S. Vítor, de Braga, a 5.7.1676, filha de Leandro de Aguiar de Araújo, Cidadão de Braga, e de sua mulher Páscoa da Costa Pereira, senhora da dita quinta de Sandiães, neta paterna de Gaspar de Aguiar, Cidadão de Braga, morador no Campo de Sant'Ana, e de sua mulher Brites Jácome de Sousa, da Casa do Avelar, e neta materna de Manuel Pereira e de sua mulher Maria da Costa, senhora da quinta de Sandiães.

x II. em S. Julião de Freixo, a 23.11.1676, com D. Isabel de Amorim.

Teve do 1.º casamento:

1(V) Alexandre, baptizado em Sandiães a 7.4.1672 † menino.

2(V) JOSÉ MONTEIRO DE SOUSA, 4.º administrador do vínculo de Torneiros (em que sucedeu a seu primo co-irmão António Monteiro

de Sousa — cf. supra), herdou a quinta de Sandiães, cavaleiro professo na o. de Cristo. Morou em Braga no Campo de Sant'Ana. Baptizado em Sandiães a 13.8.1673.

x na freguesia de Manhente, a 7.1.1697, com D. JACINTA MACIEL DE ALMEIDA, senhora da quinta do Vau, em Manhente, no termo da vila de Prado, que † a 5.10.1752, filha de Alexandre de Sousa Leitão, senhor da dita quinta e de sua mulher D. Paula da Costa Maciel, da freguesia de Vila Franca, da quinta da Barroca.

Tiveram:

1(VI) D. Josefa, baptizada em Manhente a 15.4.1698 † a 23.8.1708.

2(VI) LUÍS DE SOUSA MONTEIRO DE ALMEIDA, 5.º administrador do vínculo de Torneiros, e senhor das quintas de Sandiães e do Vau, cavaleiro professo na o. de Cristo. Baptizado em Manhente a 13.5.1699.

x com sua prima D. ANA MARIA PEREIRA BACELAR, filha de Bento de Sousa Bacelar e de sua mulher D. Maria Teresa Pereira de Proença (cf. infra). S. g.

O vínculo de Torneiros passou para os herdeiros de sua tia D. Ana Maria de Sousa, do § seguinte.

3(VI) D. Maria Rosa da Graça, freira no convento dos Remédios em Braga, baptizada em Manhente a 24.6.1700.

4(VI) José, baptizado em Manhente a 23.10.1702 † menino.

5(VI) Padre Francisco Xavier de Sousa

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO MUNICIPAL

de Almeida, abade de Sandiães, baptizado em Braga, freguesia de S. Vítor, a 23.4.1705. C. g. ilegítima que desconhecemos.

6(VI) António de Sousa de Almeida, baptizado na freguesia de S. Vítor a 13.6.1706 e † menino.

3(V) Soror Inês de São Miguel, freira no convento dos Remédios em Braga, baptizada na freguesia de S. Vítor a 31.5.1676.

Teve do 2.º casamento:

4(V) D. Ana Maria de Sousa Monteiro, que segue no § 2.º.

5(V) Miguel de Sousa, baptizado na freguesia de Ardegão a 4.10.1683 † menino.

4(IV) Soror Rufina de São Luís, freira no convento dos Remédios em Braga, baptizada na freguesia de S. Vítor a 10.3.1624.

5(IV) D. Estácia de Sousa, baptizada na mesma freguesia a 25.4.1625.

6(IV) Luís Monteiro de Sousa, mestre de campo, sargento-mor, cavaleiro professo na o. de Cristo, etc. Baptizado na freguesia de S. Vítor de Braga a 15.8.1626 † em Caminha a 21.1.1687.

x em Caminha, a 13.2.1668, com D. Maria Gomes de Sá que † a 25.8.1679, filha de Domingos Fernandes e de sua mulher Isabel Gonçalves. S. g.

Teve bastardo (havido em Rufina de Abreu do Valle, de Caminha):

V Bento de Sousa Monteiro, cavaleiro da o. de Aviz, etc., baptizado no Salvador de Roças (Cabeceiras de Basto), a 15.8.1667.

x em Caminha, a 16.8.1681, com Felícia da Rocha de Magalhães, filha de António de Magalhães Velho e de sua mulher Antónia Barbosa da Rocha.

Tiveram:

1(VI) Bento de Sousa Bacelar, sargento-mor de Caminha.

x com D. Maria Teresa Pereira de Proença, filha de Manuel Reymão, de Lisboa, e de sua 2.ª mulher Teodózia de Proença.
Tiveram, entre outros filhos:

VII D. Ana Maria Pereira Bacelar, mulher de seu primo Luís de Sousa Monteiro de Almeida, 5.º administrador do vínculo de Torneiros. S. g.

2(VI) D. Verónica Maria, baptizada em Caminha, a 30.9.1684. S. m. n.

3(VI) Luís António de Sousa Monteiro, baptizado em Caminha a 12.2.1686. S. m. n.

4(VI) Padre José Bernardino de Sousa Monteiro, baptizado em Caminha a 24.5.1687.

7(IV) Agostinho Monteiro de Sousa, baptizado em Braga, em S. Vítor, a 3.9.1628. Foi para a Índia.

8(IV) Leandro Monteiro de Sousa, baptizado em S. Vítor de Braga a 7.11.1629. S. m. n.

9(IV) Padre Fabião Monteiro de Sousa, baptizado em S. Vítor a 15.6.1631. Foi reitor de S. Pedro de Merelim, no termo de Braga, que renunciou, retirando-se para a Serra da Arrábida a fazer vida de eremita. Quando lá o reconheceram, desapareceu. Finalmente fundou a Congregação da Oliveira, junto ao Porto, na companhia do cónego da Sé do Porto, António Leite de Albuquerque, sobrinho do bispo D. Nicolau Monteiro.

§ 2.º

MELOS SOUSAS
administradores do vínculo de Torneiros

V D. ANA MARIA DE SOUSA MONTEIRO, filha do 2.º casamento de José Monteiro de Sousa, n.º IV sub n.º III do § anterior, com D. Isabel de Amorim.

Bapt. em Ardegão a 8.4.1678 † na mesma freguesia a 4.3.1749.

x também em Ardegão, a 28.6.1707, com FRANCISCO BARBOSA LOBATO, que † em Ardegão a 12. 1.1757, filho de Agostinho Barbosa Lobato, de Ponte de Lima, e de sua mulher D. Ana de Melo São Payo, neto paterno de Francisco Vaz Lobato, de Ponte de Lima, e de sua mulher D. Maria Barbosa do Rego e neto materno de António de Melo São Payo e de sua mulher D. Joana Pereira Pacheco.

Tiveram:

1(VI) António José de Melo e Sousa Barbosa Lobato, que segue.

2(VI) Miguel Luís de Melo e Sousa Barbosa Lobato, * em Ardegão, a 28.9.1711 e † solteiro.

3(VI) Padre Francisco Xavier de Sousa, * em Ardegão, a 9.10.1714.

4(VI) O Padre Agostinho José de Melo e Sousa, † em Ardegão, a 28.10.1766.

5(VI) José Luís de Sousa Lobato, † em Ardegão, a 14.7.1767.

VI ANTÓNIO JOSÉ DE MELO E SOUSA BARBOSA LOBATO, 6.º administrador do vínculo de Torneiros em Braga, senhor da Casa e quinta de Estreje em Ardegão, etc., * em Ardegão, a 10.8.1709 e † a 3.12.1779.

x também em Ardegão, a 22.9.1743, com D. MARIA DIONÍSIA BRANDÃO BARRETO LOBO SOTOMAYOR, que † em Braga a 21.10.1800, filha de Pedro Pinto Lobo Barreto Brandão, sargento-mor de infantaria, cavaleiro professo na o. de Cristo, padroeiro *in solidum* da Abadia de S. João de Nogueira, etc., e de sua mulher D. Ana Maria Lobo de Sotomayor.

Tiveram:

1(VII) António José de Melo Sousa Brandão, que segue.

2(VII) D. Ana Joaquina de Melo, * em Ardegão a 8.6.1747 † solteira.

3(VII) D. Teresa de Melo, * em Ardegão, a 11.11.1748 e † solteira em Braga a 17.10.1773.

4(VII) Francisco José de Sousa Lobo Brandão, que sucedeu a seu tio materno Vasco Brandão, no Paço de Santa Leucádia de Geraz do Lima. Foi para o Ultramar e, regressando ao reino, administrou os vínculos de seus maiores,

durante a ausência e menoridade de seu sobrinho; foi nomeado administrador e tutor por Provisão Régia de 23.12.1795. Com fundamentos falsos obteve, sob consulta ao Desembargo do Paço, a 16.6.1807, autorização para emprazar a quinta de Torneiros a Manuel Gomes da Silva, o que fez por escritura de 5.8.1807 ([15]). C. g.

5(VII) José de Sousa Lobo e Melo, brigadeiro dos reais exércitos, inspector das tropas de Minas Gerais (Brasil), cavaleiro professo na o. de Cristo, etc.

x com D. Agostinha Matilde de Albuquerque Rolim de Moura, filha do sargento-mor Alberto Duarte de Andrade e de sua mulher D. Mariana de Albuquerque Rolim de Moura.

Tiveram:

VIII D. Maria Dionísia de Melo e Menezes.

xi com José Pinto de Araújo Correia (foi a 1.ª mulher), sr. da Casa da Boavista e do Paço da Estrela em Santa Marta de Portuzelo (Viana do Castelo), alcaide-mor de Caminha, comendador de S. Pedro de Lomar, tenente coronel de cavalaria, etc. S. g.

6(VII) João Xavier de Melo Brandão Barreto Lobo Sotomayor, que também administrou a casa na ausência de seus irmãos mais velhos e de seu sobrinho, * em Ardegão, a 3.4.1754.

x na freguesia de S. Paio, da vila de Guimarães, a 6.8.1780, com D. Ana Rosa Bárbara Florência Bacelar, filha de Domingos Gonçalves Leiras e de sua mulher D. Paula Josefa, da rua de S. Domingos em Guimarães. S. g.

7(VII) Pedro José de Sousa Lobo e Melo, * em Ardegão, a 13.9.1756 e † solteiro em Braga a 30.5.1775.

8(VII) Fernando António de Melo e Sousa Lobo Brandão, * em Ardegão, a 17.2.1758 e † solteiro.

9(VII) Manuel António de Melo e Sousa Lobo Brandão, * em Ardegão, a 15.4.1759.

x na freguesia de São Paio, da vila de Guimarães,

([15]) Nota de Jerónimo José Teixeira — Arquivo Distrital de Braga.

a 1.1.1781, com D. Joana Angélica Leiras, irmã da mulher de seu irmão João Xavier. C. g. em Braga e Guimarães.

10(VII) Luís de Melo Sousa Lobo Brandão, * em Ardegão, a 10.7.1760 e † solteiro.

VII ANTÓNIO JOSÉ DE MELO SOUSA BRANDÃO, que seu tio Fernando Lobo Brandão mandou para a Índia por ter casado contra vontade da família, * em Ardegão, a 10.1.1746 e † no Oriente, em vida de seu pai, vítima de um naufrágio, em ...11.1779.

x em..... a 13.6.1773, com D. MARIANA JOSEFA DA DA SILVA CARDOSO, filha do capitão José Ramos Cardoso e de sua mulher D. Ana Joaquina da Silveira, que eram lavradores.

Tiveram:

1(VIII) José Caetano de Melo e Sousa Brandão, que segue.

2(VIII) João Manuel de Melo e Sousa Brandão, * a 25.4.1779 e † a 20.3.1782.

VIII JOSÉ CAETANO DE MELO E SOUSA BRANDÃO, que devia ter sido o 7.º administrador do vínculo de Torneiros, que nunca usufruiu por estar na Índia quando seu avô faleceu, * e † em Ribandar.

x também em Ribandar com D. LUÍSA MARIA CATALANI, viúva de Filipe Catalani e filha de pais incógnitos.

Tiveram:

1(IX) VICENTE FILIPE DE MELO E SOUSA BRANDÃO, que segue.

2(IX) D. Maria Rosa de Sousa Lobo Brandão. S. m. n.

IX VICENTE FILIPE DE MELO E SOUSA BRANDÃO, que conseguiu entrar na posse da casa de seu avô que administrava em 1823. Era tenente e residia em Ribandar onde * a 16.9.1793. S. m. n.

§ 3.º

MAGALHÃES LANHAS
da Casa da Carreira

III FRANCISCO ÁLVARES LANHAS, segundo filho de Beatriz Dias Monteiro, n.º II do § 1.º deste capítulo II e de seu marido Francisco Álvares.

Foi cidadão de Braga e viveu nesta cidade. Justificou a sua nobreza em Braga a 30.4.1641, como se disse no § 1.º deste Capítulo. No processo de habilitação para Familiar do Santo Ofício de seu filho Luís, diz-se que Francisco Álvares era Familiar; mas tendo Luís requerido certidão da Carta paterna esta não foi encontrada. Morou em Braga na sua casa da esquina da rua do Alcaide ([16]).

x com MARTA DOS REIS, natural da Baía (Brasil), que † em Braga, na referida casa a 3.8.1680, filha de Gaspar dos Reis e de sua mulher Maria Antunes (x em Lisboa, na freguesia dos Anjos a 13.2.1600), que moraram em Lisboa, no Beco da Amoreira do Bairro das Olarias, ao pé de Nossa Senhora da Graça, freguesia dos Anjos ([17]).

([16]) Esta casa pertenceu depois à família Magalhães Feio de Azevedo, que teve os títulos de Barão e Visconde da Torre. O 1.º Visconde João Feio de Magalhães Coutinho deixou-a a seu sobrinho o 2.º Visconde Alberto Feio da Rocha Páris e a viúva deste, D. Maria Cândida Malheiro Reymão, deixou-a à prima do marido, D. Maria Justina de Araújo de Azevedo Vasconcelos Feio (em religião Madre Maria Getsémani, da Congregação do Sagrado Coração de Maria).

([17]) Do processo de habilitação para Familiar do Santo Ofício de Luís Álvares Lanhas tiramos as seguintes notas: Gaspar dos Reis era natural da freguesia de S. Bartolomeu da Charneca. Dizia sua filha Marta que era Familiar do Santo Ofício, mas não há vestígios da sua Carta. Foi com a mulher para a Baía e lá faleceram ambos. Acompanhou-o seu irmão Vicente Álvares, que no Brasil se tornou bem conhecido, por ter mandado construir à sua custa um forte na barra da Baía. De ambos foi irmão Brás Álvares, que ficou residindo em S. Bartolomeu da Charneca, acima do Pote de Água, onde sempre foi morador e teve filhos e netos. Maria Antunes, a mulher de Gaspar dos Reis, tivera, do seu primeiro casamento, um filho, de nome Agostinho da Costa, que foi oleiro de loiça pintada e artista de nomeada, muito conhecido no bairro dos oleiros (onde morou e faleceu) e em toda a Côrte, onde foi irmão da Misericórria. Este Agostinho da Costa foi casado com Bárbara de Oliveira, natural da freguesia de Nossa Senhora do Loreto, a qual depos no processo de habilitação de Luís Álvares Lanhas. Além de Marta dos Reis, Gaspar dos Reis e sua mulher, tiveram vários filhos todos nascidos na Baía, dos quais alguns lá ficaram: O Padre Francisco dos Reis, jesuíta,

Tiveram:

1(IV) Luís Álvares Lanhas, que segue.

2(IV) D. Faustina dos Reis, que † na freguesia de Carapeços, termo de Barcelos a 31.3.1685.

3(IV) O Padre João Velho Monteiro, reitor da freguesia de Santa Maria de Airães, baptizado em Braga na freguesia de S. Vítor a 9.7.1642.

4(IV) D. Maria dos Reis, madrinha de sua sobrinha Rosa Maria.

5(IV) O Padre José Lanhas de Figueiredo, cónego da Sé de Miranda, baptizado na freguesia de S. Vítor de Braga a 10.8.1648 † em Miranda.

6(IV) O Padre António Álvares Monteiro, abade de Carapeços onde † a.....

(IV) O Padre Bartolomeu da Costa Figueiredo, jesuíta, que foi abade da freguesia de Pinheiros.

IV LUÍS ÁLVARES LANHAS, sargento-mor de um terço de infantaria no Entre-Douro-e-Minho, mestre de campo e finalmente tenente-general; foi cavaleiro professo na o. de Cristo, Familiar do Santo Ofício (Carta da Inquisição de Coimbra de 31.1.1691 — M. 8, dil. 200) ([18]). Teve casa em Carapeços e em Braga, na esquina do Campo de S. Sebastião.

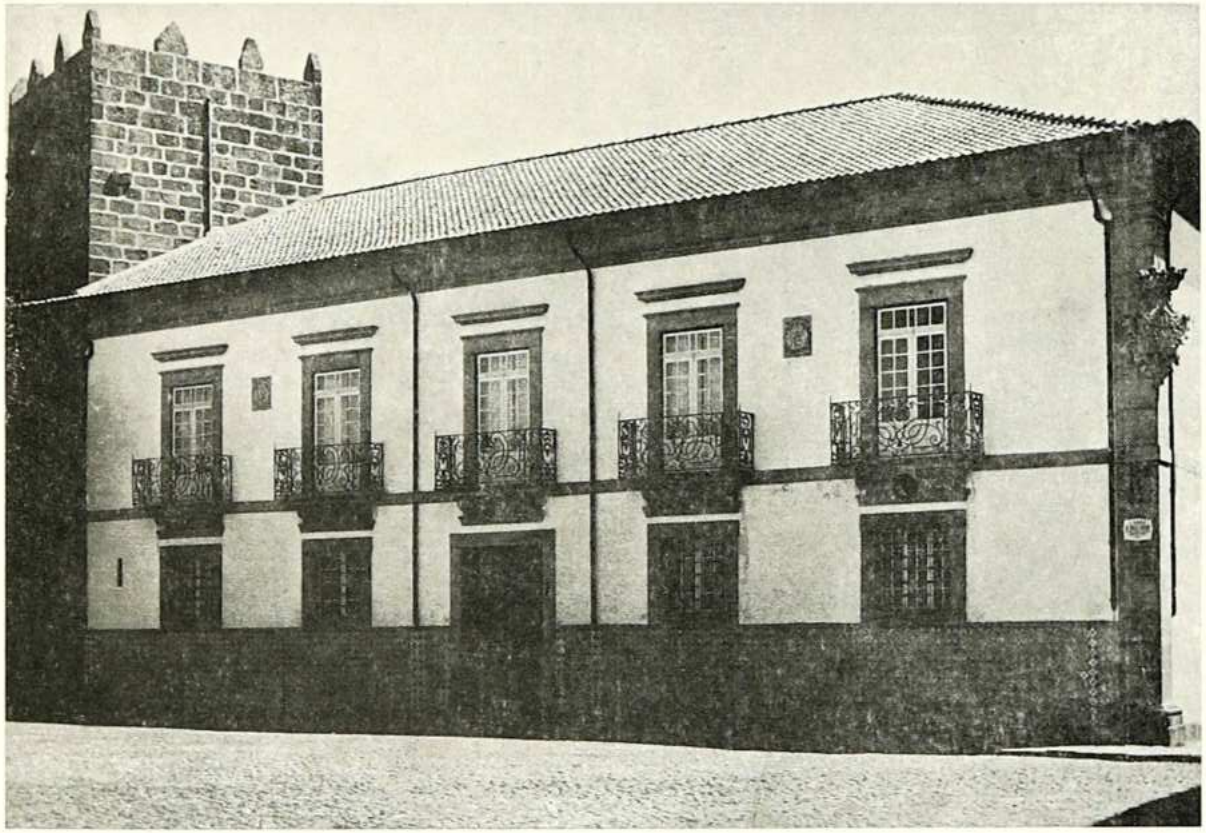
Baptizado na freguesia de S. Vítor de Braga a 21.12.1639 † a 10.11.1704 e jaz na capela de Nossa Senhora-a-Branca.

x na Sé Primaz, a 25.12.1669, com D. MARIANA PEIXOTO DOS GUIMARÃES, baptizada na dita freguesia de S. Vítor a 25.7.1644, † na freguesia da Cividade a 21.9.1715, Jaz na igreja do Pópulo. D. Mariana era filha de Pedro Fernandes Correia,

---

bem conhecido no Brasil pelo seu talento e letras, que faleceu na Baía; Ana dos Reis, que casou com o capitão Diogo Rodrigues de Figueiredo; Madalena dos Reis, que casou com João Baptista e foi mãe de Soror Antónia da Silva e de Soror Joana, naturais da Baía e freiras no convento das Flamengas em Alcantara (Lisboa); e outras, que casaram no Porto, como foi Maria Antunes, mulher de Manuel da Silva, cujas filhas, Margarida da Silva e Maria dos Reis, moraram em Lisboa, na rua da Silva, ao Poço dos Negros.

([18]) Processos de habilitação para familiares do Santo Ofício — Arquivo Nacional da Torre do Tombo.



Casa de Luís Álvares Lanhas, em Braga

guarda da Relação de Braga e de sua mulher D. Maria Peixoto dos Guimarães (Cf. Correias Peixotos).

Tiveram:

1(V) O doutor Frei Francisco Álvares Lanhas, formado em cânones, frade da o. de S. Bernardo, * na freguesia de S. Tiago da Cividade de Braga a 19.11.1670 e † no convento de Santa Maria de Bouro, da sua ordem, em 1745.

2(V) Veríssimo Álvares Lanhas, * na freguesia da Cividade em Braga a 14.1.1672. Foi para a Índia onde faleceu. Pelos seus serviços recebeu seu irmão António o hábito de Cristo. C. g. ilegítima.

3(V) O doutor António Álvares Lanhas, bacharel formado em leis, juiz de fora no Sabugal e em Penamacor, ouvidor em Minas Gerais (Brasil) cavaleiro professo na o. de Cristo (em recompensa dos serviços de seu irmão Veríssimo), * em Carapeços a 7.4.1674 e foi assassinado em Minas Gerais.

x no Sabugal e não teve descendência.

4(V) D. Rosa Maria Peixoto dos Guimarães, * em Carapeços a 30.6.1675.

5(V) Frei Constantino Lanhas, frade beneditino, * em Carapeços no dia da Exaltação da Santa Cruz a 14.9.1677.

6(V) D. Beatriz Peixoto dos Guimarães, * na freguesia da Cividade em Braga a 10.2.1679.

x na Sé Primaz, a 9.11.1711, com Manuel da Fonseca Coutinho, filho de Diogo da Fonseca Coutinho, natural de Castelo Branco, e de sua mulher D. Mariana Josefa de Azevedo e Vasconcelos, natural de Mezãofrio e assistentes no Sabugal. C. g.

7(V) D. Maria Josefa de Figueiredo.

x na Sé Primaz, a 14.7.1714, com João da Rocha Leão, por alcunha o Tamanca, viúvo de D. Clara Josefa de Oliveira e filho de João da Rocha Leão e de sua mulher Antónia Ribeiro de Moura, da freguesia de S. Gens de Boelhe, comarca de Penafiel. C. g.

8(V) D. Inês Maria Peixoto dos Guimarães, * na quinta do Carvalho em S. Mamede d'Este, termo de Braga, e lá foi baptizada a 3.3.1682.

x na freguesia de S. Vítor de Braga, a 4.5.1709,

com Bento Teixeira de Carvalho e Freitas, senhor da quinta do Lagido em S. Martinho de Penacova, filho de Bernardo de Freitas e de sua mulher D. Joana de Carvalho. C. g.

9(V) Bento da Guarda Peixoto Lanhas, que segue.

10(V) João Peixoto de Melo, * na freguesia da Cividade de Braga a 10.1.1686. Foi para a Índia e † em Goa. S. g.

11(V) D. Isabel de Freitas Guimarães, * na Cividade a 14.10.1687 e † solteira a 25.1.1707. Jaz na capela de Nossa Senhora-a-Branca.

V BENTO DA GUARDA PEIXOTO LANHAS, sucessor, * em Braga, na freguesia da Cividade a 27.3.1684.

x I. em Padroso (Felgueiras), a 20.6.1720, com D. MARIA JOSEFA DE MAGALHÃES E MENEZES, senhora da Casa da Carreira em Padroso, de onde era natural, filha de Pedro de Magalhães Vilela, senhor da dita Casa e da do Reguengo de Telões, e de sua mulher D. Inês (Jacinta) dos Guimarães e Freitas.

x II., também em Padroso, a 8.5.1738, com D. JOSEFA PEREIRA DA SILVA ARAÚJO, filha de Francisco de Araújo, de Braga, e de sua mulher Inácia Pereira, da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Couto de Capareiros.

Teve do 1.º casamento:

1(VI) Luís Pedro da Guarda de Magalhães Lanhas Correia, que segue.

Teve do 2.º casamento:

2(VI) D. Mariana Josefa de Lanhas Peixoto de Magalhães.

x em S. Mamede d'Este, termo de Braga, a 30.8.1765, com António Pereira da Cunha (viúvo de Teresa da Silva, da freguesia de Santa Maria dos Anjos, Ponte de Lima), morador na sua quinta de Fornelos, freguesia de Santa Eulália de Pedorido, bispado de Lamego, filho de Pedro de Passos Carvalho e de sua mulher D. Ana Maria Ferreira da Cunha Ferraz, de Ponte de Lima, neto paterno de Miguel Fernandes Calheiros e de sua mulher Maria de Passos Carvalho, da freguesia de Santa Eulália de Calheiros, e neto materno de Diogo Ferraz de Almeida (que depois de viúvo foi frade franciscano), natural do Bairro Alto de Lisboa,

e de Maria de Campos Vieira da freguesia de Vieira, termo de Guimarães. C. g.?

D. Mariana Josefa, antes de casar, teve de seu primo Geraldo António Peixoto Lanhas, duas filhas que deixamos referidas nos §§ 2.º e 3.º do Capítulo I.

VI LUÍS PEDRO DA GUARDA DE MAGALHÃES LANHAS CORREIA, sucessor, senhor da Casa da Carreira, * em Padroso a 2.4.1721 e † na mesma freguesia a 26.11.1788.

x em Pombeiro com D. ARCÂNGELA MICAELA DE MELO LEITE, * em Pombeiro a 9.9.1723 e † em Padroso a 5.1.1786, filha de António Pereira Coelho de Melo e de sua mulher D. Rosa Maria Vieira de Sousa Leite, senhores da Casa da Caravela em Pombeiro. Tiveram:

1(VII) D. Quitéria Maria de Magalhães Lanhas de Freitas dos Guimarães, * em Padroso a 6.4.1741.

2(VII) Bento de Magalhães Álvares Lanhas, * em Padroso a 24.9.1743.

3(VII) D. Gertrudes de Magalhães Lanhas de Freitas dos Guimarães.

x com Félix António Pinto Carneiro Leão, senhor da Casa das Chousas em Amarante, filho de Paulo Pinto Carneiro Leão, de Paços de Ferreira, e de sua mulher. C. g.

4(VII) Pedro de Magalhães Álvares Lanhas de Freitas, que segue.

VII PEDRO DE MAGALHÃES ÁLVARES LANHAS DE FREITAS, sucessor, † em Padroso a 22.10.1825.

x em Braga, na freguesia da Cividade, a 22.2.1786, com D. JOSEFA MARIA DE SÃO PAYO E ALMEIDA, * a 14.10.1762, filha de José Pinto Gomes de Almeida e de sua mulher Marcelina da Cruz e São Payo, da Casa do Assento em Padroso, moradores em Braga, na rua de D. Gualdim.

Tiveram:

1(VIII) D. Arcângela de Magalhães e Freitas, * em Padroso a 10.9.1787.

x em Padroso, a 28.12.1807, com José Maria Queirós da Silveira, tenente das Milícias de Basto,

senhor da Casa da Longra em Telões, filho de Luís Maria de Queirós da Silveira e de sua mulher D. Maria Teresa da Fonseca, senhores da dita casa. C. g.

2(VIII) D. Inês de Magalhães Álvares Lanhas, * em Padroso a 29.4.1790 e † na freguesia de Margaride a 17.1.1844.

x em Padroso, a 20.3.1813, com Manuel Joaquim Leite de Freitas, senhor da quinta da Vitoreira em Margaride, ajudante das ordenanças de Felgueiras (1815 e 1831), Familiar do Santo Ofício, etc., filho de Jacinto Delgado e de sua mulher D. Joana Maria Leite de Freitas. C. g.

Deste casal descendem as famílias: *Leite de Magalhães*, de Felgueiras, *Pereira Dias de Magalhães*, de Rezende, *Castro Leal de Faria*, de Felgueiras, *Assis Teixeira de Magalhães e Menezes* (da qual um dos ramos foi agraciado com o título de Conde de Felgueiras), etc.

3(VIII) Luís Roberto, * em Padroso a 15.5.1792 e † menino.

4(VIII) Luís de Magalhães Lanhas, que segue.

VIII LUÍS DE MAGALHÃES LANHAS, senhor da Casa da Carreira, capitão das Milícias de Guimarães (Patente de 16.1.1829), * em Padroso, a 21.9.1795.

x também em Padroso, a 28.4.1834, com D. JOSEFA TEIXEIRA, filha de António Teixeira e de sua mulher D. Quitéria Maria Ribeiro, do lugar das Corbas em Padroso.

Deste casal descendem as famílias: *Magalhães Lanhas*, de Padroso e do Porto, *Teixeira de Magalhães da Costa Leite*, de Felgueiras, etc.

§ 4.º

III SEBASTIÃO ÁLVARES MONTEIRO, terceiro filho de Beatriz Dias Monteiro, n.º II do § 1.º deste Capítulo II e de seu marido Francisco Álvares. Morou em Braga, na freguesia de S. Vítor.

x I. com MARIA FERNANDES, que † na dita freguesia de S. Vítor a 4.7.1619.

x II. na mesma freguesia, a 27.12.1619, com MADALENA FERNANDES, de Santa Cristina de Longos, termo de Guimarães.

Teve do 1.º casamento:

1(IV) Francisco da Cruz Monteiro, que segue.

Do 2.º teve:

2(IV) Pedro Fernandes Monteiro, baptizado em S. Vítor a 10.11.1620. S. m. n.

IV FRANCISCO DA CRUZ MONTEIRO, morador em Braga, na rua dos Pelames e † na freguesia de S. Martinho de Ferreiros, concelho da Póvoa de Lanhoso, a 20.12.1669.

x nesta última freguesia, a 12.11.1643, com JERÓNIMA DA COSTA, baptizada também em Ferreiros, a 3.8.1626, filha de João Vieira, da quinta do Real de Baixo, e de sua terceira mulher Perpétua da Costa.

Tiveram:

1(V) Padre Jácome da Costa, jesuíta, baptizado em S. Martinho de Ferreiros a 1.3.1645.

2(V) D. Maria da Costa de Mesquita, baptizada em Ferreiros a 1.3.1648.

x precedendo escritura de 6.9.1668, com João Machado da Maia, senhor da Casa da Abelheira, filho de Matias de Freitas e de sua 2.ª mulher Marta Machado de Magalhães, senhora da referida Casa. C. g.

3(V) Fernando, baptizado em Ferreiros a 9.6.1649. S. m. n.

4(V) Padre Álvaro Vieira, jesuíta, baptizado em Ferreiros a 8.12.1650.

5(V) Soror Comba do Espírito Santo, freira no convento dos Remédios em Braga, baptizada em Ferreiros a 13.3.1653.

6(V) D. Clara, baptizada em Ferreiros a 18.8.1655. S. m. n.

7(V) Paulo, baptizado em Ferreiros a 2.11.1657. S. m. n.

8(V) D. Perpétua, baptizada em Ferreiros a 5.1.1660. S. m. n.

9(V) Jerónimo da Costa Monteiro de Mesquita, que segue.

10(V) Frei Luís Lanhas, eremita de Santo Agostinho, baptizado em Ferreiros a 7.9.1664.

11(V) Lourenço, baptizado em Ferreiros a 13.9.1668. S. m. n.

12(V) Frei Valério, frade dominicano, baptizado em Ferreiros a 18.12.1669.

13(V) D. Sabina, que † solteira.

V JERÓNIMO DA COSTA MONTEIRO DE MESQUITA, sucessor. Baptizado em S. Martinho de Ferreiros a 18.6.1662.

x em junto a Ponte de Lima, a com D. TEODÓSIA DE ARAÚJO LIMA, filha de Pedro Vaz Aranha e de sua mulher D. Rufina Ledo de Lima. C. g. que se fixou naquela freguesia.

§ 5.º

III MANUEL FRANCISCO LANHAS, filho de Beatriz Dias Monteiro, n.º II do § 1.º deste Capítulo II e de seu marido Francisco Álvares. Foi Cidadão de Braga e com seus irmãos Pedro e Francisco justificou a sua nobreza em Braga a 30.4.1641.

x I. com MARIA GERALDES, irmã da mulher de seu irmão Pedro e filha de Domingos Antunes e de sua mulher Ana Martins.

x II. com FRANCISCA DA COSTA, filha de André da Costa.

Teve do 1.º casamento:

1(IV) João Peixoto Lanhas, que foi para a Índia.

2(IV) Maria do Valle Lanhas, que segue.

Do 2.º teve:

3(IV) Custódia Soares.

x com Custódio Dias de Araújo, filho de Diogo Dias Pereira.

Tiveram:

VI Luís Soares Pereira, morador na sua quinta de Ruães (dote de 11.1.1703).

x com Joana Maria Brandão Leite, filha de Alexandre Brandão Pereira e de sua mulher Ana Maria Leite (Cf. BRANDÕES PEREIRAS).

4(IV) Padre Luís da Costa Soares, vigário de São Pedro de Merelim.

IV MARIA DO VALLE LANHAS † a 26.7.1695.

x com JOÃO BRAVO PEREIRA, Cidadão de Braga, filho do 1.º casamento do Dr. Mateus Pereira Bravo com Maria Barbosa Aranha (Cf. PEREIRAS, de Francelos).

Tiveram:

1(V) Francisco Bravo Pereira, que segue.

2(V) D. Luísa Bravo, baptizada na freguesia da Cividade a 23.11.1645 e † solteira a 13.10.1694.

3(V) Antónia Bravo Pereira, baptizada a 6.2.1648. S. m. n.

4(V) D. Úrsula Bravo, baptizada a 28.12.1650. S. m. n.

5(V) D. Maria Bravo, baptizada a 28.5.1653 e † na sua casa da rua das Cónegas a 19.3.1728.

x na freguesia de S. Vítor, a 21.4.1686, com seu primo António Monteiro de Sousa, 3.º administrador do vínculo de Torneiros, como se disse no § 1.º deste Capítulo II. C. g. extinta.

6(V) Soror Francisca dos Serafins, freira no convento dos Remédios em Braga.

7(V) Soror Antónia de Jesus, freira no mesmo convento.

8(V) João Bravo Pereira, baptizado na freguesia da Cividade a 23.7.1660 † solteiro a 12.1.1712, deixando de Antónia, solteira, moradora na Congosta do Colégio em Braga o seguinte:

Filho legitimado por Breve Apostólico:

VI Constantino Bravo Pereira do Lago, sargento-mor de infantaria e universal herdeiro de seu pai. Serviu no Brasil e regressou muito rico. † na sua casa da Calçada de Nossa Senhora-a-Branca a 22.11.1762.

x I. na freguesia de S. Vítor, a 24.7.1735, com D. Maria Josefa de Faria Carmona que † na freguesia de S. Vítor a 15.4.1744, tinha sido casada em primeiras núpcias com Leonel de Lima Carvalhais e era filha de João Machado Carmona e de sua mulher D. Ana Maria, de Viana. S. g.

x II. com D. Maria Caetana de Lima Carvalhais, que † na freguesia de S. Vítor a 19.2.1791, filha natural do acima citado Leonel de Lima Carvalhais (Cf. CARVALHAIS, § 1.º).

Teve do 2.º casamento:

1(VII) D. Ana Maria das Neves, * na Calçada de Nossa Senhora-a-Branca, a 16.9.1746.

2(VII) João Bravo, * a 5.10.1747 .
3(VII) Francisco José Bravo, * a 19.1.1752 † solteiro a 6.3.1792.
4(VII) Constantino Boaventura Bravo, * a 14.7.1754.
5(VII) D. Maria Sebastiana Bravo, * a 25.4.1756 e † solteira a 8.12.1774.
6(VII) D. Mariana Maria Rosa, * a 1.9.1757.
7(VII) Marcelino Henrique Bravo, * a 30.8.1760.
8(VII) Jacinto José Bravo, minorista, * a 4.9.1762 † solteiro a 19.7.1788.

V FRANCISCO PEREIRA BRAVO, sucessor. Baptizado na freguesia da Cividade a 8.10.1643 e † em Guimarães, na sua casa da rua das Oliveiras, freguesia de S. Sebastião, a 20.4.1690.

x em Guimarães, na dita freguesia, a 22.4.1667, com D. CATARINA FERREIRA LEITE, filha de Pedro Moreira e de sua mulher Lucrécia Ferreira. C. g.

JOÃO PENHA

Anti-«Metrificador do Ai!»

Por Cruz MALPIQUE

TRAÇOS BIOGRÁFICOS

João Penha — di-lo a sua certidão de baptismo — nasceu em Braga, a 29 de Janeiro de 1838, e morreu na mesma cidade, a 3 de Fevereiro de 1919. Em Coimbra, começando pela Faculdade de Teologia (como Junqueiro), acabou na de Direito. Como ganha-pão, escolheu o exercício da advocacia. Como divertimento, escolheu o verso — vício que trouxera de Coimbra, e que cultivou até descer à cova. O hábito do verso foi, nele, uma segunda natureza.

Chegou tarde à Universidade — aos 28 anos —, muito a tempo de se enfadar com ela. Por ali se demorou de 66 a 74 — ano em que meteu o diploma no canudo de lata.

Ter-se-ia enfadado com a Universidade. Não com Coimbra — que ele teve na conta de «a cidade mais poética do mundo» (1). Do seu mundo, bem entendido, porquanto não foi homem que se gastasse em andanças por Françcas e Araganças.

Ter-se-ia aborrecido da morte a ler a sebenta — mas era com viva euforia espiritual que se deixava ficar por Coimbra, mesmo depois de as aulas fecharem. Liberto da maçadoria dos «estudos», tinha então oportunidade para gozar a maravilhosa paisagem coimbrã. O sortilégio de Coimbra teria feito de João Penha um poeta, ou, se quiserem, operou de catalisador positivo das virtualidades poéticas do fundador de *A Folha*.

★

João Penha teve um R no 5.º ano. Choviam os RR, sempre que os estudantes engoliam mais alguma coisa que *as fezes de velhos compêndios*,

(1) *Por montes e vales*, pág. 76.

segundo a expressão de Eça de Queiroz. Os srs. Lentes não toleravam, por via de regra, que a rapaziada ultrapassasse o risco da sebenta. Actividades à margem — colaboração em jornais literários, algo que exorbitasse do perímetro da seriedade postiça, dos compêndios autorizados por um *nihil obstat* universitário — eram consideradas subversivas. Só muito excepcionalmente os estudantes que tocassem a rabeca dos versos ou tivessem outros entretens literários ou artísticos ou algum *hobby* sem o beneplácito da lentência — poderiam singrar. A regra era os Lentes, de tipo fradesco, de cérebros duros que nem calhaus, perseguirem os atrevidos que se permitiam o abuso sem perdão de não respeitarem os decretos vindos dos altos doutores de capelo e borla.

★

João Penha deixou autobiografia, escrita a poucos meses da morte. Dela transcrevemos o essencial:

No coração alegria,
Em conversas bom humor;
Pelo vinho simpatia,
Por água um profundo horror.

É ele quem confessa que sempre detestou trapézios e ginásticas, discursos, sermões e frases bombásticas; que, sendo embora quase um pintalegrete, não teve jeito para danças de roda, indo apenas até à quadrilha, e mal; que, no fumar, era pela cigarrilha e, no jogo, pelo xadrez; que fora sempre um boémio incorrigível, atirando com a sensatez às ortigas; que, mesmo fora da estação, foi sempre alegre e rapaz (uma viva canção).

E, depois de tudo isto, diz:

Para o pão de cada dia
(Eis-me chegado à prosa)
Deu-me a sorte a advocacia,
Uma velha ramelosa.

Quis fugir-lhe: vão esforço!
Já quis impontá-la a murro,
E filou-se-me no dorso
Como um moscardo de burro (2).

A sua vocação era a poesia. Mas como ser poeta, em Portugal, é tirar bilhete de ida e volta para a miséria, teve o nosso homem de fazer advocacia. Que remédio! A gente põe, mas a necessidade de ganhar o rico pãozinho dispõe...

★

João Penha dir-se-ia ter vindo já de monóculo ao mundo. O monóculo, ao que supomos, deve ter sido, nele, objecto decorativo, e possìvelmente um propósito de irritar o burguês de orelha felpuda — felpuda e comprida... Foi apêndice que talvez levasse para a cova... Nesse particular, aparentava-se com Eça de Queiroz, de quem, aliás, foi muito amigo. Gonçalves Crespo, evocando o João Penha coimbrão, diz que este não largava o monóculo — «o lendário monóculo ao canto do olho esquerdo, monóculo que era parte integrante da expressão do seu rosto» (3). Nem mesmo quando dormia — garante ainda Gonçalves Crespo — o nosso homem desentalava o vidro...

Em Coimbra, nos primeiros anos, temeu-se das partidas que os veteranos lhe pudessem fazer. E então, para se furtar a essas partidas de mau gosto, encafuava-se no quarto, a ler quanta literatura lhe chegou às mãos, excepto a literatura didáctica, pelo que, no respeitante a preparatórios oficiais, sofreu alguns atrasos... Sol na eira e água no nabal, ao mesmo tempo, eram um impossível... Para ler o que lhe aprouvesse, não podia estudar os narcotizantes compêndios didácticos. E os mestres, desde que o estudante não soubesse a gordurosa ciência dos compêndios, não lhe perdoavam...

Um dia, porém, João Penha deitou a cabeça de fora, e agora nós!... Da timidez da véspera fez atrevimento no dia seguinte, não tardando que fosse paradigma entre boémios, brilhando pela fina ironia, pela pilhéria, pela extravagância, pelo amor à pinga e por ter sido bom garfo. As tias Camelas o poderiam atestar...

A geração coimbrã a que João Penha pertenceu — e da qual foi pri-

---

(2) *Últimas Rimas*, no final.
(3) *Obras Completas*, 2.ª edição, pág. 379.

meiro entre iguais no respeitante à boémia — caracterizou-se não só por singularidades de garfo e copo, mas, outrossim, por grandes curiosidades de espírito, tudo lendo e discutindo. Todos os moços dessa geração que, mais tarde, viriam a ser bombeiros voluntários, eram, então, implacáveis incendiários... Eram a subversão personificada. Às suas heresias ninguém resistia. A ninguém poupavam — desde os futricas aos lentes. Filosofias eles as faziam e desfaziam com o àvontade de quem não tinha cânones rígidos. As discussões que essa gente de sangue na guelra travava eram da força de fazer tremer a torre da Universidade.

João Penha (já o dissemos) começou pela Teologia e acabou pelo Direito. Assim fizeram também João de Deus e Guerra Junqueiro. Nem mesmo para o Direito lhes sobraria vocação. Mas se não lhes sobrava para Direito, de todo lhes faltava para virem a ser teólogos de carreira.

Durante os anos universitários, João Penha tratou-se por tu com as principais tascas de Coimbra. Todavia, ao que parece, comendo e bebendo bem, nunca teria pisado o risco da justa medida — não constando que *tocado*, tivesse feito distúrbios.

Nessas famosas baiúcas de comes e bebes, a roda de João Penha discutia este mundo e o outro. Tudo era motivo de renhida controvérsia: arte, literatura, filosofia, religião, política, ciência...

João Penha presumia de ser versado e conversado em coisas de literatura e de teologia, e, nesse particular, as suas sentenças não eram despiciendas.

Dizem uns quantos que João Penha gostava da *pinga*, mas sem se exceder. É um pouco difícil realizar o milagre da prudência, nesse capítulo..., mas, enfim, segundo alguns depoimentos dos seus contemporâneos, o autor do *Vinho e Fel* não teria exorbitado dos carris da prudência.

Todavia, Gonçalves Crespo não hesita em informar — na qualidade de testemunha presencial — que, para João Penha, «havia um único, remédio na terra, um único, o vinho.

— O vinho consola, o vinho cura, o vinho dá vida e vigor, o vinho é a grande alma, diz ele.

Não o aconselhava sòmente aos homens, dava-o aos cães, aos gatos, às aves doentes e chegou um dia a empregar esse estranho medicamento num manjericão» (1).

O caso do manjericão da janela de João Penha deu que falar. Como a plantazinha andasse muito por baixo, de que se havia de lembrar o

(1) Gonçalves Crespo, *Obras Completas*, 2.ª edição, pág. 387.

poeta? De a embebedar! E a verdade é que o manjerico deu um pulo! Cresceu e apareceu... Ganhou vida... A verificar o caso foram chamados os companheiros do «médico» e, *una voce*, todos reconheceram que o vinho dera óptimos resultados. E o poeta comentava:

— «Estava fraco, anémico, precisava de vida, que só reside no vinho».

Mas o certo é que o remédio que trouxe saúde ao manjerico, esse mesmo lha tirou. Parece ter havido excesso de remédio... O poeta regava (avinhava...) o manjerico de manhã e ao cair da tarde. E vendo o pobrezinho a decair, dizia:

— «Olha o borracho! Como ele se pôs! como quem diz: se não fosse o vício, ainda a estas horas estaria com vida, o ladrão!».

Na vida coimbrã, João Penha foi — se lhe aceitarmos o testemunho directo — o boémio incorrigível. Ele e outros da mesma força confessavam-se «os paios das filhas do Mondego», declaravam que a vida lhes sorria «nos cálices cheios / dos roxos falernos das parras da Beira» e, outrossim, na «Ceres dos túmidos seios», na «Vénus ligeira». Eram eles ainda de opinião que se fizesse uma fogueira com os «mestos papiros da ciência moderna», porque «só na taberna / os livros se encontram da ciência da vida».

Há-de dizer-se: vai em tudo isso muita «literatura» e, portanto, muita ficção. Mas por debaixo dessa ficção — se o era — lateja boa dose (supomos) de verdade autobiográfica.

★

Somos hoje o arrojo florido, seremos amanhã o monco caído.

O poeta não podia fazer excepção à regra. O riso da mocidade lhe evoluiu para as amarguras da velhice. Foi, primeiro João que ri, e, depois, João que chora. Ele o disse nas duas quadras seguintes:

Em toda a face da terra
Outro como eu nunca vi,
Contra penas sempre em guerra,
Era bem o «Jean qui rit».

Era assim naquela idade
Em que amor a vida enflora.
Mas, vai longe a mocidade...
Sou o «Jean qui pleure», agora (5).

Tudo cansa, tudo quebra, tudo passa. João gozou, depois cansou, logo chorou, quebrou, e também passou. Nunca, porém, que nos conste, se lamentou de vir ao mundo. Mesmo com todos os males, teve este mundo como o melhor dos mundos possíveis. Não lhe faltaram as amarguras que a todos cabem em quinhão. Mas, do caso, nunca se lamentou com doentio pessimismo.

Antes homem infeliz do que porco satisfeito. Essa seria a filosofia do poeta. Agnóstico talvez o fosse. É o que parece ressaltar da confissão do soneto que a seguir transcrevemos. Das metafísicas do Além nada sabia, ou sobre elas teria suas dúvidas. Em todo o caso, a Deus rendia graças, por ser ele quem era na escola zoológica. O soneto o intitulou de RECONHECIMENTO, e reza assim:

Não queiras perscrutar esse mistério,
O problema da Causa do que vês.
Revela a mais absurda insensatez
Quem ousa submetê-lo ao seu critério.

Acabamos ali, no cemitério,
Como no matadouro acaba a rez?
Morre a alma também? Será talvez
A vida um sonho vão, atroz, funéreo?

Eu daqueles não sou, que se consomem,
Como Edipos, atrás duma ilusão.
Mas, enfim, por descrente me não tomem.

Que no dia fatal da transição,
Graças darei a Deus, que me fez homem,
Podendo ter-me feito... aranha ou cão (6).

---

(5) *Ecos do Passado*, pág. 149, Porto, 1914.
(6) *Ecos do Passado*, págs. 133-134.

«A FOLHA»

O título de *A Folha* nesceu de uma divagação bucólica de João Penha. Andava o nosso homem — ele o diz — em jeitos contemplativos, campos fora, olha aqui, olha além, quando descortinou, à tona de água, «uma formosa folha de lotus», que servia de poiso a uma rã «contente e feliz», que daí «entoava... um canto estridente e contínuo». E então lhe ocorreu que também criaria uma *Folha*, onde outras rãs — rãs humanas, salvo seja! — entoariam seus cantos. E seria tolerante: nele teriam lugar os poetas chorosos e os da ideia, limpa da humidade lacrimosa. Ele, por si, não se bandearia nem para o lado dos tristes de profissão, nem para o lado dos pensadores ou pensabundos. Seria ele próprio, como se houvesse de nortear-se pela divisa do *il faut oser être soi. A Folha* (*Microcosmo literário*) abre com um preâmbulo, datado de 25 de Novembro de 1868, e escrito em Coimbra, e dele extraímos algumas das considerações de João Penha:

«Todos sabem que temos entre nós, apesar de ser duvidoso que tenhamos uma literatura completa, duas escolas literárias: a dos metrificadores do ai, ou a de Lisboa; e a dos sacerdotes da ideia vaga, ou a de Coimbra.

... Eu, que sou ecléctico em quase tudo, e que não pertenço a nenhuma das escolas, acho-as ambas excelentes: o belo é sempre belo, revista que formas revestir: querer que o encaremos só de um lado, de uma só face, é querer obrigar-nos à monotonia, ao bocejo, ao sono.

Sou de aviso de que podem existir no mesmo campo, uns coroados de rosas, outros de barbasco: um mesmo bardo pode escrever o *Rapaz dos burros* e o *Sátiro da Renascença*.

Dizem os de Coimbra: a vossa poesia é como a água chilra do córrego em que o cerdo se revolca feliz; a vossa poesia é fútil, e só gentes fúteis podem gostar dela.

... Dizem os de Lisboa: a vossa poesia é nevoenta, misteriosa, profética, incompreensível, sibilina; a vossa poesia é de orates, e só gentes acéfalas podem gostar dela.

... Neste mísero estado de coisas, e tendo de escolher um título para este microcosmo literário, tomei-me de terrores dantescos, receando que, se escolhesse título que desse a entender o mínimo pendor da minha parte para uma das escolas, a outra distendesse as bestas possantes, e me crivasse, novo S. Sebastião, de virotes envenenados, de setas mortíferas».

Diz depois como lhe ocorreu o título do jornalzinho: *A Folha*.

«Mas folha de quê? de lotus?

Não.

Para os poetas do sentimento, folha d'olaia, onde entrem seus cantos maviosos.

Para os poetas da ideia, folha do livro das coisas / onde revelem o verbo do absoluto».

A Folha publicou-se em Coimbra, de Dezembro de 1868 a Abril de 1873. Cinco anos — cinco séries. João Penha, que a dirigiu, não fechou a porta a ninguém. Ali tiveram guarida escritores de feição romântica — melhor: ultra-romântica — e escritores que já começavam a preludiar simpatia pelo mundo das ideias límpidas, contra o nebuloso das emoções mais ou menos despenteadas. Jornal de transição, tem ainda muito do passado, mas também já muito da nova corrente ideológica e estética preconizada pelos corifeus da escola coimbrã: Antero, Teófilo e outros que os acompanhavam. A par da poesia lírica (e até, por vezes, liró...) já aí dealba a poesia satânica, baudelaireana e a poesia revolucionária, apologética de uma nova ordem social, de ampla ressonância liberal, preconizando o advento de um mundo mais justo.

João Penha foi, na *Folha*, o representante de uma literatura epicurista, voltada aos quadrantes do amor sensual, do petisco saboroso (o paio e o presunto) e da boa pinga. A sua língua não tem audácias metafóricas, mas prima pela vernaculidade e pela nitidez da forma.

A posição de João Penha, quanto aos colaboradores da *Folha*, preludia a posição de José Régio, quanto aos colaboradores da *Presença*. Leiam-se as palavras de Régio, e ver-se-á que se descobrem nelas e nas de João Penha um denominador comum:

«O que importa à *Presença* é que quaisquer doutrinas, correntes, escolas, problemas, casos, se hajam *interiorizado e individualizado no artista-criador: de modo que o artista se exprima ao exprimi-los, e os exprima exprimindo-se. À personalidade do artista-criador nada proíbe a «Presença» senão que se falseie; nada impõe senão que se revele»* (1).

João Penha era inimigo de sistemas rígidos em poesia. Batia-se pela ampla liberdade do poeta: exprimisse cada qual o seu mundo interior pela estética que melhor o revelasse. Apreciava a diversidade de teorias, de escolas diferentes,, que seria isso a directa maneira de se evitar o marasmo no universo da arte.

A Folha, já o sabemos, deu guarida a quantos poetas nela quisessem colaborar, assim se provando que o seu director não era um intransigente

(1) No *Primeiro de Janeiro*, Porto, 25-X-1944. Página dedicada aos poetas da *Presença*.

em filosofias poéticas. A única exigência que fazia a quantos acorressem à *Folha* era o exemplar comportamento na vernaculidade da língua, devendo eles escrever esta a primor, convencido João Penha, na esteira de Boileau, de que escritor que não se trate por tu com a língua vernácula — a que mamou com o leite materno — será sempre um medíocre escritor. Platão afixara, à porta da Academia: «aqui não entre quem não for matemático». João Penha era como se dissesse, no pórtico da *Folha:* aqui não entre quem não souber a primor a língua nacional. «O nosso programa, enquanto a publicações, resume-se nisto: são admitidas aquelas que apresentarem novidade e gramática, mas não novidades gramaticais». Toda a espécie de heresias — menos as gramaticais! Fora da exigência da vernaculidade linguística, o regime era o de portas francamente abertas. Lado a lado, colaboraram na *Folha* poetas que eram inimigos: Antero e Teófilo, a par de Castilho... A revistazinha dava, pois, uma alta lição de tolerância. O clima, ali, era de respeito mútuo e, até, de amizade ou, pelo menos, de cortesia recíproca.

João Penha queria que, na *Folha,* cada qual tomasse a responsabilidade dos escritos próprios. Nada de biocos!

E assim, quando lhe enviavam colaboração com pseudónimos, dava-lhes, sorrindo, com a porta na cara. É ler o que nosso homem dizia, na secção do *Expediente:*

«*A Folha* é pretensiosa como rapariga bonita: gosta que a namorem, mas segundo o moderno estilo. O tempo dos embuçados, da guitarra misteriosa, de escadas de seda, de raptos nocturnos, de navalhadas na sombra, foi-se. Hoje namora-se às claras: na sala, na rua. É por isso que *A Folha* não acolherá anónimos , pois que detesta amantes embiocados. O *Homem das Divagações* de Coimbra e o *Frequentador da Moré* do Porto assim o tenham entendido».

E assim o entendeu Teixeira de Queiroz, que era precisamente o «Homem das Divagações», e que, mais tarde (voltas que o mundo dá!), redigiria o Parecer acerca da candidatura de João Penha à Academia das Ciências de Lisboa — 25 de Fevereiro de 1909.

João Penha era ouvido, na sua roda, em Coimbra, como mestre e estimulador. Quem lhe aparecesse com real valor poético, tinha o seu aplauso incondicional. Aos principiantes, que o procuravam, jamais negou as suas emendas, se era caso disso. E a todos inculcava a leitura dos clássicos, que ele tinha como paradigmas. Amava a pureza da língua vernácula como às próprias meninas dos seus olhos.

POETA PARNASIANO?

Será que, em Portugal, houve poetas parnasianos? Há quem responda negativamente, com o pretexto de que parnasianismo e cultura humanista devem equacionar. Carlos Eugénio Correia da Silva (Paço d'Arcos) assim o pensava, ao escrever:

«O Parnaso nunca existiu entre nós. Não se pode considerar a cultura clássica como condição *sine qua non* do lirismo subjectivo. Mas os factos são os factos. E a cultura humanista foi um elemento estético característico na poesia parnasiana de Lecomte de Lisle e de José Maria de Herédia; fora-o já um século antes para o lirismo impessoal de Schiller. Ora essa cultura era letra morta para os poetas portugueses da segunda metade do século XIX. E o Parnaso — como nota Langou — corresponde na vida mental, a Renan, Boissier e Fustel de Coulanges.

Quem poderia representar entre nós o Parnaso?

João Penha, o director da *Folha*, a quem o próprio Gonçalves Crespo chamava «mestre»? Na verdade, tinha ritmo, ideal supremo dum parnasiano, mas era um poeta sem voo e sem asas: não tinha ideal, nem ideias, nem cultura... [...] Gonçalves Crespo? Sem cultura clássica de espécie alguma, é ainda quem representa melhor o lirismo impessoal do Parnaso.

Dizia Dona Maria Amália Vaz de Carvalho que ele próprio «julgava proceder da arte parnasiana» (*).

Parece-nos haver exagero — e não pequeno — na afirmação de Carlos Eugénio. Pode um poeta ser parnasiano, como quem diz: possuir o acendrado culto da forma, e, portanto, da musicalidade do verso, e, todavia, não ser versado e conversado na cultura estritamente clássica, isto é, no comércio dos autores gregos e latinos, lidos no original. Nem sequer lidos em traduções. Supomos não errar, dizendo que a pureza da língua vernácula — e é essa uma das características dos parnasianos — não obriga o poeta a tratar-se por tu com os autores gregos e latinos. E o lirismo impessoal — outra das constantes estéticas dos parnasianos — não implica, por sua vez, o trato directo com esses autores.

Carlos Eugénio — que foi profundo conhecedor dos autores gregos e latinos e que, se não tivesse morrido na flor da idade, viria a ser um portento entre os grandes humanistas — poderia ter escrito, à mesma, a magnífica colectânea de sonetos, que constitui a sua *Visão imperfeita dum Parnaso cristão*.

(*) *Vita Brevis*, pp. 85-86, Coimbra, 1934.

Para tanto, bastava-lhe a intimidade com os clássicos nacionais e a paixão da forma literária que o caracterizou. Foi parnasiano. E sê-lo-ia, ainda que não houvesse tido intimidade com os autores da Hélade e do Lácio. E se há lirismo impessoal em muitos dos seus sonetos, também aí não falta lirismo subjectivo, designadamente no último soneto da citada colectânea, inspirado por «uma linda rapariga e doente» que deve ter sido sua companheira no sanatório e da qual se enamorou, estando ele também doente do mal que o levou à cova. Esse famoso soneto remata assim, como que a glosar a frase em que Édipo diz a Creonte, no final da tragédia de Sófocles: «Oxalá tenhas um destino melhor do que o meu!»:

.....

Deus há-de coroar tua fronte formosa
Pois bálsamo trouxeste ao pobre Prometeu
Agrilhado ao leito, à noite dolorosa.

Onde vou? Ninguém sabe. À morte? À vida? Ao céu?
... Quiseste ser p'ra mim a aurora luminosa
De um dia mais feliz que nunca amanheceu.

Não. Não nos parece — ou estamos muito enganados — que o parnasianismo exija necessàriamente cultura clássica, bebida nas fontes originais. Foi João de Deus quem a si próprio se classificou de «*poeta inculto / espontâneo, popular*». Pois quem lhe negará as excelências musicais da forma? Muito se engana quem disser que ele foi, como poeta, a espontaneidade em pessoa. Não afirmamos que não possuísse alguma capacidade para improvisar. Fugiu, porém, sistemàticamente, de o fazer. Trabalhou os seus versos, como bom parnasiano. Trabalhou-os com beneditina paciência de artista exigente. Sabemo-lo pelas variantes dos poemas que nos deixou. Sabemo-lo, outrossim, pelo depoimento dos que com ele privaram. O que nele parece ter nascido no signo da inteira espontaneidade, tem, por detrás, larga soma de trabalho, de apurada técnica; só Deus sabe o trabalhão que que certos «improvisos» dão!...

★

A Folha foi a grande pregoeira da estética parnasiana (*). Muitos dos seus colaboradores — João Penha na vanguarda — praticaram, cada

(*) Noutro lugar se pretenderá provar, todavia, que João Penha estava fazendo parnasianismo sem o saber. Uma carta de Eça de Queirós para ele o deixa transparecer.

qual com sua risca específica, a nova estética literária, na qual se tomava posição contra a deliquescência do Romantismo, e particularmente do ultra-romantismo, feito de ridículas lamechices. Quase todos os que, na *Folha*, publicaram seus versos: Gonçalves Crespo, Guerra Junqueiro, Cândido de Figueiredo, Antero, Guilherme Braga, Simões Dias..., timbraram em provar que a poesia podia tirar motivos de inspiração de uma realidade que transcedesse as masturbadoras tristezas em que os ultra-românticos faziam fincapé.

Todos esses poetas — João Penha como corifeu — advogam a prática de uma linguagem impecàvelmente correcta, musical, trabalhada com cuidados de ourives. Todos fazem guerra à inspiração deixada ao Deus dará, à facilidade, querendo a mais espontânea das emoções trabalhada com esmeros e escrúpulos de cinzelador. Está bem que se dê escoante ao alvoroço da emoção no momento em que ela surge, e que se traduza essa emoção num primeiro esquisso, ou esboceto, ou borrão, como o leitor quiser. Mas, depois, o artista exigente fará incidir, sobre esse primeiro e nuclear jacto, o *labor limae*, a técnica a preceito, para que o diamante emotivo assuma requintes de luz. A estilização não mira matar a emoção: mira, sim, situá-la ao máximo nível do seu esplendor. Sem *arte*, não há perfeita poesia. Sem primores de forma, sem requintes musicais no verbo, há apenas bruta emoção, mas não autêntica poesia. O espontâneo será valorizado pela arte. Ele, só por si, ficaria minimizado.

★

João Penha que, entre nós, foi, a bem dizer, o introdutor do parnasianismo, deu da estética parnasiana explicação que não está longe da de Teófilo Gautier:

«Na poesia há [...] dois elementos: a ideia e a forma, nem até poderia deixar de ser assim, porque embora a ideia possa existir amorfa, não se concebe o que seja uma forma sem ideia: essa é, contudo, a acusação que geralmente se faz aos chamados parnasianos. Apraz-me, porém, supor que o que com essa acusação se quer dizer é que os parnasianos antepõem à forma à ideia».

E páginas adiante:

«A forma dum pensamento poético é o ritmo e a sonoridade musical. Não repara a poesia da música, porque estas duas artes estão intimamente ligadas, que uma não pode existir sem a outra: a diferença que pode haver entre elas é a de que a música e a melodia estão no canto, e a harmonia no

acompanhamento orquestral; e na poesia, a melodia está no pensamento, e a harmonia no verso.»

E ainda:

«Aquele que conseguir unir uma bela ideia a uma forma absolutamente correcta, deverá ser contado entre o número dos grandes artistas do seu tempo: *inter divos*» (10).

Supomos não haver objecções a fazer à doutrina transcrita. No fundo, o que João Penha queria era a ideia apresentada com beleza formal. Aquela *ideia* tem as costas largas, porque abrange não só o pensamento, mas também o sentimento e a volição. Afinal, todo o homem interior.

Claro que uma coisa é expor doutrina e outra é exemplificá-la, ao vivo. Seria, com efeito, João Penha um parnasiano autêntico, poeta calmo, de forma requintada, artista cem por cento, ou existiu, nele, muito de dionisíaco, de tumultuoso, e certo descuro da forma? Supomos não errar dizendo que não o devemos tomar à conta de parnasiano paradigmático. Sobrava-lhe fogo e verve para que pudesse vir a ser um poeta disciplinado, tais como o foram os parnasianos ortodoxos.

★

João Penha não era inteiramente pela arte objectiva. Era de si próprio — das suas vivências pessoais — que ele sobretudo gostava de falar. O outro dissera: «Le moi est haïssable». Não para ele, que o colocou, quase sempre, na linha da frente. Queria a arte literária — e principalmente a poesia — na clave da subjectividade. O frio impessoalismo flaubertiano não gozava das suas simpatias. O autobiográfico, eis o que lhe parecia mais a carácter da poesia, e, de facto, ele a cultivou, dando conta das variadas situações sentimentais por que passou. Dizia que, até mesmo os autores que consideram odioso o *eu*, se pelam por apanhar a autobiografia dos poetas, e, se adregam de lhes apanhar a correspondência amorosa, ficam radiantes...

Temos, pois, de considerar como autobiográfica a obra de João Penha. Ele próprio nos insinua — sem rebuços de qualquer espécie — que está patente na sua obra poética. Não procurou fugir de si, antes se comprouve em centrar-se no seu pessoalíssimo mundo, sem deserções, sem receio de se abrir, de se comunicar, de se confessar.

---

(10) No Prefácio da *Viagem por terra ao país dos sonhos*, Porto, 1898.

★

Uma carta de Eça de Queiroz a João Penha, de 1869, transcrita por António Cabral, em *Camilo e Eça de Queiroz*, pp. 267 e 268, deixa trair que o director da *Folha*, se acaso foi parnasiano, o foi *sans le savoir:*

«Notei que tu eras o único em Portugal capaz de introduzir a nova escola francesa [a parnasiana]. Não a conheces de certo. No entanto é necessário que a conheças. Para isso manda comprar aqui, ou no Porto, o seguinte livro: *Parnasse contemporain, recueil de vers nouveaux*. É uma colecção de todos os poetas de França, de 1856 para cá. É a geração mais moderna. A sua escola é a da forma. São admiráveis. Vais ter uma revelação. Os assuntos deles são a filosofia, a história e as coisas tenebrosas. Estuda-os. Estuda-os muito. Trata de trabalhar neste género. É uma revolução em Portugal. Com essa predisposição que tens felicíssima para a *poesia plástica*, podes dar um belo artista nesse género. Responde-me e eu depois escreverei neste sentido, mais largamente e mais definitivamente.»

Alguns anos mais tarde, João Penha referir-se-ia à carta do seu amigo, nos termos seguintes:

«Já há muito saía em Coimbra *A Folha*, quando Eça de Queiroz me assinalou, entusiàsticamente, o novo periódico, incitando-me a implantar entre nós o que ele chamava poesia do futuro.

Acostumado à leitura exclusiva dos cinco ou seis poetas que, por aquela época, se liam e discutiam em Coimbra, surpreendeu-me a nova publicação [*Le Parnasse contemporain*], não tanto pela novidade que poderia notar-se no seu elemento poético pròpriamente dito, mas, principalmente, pela correcção quase científica da forma.

Pode afirmar-se que foi aí que, em França, teve princípio a moderna evolução do verso, evolução que eu e outros, absolutamente desconhecedores daquele movimento, também tínhamos iniciado na *Folha*.

Este fenómeno poderia explicar-se por uma das leis de *Vico* (11).

Portanto, se João Penha foi parnasiano, devemos dizer que o foi sem o saber.

Mas tê-lo-ia sido realmente? Para que o tivesse sido, importaria que mirasse a impassibilidade, à Leconte de Lisle e, afinal, essa impassibilidade nunca a teve. Dele é a confissão seguinte: «O descritivo, debaixo dos seus vários aspectos, é mais próprio da prosa que do verso...; o essencial,

---

(11) *Por montes e vales*, pág. 58, Lisboa, 1899.

na poesia, foi sempre, desde os tempos primitivos, o sentimento: a lutas das paixões, o drama ou a tragédia a que eles dão origem» ([12]).

Ora, João Penha fez, sempre (ou quase sempre) poesia na clave de um trasbordante subjectivismo. Nele, as puras descrições constituem caso esporádico. E, sendo assim, como de facto é, como ajeitar-lhe, à letra, o epíteto de parnasiano? Se o rotularmos com esse título, a única justificação possível é a da musicalidade que pôs no seu verso, é o culto da forma.

*

Antero, na famosa carta a Castilho, perguntava: «Mas, ex.º sr., será possível viver sem ideias?» A ideia, para Antero, se não era tudo, era, todavia, primordial, em literatura. E fazia a pergunta a Castilho, por ter este na conta de puro estilista, descurando a ideia, na situação da qual deve ser colocada a forma. Com efeito, referindo-se a Castilho, escrevia Antero: «A sua faculdade dominante e talvez exclusiva é apenas o dom exterior da forma, o génio da proporção e da harmonia, o segredo das aparências formosas — o estilo» ([13]). Esta acusação, aliás, é feita por Antero a Castilho, noutros passos.

Pois muito bem: João Penha, que parecia integrado de alma e coração no ideário da famosa *Questão Coimbrã*, é, afinal, todo inclinado à *forma* sobreposta à *ideia*. Na verdade, é ele o autor das palavras seguintes: «a poesia é a revelação harmoniosa do pensamento, e [...] nessa revelação a forma é o principal; a ideia, matéria prima de procriação artística, uma coisa relativamente secundária» ([14]).

João Penha era, no polo oposto dos homens da Ideia nova — os insurrectos contra o pontificado literário de Castilho —, um dos sequazes do auptor da *Primavera*. Parecendo ser, à primeira vista, um espírito revolucionário que alinhava ao lado da Ideia nova, tomava partido pelo «árcade postumo».

Era, bem feitas as contas, como se João Penha norteasse a sua estética pelo reparo de Boileau: *Sans la langue... l'auteur le plus divin / Est toujours, quoiqu'il fasse, un méchaut écrivain.*

Toda a ideia, todo o sentimento, toda a emoção, ficam sempre minimizados, se o poeta não puser primores formais na expressão desse mundo subjectivo. E a expressão do mundo objectivo não requer menores cuidados.

([12]) *Por montes e vales*, pp. 221-222.

([13]) *Prosas*, I, pág. 375, Coimbra, 1923.

([14]) *Viagem por terra ao país dos sonhos*, no prefácio, pág. 23.

★

Os poetas nascem. Será que João Penha aceitava esta afirmativa? Era ele quem escrevia: «Não pensem que o poeta nasce, como dizem uns tais críticos: o poeta faz-se».

Era essa, precisamente, a filosofia dos poetas parnasianos — que mandavam desconfiar a facilidade, da inspiração, do primeiro jacto criador. Flaubertianamente, não se satisfaziam com o primeiro esboço. Feito este, caíam a fundo sobre ele, e agora nós! Tocavam, retocavam, poliam, repoliam, cortavam, acrescentavam, acepilhavam, e só depois de muito trabalho de lima, é que se davam por satisfeitos, se é que alguma vez alcançavam a meta de uma satisfação integral. João Penha informou-nos de como trabalhava a sua poesia, depois do *fiat* inicial:

«Triste, e com passo vagaroso, penetro na sala onde trabalho, de noite, e aí, num silêncio absoluto, lanço-me à obra, como um buldogue se fila à orelha dum toiro recalcitrante, e não a largo senão depois de lhe ter dado uma forma soletrável. Já se vê que essa primeira forma não me satisfaz, sendo às vezes necessário duas ou três operações sucessivas, para que eu, severo, a julgue viável. Durante esse trabalho, em que não gasto mais de duas horas, não fumo, não como, nem bebo, nem ainda, em calores tropicais, um copo de água, droga que detesto.

Mais tarde, numa sala completamente solitária, e depois de me assegurar que ninguém me pode ouvir, recito a composição acabada, e vendo que ela resiste ao meu modo de recitar, fico satisfeito, e digo: *pode seguir*. Depois de publicada, nunca mais a torno a ler» (1).

Como artista exigente, não podia proceder doutro modo. A escultura não nasce de um jacto. Nem o quadro. Nem a verdade científica — feita de aproximações sucessivas. Também a poesia de um homem que desconfia da facilidade não pode ser obra de um *fiat* definitivo, mas de um *fieri* que vai de um passo a outro, em busca de uma perfeição com seu quê de negaceante, limite para o qual a variável tende, sem nunca o atingir, como se afirma em linguagem matemática.

Assim foi João Penha. Assim foi João de Deus. Torturado aquele, e torturado este. A espontaneidade, em ambos, era o resultado de uma técnica pertinaz, de uma incontinente ânsia de perfeição. Só Deus sabe a soma de teimosa vontade que está por trás de certas produções que parecem ter

---

(1) Na *Biblos*, vol. XV, pág. 535.

nascido na clave da maior fluência! Eugénio de Castro deu conta de como João de Deus trabalhava:

«O poeta compunha mentalmente e com vagar os seus versos e só depois de concluídos os escrevia, quando os escrevia. É impossível calcular as correcções mentais que esses versos sofriam, mas o que posso afirmar é que, depois de escritos, isto é, depois de o poeta os ter julgado dignos de correrem mundo, ainda passavam por muitas transformações, como se prova pelas numerosas variantes que há de quase todas as suas poesias» (15). João de Deus e João Penha foram, pois, dois poetas tomados de insatisfação aguda, como artistas. Foram joalheiros lapidando jóias. Ao muito — e mal — preferiram o pouco, mas, quanto possível, impecável. Não poetaram no signo da pressa — da pressa que é inimiga da perfeição.

Todavia... — note-se a contradição — João Penha, noutra emergência, disse que os versos não lhe custavam sombra de trabalho. Negava, pois, a definição de génio tal como no-la transmitiu o famoso Edison: «genius is one per cent inspiration and ninety nine perspiration».

Esta a resposta do grande inventor, quando lhe diziam que, sendo ele um génio, daria tão naturalmente invenções como a pereira dá peras... Pois João Penha tinha-se por naturalmente poeta, fazendo versos sem transpiração, mas antes na clave da pura inspiração: «dou os versos que faço, / como a figueira dá figos» (16).

Se tomarmos esta confissão à letra, parece que o poeta negava a estética parnasiana, que manda desconfiar da inspiração, da facilidade, torturando-se, na busca do termo único, do termo de excelsa beleza formal.

Há, todavia, quem negue, a pés juntos, que João Penha fosse um poeta parnasiano. Nem os seus versos — diz-se — primam pelo requinte da forma (não teria sido um torturado), nem se caracterizou pela calma, que passa por ser, também, um dos sinais de identificação do parnasiano ortodoxo. Em vez de apolíneo, foi um dionisíaco, um mundo de incontinentes e explosivas emoções.

João Penha dava primado à palavra sobre a ideia. A «tecitura e notação melódica dos vocábulos» é que lhe parecia fundamental. O mais se lhe afigurava secundário.

Disparate quadrado — supomos nós. A palavra não pode (não deve) desarticular-se da ideia. Será esta a comandar a palavra — e nunca (por

---

(15) Em *A Arte*, 1876, pág. 273.

(16) *Últimas Rimas*, pág. 150, Porto, 1919.

nunca!) o contrário. Todo o esmero artístico a ter com a palavra estará na situação ancilar da ideia. Pois como admitir o contrário?

De certo que a forma vale muito, minguada ficando a ideia, se não for expressa com beleza literária. Mas daí até cair no feiticismo da frase pela frase, fazendo gato-sapato da ideia, vai grande distância.

Em boa verdade, quando as ideias são pensadas em profundidade e as emoções ressonantemente sentidas, quase podemos dizer que logo nasce a música verbal para as exprimir. *Quase*, dizemos nós, à cautela, por admitirmos (pois como não admitiríamos?) que a aprendizagem da retórica (no acreditado sentido desta palavra) é indispensável. Ao instinto da beleza formal importa juntar o cultivo da técnica que pode ainda requintar mais essa beleza. O primeiro jacto, filho da inspiração profunda, dará a beleza quase perfeita. O que, porém, vai do quase à perfeição com *imprimatur* é a ciência do *savoir faire* que o dá. Depois do primeiro esboço, importa, com efeito, ajeitar, retocar, rasurar, acrescentar, inverter, transpor, tudo verbos que, polarizados pelo génio artístico, conseguirão emprestar luz maravilhosa ao diamante inicial. A técnica da forma não cria o diamante — *ab ovo* —, mas lapida-o, imprime-lhe valores que ele não contém ao sair da forja criadora do poeta. A técnica bem sabida, praticada com excelsa perícia, nunca fez mal ao génio. Técnica sem o adjutório do génio pouco valerá. Mas génio sem o auxílio da perícia técnica, ficará sempre minguado nas suas criações. O *labor limae* aqui alisa uma prega, além faz um vinco; aqui levanta, além abaixa a túnica; aqui espalha, além contrai; aqui avoluma, além esmaga; aqui tamisa o som e a luz, além lhes dá maior intensidade; tudo isso, que parece nada, é, afinal, um novo mundo que se cria, complemento sem o qual não se alcançaria a plenitude artística.

(Continua)

Ovídio
o primeiro poeta Romeno *

Por Vítor Buescu

Que eu saiba, o recente Bimilenário do nascimento de Ovídio não foi condignamente lembrado em Portugal, nem o país este representado no Congresso internacional realizado há oito anos em Sulmona, no qual tive a honra de participar. Foi esta lamentável ausência portuguesa que me levou, por um lado, a escolher o tema ovidiano desta noite, e, por outro, como português de origem romena que sou, a dar um matiz romeno à minha conferência. Proponho-me relevar três aspectos particulares da mensagem espiritual legada ao mundo civilizado pelo poeta de Roma, relegado e morto no território da Roménia actual. Efectivamente, para além de Ovídio o poeta ora jocoso ora ousado dos «Amores»; para além de Ovídio o poeta douto das «Metamorfoses», aprecio Ovídio como poeta humano do exílio e — tal como os Espanhóis há muito integraram na sua espiritualidade o cordovês Séneca — penso que os Romenos podem reivindicar Ovídio pelos três aspectos seguintes da sua obra:

1) Cronològicamente, ele foi o primeiro rapsodo da terra romena de entre o Danúbio e o Mar Negro, ou seja a antiga Cítia Minor, hoje a província de Dóbrogea, com a capital Constantza, a antiga Tomos;

2) Ovídio foi o primeiro, talvez o único poeta que escreveu versos na língua dos geto-dácios, que constituem o substrato pré-latino da antiga Roménia. Infelizmente, o poema respectivo, dedicado ao imperador Augusto, perdeu-se; com ele, perdemos uma inestimável ocasião de conhecer o substrato linguístico do próprio idioma romeno. Se, para a Ciência, a perda é irreparável, para os Romenos representa, do ponto de vista filológico, uma perda comparável, no plano histórico, à dos «Comentários à Guerra dos Dácios», redigidos pelo imperador Trajano, de que se conserva apenas um breve fragmento de cinco palavras, citado incidentalmente por um gramático latino. A ávida fauce do tempo consumiu estes dois tesouros de informação que estavam destinados a ficar, com a Coluna Trajana do Foro romano, na base de todo o conhecimento do passado histórico, geográfico e linguístico dos Romenos. Mas a cera das tábuas e o pergaminho dos

---

* Conferência realizada nos Paços do Concelho de Braga em 14 de Maio de 1966.

rolos revelaram-se , infelizmente, menos resistentes que o mármore da Coluna.

3) Finalmente, e acima de tudo, Ovídio pertence à espiritualidade romena pelo sentimento tão caracteristicamente romeno do «dor» (*desiderium*), que transfigurou toda a sua poesia do exílio: «dor» de voltar a ver a Pátria, a família, os amigos; «dor» de ouvir de novo a língua ancestral — o «dor» constante e pungente das «Doinas» (*doine*) do poeta popular romeno, que fez desse sentimento a personagem mística dos contos de fadas e das Cortes da saudade» (*Curtile dorului*). Na geografia espiritual da Europa, talvez haja apenas a «saudade» portuguesa que possa comparar-se ao «dor» romeno: por um lado, a solidão (*solitatem*), por outro, a dor ou o sofrimento (*dolus*, de *dolere*) da alma latina abandonada ao seu destino nos dois extremos do Mundo romano.

Mas, deixemos o próprio Ovídio ilustrar este triplo aspecto romeno da sua obra de exílio.

Ao princípio, o ilustre desterrado entrega-se à deusa Esperança, «que faz viver, embora agrilhoado, o homem condenado a viver nas minas» (*Pont.*, I, 6, 31); ela devia secundar as diligências da esposa e dos amigos do poeta junto de Lívia e de Augusto. Mas os anos passam e — longe dos olhos, longe do coração... A dor torna-se para o poeta uma segunda natureza (*P.*, II, 7, 39), os seus sofrimentos afiguram-se-lhe como que «uma longa Ilíada» (*P.*, III, 7, 34), as amigos começam a esquecê-lo: «...no meu exílio, todos me abandonaram», lamenta ele para a esposa (*P.*, I, 4, 34), e ela própria se vê censurada por não insistir bastante junto da Imperatriz: «Porque tremes? Porque receias dirigir-te a ela?» (*P.* III, 1, 119). O exilado passeia a sua tristeza pela areia fulva (*P.*, IV, 4, 11) e afoga a sua solidão na poesia: «É dansar nas trevas, fazer versos que não se lêem a ninguém [...] E no entanto, que fazer sòzinho? De que modo gastar os tristes ócios e encurtar o dia? [...] Que me resta, senão a fria consolação das Musas Piérides?» (*P.*, IV, 2, 33-34; 39-40; 45).

Mas, após seis anos de decepção, esse remédio espiritual também desaparece: «Os poemas não me servem de nada» (*P.*, IV, 13, 41); e o poeta chega a desejar a própria morte: «A gota de água cava a pedra, o anel adelgaça com o desgaste, a relha recurvada alisa contra o chão que pisa. O tempo devorador há-de destruir tudo, excepto a mim? A própria morte recua, vencida pela minha resistência» (*P.*, IV, 10, 5-8). Num verso dilacerante, pede perdão aos amigos «de ter tido esperança de algum bem da parte deles» (*Quod bene de vobis speravi, ignoscite, amici: P.*, III, 7, 9); a sua voz parece vir de além-túmulo. («Quando eu contava entre os vivos...»:

P., IV, 16, 4); reconhece que «perdeu tudo» (*P.*, IV, 16, 49) e, desalentado, entrega-se à resignação: «Perguntas que notícias tenho para te dar, meu amigo: se queres que te diga, desejo morrer — se, no entanto, pode morrer quem já está morto. Não sei nem o que devo fazer, nem o que quero, nem o que não quero; não vislumbro onde está o meu interesse. Acredita-me, a prudência é a primeira a abandonar o infeliz, e a razão e o bom senso fogem com a riqueza». (*P.*, IV, 12, 43-48). A piedade que ele parece implorar a um invejoso que se encontra na Pátria longínqua assemelha-se ao último suspiro dum moribundo, a fechar a última elegia do exilado de Tomos: «...Deixa, ó Inveja, de despedaçar um homem arrancado à sua pátria, e não venhas, cruenta, dispersar as minhas cinzas. Perdi tudo; só me deixaram a vida, para que ela ofereça sentido e matéria aos meus sofrimentos. Para quê mergulhar o ferro em membros gelados? Como encontrar ainda neles lugar para uma chaga?...» (*P.*, IV, 16, 47-52). Como estão longe estes acentos profundamente humanos, em relação às frivolidades dos «Amores», ou às doutas tiradas mitológicas das «Metamorfoses»! Para se encontrar a si mesmo, Ovídio teve de pagar com a própria vida, lentamente consumida nas chamas da desgraça, no exílio de Dóbrogea.

Dóbrogea, para Ovídio, o favorito da Roma augustana, não podia ser senão uma Sibéria de frio glacial, de solidão e de deserto. Aqui está, no reverso, o «dor» nostálgico do desterrado, longe do seu tépido Mediterrâneo azulado: «És tu, a parte mais dura do meu cruel exílio, és tu que agravas a minha desdita. Tu nunca vês a primavera de fronte cingida por uma grinalda de flores, tu nunca vês o tronco nu dos ceifadores. O outono não te traz nem vinhas, nem cachos, mas todas as estações te trazem um frio excessivo. Tu retens os mares agrilhoados pelos gelos, e muitas vezes o peixe nada no mar, encerrado por um tecto de água. Tu não tens fontes senão as de águas quase marinas, águas que não se sabe se acalmam, se excitam a sede. Nos teus campos ergue-se alguma árvore rara e estéril, e a terra é outra imagem do mar. Ave alguma se faz ouvir...» (*P.*, III, 1,9-21). «Aqui o olmo não está coberto de parreiras e de vinhas; os frutos não vergam os ramos ao seu peso; os campos desolados não produzem senão pobres urzes, e a terra pelos seus frutos prova bem quanto é amarga. Assim é em toda esta região do sinistro Ponto...» (*P.*, III, 8, 13-17).

O inverno cítico acha-se descrito com um realismo um tanto carregado pelo delicado romano: «... Quando o triste inverno mostrou a sua face horrível e a terra embranqueceu sob a geada marmórea, [...] a neve fica estendida e essa crosta não cede nem ao sol, nem às chuvas; Bóreas endurece-a e torna-a perpétua. A primeira ainda não derreteu, e já uma

segunda chega, e em muitos lugares lá permanece dois anos. O Aquilão impetuoso sopra com tanta intensidade que deita à terra torres elevadas e arrasta tectos arrancados. As pessoas defendem-se dos frios rigorosos com peles e agasalhos mal alinhavados, não deixando à vista senão o rosto. Mais de uma vez os seus cabelos, a que se agarram pedaços de gelo, tinem quando os sacodem, e a barba brilha-lhes branca sob o gelo que a cobre. Os vinhos despejados solidificam, conforme o molde dos jarros; as gentes não bebem vinho, mas trincam pedaços que passam de mão em mão! Que dizer dos regatos acorrentados pelo frio que os condensa e das águas que eles retiram, quebrando-as, dos lagos? O próprio Histro [...] gela e corre para o mar com as águas ocultas; lá onde passaram navios, vai-se agora a pé, e a ferradura do cavalo bate as águas endurecidas pelo frio; assim sobre essas pontes novas, sob as quais correm as águas, os bois sarmáticos puxam bárbaras carroças [...] Vi o mar imenso parado sob o gelo, e sob a sua crosta escorregadia as águas ficarem imóveis. Mas não basta ter visto; pisei mesmo o mar rugoso, e a sua superfície não molhou os meus pés [...]. Vi peixes colados ao gelo que os prendia, conservando ainda um pouco de vida...» (*Tristia*, III, 10, 9-50).

Mas este desolado quadro de Dóbrogea — pintada com a paleta voluntàriamente sombria do exilado que defende a sua causa, e subconscientemente exagerada do mediterrânico friorento — apresenta também notas alegres, de franca simpatia. Eis a primavera de Constantza, vista por Ovídio: «Já os frios abrandam ao sopro dos zéfiros, e neste fim do ano o inverno parece ter sido mais longo em Tomos que os de outrora; [...] Já os rapazes e as alegres raparigas vão colher a violeta que, rústica, surge à luz, sem ter sido semeada. Os prados rejuvenesceram com flores variegadas, a ave tagarela tem a primavera na garganta trémula! [...] A andorinha constrói o ninho, a sua pequenina casa, sob o umbral; a erva, que ficara escondida sob os sulcos de Ceres, sai e mostra a sua ponta suave fora da terra; por toda a parte onde existe vinha, um rebento brota do tronco [...], e por toda a parte onde existe uma árvore, o ramo incha na copa...» (*Tr., III*, 12, 1-15).

Apontamentos semelhantes surgem muitas vezes nas elegias de Tomos: eis os aborígenes hirsutos (*P.*, IV, 2, 2) e embuçados nas suas mal cosidas bragas e nas suas primitivas peles de animais selvagens (*Tr.*, III, 10, 19; etc.); eis a abservação muito perspicaz das mulheres getas trazendo à cabeça o balde cheio de água, tal como hoje as romenas da Olténia e as portuguesas (*Subpositoque gravem vertice portat aquam: P.*, III, 8, 12).

Quanto aos indígenas, Ovídio detesta os getas «horríveis», «bárbaros»,

«hirsutos», etc., que ameaçam os Tomitanos com as suas flechas envenenadas, de fora da muralha. Em compensação, o exilado sente simpatia pelos cidadãos de Tomos por serem «gregos» (*P.*, IV, 14, 48), e acentua que não se queixa dos homens, mas sim do país: «Habitantes de Tomos, vós, que amo enquanto odeio o vosso país. Podem atentar em todas as produções da minha actividade: em carta alguma me queixei de vós; o frio, as incursões que são para recear de todos os lados, a trincheira batida pelo inimigo, — esses são os motivos dos meus queixumes. É aos lugares, e não aos homens, que eu dirigi censuras mais que justificadas. Até vós incriminais muitas vezes o solo». (*P.*, IV, 14, 24-30). E, como que para afastar qualquer sombra de dúvida perante a posteridade, quanto à sua simpatia pela pátria adoptiva, Ovídio exclama: «Amada Tomos, onde, banido da minha pátria, tenho encontrado até hoje uma fiel hospitalidade». (*P.*, IV, 14, 59-60).

★

Quanto aos conhecimentos de Ovídio da língua gética, existem muitas alusões nas suas elegias, desde o fim do primeiro ano de exílio, quando não hesita em confessar: «Parece-me que sou capaz de escrever poemas géticos» (*Tr.*, III, 14, 48). Um pouco mais tarde, aspira a tornar-se um poeta da língua gética: «Talvez eu pareça ousado, mas estou convencido de que o Histro não possui outro talento superior ao meu. Ora, se é aí que eu tenho de viver, que mais ambicionar senão que estes getas grosseiros reconheçam em mim um poeta? E porque iria eu procurar a glória nos antípodas? Que o lugar que o Destino determinou para eu viver, seja uma Roma para mim!» (*P.*, I, 5, 63-68). Prèviamente nos diz, e repete-o, que «já não sabe falar senão o geta e o sármata» (*Tr.*, V, 12, 58 = *P.*, III, 2,40), para, em seguida, escrever a um amigo: «Não deves admirar-te se os meus versos têm defeitos, já que eu, que os escrevo, sou quase um poeta gético. Ah, como me envergonho de ter escrito um livro em língua gética, de ter moldado palavras bárbaras nos nossos ritmos! E fui bem sucedido, podes felicitar-me; e começo a ter a fama de poeta entre os getas inumanos. Perguntas-me em que assunto? Cantei louvores a César...» (*P.*, IV, 13, 17-23). Tratadistas de renome, como Teuffel, lastimaram a perda dessa obra: «No que diz respeito ao problema linguístico, não podemos deixar de lamentar a perda do poema em língua gética em honra de Augusto, do seu sucessor e da sua família» (1). Tendo por base esse documento inestimável,

(1) W. S. Teuffel, *Histoire de la littérature romaine*, trad. fr., Paris, 1880, t. II, pág. 90, n. 6.

um outro Pârvan teria estudado, em outras «Géticas» desta vez de natureza filológica, a estrutura íntima da língua romena na sua simbiose daco-romana, e a própria contextura da espiritualidade geto-latina do povo romeno.

★

Mas, o que mais aproxima Ovídio da alma romena é o sentimento do «dor» — saudade: assim como o romeno chora, na «doina», a sua solidão de exilado no Oriente não-latino, fazendo do «dor» uma espécie de nostalgia do paraíso perdido em consequência do seu isolamento provocado pelas invasões bárbaras, — também Ovídio, nas suas elegias tomitanas, chorou sobre a sua solidão longe de Roma, sobre o tormento de viver no meio dos bárbaros, sobre o inefável «dor» — saudade da Pátria, da família, dos amigos, da língua ancestral. É certo que acentos de *desiderium* pela pátria interdita ou pelos seus, podem encontrar-se esporàdicamente em Cícero, o exilado; mas nenhum escritor latino deu o livre curso a esse sentimento como Ovídio, porque nenhum deles esteve mais só, nem foi mais desgraçado. «Muitas vezes», diz ele, «enquanto escrevia, as lágrimas corriam-me dos olhos, e as minhas cartas ficavam molhadas por elas». (*Tr.*, IV, 1, 95-96). Esquecido por quase todos, consumido pela angústia incessante (*Anxietas animi, quae mihi semper adest: P.*, I, 10, 36), o poeta deixa-se torturar por esse «dor» inverso, ou seja a melancolia nostálgica do que poderia ter acontecido: «Devia ser agora a época em que eu poderia, depois de ter posto termo aos meus trabalhos, viver sem receio nem preocupação, gozar os lazeres que sempre encantaram o meu espírito, entregar-me calmamente aos meus prazeres, habitar a minha pequena casa, com os meus velhos Penates, no meio dos campos paternos que ficaram sem dono, envelhecer junto da minha esposa e dos meus caros filhos, em segurança, na Pátria. Tinha esperado outrora acabar assim a minha vida; era assim que eu me julgava merecedor de acabar os meus dias. Os deuses não quiseram, eles que, ao perseguirem-me por terra e por mar, me abandonaram no país dos sármatas». (*Tr.* IV, 8, 5-16).

Acerca do seu passado mundano, era natural que o «dor» não se manifestasse senão discretamente, visto que nem o estado de espírito do exilado, nem a presença em Roma de Fábia, a *pia coniux* (*Tr.*, I, 2, 37), permitiam senão ligeiras alusões como esta: «Amigo, o teu poeta vive, ai de mim, entre os bárbaros, esquecido dos doces amores...» (*Tr.* V, 7, 21).

A infância e as saudades dela — tema tão comum na literatura moderna — não aparece senão muito rara e vagamente em Ovídio (e em

toda a literatura antiga), sendo que os Antigos não gozavam de uma infância pròpriamente dita, livre, descuidada, pitoresca; para eles, a vida não começava senão no dia em que se tornava pública, isto é aos 17 anos, com a emancipação simbolizada pela substituição da toga pretexta pela toga viril, e principalmente aos 22 anos, quando os jovens romanos começavam a barbear-se e a lançar-se na vida civil. Se não recorda com ternura avós, pais, escravos fiéis, animais de estimação, jogos favoritos, enfim o quadro natural da sua infância, Ovídio evoca por vezes, não sem emoção, certas cenas das viagens da mocidade longínqua: «Tu foste o meu guia, Macro, quando vimos as cidades magníficas da Ásia, tu foste o meu guia quando os meus olhos descobriram a Sicília. Vimos o céu resplandecer com a chama do Etna [...] Alguma coisa é termos temido juntos os perigos do mar [...] Vejo-te em pensamento, como posso, e converso contigo muitas vezes sob o céu do polo glacial. Tu estás aqui sem o saberes, estás presente tantas vezes, tu que estás ausente...» (*P.*, II, 10, 21-23; 39-40; 47-49).

Estes últimos acentos conduzem-nos ao «dor»-saudade dos amigos, tema obcecante em Ovídio — talvez também porque precisava deles a fim de defender a sua causa junto do Imperador. Seja como fôr, é evidente que Ovídio teve o nobre culto da amizade. A saudade deixada naqueles que haviam ficado na Pátria está muito patente, e por vezes muito ardente, para ser fingida: «Dize-me, todavia , jovem cujo espírito está cheio dos meus gostos, esses mesmos gostos fazem-te lembrar de mim? Quando lês aos teus amigos um poema que acabaste de compor, ou então, o que tantas vezes acontece, quando tu exiges que eles leiam, o teu coração não se entristece às vezes, sem saberes ao certo o que te falta? Talvez ele sinta um não sei quê (*nescio quid*) que lhe falta, e assim como na minha presença tu falavas tantas vezes de mim, agora na tua boca ainda viverá o nome de Nasão? Quanto a mim, morresse eu trespassado por uma flecha gética [...] se quase a todo o instante eu não te visse, embora ausente! Graças aos deuses, o espírito pode ir onde quer...» (*P.*, III, 5, 37-48). Às vezes, os amigos e a Pátria constituem apenas um único «dor» profundo: «Se eu estou privado do rosto da minha Pátria, e do vosso, amigos, se eu me queixo de viver nos confins da Cítia, estas duas penas são cruéis...» (*Tr.*, V, 10, 47-49). Às vezes, o poeta aprecia Ático acima da própria Pátria: «E tu, ó meu mais querido amigo, se tu crês em mim, guardo-te sempre no meu coração [...] e não anseio mais pela Pátria [...] do que pelo teu rosto e pelo teu olhar». (*Tr.*, V, 4, 23-24; 27, 29).

É certo que esses amigos caros — «a parte quase maior das minhas

saudades (*desiderii... mei*: *Tr.*, III, 6, 20) — são muito pouco numerosos: «apenas dois ou três (*vix duo tresve*: *Tr.*, I, 5, 33 = *P.*, II, 3, 30; *Tresve duosve*: *Tr.*, V, 4, 36; *unus et alter*: *Tr.*, I, 3, 16), ao saber-se o seu desfavor e sua relegação, a maior parte dos amigos dos tempos felizes o abandonaram — sempre será assim. Daí o famoso dístico elegíaco *Donec eris felix*... Para esses poucos amigos fiéis e comprovados, o «dor» do exilado reveste-se de uma gratidão alegórica: «Os montes ficarão privados de árvores frondosas, os mares não mais verão embarcações, os rios extravasando dos leitos voltarão para a nascente, antes que desapareça a gratidão que eu devo aos teus benefícios». (*P.*, IV, 5, 41-44). Ou então: «Éreis pequeno número de amigos mais generosos, que pensastes que era indigno não me socorrer na minha situação difícil; por isso a recordação dos vossos méritos só se apagará quando eu me tiver tornado cinza, depois de terem feito arder o meu corpo. Engano-me: essa recordação viverá mais do que o tempo da vida, se porventura eu for lido pela posteridade que não esquece». (*P.*, III, 2, 25-30).

O «dor» da esposa é talvez ainda mais pungente. Fábia, a sua terceira mulher, ficara de comum acordo em Roma a fim de velar pelo património e de evitar que fosse confiscado, como quando se tratava de exilados pròpriamente ditos. O infeliz Ovídio ignorava que, ao separar-se dela em Roma, seria para a eternidade. Essa separação é dilacerante (*Cum subit illius tristissima noctis imago...*: *Tr.*, I, 3, 1-102), e a recordação de Fábia não o abandona um instante: envia-lhe de Tomos oito cartas elegíacas, das quais uma com felicitações de aniversário; toma a sua defesa contra um indivíduo que lhe lançara em rosto o insulto de «mulher de exilado» (*Tr.*, V, 11, 2); ele fez dela o seu mundo ideal, onde se refugia no desterro: «Não posso suportar este clima, não estou habituado a estas águas e esta terra desagrada-me, — sem bem perceber porque motivo. Nenhuma moradia confortável, nenhum alimento útil na doença, ninguém que pela arte de Apolo pudesse aliviar o meu sofrimento; não há amigo algum que me console, que possa pela sua conversação iludir o tempo que passa com tanta lentidão. Fatigado, fico jazente nos confins dos povos e das terras, e na minha aflição evoco agora tudo o que me falta. Mas quando revejo tudo isso, és tu que transcendes tudo o mais, minha esposa, és tu que ocupas mais que o teu lugar no meu coração. Embora ausente, falo contigo e só a ti chamo com a minha voz; nenhuma noite que chegue sem ti, nenhum dia...» (*Tr.*, III, 3, 7-18). No seu aniversário, Ovídio deseja-lhe «que ela goze da sua casa, da sua filha, da sua pátria; que o destino se contente por me ter arrancado esses bens; embora infeliz no que se relaciona com o marido, que

tudo o que lhe resta da vida seja sem núvem de tristeza; que viva e que ame o seu esposo, embora afastado, já que foi forçada a isso; que não acabe os seus dias senão ao fim de longo tempo; diria também os meus, se não receasse corromper o seu destino pelo contágio do meu». (*Tr.*, V, 5, 19-26).

Os anos passam longe dela, e Ovídio embala-se na doce convicção da reciprocidade do «dor»: «Eis o declínio dos anos polvilhando-me de branco os cabelos, eis as rugas da velhice sulcando-me a fronte [...]. A ti, também, que deixei jovem ao partir de Roma, creio que os meus males devem ter-te igualmente envelhecido. Ah! mesmo assim, pudesse eu voltar a ver-te, se os deuses o consentissem, e sobre as tuas faces emurchecidas depor ternos beijos, e apertar nos meus braços o teu corpo emagrecido, dizendo-te: Foram as saudades minhas que te fizeram definhar!» (*P.*, I, 4, 1-2; 47-52). O poeta tem consciência da sua glória vindoura, e sente-se feliz por podê-la partilhar através dos séculos com a companheira da sua vida, que sobreviverá nos seus versos: «Dei-te o gozo de um nome imortal, e tu tens mais do que eu te poderia dar [...]. Enquanto me lerem, hão-de ler também a tua fama». (*Tr.*, V, 14, 13-14; 5; cf. *Tr.*, I, 6, 29-36).

Infelizmente Fábia, embora fazendo parte da corte de Lívia, não consegue obter o perdão para o esposo relegado. Este, com o desenrolar dos anos, adopta em relação a ela um tom cada vez mais moderado, que termina em censura pela inacção dela (*P.* III, 1). As suas cartas são não só cada vez mais frias, mas também mais raras: cinco nos «*Tristia*», três nos «*Pontica*», e culminam por um silêncio pesado de significações. O último livro dos «*Pontica*» não só não contém carta alguma para a esposa, mas a mínima alusão se faz a ela, mesmo de passagem. Provàvelmente mais um drama — para sempre obscuro — da alma atormentada do infeliz poeta.

Outro «dor» do desterrado de Tomos é o «dor» de todos os romenos da diáspora: a língua da Pátria perdida. Pois o desgosto desse antepassado espiritual ao assistir à mestiçagem progressiva da língua pátria entre estrangeiros, é a amargura mais pungente e mais constante dos romenos constrangidos a viverem longe da Pátria ocupada. Não passara senão um ano de exílio, e Ovídio dava já o alarme: «Aqui não há livros que possam tentar-me e alimentar-me; em lugar de livros, ouvem-se apenas armas. Não há neste país ninguém cujos ouvidos me possam compreender, quando declamo versos. Não há lugar algum onde eu possa passear sòzinho; o forte está sempre guardado, a porta está sempre fechada para afastar os getas inimigos. Muitas vezes procuro uma palavra, um nome, uma citação, e não tenho ninguém junto de quem me possa informar. Muitas

vezes, quando me esforço por dizer alguma coisa — esta confissão é uma vergonha! — as palavras faltam-me: esqueci a língua! À minha volta só ressoam vozes trácias ou cíticas; parece-me até que posso escrever poemas géticos! Acredita, meu amigo, receio que se misturem aos latinos e que nos meus escritos tu não leias vocábulos pônticos»! (*Tr.*, III, 14, 37-50). Repitamos: Ovídio tinha apenas um ano de exílio, quando soltava este grito de alarme: «Já esqueci a minha língua!».

Os habitantes de Tomos usavam «um falar bárbaro que ignora o latim, palavras gregas alteradas às quais se misturam sons géticos» (*Tr.*, V, 2, 67-68. E acrescenta Ovídio: «Falam entre si uma língua que lhes é comum: sou obrigado a exprimir-me por gestos. Eu é que aqui sou o bárbaro, a mim que ninguém compreende, e os getas ignaros riem das palavras latinas». (*Tr.*, V, 10, 35-38). «Todos estes sítios estão cheios de barbárie e de vozes selvagens, todos estão cheios do receio que infunde este sotaque gético. Parece-me até que desaprendo o latim: já não sei falar senão o geta e o sármata». (*Tr.*, V, 12, 55-58). E Ovídio volta a lamentar-se: «Nalguns poucos indígenas restam ainda vestígios da língua grega, se bem que tornados bárbaros pelo sotaque gético. Em todo este povo não há ninguém que possa talvez dizer uma palavra em latim, nem sequer para o assunto mais trivial. Eu próprio, poeta romano (perdoai-me, ó Musas!), sou muitas vezes forçado a falar à maneira sármata. E (coro ao confessá-lo), em consequência dum longo afastamento, as palavras latinas não me ocorrem, a mim mesmo, senão com esforço. Não duvido que haja muitos barbarismos neste livro: não é culpa do poeta, mas do lugar que habita. No entanto, para não perder contacto com a língua ausónia, e para que na boca não emudeçam os acentos da língua pátria, falo a mim próprio, repito vocábulos que já são estrangeiros para mim...» (*Tr.* V, 7, 51-63).

A Pátria! É, como se vê, a palavra mais afectiva e talvez a mais constante no cálamo de Ovídio, é o mal supremo do desterrado. Para Ovídio, o exílio é a morte: «Foi quando deixei a minha Pátria, foi então que deve pensar-se que morri; foi para mim a primeira e a mais grave das mortes». (*Tr.* III, 3, 53-54). Que comoventes e eternos estes pensamentos, versificados no fim do seu primeiro ano de exílio!

O «terno amor da pátria» (*blando patriae amore: Tr.*, I, 3, 49) não lhe permitirá um só instante o repouso espiritual, durante os nove anos de exílio. «... Desde que toquei na terra destinada para a minha punição, não tenho outro prazer senão chorar, e a chuva dos meus olhos não é menos densa que a água que escorre da neve da primavera. Ao meu espírito volta Roma e a minha casa, e a saudade (*desiderium*) dos lugares e de tudo o

que resta de mim na cidade que perdi. Ah, desgraçado de mim, que tantas vezes bati à porta da minha sepultura, sem que jamais se me tivesse aberto». (*Tr.*, III, 2, 17-24). «O torrão natal» (*natalem humum*: P., II, 9, 78) atrai constantemente o seu «dor», como um imã obcecante, e o desejo supremo do solitário é que os deuses permitam ao menos que ele seja enterrado «na terra da sua pátria» (*Tr.*, III, 3, 32). Em lugar de continuar «esta espécie de morte» que é a sua vida (*P.* I, 7,10), Ovídio espera «que o deixem morrer na sua pátria» (*Tr.*, I, 1,34), a fim de que as suas cinzas repousem «no túmulo dos seus avós» (*Tr.*, IV, 3,45). Este último voto não se realizaria , e, como receava o pobre poeta, a sua sombra romana vagueará eternamente por entre os sármatas (*Tr.*, III, 3, 63).

Como, mais tarde, Joachim du Bellay e tantos escritores portugueses de inspiração viageira e, por consequência, saudosista, e como mais tarde ainda os românticos, Ovídio sente a nostalgia — tema homérico — dos lares fumegantes da pátria (*P.* I, 3, 34) e, no dia do aniversário da esposa, ele escreve-lhe entre outras coisas: «Vê como o fumo que se desprende do incenso é levado pelo vento para a Itália, lugar propício aos seus votos...» (*Tr.*, V, 5, 29-30). Com o sentimento dum moderno, o poeta romano espera qualquer coisa de indeciso, de vago, no litoral cítico: «... Eis que, privado da minha casa, da minha Pátria, dos olhos dos meus, náufrago arrastado sobre as águas da costa gética, [...] vagueio tristemente sobre a areia ruiva...» (*P.*, IV, 7-8; 11); espera qualquer coisa de indeterminado, talvez um marinheiro romano que possa «trazer-lhe qualquer rumor de uma voz cheia de recordações» (*Tr.*, III, 12, 43). «O meu único desgosto é estar privado da Pátria» (*Tr.*, IV, 9,12); «estou privado da minha Pátria e de tudo o que amo» (*Tr.*, III, 11, 16); «ai de mim, a Pátria está-me interdita»: (*P.*, IV, 8, 15): que obcecantes e actuais estes lamentos que parecem encontrar um crescendo neste perturbante grito de desespero: «Dêem-me filtros que me façam esquecer a Pátria, comprá-los-ei com uma parte da minha vida». (*P.*, IV, 10, 19-20).

Só este «dor» desesperado lhe dá ainda energia para escrever versos: «Porquê enviar-nos esses (maus) versos, perguntareis vós, meus amigos? Quero estar no meio de vós, seja como fôr». (*Tr.*, V, 1, 79-80). Como o poeta popular romeno, Ovídio dá asas à sua saudade: «Gostaria agora de possuir asas ligeiras, [...] de modo que, cedendo o ar leve ao meu voo, eu pudesse ver em breve a doce terra da Pátria...» (*Tr.*, III, 8, 5-8). Às vezes, o «dor» arrebata-o até à Pátria nas asas do sonho: «Outras vezes, no entanto, o sonho enganador oferece-me imagens mais doces, e parece-me voltar a ver o tecto que dexei na minha Pátria. Entrego-me então a longas

conversas, ou convosco, meus amigos venerados, ou a minha cara esposa. Mas este prazer efémero e enganador apenas experimentado, a relembrança do bom tempo (passado) torna pior a minha condição presente». (*P.*, I, 2, 49-54). Só nas asas do pensamento, nas asas do «dor» o exilado pode voltar a ver o seu país e tudo o que ele simboliza para si: «Ah, como está perto de mim, o cabo do mundo! Mas longínqua está a Pátria, longínqua a minha amada esposa, e tudo o que para mim foi doce além destes dois nomes. E no entanto estas coisas estão ausentes de tal modo que, não podendo tocá-las com o meu corpo, tenho de vê-las só em espírito. Diante dos meus olhos perpassam a minha casa, a cidade e a forma dos lugares, e os acontecimentos se juntam um a um àqueles sítios...» (*Tr.*, III, 4, 52-58).

Este sentimento tão ardente do «dor» faz de Ovídio um lídimo rapsodo do amor da Pátria. Ouçamo-lo ainda, para concluirmos esta comovida evocação: «...Quando os teus conselhos fortaleceram a minha alma abatida e quando me armei da coragem do teu coração, então o amor da Pátria (*amor patriae*), mais poderoso que qualquer razão, desfaz a obra que tuas cartas teceram; que tu queiras chamar a este sentimento piedade ou fraqueza feminina, confesso que o meu coração cede fàcilmente à minha desgraça. Não se duvida da sabedoria do rei de Ítaca, e no entanto ele deseja poder avistar o fumo dos lares pátrios. Não sei por que doçura o sol natal nos retém cativos e não deixa perder a sua memória». (*P.*, I, 3, 27-36).

★

Chegado ao fim desta evocação do vate latino radicado e finado na antiga Roménia, não posso deixar de relembrar que, dos três motivos que me levaram a considerar Ovídio o primeiro poeta romeno — isto é: o de ter cantado a Cítia Minor, o de ter versificado no idioma geto-dácio, e o de ter chorado o seu desterro em lancinantes lamentos de *desiderium* que sobrevive no «dor» romeno — o último e principal motivo se reencontra também, e perfeitamente, na «saudade» portuguesa. Este sentimento comum luso-brasileiro, tão pouco conhecido recìprocamente pelos dois povos irmãos dos dois extremos da Romanidade, permite-nos inferir que, sob este aspecto, Ovídio foi, afinal, um poeta luso-romeno: poeta ao mesmo tempo do «dor» e da «saudade». Como romeno radicado em Portugal, que há um quarto de século sabe o que é o *desiderium* pela Pátria interdita, sinto-me comovido ao afirmar, como conclusão desta conferência, que os nossos dois povos são não só irmanados em latinidade, mas também comungam em saudade. E nisto reside, a meu ver, a suprema mensagem que acaba de nos trazer a evocação do nosso antepassado comum, Ovídio.

As Muralhas de Faro e o significado da entrada de D. Afonso III na «Vila-Adentro» [1]

Por Mariana A. Machado SANTOS

Quando se realizou em Braga o Congresso Histórico de Portugal Medievo (em Novembro de 1959) lembrei-me de enviar-lhe uma pequena nota sobre a «*A Praça-forte de Faro na Idade Média*» baseada apenas na planta topográfica, que encontrara casualmente na Biblioteca Nacional de Lisboa [2].

V. Ex.as têem-na aqui reproduzida em desenho decalcado por mim, porque a fotografia, ao tempo fornecida pela Biblioteca Nacional, ficou muito imperfeita e reduzida não deixando apreciar bem a topografia local.

Como a tal *pequena nota* despertou vivo interesse não só a portugueses como a estrangeiros do referido Congresso, pensei em ampliar o assunto, e, logo que tive oportunidade, apresentei-o na Sociedade de Geografia, numa sessão de trabalho da Comissão de Estudos Luso-Árabes para que fora convidada [3].

É este mesmo assunto que me trás agora perante V. Ex.as um pouco modificado aqui e ali o texto, um pouco aperfeiçoado em certos lugares, mas no mesmo propósito de recordar, de *reavivar* aqueles factos que constituem o orgulho e os pergaminhos de uma terra, ou região, de certos acontecimentos que ajudaram a firmar a Nacionalidade Portuguesa — múltipla nos seus aspectos e feição mas sempre una e indivisível, personalizada

---

(1) Conferência pronunciada na «Casa do Algarve» em Lisboa, no dia 15-IV-1966.

(2) «*Planta da parte fortificada à antiga da Praça de Faro, chamada da Vila dentro, com os edifícios compreendidos no seu interior e com o novo projecto delineado e mandado fazer pelo Conde de Val de Reis, Governador e Capitam General do Reino do Algarve, para apresentar a Sua Alteza Real, o Pricipe Nosso Senhor (...) Executada pelo Coronel José de Sande Vasconcelos.*» *in* B. N. L. Pasta M, n.º 65, de 850 × 965 mm.

(3) Em 1960.

e inconfundível, através das vicissitudes do tempo e do acontecer histórico de oito séculos em comum.

Peço pois a benevolência de V. Ex.as para a leitura desta narrativa um pouco longa que não considero irrepreensível.

★

— Decorria o século da nossa Era.

A Península Ibérica sofria as invasões muçulmanas pelo Sul. A primeira em 710, saqueava a costa andaluza sob o comando de Tarif Abū Zur'a. Os quinhentos homens de que se compunha, sendo cem a cavalo, tinham vindo no intuito de mero reconhecimento. Tornariam depois, cada vez mais numerosos, a avançar pela Ibéria.

No ano seguinte (711), Tārik b. Ziyād, com um séquito de sete mil berberes, encaminhava-se para Toledo.

No verão de 712 (Julho ou Agosto) a 3.ª invasão de dezoito mil Árabes, dirigidos por Musa b. Nusair, atravessava o estreito de Geb al-Tārik e, por alturas de Sevilha, para melhor poder dominar a Península, Musa dividia as forças militares em três facções enviando-as para rumos diferentes: para o Norte, na direcção de Mérida, ia ele: Musa b. Nusair; para Málaga e Granada, o filho de Musa: Abd Allah; e, descrevendo um triângulo que tocava em Orihuela, seguia outro filho de Musa: 'Abd al- 'Aziz que, mais tarde, submeteria também: Niebla, Beja e Ossónoba, — isto é: 'Abd al-'Aziz chegou à actual província do Algarve.

¿ ¡A tomada de Ossónoba teria sido perto do final de Julho de 713?!...

— A propósito farei aqui um parêntesis, dizendo que há divergências quanto à localização de Ossónoba. Para mim — e enquanto não conhecer argumento que me faça mudar de opinião —, Ossónoba era uma espécie de distrito ou província, tendo por capital uma cidade florescente, a principal, a maior da região, a que os cronistas chamaram por antonomásia — a cidade de Ossónoba; mas o nome desta cidade teria sido Santa Maria do Ocidente, («Shantamariyat al-gharbî») e corresponderia à actual Faro. Esta interpretação acaba com o interminável mistério da localização de Ossónoba: em Faro, Silves, Estoi, Estómbar, etc., etc. — em que ninguém ainda conseguiu concordar.

Mas, continuemos: Em 741, Balğ b. Bisr da dinastia Omíada, com sete mil Sírios de várias tribus, invade a Península, e, a divisão do Egipto — a mais irrequieta —, fixa-se no distrito de Ossónoba. Foi sob esta

dinastia Omíada, que o Império Árabe dominou na sua maior extensão. O Islam ia nessa altura da Pérsia e da China ao Oceano Atlântico, da França (detidos em 732 , em Poitiers por Carlos Martel) à África, inclusive.

Ossónoba, neste primeiro período, fazendo parte do Mogreb (Algarve de Aquém e de Além-Mar em África e do Império Omíada), dependia também de Damasco.

A dinastia Omíada, porém, deixa-se enfraquecer por rivalidade de tribus; os Abbássidas sucedem-se aos Omíadas e mudam a capital para *Bagdad*. Há, no entanto, um omíada: 'Abd ar-Rahmān, neto do califa Hixam, que é o primeiro a tornar-se independente fugindo à submissão aos abássidas. Passa de Marrocos para a Península Ibérica e instala-se com a capital em Córdova. O desembarque de 'Abd ar-Rahmān foi em Almuñecar, em Setembro-Outubro de 755. Em Maio de 756, este 'Abd ar-Rahmān 1.º, onde antes houvera um simples emirato muçulmano, dependente do Oriente islâmico, tinha fundado o *1.º califado autónomo:* o Califado Omíada de Córdova, que abrangia todo o Gharb.

Fixemos, pois, que Santa Maria do Ocidente, passou a depender de Córdova. E isto aconteceu enquanto os Abássidas, no Oriente, se sucediam aos Omíadas e outros reinos autónomos se formavam na África.

Começa então, para o Al-Andalus, — para o Islão ibérico —, um período de prosperidade intelectual, que não teve equivalente nos tempos do domínio peninsular.

Século e meio depois — no século X —, Córdova passou a ser a maior cidade do Ocidente, ultrapassando Sevilha, que até aí lhe levara a palma. Córdova tornou-se o centro cultural do Islão hispânico.

No seu palácio califal de Medina az-Zahra, (construído pelo terceiro 'Abd ar-Rahmān, com sumptuosidade oriental), concentrava-se, no dizer de Sanchez-Albornoz (1) a explêndida civilização hispano-árabe, que iria influenciar a Europa e provocaria mais tarde o primeiro renascimento europeu do século XIII.

Detenhamo-nos um pouco sobre este período de prosperidade.

Foram dois califas omíadas: o citado Abd ar-Rahmān III e seu filho al-Hakam II, que ordenaram, no século décimo, a cópia das melhores obras da cultura arábica; foram eles que adquiriram e encomendaram os melhores livros que havia no Cairo, em Bagdad, Damasco e Alexandria, por intermédio de encarregados, espalhados pelos quatro ventos do mundo;

(1) *Veja:* Españoles ante la História. 1958, Buenos Aires.

foram eles que enriqueceram a tal ponto a biblioteca do palácio califal, que os seus milhares de volumes eram o assombro do mundo culto.

Assim fizeram de Córdova e do palácio de Medina az-Zahra o maior repositório intelectual e o maior centro-cultural do século décimo. 'Abd ar-Rahman III conseguiu até a vassalagem de Marrocos.

E —, deste incitamento ao estudo, desta valiosa protecção à cultura que criou a 'Abd ar-Rahmān III (também senhor de notável armada) admiração crescente, — resultou que certas cidades menores, que até então pouco tinham brilhado pela cultura e não passavam de simples capitais de província, modestas e apagadas, ignoradas e mudas servas de Córdova, despertaram, entusiasmadas, para as actividades culturais: literárias primeiro, artísticas e político-filosóficas depois.

Começava nelas o desejo de brilhar: a aspiração do saber.

Os mais cultos dos habitantes destas cidadezinhas orgulhavam-se de possuir bibliotecas-particulares. Nalguns palácios, em mesquitas e jardins, reuniam-se em tertúlias eruditas: poetas, músicos, filósofos, astrónomos e literatos. Toledo, Granada, Sevilha, Santa Maria do Ocidente, Silves, etc., principiaram a ser consideradas, em atenção aos seus valores intelectuais e à actividade criadora que revelavam.

'Abd ar-Rahmān III não previu, porém, que seria este mesmo despertar de consciência, este afirmar-se no tempo e no espaço, que acordaria a ambição da preponderância e do mando, e que levaria a ruína e a queda ao brilhante Califado que criara.

Sem escolas oficiais, antes pelo ensino particular, o Árabe da Península, ao reunir-se nas Mesquitas — pois era aí o seu principal centro de estudo —, falava o árabe clássico (5): diz-se mesmo que quase não havia iletrados no Sul peninsular.

O filho de 'Abd ar-Rahmān III, (o já citado califa, al-Hakam II: 961-976), — que lhe sucedeu com o mesmo espírito de tolerância —, continuou a proteger as artes, as ciências e as letras.

A Astronomia, as Ciências-Matemáticas e o Direito, a Poesia, a Filosofia, a Medicina e a Teologia, atingem neste período o maior esplendor.

Todavia, protegidos pelos muros das *rápitas* (espécie de conventos militares que em tempo de guerra defendiam o território, e, na paz, serviam a exercitações filosóficas de mistura com manifestações devotas), os *sufís* do Gharb al-Andalus, sempre que o sossego lhes permitia reunir-se,

---

(5) *Veja:* Gonzalez Palência: «El Califato Occidental» *in* «Rev. de Arch. Bibl. e Museus», 1922

iam divagando sobre o livre-arbítrio, a liberdade de pensar e de agir, e incutiam no ânimo dos peregrinos que chegavam, aquele desejo de independência, de insatisfação perante o domínio central, que muitas vezes lhes castigava as irreverências à lei, e a heterodoxia do seu discretear à margem da Teologia islâmica.

Havia várias *rápitas*, no al-Andalus. Algumas tornaram-se famosas e foram centros de peregrinação e de elaboração filosófico-política, como por exemplo a de *Ruta*, que Ibn Arabi diz ter sido junto ao mar, no distrito de Ossónoba (6) e a de *Arrifana* — fundada, por Ibn-Kasi, perto de Aljezur (7).

O *sufismo* — seita mística, que tirou o título do alvo hábito de lã («shuf»), que usava, e que se afirmou quer pela oração, quer pelo incitamento à guerra-santa — era um movimento filosófico-místico, que aspirava à perfeição espiritual.

Houve variadas seitas sufís, mas, a quem considerar em especial o território do actual Algarve (que é o nosso caso) interessar-lhe-á principalmente o massarrismo (no séc. X) e a teoria de Ibn Kasi (no séc. XII).

Tendo por base a fé em Allah, o sufí desenvolvia a sua *falsafa* (filosofia) crente na vinda do *Mahdi* — o que viria libertar os oprimidos e faria triunfar a paz e a justiça. Esta confiança na vinda do Mahdi, que, séculos mais tarde, revivesceria em Portugal na *Lenda do Encoberto*, traduzia a ansiedade que as contínuas incursões, a instabilidade dos governos sucessivos em constante oposição, a falta de apoio firme e estável nas crenças (ora cristãs, ora muçulmanas) e as políticas divergentes, que a dinastia reinante opunha sempre à anterior, faziam sentir no espírito do povo avassalado.

Já fôra cristão, antes de ser muçulmano, o território do Gharb, e a coexistência de cristãos e mouros, a união de indivíduos dos dois credos pelo casamento, consentida pela lei islâmica, ainda mais vinha favorecer esta indecisão: digamos que vinha ajudar a alastrar esta confiança num Mahdi salvador, que pudesse resolver, adentro da religião, os confusos problemas que o sufí, no desejo de se sublimar, punha ante o espírito perplexo.

Por isto, por este filosofar não-ortodoxo, o sufí professava uma teoria esotérica, a ocultas, e agrupava-se em cenóbios (*rápitas*) sob o aspecto da mais pura e inocente aspiração de perfeição religiosa.

---

(6) *Veja-se:* Asin Palácios: «El Islam cristianizado», 1931, Madrid, p. 73.

(7) *Veja*: David Lopes: «Onomatologia arábico portuguesa.

Fôra do Oriente, da Ásia Menor, de Alexandria, — donde tinham provindo aqueles elementos arabisados que se fixaram no Algarve —, que lhes viera a filosofia mísitco-plotiniana que professavam. Foram eles, os habitantes do Gharb al-Andalus (que ia de Sagres à Andaluzia, inclusive) — os transmissores inconscientes do glorioso e brilhante pensamento greco-alexandrino ao Ocidente; e ainda eles, quem, mais tarde, devolveriam à Europa medieval, a cultura que esta tinha esquecido e quase perdido, pelo abandono das vias reflexivas e filosóficas da Antiguidade Clássica.

Não é de desprezar o papel do misticismo local do al-Andalus, no acontecer histórico da região; antes, pelo contrário, no meu entender, foi a enigmática *falsafa* — mixto de filosofia muçulmana e religiosismo ascético-místico, — que avivou na aspiração latente do muladi, ou do moçárabe ibérico, o desejo imperialista de reinar, inadaptando-o permanentemente contra a assimilação total duma civilização diversa da anterior.

Os invasores Árabes nem sempre foram intransigentes. Se um Almançor e um Yusuf dominaram pela espada e pelo rigor, príncipes houve — como 'Abd-ar-Rahmãn III, e Almotamid, que suavemente governaram e obtiveram esplendor cultural difícilmente ultrapassável. Mas esta tolerância, — religiosa e política —, feriu-os, como arma traidora , e não levou nem a *muladīs* — cristãos convertidos à religião maometana, que já não podiam voltar ao cristianismo —, nem a *moçárabes* — cristãos submetidos que conservaram o culto —,aquela satisfação e paz de espírito, necessárias ao bom entendimento dos povos. Os primeiros — os muladis —, foram sempre motivo de desconfiança para árabes e cristãos, os segundos — os moçárabes —, embora lhes tivessem consentido continuar cristãos, não esqueciam o desejo de vir a ser novamente livres. E a liberdade não pode identificar-se nunca com a tolerância — coisa que eles nunca o esqueceram. Por isto, a assimilação da cultura trazida pelo árabe islamizado, quer da Ásia quer de Alexandria, frutificou no Gharb, mas tomou faceta característica e inconfundível.

O arabismo da Península Ibérica é uma feição e um momento histórico-cultural que não se deve nem pode ignorar.

★

— Mas, retomemos o curso da História.

No tempo do amir Abd Allah, de Córdova (final do séc. IX), um caudilho muladī: Yahya (que era, portanto, um mestiço, adoptado, maome-

tano) «*de linhagem goda*», diz SIMONET (8), aproveitando-se da guerra civil entre nacionais ou indígenas, africanos e eslavos, que por toda a Península se desencadeava, dividindo o antigo Império Omíada em vários reinos independentes e rivais entre si, fundou, no actual Algarve português, «*na* còra ou *província de Ossónoba*», diz o mesmo Autor, um Principiado independente.

Neste Principado de Ossónoba, sucedeu-lhe seu filho Bacr. b. Yāhya, que tomou residência em Silves mas mantinha a corte em Santa Maria do Ocidente (Faro).

Era portanto este Bacr. b. Yāhya, também, um maometano de origem indígena — um muladí —, que ostensivamente apresentou luxo pomposo o adoptou, como os grandes monarcas, chancelaria, conselheiros e exército bem organizado. Favoreceu o desenvolvimento cultural: das letras e das artes e, diz Ibn Hayan, causou admiração pelas magníficas fortificações com que dotou a cidade, que abria para o exterior, por óptimas portas de ferro.

Presume Simonet que esta cidade, que também tinha igreja famosa, era Santa Maria e não Silves.

Bacr. b. Yāhya foi também (além de protector da cultura) hábil político, pelas alianças que contraiu com os seus vizinhos de Badajoz, Sevilha, Beja, Mértola e especialmente com Ibn Hafsūn — o mais poderoso.

A Bacr. b. Yāhya sucedeu-lhe Halaf b. Bacr. Foi então que 'Abd ar Rahmān III (o califa, que reinou de 929 a 969), ao tentar unificar a variedade de Estados independentes que a Ibéria oferecida nesta época, reconheceu a preponderância política de Halaf, em Santa Maria de Ocidente, a boa administração que ali se disfrutava, o bom conceito em que o povo o tinha, — diz a Crónica —, e desistiu de extinguir o Reino de Ossónoba deixando Halaf b. Bacr em paz, independente, e apenas com o compromisso de lhe pagar um tributo anual e de não dar asilo aos insurrectos que lho pedissem.

Quer dizer que, aproximadamente dois séculos depois da ocupação de Ossónoba pelos árabes, Santa Maria do Ocidente encontrava-se numa situação de privilégio: administrava-se a si mesma, defendia-se sòzinha protegida por sólidas muralhas, e causava admiração e respeito ao próprio califa do Andaluz.

---

(8) *Veja*: «Hist.ª de los Mozárabes de España», 1897-1903, Madrid, p. 523.

★

A seguir ao domínio de Halaf em Santa Maria, as Crónicas conhecidas são muito incompletas e confusas, quanto à parte portuguesa do Gharb.

¿¡Teria Almansor, *hājib* de Hixam II o de *Córdova*, — que aterrorizou de norte a sul todo o território cristão peninsular, com as cinquenta incursões que fez, de 987 a 1002, — poupado o pequeno Principado de Ossónoba, e mantido a palavra de 'Abd ar-Rahmān III, de lhe reconhecer independência — ainda que tributária de Córdova?!... — Não o sabemos.

O certo é que, no princípio do séc. XI, no tempo em que o omíada Hixam III, califa de Córdova, se via embaraçado pelas dissidências e insurreições, que nos seus domínios se levantavam, e o ameaçavam com a guerra civil, há no actual Algarve dois reinos de *Taifas* independentes, («*mulūk at tawa'if*», dizia-se em árabe dos pequenos reis que se separaram do califado): o 1.º com sède em Santa Maria de Ocidente e o 2.º em Silves («Shilb»), este governado pelos Banū Muzain (1028-1051).

O de Santa Maria proclamara em 1016, como chefe, a Abū Othman Said b. Harūn, que tinha conseguido subtrair-se ao feudo de Mérida, a que estivera sujeito (*).

Este chefe ossonobense teve como sucessor seu filho Mohamed em 1043, que reinou até 1052.

— Entretanto, era agora Almotādid (1042-1069), *hājib* do falso Hixem II, quem dominava em Sevilha e foi ele quem pôs termo aos dois Reinos de Taifas do Algarve. E Silves e Santa Maria, passaram a fazer parte do Reino de Sevilha, que, em poderio, suplantava na altura o Reino de Córdova.

Após a morte do Almotādid, em 28 de Fevereiro de 1069, o Algarve, unido a Sevilha, foi governado pelo notabilíssimo rei-poeta: o célebre al-Mu'tamid b. Abad, magnânimo e erudito, que, como se sabe, cantou em verso a cidade de Silves.

Almotamid, pouco depois, reinava também em Córdova (1070): isto é, Almotamid dominou em Sevilha e em Córdova simultâneamente. E como era grande amigo de outro poeta: Ibn Ammār, criou para este o vizirato de Silves (meados do séc. XI).

(*) Segundo David Lopes, na «*Toponymia árabe de Portugal*», foi deste b. Harun que proveio o nome de Faro, dado a Santa Maria do Ocidente.

Ibn Amar, porém, ambicioso, no desejo de ampliar o vizirato silvense e de tornar-se igualmente independente, traiu a amizade de Almotamid que, exasperado, o assassinou.

— Almotamid tinha temperamento confiante, apesar de viver no meio de constantes ameaças dos partidos opostos que se guerreavam e aliavam, ora com uns ora com outros, na ânsia incontida de vencer sempre e mais.

A ameaça dos Castelhanos e o espírito de revolta constituíam uma obcessão na Península, e, a explosão das resistências locais coincidia sempre com a maior liberdade e consequente desenvolvimento das seitas sufís. Quando porém se viu sèriamente ameaçado, Almotamid recorreu aos Almorávidas — berberes do Sáhara —, que começavam a fazer-se notar na História. Chamou-os mesmo, e foi Yusūf b. Taxufin — quase um bárbaro, um analfabeto, que contrastava flagrantemente com os cultíssimos habitantes do Gharb Peninsular — quem veio por Ceuta e Algeciras.

Yusūf, para poder concentrar todas as tribus nómadas, consolidou no Norte de África a fundação da cidade de Marraquexe e veio à Península, tendo ganho a batalha de Zalaca, em 1086, a Afonso VI de Leão e Castela.

Em breve Almotamid compreendeu que tinha chamado, não um aliado mas um rival terrível.

Almotamid veio a morrer no exílio, em Agmat (1095), perto de Marraquexe.

E, em 1110, todo o al-Andalus estava nas mãos de amir almorávida de Marrocos: Yusūf b. Tuxufin. O Gharb Peninsular passava a ter novo orientador e retrocedia no campo cultural.

Com este novo predomínio, a liberdade de filosofar, a cultura, a arte, e a ciência, tudo decaiu e se ressentiu enormemente.

★

Entretanto o sufismo alastrava e alastrava também o domínio cristão na Península.

O rei de Castela corria a um e outro lado, atacando os Muçulmanos.

No Norte, partindo das Astúrias, o núcleo de refugiados visigodos, que tivera no séc. IX por caudilho a Pelágio, aumentara , e, agora, já se falava em Afonso Henriques — rei temível de um novo Estado que surgia e ia de conquista em conquista, aumentando o território.

É então que Ibn Kasi, de Silves, sufí de credo *moridin*, toma em 1114

a cabeça da rebelião do actual Algarve, contra os Almorávidas, e pede aliança a D. Afonso Henriques para os derrotar.

... ¿ Quem era porém Ibn Kasi, que se aliou a Afonso Henriques?...

★

À volta de Almeria, centro do misticismo heterodoxo e panteista do Sul Peninsular, agrupavam-se, no começo do séc. XII, os adeptos sufís da região do actual Algarve, assim como os de Sevilha e Granada. Abul-Abās b. Alarif era o seu chefe; mas Ibn Kasi de Silves, que partilhava, as mesmas ideias de oposição política e era ambicioso, depois de se ver livre e desembaraçado de b. Alarif, que foi perseguido e deportado em 1141 para Marrocos, Ibn Kasi, dizíamos, que conseguira escapar à morte a que o amir almorávida condenara a todos os que ostentavam ideias perigosas para a sua segurança, fundou na Arrifana, junto a Aljezur, uma *rápita* e dali espalhou por todo o Al-Andalus a sua pseudo-teoria religiosa sufí, aliciando partidários, que denominou *moridin*, e manteve-se durante dez anos como autêntico soberano e senhor do Algarve.

Até 1151 em que morreu, selou alianças com cristãos, almorávidas e almóadas, dizendo-se de acordo ora com uns, ora com outros, num único propósito: o de aumentar o poderio de chefe absoluto do Gharb.

Sabe-se que escreveu várias obras. A que se intitulou *Khal'al-Na'lain*, e que certamente serviria para o estudo da ideologia deste movimento político-filosófico, encontra-se inédita na Biblioteca de Constantinopla. Tudo o que sabemos dele, infelizmente, é através do seu comentador Abenarabi, que o leu em Tunes em 1193, e que foi em peregrinação devota à rápita de Arrifana — venerando assim a memória do mestre.

★

Ora, voltando novamente à História do domínio árabe na Península —, tendo sempre em atenção especial o território do actual Algarve, e, nesta província o papel de Faro, nós vemos surgir, no começo do séc. XII, um berbere africano, que foi estudar a Córdova, de nome Ibn Tumart, que, como ortodoxo sufí, fundou a seita «*al Muhiddin*».

Seria mais uma vez o sufismo e a crença no Mâhdi — no «Enviado de Deus» —, que dariam a Ibn Tumart a força do movimento Almóada ([10]).

([10]) Palavra derivada do próprio nome «al-Muhiddin».

Quando Ibn Tumart morreu, o chefe foi Abd al-Mumin. As forças deste apoderam-se de Fez.

Os Almorávidas extinguiam-se, e Abd al-Mumin assenhoreou-se, a seguir, de Marraquexe, que, como sabemos, era dos Almorávidas.

Porém, não ficou por aqui. Tal como os anteriores chefes árabes, resolveu em 1147 passar para o Al-Andalus peninsular e conseguiu submeter Sevilha — a cidade que, na altura, detinha o domínio do actual Algarve.

Diz a História que, em 1157, ele tinha destronado todos os chefes almorávidas da Ibéria e estava senhor da África.

Morreu em 1163 este Abd al-Mumin. Outros chefes almóadas se lhe sucederam e permitiram — ao contrário dos Almorávidas — que o Reino de Sevilha voltasse a prosperar de novo. E de novo voltaram a construir-se monumentos sumptuosos na Península

Já não seria todavia senão por pouco mais de meio século que os muçulmanos ficariam senhores da nossa província do Algarve, embora os Almóadas, tivessem reinado cerca de cento e cinquenta anos com quatorze soberanos no Al-Andalus.

★

O impulso da conquista cristã alastrava, e cada vez mais se acercava de Santa Maria do Ocidente, ou seja de Faro.

Lemos nas crónicas que D. Sancho I, em 1189, auxiliado pelos Cruzados ,tomou Silves, perdida em 1191.

A batalha das Navas de Tolosa, em que entrou D. Sancho II de Portugal e o rei de Castela, foi o maior golpe contra os Almóadas, em 1212. Daqui em diante é que o Alentejo e o Algarve começaram a ser conquistados.

D. Sancho II apoderou-se definitivamente de Cacela, Tavira, Ayamonte, etc., em datas mal determinadas.

Ficaria apenas Santa Maria de Faro, dependente do amir e Senhor de Niebla, Mohammed b. Nacer b. Afot, até que D. Afonso III, em 1249, se dirigiu a Faro, entrou na castelo da cidade e tomou posse dela?!

★

Santa Maria de Faro, foi certamente o ponto de mais longa resistência do domínio muçulmano em território português, visto que ficava mais ao Sul e tinha muralhas fortes junto ao mar.

A independência de que disfrutou por várias vezes, algum significado deve ter na história do território que senhoreou.

— Detenhamo-nos porém, um pouco, na entrada do rei de Portugal em Faro.

Das crónicas principais e mais antigas, que descrevem, com simples variantes, a ida de D. Afonso III à actual capital do Algarve — são: a *Crónica del-Rei Dom Afonso III*, de Rui Pina — de que a Biblioteca da Ajuda tem uma cópia manuscrita do começo do séc. XVI, por Álvaro do Couto de Vasconcelos; a mesma *Crónica impressa* (*Cap. XI*); a «*Crónica dos 7 primeiros Reis de Portugal*», pertencente à Casa Cadaval e publicada por Silva Tarouca; a «*Crónica dos 5 Reis de Portugal*» propriedade da Câmara Municipal do Porto, e a «*Crónica de como Dom Payo Correia, Mestre de Santiago de Castella tomou este reino do algarve aos mouros*», encontrada em 1788 na Câmara Municipal de Tavira por Fr. Joaquim de Santo Agostinho, que ficou conhecida pelo título de «*Crónica da Conquista do Algarve*».

Nestas crónicas, dizíamos , há apenas pequenas variantes na grafia dos nomes.

Assim, diz-se que D. Afonso III se dirigiu pessoalmente ao Algarve, e a ele se juntou o Mestre de Santiago D. Paio Peres Correia, que já tinha conquistado várias terras aos Mouros; e que o rei pôs cerco à cidade, tendo esta, intra-muros um alcaide mouro do Miramolim de Marrocos e um almoxarife, mouro principal.

Nas crónicas que citei, o nome destes dois personagens apresenta-se de forma variada. Enquanto na Crónica Manuscrita de Rui de Pina se chama ao alcaide *Alloandro*, na crónica de Cadaval é *Alboambre*, na do Porto é *Aloandre* e na de Tavira *Aloendre*. E o almoxarife citado, vem como *Abonbarão*, na crónica manuscrita, e, nas outras, tomando a mesma ordem: *Abõbarram*, *Aboombarão*, *Aluabarẽ* e *Alcabrarão*. O mesmo acontece a outros nomes, como por exemplo a *Pero Estacho* ou *Estaco*, que também vem designado por *Pedro Estaco*, *Pero Estanho*, *Estaifo* e *Pero Esqrenho*. Note-se que os nomes mais deturpados parecem estar na crónica de Tavira, o que talvez signifique ter sido esta a última a ser transcrita, da tradição.

Sem nos querermos deter na tese de LUíS GONZAGA DE AZEVEDO — (que vem na «Brotéria» de 1932-33, em continuação da sua «*História de Portugal*») — de que a ida e entrada de D. Afonso III em Faro se realizou sem combate, visto saber-se por documentos coetâneos: «*Livro dos Bens de João de Portel*» e «*Doações de D. Afonso III*», que o rei de Portugal foi

a Faro acompanhado de conselheiros, juízes e capelães — isto é, de *homens não-guerreiros* —, e não levou consigo nem o alferes nem os ricos-homens, que faziam parte das forças militares; sem mesmo pertendermos demorar-nos nas outras razões aduzidas por Gonzaga de Azevedo em defesa da mesma tese, de que Dom Afonso III não podia ter tido tempo para conquistar uma praça forte da envergadura da de Faro, no curto período que mediou entre a sua estadia em Ourém (Fevereiro de 1249) e no Crato (a 31 de Maio do mesmo ano) já de regresso de Faro onde tinha estado em Março; sem ainda podermos discutir aqui, se de facto Faro teria pertencido a Portugal desde D. Sancho II, e se, portanto, D. Afonso III, simplesmente teve o propósito de entrar «*no gozo pacífico e incontestado dessa província que Afonso X depois lhe disputou*» (são palavras de Gonzaga de Azevedo), eu apenas desejo reflectir convosco nas duas expedições de D. Afonso III ao Algarve — a de 1249 e a de 1250 —, concordando de antemão plenamente com Luís Gonzaga de Azevedo de que não foi com intuito guerreiro que o rei de Portugal ali foi, e digo que D. Afonso III foi ali, para confirmar *in loco* o seu senhorio. *Foi aos locais onde perduravam ainda os mais recentes focos das teorias sufís e onde havia uma praça-forte que poderia animar ambições separatistas, para mostrar-se como Senhor.*

O rei de Portugal dirigiu-se de Faro, seguidamente para Loulé e Aljezur e, lembremo-nos, que perto de Aljezur ficava a Arrifana — centro do muridinismo de Ibn Kasí, e de Loulé fora natural o famoso discípulo de Ibn Kasi: Abu'l-*J'far* o Oryani, que ensinou em Sevilha, e teve numerosíssimos adeptos em toda a região algarvia.

— Partindo agora da Crónica, que toscamente descreve a entrada em Faro de D. Afonso III, e da planta topográfica das suas velhas muralhas — a planta topográfica de que lhes falei ao princípio e que existe na Biblioteca Nacional de Lisboa, (levantada pelo coronel José Sande de Vasconcelos, professor do Regimento de Infantaria de Faro em 1795), reflectirei um pouco sobre a cidade medieval de Faro e o valor histórico de uma das portas que ainda possue.

Foi o 6.º Conde de Val de Reis: Nuno José Fulgêncio Agostinho João Nepomuceno de Mendonça e Moura, Governador e Capitão General do Algarve desde 9 de Agosto de 1786, quem deu ordem para o levantamento desta planta topográfica que é portanto, da segunda metade do séc. XVIII.

Ela tem o mérito de nos mostrar não só o traçado da cidade murada, anterior à data do desenho, como também a distribuição do casario da chamada «Vila-dentro», a cidadela, a vila-intra-muros, — o que é de sumo interesse.

Há uma outra planta topográfica, um século mais antiga, arrecadada nos arquivos da Casa Cadaval, que o general João de Almeida reproduziu em formato reduzíssimo no «*Roteiro dos Monumentos Militares portugueses*». (1945-48. Vol. III, pág. 393), e que apenas esboça os contornos da parte fortificada da cidade.

Na impossibilidade de ver directamente este segundo desenho seiscentista a que me refiro, ampliei mal-que-bem a minúscula reprodução do livro do General João de Almeida e peço desculpa a Vossas Ex.as de o ter trazido — tão tosco e certamente imperfeitíssimo devido às circunstâncias em que foi executado —, para cotejo com o outro do séc. XVIII.

A comparação dos dois desenhos, cujo contorno é bastante semelhante, e a explicação que os acompanha, prometem esclarecer alguns pontos.

Na narrativa que vimos desenrolando já ouvimos falar num tal Bacr b. Yahya, ou Abu Bacr, *muladi*, isto é, cristão convertido ao maometismo, que, no princípio do séc. X, dotou a cidade de Santa Maria do Ocidente com fortificação e portas de ferro, quando era Senhor do Principado de Ossónoba. Foi esta a mais antiga referência que encontrámos sobre as muralhas de Faro e única da época do domínio muçulmano. A cidade confinava-se numa «*cerca amuralhada*» com quatro portas, como iremos ver.

Diz-nos o Padre Luís Cardoso (11) que «*O material das suas muralhas he taipa tão forte, e tão ligada, que excede à dureza das mesmas pedras; com esta fortificação ou cidadela, a que chamaõ Vila adentro, prende o Castelo*», e o Prior da freguesia de S. Pedro de Faro: Bartolomeu Rodrigues Vasques, dizia: «*Tem su Castello serrado com muralha antiga*».

Nova referência fomos encontrar respeitante a meados do século XIII. Desta vez é D. Afonso III, quem aparece a mandar reedificar as muralhas para que fiquem mais fortes e apoiadas em torres dos lados da terra e do mar. D. Afonso III desejava consolidar a posição do senhorio do Algarve de Aquém.

Mais tarde, no século dezasseis, D. João III ordenou também que se restaurasse toda a fortaleza medieval e, em 1640, de novo se reforçaram as cortinas da muralha com novos baluartes no lado do mar, como os maiores que se chamaram de S. Sebastião e de S. Tiago ou S. Jorge. Estes baluartes eram já de pedra e cal.

O terremoto de 1755, que abalou bastante a cidade, teve efeitos demo-

(11) *Vidè*. Faro, in «*Dicionário Geográfico*. 1758. Vol. XV, na Torre do Tombo.

lidores também nas torres da fortificação e, no reinado de D. José, novamente elas foram consertadas aplicando-se-lhes técnicas mais recentes de construção.

É muito curiosa a infelizmente pequena descrição que o prior de S. Pedro, já referido, faz da cidadela, três anos depois do terremoto. Diz ele: «*Tem todos os seos moradores, e de todo o Algarve o privilégio de Homenagẽ por cavaleiros Africanos*». «*He murada ou circumvalada pella parte da terra, m.to ao moderno com seu muro feito à escárpia, mas com muitas rasgaduras, e na sua mayor parte destruido.*» e pelo «Dicionário de Luís Cardoso» atrás citado ficamos a saber que «*por se haver entupido já de muitos anos pela parte da terra o foço, que nas marés cheas se enchia de agoa*» toda a vila intra-muros esteve rodeada de água, verdadeira alcáçova medieval que era, até ao século dezoito.

Faro, como praça de armas, deteve sob a sua dependência várias outras fortalezas menores como o forte de S. Lourenço da Barra, que o terremoto de 1755 arruinou, o forte da ilha da Armona, destruído pelas investidas dos temporais, além de outros posteriores como o Forte Novo, etc.

O que vemos nos dois desenhos que trouxemos, ajuda-nos a fazer certa ideia do que teria sido a chamada Vila-adentro: a cidadela de Santa Maria do Ocidente.

Assim, pelo esboço (não-rigoroso, como disse) da planta topográfica da Casa Cadaval, é possível reconhecermos imediatamente a localização do Castelo, e das quatro portas da fortaleza: a *Porta do Mar*, que no outro mapa está designada por «Porta-falsa» adentro do recinto do Castelo; em oposição à *Porta de Nossa Senhora de Entre-Águas*, equivalendo ao actual Arco de Vila que no outro desenho se chama «Porta da Vila». (E aqui desejo abrir um parêntesis para lembrar que a célebre cantiga em que Afonso X exalta Santa Maria de Faro deve referir-se a esta porta, pois o nome de Nossa Senhora de Entre-Águas o explica ([12]).

Para o lado do Sul, nota-se a *Porta Nova* que conserva ainda a mesma designação e oposta a esta a *Porta dos Freires*, depois denominada «Porta do Repouso». Como estão a ver, estas quatro portas cortavam a cidadela em quatro pontos quase equidistantes.

Ainda no desenho de que vimos falando se destacam perfeitamente os dois baluartes seiscentistas de S. Tiago e de S. Sebastião, baluartes que

([12]) Ainda ha poucos anos havia ali a Capela de Nossa Senhora do Ó, vandalicamente transformada em casa de jantar por um antigo governador civil de Faro.

já não figuram na planta topográfica da Biblioteca Nacional de Lisboa: melhor dizendo, já não existiam no final do século XVIII.

— Quanto à planta topográfica que levámos ao Congresso Histórico de Portugal Medievo — (aquela que se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa) — é para nós de sumo interesse porque detalha ruas, casas, fortins, água, etc., permitindo-nos maior certeza nas localizações. E, porque a trazemos em tamanho natural, deixa-nos ver melhor o traçado do plano primitivo da povoação

Devo dizer a V. Ex.as que esta planta topográfica entusiasmou alguns estrangeiros que se encontravam no citado congresso de Braga, pois chegaram a pedir-me que a levasse a outro Congresso de Castelos Medievais que estava prestes a realizar-se na Itália. Disseram que o seu traçado, do feitio de um óvulo, ou de um crânio, era curiosíssimo e apresentava características especiais que mereciam ser estudadas.

Só não fui... porque não sou perita em castelos medievais...

Se observarmos este desenho verificamos, quanto à parte mais antiga da cidadela, que nesta planta está no alto, saliente e sobressaindo de todo o castelo que tem um pátio central onde havia um poço, o baluarte chamado *Mesa dos Mouros*. Da Mesa dos Mouros descia uma rampa até à Porta Falsa, e toda a muralha à volta da cidadela está fortalecida de barbacãs e torres de reforço.

Dentro das muralhas — tal como nas cidades fortificadas medievais — corre uma via equidistante e paralela às cortinas da muralha. Era a via de abastecimento das tropas em tempo de guerra. Esta via tem, no desenho, mais de uma designação posterior à construção primitiva do forte; são, no entanto, topónimos curiosos como *Travessa das Freiras* e *Rua do Gracias*.

No centro da «Vila-adentro» está o *Largo das Freiras* e a *Sé*. Mas é facílimo verificar-se que, do Castelo à Porta de Nossa Senhora de Entre-Águas e da Porta dos Freires à Porta Nova, outras duas vias de acesso se cruzavam a meio da cidadela. O centro da cidadela teria sido um largo ou local de algum templo?!...

O que haveria antes da Sé naquele lugar?!...

Quem o soubera!...

Reparemos também na água que circundava a fortaleza, não só do lado em que hoje fica a Ria e que tinha o «*Cais do Poço das Naus*» junto à Porta Nova (e este cais vinha daí até à frente da Porta da Vila, ou Porta de Nossa Senhora de Entre-Águas), como do lado do actual Largo de S. Francisco havia a «*Regueira d'Água*» e uma «*Ponte*» entre a actual

Porta do Repouso e a Rua da Cordoaria e uma «*Pontinha de São Francisco*» um pouco mais abaixo, depois da Rua d'Argel e defronte da Rua Nova.

Quer dizer: a *água circundava* primitivamente, como dissemos, *toda a fortificação medieval de Santa Maria do Ocidente* e, no século XVIII, apenas defronte da Porta da Vila não havia água a bater-lhe nos muros.

Actualmente as muralhas estão mutiladas e crivadas de enxertos incríveis: fábricas, habitações, acrescentamentos, reboucos, caições, etc. Se... até a Porta do Repouso já quase não se percebe como era o seu antigo traçado!... Além das casas com que a cravejaram, ainda por cima a caiaram de branco e cinzento escuro... às barras!...

★

Concluamos agora:

— Luís Gonzaga de Azevedo diz que D. Paio Peres Correia só fez conquistas no Alentejo e Algarve no tempo de D. Sancho II e não no reinado do antigo Conde de Bolonha: D. Afonso III, que ele receava e temia. Portanto, conclue este autor, não é verdadeira a Crónica, quando diz que ele auxiliou o rei português na tomada de Faro.

Diz mais Gonzaga de Azevedo, e prova-o com argumentos, que o Algarve, — ao contrário do que a lenda forjou —, foi entregue pelo rei de Portugal a D. Afonso X como penhor quando, na primavera de 1253, quis contrair segundas núpcias com D. Beatriz, filha daquele rei «*entregando-lhe o usufruto vitalício do Algarve e reservando para a coroa portuguesa o seu domínio*». Isto teria ficado secreto, e por isso não consta da Crónica, nem convinha que o fosse do conhecimento público.

E que o rei de Castela Afonso X, o Sábio, teria apenas restituído a completa e total posse daquele penhor: o Algarve a D. Afonso III, quando já então lhe tinha nascido o neto, o futuro Rei de Portugal D. Dinis —, em 1264 ou 1265 —, isentando o genro de todos os compromissos assumidos ([13]).

Sabe-se também, que o escudo de Portugal que até então consistia em escudo branco de prata encimado por coroa, foi por D. Afonso III — a

---

([13]) Como é sabido de todos, D. Afonso III não tinha filhos da 1.ª mulher D. Matilde e casou, ainda em vida desta rainha, com a princesa de Castela D. Beatris de cujo matrimónio nasceu D. Dinis.

partir desta data —, modificado para «*orla e bordadura dos castelos de ouro em campo vermelho*».

★

É precisamente agora altura de considerar o seguinte:

Se na verdade, Faro foi a última parte entrada totalmente no domínio português; se a sua posse definitiva e integral não só completou o território nacional como foi considerada de tanta monta que ocasionou e até originou modificação profunda no escudo de Portugal; se, como é da tradição, foi na Porta dos Freires, que ficou a chamar-se do Repouso, que D. Afonso III *repousou das lutas que vinha tendo para assegurar o nosso domínio territorial* e não «repousou por vir cançado da luta com os mouros», como soe dizer-se; se esta porta ainda existe e é facílimo restituí-la, à sua traça antiga; perguntamos:

¿Porque se espera e não se rende homenagem a D. Afonso III, pondo-a à vista totalmente — pois ela parece ser o melhor e mais histórico monumento que Faro possue, e até poderíamos dizer, o mais fidedigno marco-miliário do encontro de duas civilizações que ajudaram a manter com vida e brilho o valor de uma região?!...

A Porta do Repouso de Faro, é o melhor monumento de Portugal para perpetuar a consolidação do território nacional.

O Castelo de Guimarães, tal como a Porta do Repouso de Faro, são padrões únicos da História Pátria. São pergaminhos de uma Nação!

Inventário de materiais para a arqueologia bracarense

Por J. J. Rigaud de Sousa

Em 1963 escrevia Mário Cardoso: «As considerações que acabamos de apresentar não passam de um ligeiro preâmbulo... de factos curiosos como os que vamos relatar bem característicos dos inconvenientes da falta absoluta de publicidade ou da publicidade deficiente das colecções arqueológicas ou de simples objectos isolados dos nossos museus» (1).

Com certeza que não podíamos encontrar melhor justificação para o trabalho que pretendemos efectuar como as palavras do tão ilustre arqueólogo, que acabamos de transcrever.

É sempre um problema procurar, em numerosos estudos dispersos, o material referente a uma dada época ou região e o problema aumenta quando esse material, disperso por museus e colecções particulares, se encontra inédito. Então, o trabalho torna-se quase impossível.

Eis as razões que nos levam a tentar fazer um inventário, tanto quanto possível completo, dos materiais arqueológicos aparecidos na cidade de Braga.

A ocupação da região bracarense pelo homem vem de muito longe: desde os materiais paleolíticos recolhidos nas margens do Cávado (freguesia de Palmeira) por Russel Cortez (2) até à época visigótica, passando pelas mamoas das serras vizinhas do Bom Jesus do Monte e pelos castros que rodeiam a actual Braga (3) não faltam motivos arqueológicos de grande interesse nesta cidade e muitos deles, infelizmente, em vias de destruição, antes de ter sido possível efectuar um estudo metódico desses locais.

---

(1) M. Cardozo — «Museus Portugueses de Arqueologia — Necessidade da sua modernização» in «Arquivo de Beja» XX-XXI (1963-1964) pág. 24.

(2) F. Russel Cortez — «Museu de D. Diogo de Sousa. Roteiro sumário», (Braga, 1958). pág. 23.

(3) O chamado «Castro Máximo» está situado dentro da própria cidade.

Mas, sem dúvida, é o período da romanização a época em que Braga atingiu o máximo do seu esplendor. Desde a cerâmica do tipo campaniano, dos primórdios da nossa era, até à estampada vermelha do séc. IV, é todo um conjunto da maior importância, que transcende bastante o simples interesse local.

Será este espólio que iremos tentar descrever numa série de estudos.

LUCERNAS

Cremos ser do maior interesse a utilização em estudos semelhantes de métodos de exposição idênticos, conforme já o fizemos notar (4). Assim, seguiremos também o método usado por Bairrão Oleiro ao descrever as lucernás da Conimbriga, existentes no Museu Machado de Castro (5).

> «Cada exemplar ou fragmento será descrito com a possível minúcia e acompanhado pela respectiva fotografia ou desenho.
>
> As descrições serão feitas no tipo-ficha:
>
> n.º de ordem; atribuição cronológica;.....; procedência; dimensões; tipologia; marca (quando a houver); descrição propriamente dita; alguns paralelos e bibliografia» (6).

Neste caso, como as várias lâmpadas não pertencem todas a um mesmo proprietário, dar-se-á mais esta indicação.

As lucernas, que normalmente eram moldadas, tomaram aspectos diversos com o decorrer dos tempos, o que permite uma datação dos exemplares com uma razoável margem de certeza.

Consideram-se nelas várias partes essenciais:

«Infundibulum» ou reservatório para o combustível.

«Discus» ou seja a parte que cobria o reservatório e onde estava aberto o orifício (ou orifícios) destinado ao enchimento daquele. Tanto é liso como decorado.

«Margo», orla que rodeia o «discus» e que também podia ser lisa ou decorada.

«Rostrum», «nasus» ou «myxos», isto é, o bico onde abria o orifício da mecha. Há lucernas com vários bicos.

»Ansa» ou «manubrium», asa que tanto era fechada como perfurada.

As lucernas, além do seu fim utilitário, também eram usadas em ofe-

---

(4) «Lucernas de Penafiel» — «Revista de Etnografia» (Porto, 1966).

(5) J. M. Bairrão Oleiro — «Catálogo de Lucernas Romanas» (Coimbra, 1952).

(6) Loc. cit. pág. 16.

rendas religiosas, como parte integrante das sepulturas e como presentes de Ano Novo.

Para a sua classificação podem-se usar as seguintes obras:

Dressel — «Instrumentum domesticum» in «Corpus Inscriptionum Latinarum», vol. XV, 2.

H. B. Walters — «Catalogue of the Greek and Roman Lamps in the British Museum (Londres, 1914).

Pedro Palol — «La coleccion de lucernas romanas de ceramica procedentes de Ampurias en el Museo Arqueológico de Gerona» (7).

Broneer — «Corinth» — vol. IV, part II: «Terracota lamps».

Além destas também, por vezes, se farão referências a:

Cagnat e Chapot — «Manuel d'Archeologie Romaine» — vol. II (Paris, 1929), pág. 464.

Daremberg e Saglio — «Dictionaire des Antiquités Grecques et Romaines», art. «Lucerna» assinado por Toutain.

«A Guide to the Exhibition Illustrating Greek and Roman Life».

Siegfried Loeschcke — «Lampen aus Vindonissa» (Zurich, 1919).

Ferreira de Almeida — «Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal» in «Arqueólogo Português», nova série , tomo II (8).

Nino Lamboglia — «Gli Scavi di Albintimilium e la cronologia della ceramica romana — Parte prima: Campagne di Scavo 1938-1940» (Bordighera, 1950).

N.º 1 **Século II** **Estampa I**

DIMENSÕES: altura 33 mm; diâmetro 63 mm; comprimento 110 mm.

DESCRIÇÃO: Lucerna de barro esbranquiçado com engobe acastanhado quase desaparecido, pega no eixo do bico e de canal aberto. Orla lisa e larga com duas pequenas protuberâncias dispostas simètricamente. «Discus» desaparecido. Base com dois aneis incisos e rebaixada ostentando a marca OCTAVI em letras relevadas, isto é, «ex officina OCTAVIUS».

Estas lucernas, que se crêem derivadas das lâmpadas de metal, não costumam ter asa, sendo as protuberâncias da «margo» reminiscência dos aneis de suspensão. Normalmente no ponto onde esta tem a asa existe outra protuberância.

(7) «Memórias de los Museos Arqueologicos Provinciales», vol. IX-X (1948-49), pág. 233 e segts.

(8) Na impossibilidade de consultar algumas das obras sitadas as referências a elas baseiam-se em transcrições feitas na obra de Ferreira de Almeida.

Até agora, têm sido consideradas como lâmpadas do séc. I. Assim as consideraram Walters, Fink, Ritterling, mas Lamboglia (9) e Palol (10) consideraram-nas do séc. II. Para Palol, as lâmpadas de canal aberto foram usadas entre 100 e 200 d. c., enquanto que as de canal fechado, ou sejam, aquelas em que a moldura do «discus» é contínua, pertencem ao período que decorre entre 60 e 100 d. c.

De Portugal, não conhecemos mais nenhuma lucerna deste oleiro, mas fora do País são relativamente vulgares os produtos desta oficina. Assim, Alvarez Ossorio (11) cita uma lucerna com esta marca existente no Museu de Madrid, Robert Bailly (12) refere lucernas de Apt, Arles, Béziers Le Bourget (Savoie), Vaisore, Vienne e Colónia com a marca OCTAVI e a marca OCTAV M em Vaisore, e, finalmente, na Panónia é muito frequente esta marca (13).

MARCA — OCTAVI(us).

TIPOLOGIA — Dr. 5 (variante), B. M. 92, P. 13.

PROCEDÊNCIA — Braga. Encontrada na Avenida Marechal Gomes da Costa ao abrir os fundamentos das casas n.º 682-706.

PROPRIETÁRIO — Ex.mo Senhor Adelino Correia.

N.º 2 **Século II** **Estampa II**

DIMENSÕES: comprimento 77 mm, largura 55 mm, altura 24 mm.

DESCRIÇÃO: pequena lâmpada de pasta esbranquiçada e engobe acastanhado quase desaparecido.

O «rostrum» é curto e redondo e a «margo» relativamente larga e lisa estando separada daquele por uma ranhura. O «discus» ostenta uma representação do Sol com um diadema de seis raios.

Com esta representação, são citadas por Ferreira de Almeida duas lâmpadas provenientes, uma da Aldeia de Santa Margarida (Museu de

---

(9) Ob. cit., tabelas cronológicas.

(10) Ob. cit., pág. 235.

(11) Francisco Alvarez Ossorio — «Lucernas e lamparas anticuas de barro cocido del Museo Arqueologico Nacional», «Archivo Español de Arqueologia», n.º 49 (1942), pág. 271 e segts.

(12) «Essai de classification des marques de potiers sur lampes en argile dans la Narbonnaise», págs. 113 e 115.

(13) Dora Yvanyi — «Die Pannonischen Lampen», (Budapeste, 1936).

Aproveito a ocasião para apresentar ao Ex.mo Senhor Prof. Doutor M. J. Bairrão Oleiro os meus agradecimentos pelas indicações que me forneceu para a identificação desta marca.

Castelo Branco) e outra de Troia (Museu Leite de Vasconcelos); existe uma outra na biblioteca Museu de Penafiel (14) provàvelmente proveniente do castro do Monte Mósinho e, finalmente, a achada em Peroguarda e estudada por Fernando Nunes Ribeiro (15).

O culto do Sol (Hélios) esteve associado ao culto de Mitra, sendo Hélios uma espécie de mensageiro de Mitra (16).

TIPOLOGIA — Dr. 20, B. M. 95, P. 11.ª.

PROCEDÊNCIA — Av. Marechal Gomes da Costa, no local ocupado pelos prédios 682-706.

PROPRIETÁRIO — Ex.mo Senhor Adelino Correia.

N.º 3 **Século III** **Estampa II**

DIMENSÕES — comprimento 114 mm., largura 83 mm. e altura 35 mm.

DESCRIÇÃO — lucerna bastante grande, de barro esbranquiçado sem vestígios de engobe. «Ansa» sobreposterior grosseira e pesada, com um pequeno orifício; «rostrum» cordiforme e curto; «margo» decorada a partir da «ansa», por três rosetas e uma espiga e em frente do «rostrum» por três glóbulos. O «discus» apresenta uma decoração mais cuidada, apesar de estar um tanto gasto. No lado direito vê-se uma árvore, que acompanha a curva do «discus», no centro uma figura humana e à direita uma figura de mulher nua, virada para a direita e segurando na mão direita uma espécie de toalha. Possìvelmente, trata-se duma Vénus saindo do banho, enquanto que a figura central será um Príapo. Teríamos então aqui Vénus como deusa de fertilidade, enquanto que Príapo é a causa dessa mesma fertilidade. Eram consagrados a Vénus certos arbustos, como a murta.

Juntamente com esta lucerna, encontrada a grande profundidade (cerca de cinco metros), ao abrir um poço, apareceu também, pousado no «discus», um pequeno bronze, bastante estragado, atribuível a Claudio II e que teria sido cunhado em 269. Segundo Palol estas lâmpadas (17) datam dos fins do séc. II séc. III, o que concorda com a moeda encontrada.

TIPOLOGIA — Dr. 27, B. M. 101, P. 12 b.

---

(14) Ob. cit., lucernas n.os 67 e 136 e J. J. Rigaud de Sousa «Lucernas de Penafiel».

(15) F. Nunes Ribeiro — «Lucernas Romanas de Peroguarda» (Ferreira do Alentejo) in «Arquivo de Beja» vol. XVI (1960).

(16) Vermaseren — «Mithra — Ce dieux mysterieux» (Sequoia, 1960).

(17) Ao Exmo Senhor Dr. Mário de Castro Hipólito agradeço a identificação deste numisma.

PROCEDÊNCIA — R. Diogo de Teive, 2 (freguesia de Maximinos).
PROPRIETÁRIO — Ex.ma Senhora D. Narcisa Campos ([18]).

J. Leite de Vasconcelos descreve ([19]) uma lucerna encontrada em Lisboa em 1927, aquando do desaterro para as obras da Escola de Medicina Veterinária, precisamente igual a esta, à excepção da marca, um V irregular, que ostenta no fundo e que esta de Braga não tem. Ferreira de Almeida reproduz essa lucerna sob o número 155.

Com representações de Vénus são conhecidas entre nós mais duas lâmpadas, uma da Conimbriga e outra de Merobriga (Museu de S. Tiago de Cacém).

N.º 4 **Século II (fins)-Século III** **Estampa III**

DIMENSÕES: comprimento 95 mm, diâmetro 74 mm, altura 32 mm.

DESCRIÇÃO. Lucerna de aspecto muito pouco vulgar, não havendo nas duzentas e noventa e uma lâmpadas descritas por Ferreira de Almeida nenhuma semelhante.

O «discus» está em parte ocupado pelo orifício de enchimento de grande tamanho (18 mm). A decoração é bastante confusa. No lado direito está o que parece ser uma coluna unida pela parte inferior, por um traço relevado, ao lado direito, onde se vê um arco, e, na parte superior deste lado, um glóbulo. A «margo» está dividida em duas metades. A interna, em plano mais alto e plana, está decorada por rosetas e, entre estas, há um motivo indecifrável, em frente ao «rostrum», que parece serem duas volutas incipientes que saiem do aro do «discus». A parte exterior é lisa e está em plano inferior, com ligeira inclinação em direcção ao interior. O «rostrum» é muito pequeno e inteiramente ocupado pelo orifício da mecha (12 mm), que corta a parte inferior da «margo». A «ansa» sobreposterior é pouco saliente. O «infundibulum» está lateralmente quebrado em ângulo.

TIPOLOGIA — P. 12 B (?), lembra também a Dr. 30.

PROCEDÊNCIA — R. Diogo de Teive (freguesia de Maximinos). Encontrada a pouca profundidade, ao abrir os alicerces.

PROPRIETÁRIO — Ex.ma Senhora D. Narcisa Campos.

([18]) Foi esta Senhora que forneceu os dados sobre as condições em que foi achada esta lucerna.

([19]) J. Leite de Vasconcelos — «Lisboa arcaica» in «Boletim Cultural e Estatístico» da Câmara de Lisboa», vol. I, n.º 2 (Abril-Junho de 1937), pág. 162 e fig. 8.

N.º 5 **Século II (fins)-Século III** **Estampa III**

DIMENSÕES — comprimento 118mm, diâmetro 77mm, altura 38mm.

DESCRIÇÃO — lucerna de barro ocre esbranquiçado, com o «rostrum» bastante queimado. A base encontra-se quebrada e foi consertada com cera.

No «discus» vê-se uma figura de mulher alada, vista de frente com uma coroa de seis pérolas na cabeça. Na mão esquerda segura uma palma e na direita, na atitude de oferecer, uma coroa, símbolos da vitória.

A «margo» está decorada por quatro espigas, de relevo muito acentuado.

O «rostrum» em forma de V largo está quase inteiramente ocupado pelo orifício da mecha, que é rodeado por um anel que o alteia.

A «ansa» perfurada e lisa provoca um prolongamento da «margo», mas sem se prolongar pelo «infundibulum» em forma de pera.

TIPOLOGIA — B. M. 107, Br. XXVIII (n.º 888), P. 12 B.

PROCEDÊNCIA — R. de S. Lázaro, 44, Achada durante as obras de adaptação deste edifício a Escola de Enfermagem.

PROPRIETÁRIO — Hospital de S. Marcos.

A representação da Vitória em lucernas é muito vulgar. Ferreira de Almeida ([20]) cita onze lâmpadas com esta representação, sendo a figurada sob o n.º 233 muito semelhante a esta na forma, na decoração e tamanho. Foi encontrado em Mértola e actualmente acha-se no Museu Leite de Vasconcelos.

N.º 6 **Século II (fins)-Século III** **Estampa IV**

DIMENSÕES — comprimento 65 mm, diâmetro 68 mm, altura 3 mm.

DESCRIÇÃO: lucerna de argila acinzentada, com «infundibulum» oval tendo a base decorada por dois círculos concêntricos gravados e sendo o espaço compreendido entre eles preenchido por pequenas depressões circulares. No centro, gravada, a marca E N C sob a qual se encontra um círculo igualmente inciso , e tendo o centro marcado.

O «discus» é delimitado por dois sulcos incisos, estando o espaço entre eles preenchido por pequenos círculos. À esquerda e ao centro duas figuras humanas (a da esquerda masculina e a central feminina?) e à direita

([20]) Ob. cit., n.ºs 14, 21, 35, 48, 55, 62, 145, 151, 154, 233, 244.

um conjunto de traços verticais (um tear?) nos quais a figura central está mexendo. Este motivo de difícil interpretação encontra-se em parte destruído pelo orifício de enchimento.

A «margo» está decorada por cachos.

O «rostrum» é redondo, muito curto e o orifício de enchimento rodeado por um aro em forma de coração, corta em parte a «margo».

A «ansa», sobreposterior, ostenta um motivo peninervado inciso na parte superior.

MARCA: E N C.

TIPOLOGIA: Br. 101, P 12 b.

PROCEDÊNCIA — R. do Raio, próximo da «Fonte do ídolo».

PROPRIETÁRIO: Museu D. Diogo de Sousa (Braga).

BIBLIOGRAFIA: Carlos Teixeira, «Subsídios para o estudo da arqueologia bracarense, II Lucernas» in «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. VIII, n.º 3 e 4 (1938); Ferreira de Almeida — «Introdução ao estudo das lucernas romanas em Portugal» (1952), pág. 174.

N.º 7 **Século I (fins)- ?** **Estampa IV**

DIMENSÕES: comprimento 11 mm, largura 68 mm, altura 35 mm.

DESCRIÇÃO — lucerna de pasta cor de tijolo, com engobe avermelhado e de superfície bastante desigual.

«Discus»pequeno, limitado por dois círculos incisos e ornamentado por duas palmas circundando o orifício de enchimento que ocupa todo o espaço livre e corta mesmo, no seu diâmetro transversal, parte das palmas.

«Margo» larga e lisa à excepção do espaço em frente do «rostrum» que é ocupado por duas volutas, reduzidas a uma espécie de vírgulas nascidas junto da moldura do «discus» e estando unidas por uma linha paralela a essa moldura. Partindo do enrolamento das volutas, há uma linha que desce sobre «infundibulum». Broneer reproduz uma lucerna do tipo XXVIII com um desenho semelhante a este.

O bico é redondo e parece um prolongamento do depósito.

«Ansa» sobreposterior quebrada.

No fundo, a marca IVC dentro dum rectângulo, feita por meio de um punção.

Apesar da falta de elementos de comparação, creio que esta lâmpada se pode incluir no 3.º tipo (c) da classificação de Cagnat e Chapot ([21]) ou

([21]) Ob. cit.

seja do fim do séc. I do C.: «infundibulum» ovóide, «rostrum» de bico arredondado sem nítida separação do «infundibulum», parecendo prolongá-lo; ladeado de volutas menos marcadas que nos tipos 1 e 2 e por vezes apenas indicados por uma espécie de vírgula vasada, traçada aos lados do bico.

Palol Salellas ([22]) no seu tipo 9 inclui lâmpadas semelhantes a esta: bico circular só com volutas na parte que une à decoração do disco, como que uma prolongação das molduras deste. É um tipo que se inicia desde Tibério ou Claudio e dura até aos Flávios (segunda metade do séc. I).

Para Nino Lamboglia este tipo de lucernas atinge o séc. II.

MARCA — I V C.

TIPOLOGIA — P. 9, Cagnat e Chapot 3.º, Br. XXVIII (1148).

PROCEDÊNCIA — Av. Marechal Gomes da Costa no local onde se ergue o prédio 682-706.

PROPRIETÁRIO — Ex.mo Senhor Adelino Correia.

N.º 8 **Século I (fins) - ?** **Estampa V**

DIMENSÕES: comprimento 94 mm, largura 66 mm, altura 30 mm.

DESCRIÇÃO — Lucerna de barro ocre, fino e polido, com vestígios de engobe castanho.

O «discus» pequeno, está decorado por duas palmas dispostas à volta do orifício de enchimento. A «margo» lisa ostenta, só na separação desta com o bico, duas volutas reduzidas a um disco com um prolongamento linear lateral. Entre elas, quatro pontos dispostos como se marcassem os ângulos dum quadrado. «Ansa» quebrada atingindo o «discus». Na base, dois aneis incisos. «Rostrum» largo.

Este exemplar assemelha-se, no seu aspecto geral, ao anterior, pelo que, o que foi dito para esse, se aplica a este.

TIPOLOGIA — P. 9, Cagnat e Chapot 3.º.

PROCEDÊNCIA — R. Diogo de Teive (freguesia de Maximinos).

PROPRIETÁRIO — Museu Pio XII (Braga).

N.º 9 **Século IV ?** **Estampa V**

DIMENSÕES: comprimento 93 mm, diâmetro 68 mm, altura 25 mm.

DESCRIÇÃO — lucerna de barro acastanhado, de forma oval.

([22]) Ob. cit., pág. 237.

«Discus» liso, delimitado por uma saliência que se prolonga pelo «rostrum», rodeando-o. Faz lembrar as lâmpadas de canal curvo (tipo Dressel 31), Ferreira de Almeida 196, 199 e 205, mas a semelhança reduz-se só ao canal, já que a forma, em especial a do «rostrum», é bastante diferente. Os orifícios de enchimento e do «rostrum» são também rodeados por uma saliência.

A «margo» está decorada de ambos os lados por uma linha quebrada saliente e no ponto onde começa o «rostrum» vê-se, de um lado, uma cruz suástica e, do outro, uma aspa.

A «ansa» é muito pequena, está colocada sobre a «margo» e é imperfurada.

O «rostrum» encontra-se queimado.

TIPOLOGIA — quanto à forma geral faz lembrar o B. M. 108 ou P. 12.

PROCEDÊNCIA — R. do Raio, próximo da «Fonte do Ídolo».

PROPRIETÁRIO — Museu D. Diogo de Sousa (Braga).

BIBLIOGRAFIA — a indicada no n.º 6.

Este tipo de lâmpadas, um tanto vulgar em Braga, não tem, que saibamos, paralelo noutros locais, mas cremos poder associá-las a lâmpadas norte africanas ([23]) encontradas em Hipona, Tanger, Tunísia e Tipasa.

N. 10 **Século IV ?** **Estampa VI**

DIMENSÕES — comprimento 98, diâmetro 66, altura 27 mm.

DESCRIÇÃO — lâmpada muito semelhante à anterior na forma geral. Barro ocre.

Só a «margo» é que apresenta uma decoração de cachos.

A «ansa» é maciça.

Na base, dois aros relevados com o espaço entre eles preenchido por pérolas.

Toda a decoração se encontra bastante safada.

TIPOLOGIA — como a anterior.

PROCEDÊNCIA — R. do Raio, próximo da «Fonte do Ídolo».

PROPRIETÁRIO — Museu D. Diogo de Sousa (Braga).

BIBLIOGRAFIA — ver o n.º 6.

As observações feitas a respeito da lâmpada anterior aplicam-se igualmente aqui.

([23]) Citadas por Jodin e Ponsich — «Ceramique estampée du Maroc Romain» in «Bulletin d'Archéologie Marocaine», tom. IV (Casablanca, 1960), pág. 311.

N.º 11 e 12 **Século IV ?** **Estampa VII**

DIMENSÕES — comprimento 87 mm, diâmetro 67 e altura 35 mm.

DESCRIÇÃO — duas lâmpadas muito iguais entre si, de barro ocre e com o «margo» ornamentada por rosetas (?) bastante imprecisas. O «discus» está quase reduzido ao orifício de enchimento e, como nas duas anteriores, rodeado por uma orla que se prolonga pelo «rostrum». Neste caso, o canal é recto e não curvo. O orifício de enchimento também se apresenta rodeado por um rebordo. O bico de uma delas mostra sinais de uso.

TIPOLOGIA — como no n.º 9.

PROCEDÊNCIA — Av. Marechal Gomes da Costa, no local onde hoje se encontram os prédios n.os 682-706.

PROPRIETÁRIO — Ex.mo Senhor Adelino Correia.

N.º 13 **Século IV ?** **Estampe VII**

DIMENSÕES — comprimento 82 mm, diâmetro 62 mm, altura 35 mm.

DESCRIÇÃO — muito semelhante, na forma geral, às anteriores, mas a orla que rodeia o «discus» forma o canal só até ao orifício do «rostrum» mas não o rodeia.

A decoração do «margo» é formada por quatro discos colocados, dois a dois, ao lado da «ansa» e na ligação do «rostrum» com a «margo». Do lado direito vêem-se entre os dois discos duas letras NA.

TIPOLOGIA — como a n.º 9.

PROCEDÊNCIA — Av. Marechal Gomes da Costa, actuais números 682-706.

PROPRIETÁRIO — Ex.mo Senhor Adelino Correia.

N.º 14 **Século IV** **Estampa VIII**

DIMENSÕES — diâmetro cerca de 74 mm, altura 30 mm.

DESCRIÇÃO — lâmpada fragmentada de barro ocre. A «margo» está decorada com seis palmas em forma de losângo e o pequeno «discus» com seis discos. O «infundibulum» é oblongo. A «ansa» implantada sobre a «margo» é grosseira.

O «rostrum» desapareceu e falta igualmente grande parte da «margo» e «infundibulum». Apresenta sinais de uso.

TIPOLOGIA — Br. XXVIII e B. M. 107.

PROCEDÊNCIA — Encontrada durante a abertura da rua de Santos da Cunha (freg. de Maximinos).

PROPRIETÁRIO — J. J. Rigaud de Sousa.

BIBLIOGRAFIA — J. J. Rigaud de Sousa — «Subsídios para a arqueologia bracarense», «Actas do IV Colóquio de Arqueologia do Porto» in «Lucerna» (Porto, 1966).

Nas lucernas descritas por Ferreira de Almeida ([24]) aparecem algumas semelhantes a esta como por exemplo as n.os 230, 231, 235 encontradas respectivamente próximo de Ponte da Barca, Évora e Mogadouro ([25]).

N.º 15 **Estampa VIII**

Fragmento de parte de um «discus» em que está representado um carneiro. A pasta é esbranquiçada muito dura e o engobe amarelo alaranjado. Parece ter pertencido a uma lucerna de volutas (ainda se nota o que parece ter sido uma voluta). Este fragmento situar-se-ia portanto no séc. I (tipo 8 a de Palol) na época que vai de Cláudio até aos Flávios.

PROCEDÊNCIA — Encontrada em obras efectuadas no Seminário de S. Tiago em 1966.

PROPRIETÁRIO — Museu Pio XII (Braga).

Este fragmento é duma cerâmica idêntica à de restos de vasos que aparecem em Maximinos com frequência e que reproduzem as formas de Dragendorf.

N.º 16 **Estampa IX**

Fragmento do «rostrum» duma lucerna de volutas, vendo-se estas distintamente. Pasta esbranquiçada e engobe acastanhado. Época e tipo idêntico aos da anterior.

PROCEDÊNCIA — R. de Santos da Cunha (freg. de Maximinos).

PROPRIETÁRIO — J. J. Rigaud de Sousa.

([24]) Ob. cit.

([25]) Pertencem todas ao Museu do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto.

N.º 17 **Estampa IX**

Fragmento do «discus» e «margo» duma lâmpada do tipo XXVII de Broneer e semelhante à n.º 95 de Ferreira de Almeida, encontrada em Tavira. Pasta esbranquiçada e engobe acastanhado.

DECORAÇÃO — Na «margo», uma série de corações. O «discus», ilmitado por um duplo aro, é todo estriado e muito côncavo.

PROCEDÊNCIA — R. de Santos da Cunha (freg. de Maximinos).

PROPRIETÁRIO — J. J. Rigaud de Sousa.

O que foi dito acerca do paralelismo do n.º 15, com outra cerâmica, aplica-se também aqui.

N.º 18 **Estampa VI**

Asa duma lucerna, de que não se pode determinar o tipo. Barro vermelho.

Esta asa seria do tipo sobreposterior, está decorada por um sulco peninervado e teria de diâmetro 28 mm.

PROCEDÊNCIA — R. de Santos da Cunha (freg. de Maximinos).

PROPRIETÁRIO — J. J. Rigaud de Sousa.

É semelhante à figurada no n.º 266 de Ferreira de Almeida e actualmente no Museu de Beja.

CONCLUSÕES

Esta série de lucernas pode ser reunida em três grupos, conforme o local do seu achado.

Assim, temos um primeiro grupo que reune as achadas na Av. Marechal Gomes da Costa e rua do Raio, locais que já ficavam fora das muralhas. Pertencem a este grupo as lâmpadas descritas sob os n.ºs 1, 2, 5, 6, 7.

Com estas lâmpadas, que atribuimos a um período que vai desde o séc. II até ao séc. IV, foram encontradas uma série de vasilhas mais ou menos intactas, que se escalariam também por este período. Situar-se-ia, portanto, aí, uma das necrópoles da cidade.

Outra necrópole seria situada no local da R. Diogo Teive, também zona próxima das muralhas, mas já fora delas. Aqui também apareceram

várias vasilhas, que se perderam. Esta zona teria sido utilizada mais tardiamente, isto é, a partir do séc. III. Foram encontradas aqui as lucernas n.os 3, 4 e 8.

No terceiro grupo, incluimos todas as lâmpadas encontradas dentro das muralhas, na zona de Maximinos e Seminário de S. Tiago.

Tratar-se-ia de lucernas utilitárias.

Quanto há encontrada no Seminário de S. Tiago, incluímo-la neste grupo, apesar de aí se situar indiscutìvelmente, uma necrópole, mas uma necrópole que cremos ser bastante tardia; no entanto devemos aguardar que o estudo do material aí encontrado seja efectuado ([26]).

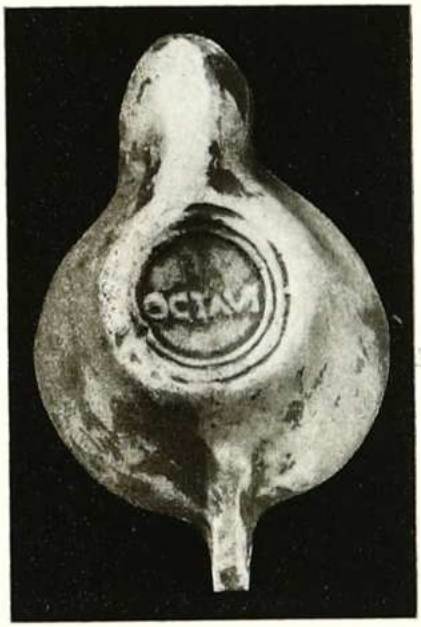
À Ex.ma Senhora D. Narcisa Campos e aos Ex.mos Senhores Cónego Dr. Luciano dos Santos, reitor do Seminário de S. Tiago, Dr. Egídio Guimarães, director da Biblioteca de Braga e Adelino Correia agradeço, reconhecido, as facilidades dadas para o estudo da maior parte das lâmpadas que aqui figuram.

Ao artista Joaquim Mirão agradeço os desenhos que ilustram estas páginas.

([26]) Na zona de Maximinos apareceu igualmente um molde de lucerna de volutas com a marca do oleiro L. Munatius Threptus. Foi citado pelo autor no trabalho «Subsídios para a arqueologia bracarense» apresentado ao IV Colóquio de Arqueologia do Porto (Lucerna, 1966) e estudado em trabalho a aparecer em «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia».

ESTAMPA I





N.º 1

ESTAMPA II



N.º 2



N.º 3

ESTAMPA III



N.º 4



N.º 5

ESTAMPA IV



N.º 6



N.º 7

ESTAMPA V

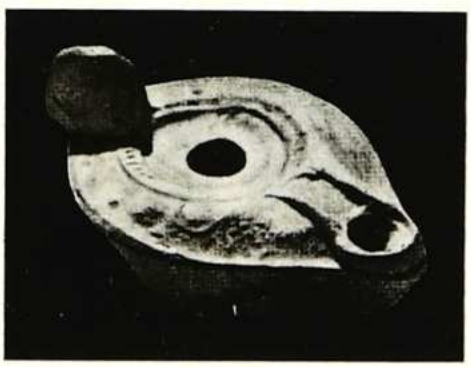


N.º 8



N.º 9

ESTAMPA VI

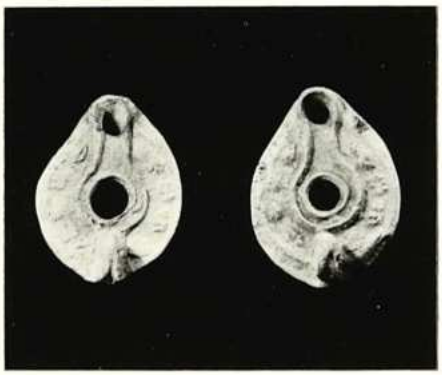


N.º 10



N.º 18

ESTAMPA VII

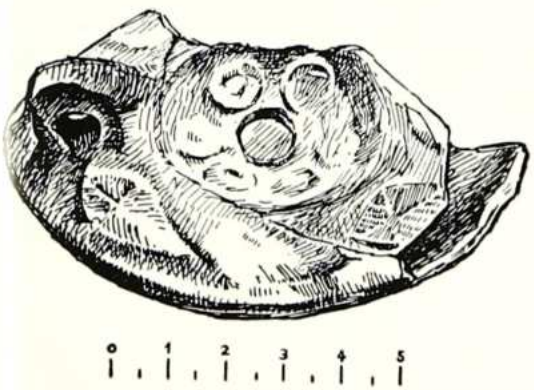


N.º 11 N.º 12

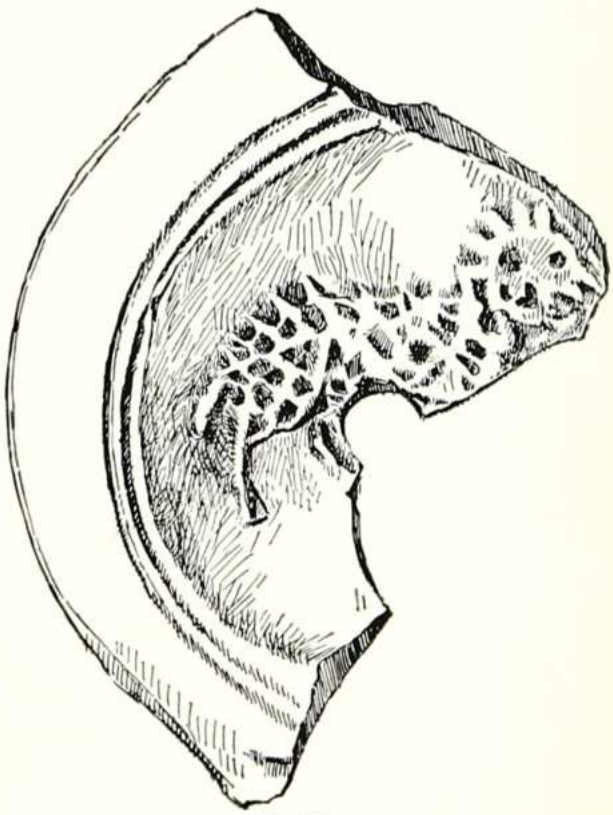


N.º 13

ESTAMPA VIII

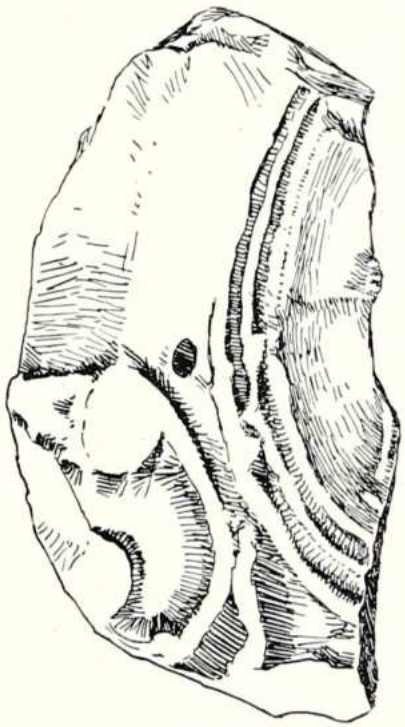


N.º 14

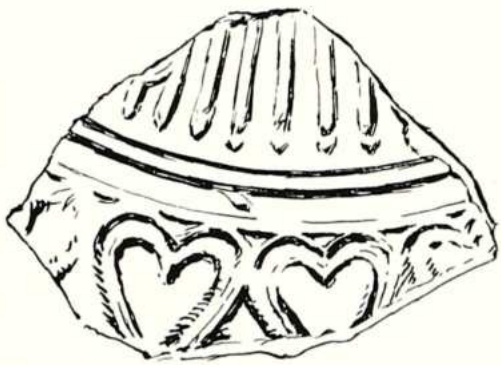


N.º 15

ESTAMPA IX



N.º 16



N.º 17



Realidade Histórica e Fantasia

Por A. Álvaro DÓRIA

... fuir les idées fixes et garder toujours la liberté d'esprit.

Claude Bernard

Em toda a literatura portuguesa, desde o seu balbuciar nas trovas que enchem os nossos Cancioneiros até ao dealbar deste século, não encontramos quem, como fino ironista, possa ombrear com Eça de Queirós. Ele foi único entre um povo que desconhece a ironia por a sua idiossincrasia se comprazer apenas com o sarcasmo, esse sarcasmo vergastante que vem desde as remotas cantigas «d'escarnho» e de maldizer, até à prosa camiliana e fialhiana.

Ironista subtil, espiritualmente francês, com muito de Anatole France (que, aliás, parece ter desconhecido), mais talvez de Renan, de quem tantas vezes faz o elogio comovido, Eça de Queirós utilizou a ironia, cremos, por força dos seus complexos, exemplar acabado como era do *hérédo* de Léon Daudet, esquizóide nos limites da nevrose, que na literatura encontrou a válvula de escape para os seus recalcamentos.

A ironia queirosiana, que teve em Mário Sacramento o seu monógrafo exaustivo e perspicaz, é, dissemo-lo já algures, de tipo deformador por caricatural. Mas com relevar da caricatura, não deixa de constituir uma espécie de negativo do espírito do autor, que nela encontrou o meio correctivo de muitas das inibições, das limitações e das misérias do seu tempo. É nisto que se nos afigura necessário atentar ao ler os romances queirosianos, que, se por um lado, não são o retrato vivo duma época (como alguns pretendem) exactamente por força da ironia deformadora que os informa,

constituem por outro lado documento vivo e imprescindível para o conhecimento da psicologia do grande escritor. Queremos dizer, mais do que nos diferentes livros de colectânea de artigos e ensaios (isto é, o que poderemos chamar a feição «séria» da sua personalidade de escritor), que em vida dispersou por jornais e revistas de Portugal e do Brasil (e aí, apesar apesar de tudo, o fundo é muitas vezes irónico), é nos seus romances que melhor pode o leitor atento e de espírito percuciente rastrear o que cremos ser possível chamar o ideário de Eça de Queirós.

De entre as ideias-feitas que o escritor crivou com as alfinetadas da sua ironia, uma há a sobrelevar todas as demais pela importância que lhe atribuiu, tão alta que lhe dedicou mesmo todo um romance, *A Ilustre Casa de Ramires:* a ideia de Nobreza. Se os leitores se recordam dessa obra célebre, a sua personagem central é Gonçalo Mendes Ramires, «o mais genuíno e antigo fidalgo de Portugal», que procura reconstituir em arte certo feito bárbaro dum antepassado, enquanto vai, por outro lado, trabalhando a política na ambição, infantil, de alcançar uma cadeira de deputado em São Bento. Não interessam ao nosso escopo os vários episódios que esmaltam o romance, de que apenas destacamos o respeitante ao projectado casamento de Gonçalo com a bela D. Ana Lucena, viúva de Sanches Lucena, deputado por Vila-Clara. Esta D. Ana, que era uma bela mulher, supusera-a o Fidalgo da Torre ao princípio «uma jornaleira, uma moça do campo», mas o bom do Bento, seu velho criado de Coimbra, achava que era «de gente muito baixa» por ser filha dum carniceiro de Ovar.

Claro que entre a nobre linhagem do Fidalgo, mais velha do que a Nacionalidade, e o plebeísmo extreme da viúva Lucena (ascendida à burguesia pela mão e pela riqueza do falecido marido) cavava-se um abismo, que, segundo padrões ainda hoje aceites, nada poderia encher. Mas a fortuna dos Ramires exaurira-se com as dissipações dos fidalgos de setecentos, e o pobre Gonçalo, a despeito do seu «aristocratismo», sentia-se tentado a dourar o seu brasão milenário com os duzentos contos (uma fortuna!) da esplêndida D. Ana.

É certo que a consciência, a sua consciência de fidalgo *vieille roche,* erguia entre os dois uma espada de fogo, tal como outrora à porta do Eden o Arcanjo da Justiça. Mas duzentos contos (do século XIX!) eram duzentos contos; e nos recessos do inconsciente do Fidalgo da Torre principiou a trabalhar a ideia que se tornaria consciente e o levaria ao casamento sem a intervenção oportuna do Titó que o desiludiu. Em sonho, lançou-se numa marcha impetuosa «para trás, para o escuro passado da sua Casa, por

entre a emaranhada História, procurando o carniceiro...» Atravessou as idades, indiferente ao cansaço e entrou na Préhistória, relativista *avant la lettre,* cruzando «vagos Ramires, que carregavam, grunhindo, rezes mortas, molhos de lenha», até que, recuando sempre no tempo, encontra, «à beira da água limosa, entre os canaviais, um homem monstruoso, peludo como uma fera, agachado no lodo», o qual «partia a rijos golpes, com um machado de pedra, postas de carne humana. Era um Ramires». Então, entusiasmado, ele acena «para Santa Maria de Craquede, para a formosa e perfumada D. Ana, bradando por cima dos Impérios e dos Tempos: — 'Achei o meu avô carniceiro'!»

A ironia é transparente; Eça de Queirós, em forma alegórica, mas nem por isso menos incisiva, revelou aos leitores o fundo do seu pensamento. Com ser fidalgo de alta nobreza (os Eças ou Essas têm o seu brasão na célebre Sala de Sintra), casado com uma senhora da linhagem dos Castros de seis arruelas e cujos primogénitos tinham o título de almirantes-mores do reino, o grande escritor não poupou nos seus romances a fidalguia, em que foi escolher algumas das suas personagens caricaturais, como Gonçalo Mendes Ramires, o Marquês de Souzelas, o Grão-Duque Casimiro e outros, para não citarmos a nobreza bastarda do Constitucionalismo burguês.

Sem pruridos de casta, superiormente inteligente, portanto consciente de que o homem vale pelo carácter e não pelos antepassados que possa contar no seu *pedigree* (Gonçalo, certa vez, confessa-se «aristocrata», com desgosto se tivesse nascido «como uma erva, doutras ervas vagas»; achava, porém, sinceramente que o sangue de todos esses antepassados «não difere realmente do sangue dos pais do Joaquim da Porta»), o escritor, quando já era casado com D. Emília de Castro e gozava da amizade de alguns dos mais ilustres de Portugal — o Conde de Ficalho, o Conde de Sabugosa, o Conde de Arnoso, seu irmão o Visconde de Pindela — além dos que o Constitucionalismo nobilitara, escreve esse romance cuja ironia percuciente — que parece ter escapado a tantos dos que nele vêem uma apologia do Nacionalismo — crava de ferroadas a ideia de Nobreza, quando esta não é acompanhada de qualidades através das quais se imponha, em vez de encerrar-se em torre ebúrnea, na veneração idolátrica dos antepassados e no orgulho duma superioridade que lentamente os séculos vieram desmentir.

É remotíssima esta noção de superioridade de casta. Talvez começasse por se filiar na crença do poder dos que se encontravam investidos de funções sacerdotais, senhores de segredos terríveis ignorados total-

mente do comum dos homens. As páginas das velhas crónicas e de muitas obras de arte literária encontram-se cheias de relatos ou expressões de ideias então comuns a todos os homens, incluindo tantos que, pela clareza da sua inteligência, julgaríamos imunes. Entre todos os povos, desde os hindus até aos celtas do ocidente europeu, dos negros africanos aos peles-vermelhas das Américas, sempre o conjunto dos sacerdotes — brâmanes, druídas, feiticeiros ou homens-medicina — foram considerados seres privilegiados, diferentes de todos os outros homens pelos poderes de que dispunham, pela ciência que possuíam, pela confiança de que gozavam da parte dos deuses.

Mais tarde, por razões diversas a que, muitas vezes, não deve ter sido estranho o desejo de dominarem secularmente as massas depois de já se lhes terem apossado do espírito crédulo, os sacerdotes ergueram até si os condutores, que deles se valeram em tantas circunstâncias para firmarem o seu poder, passando este assim a ter o apoio temporal duma nova casta que, com o decorrer dos tempos, veio a constituir a Nobreza. Porque se entre certos povos, v. g. os Germanos, a ideia da Nobreza como casta parece ter sido anterior à Realeza (eram os chefes quem erguia os reis nos escudos e os aclamava), a verdade é que na grande maioria dos casos aquela procedeu desta, quando os Reis sentiram a necessidade de fortes pontos de apoio ao seu poder e premiaram os que por qualquer forma os haviam bem servido.

Sabe-se de sobejo que, na Europa, foram os Romanos, os criadores do Direito como expressão da soberania plena do Homem dentro do agregado social, quem pela primeira vez lançou a ideia da igualdade das classes, para o que se empreendeu uma guerra secular, iniciada com a rebelião do semilendário Menénio Agripa e concluída, seis séculos depois, com o estabelecimento do Império. Mas extintos os velhos preconceitos que separavam Patrícios de Plebeus, a verdade é que os Imperadores foram, pelos séculos fora, criando lentamente uma nova casta que, muitas vezes, tinha a riqueza como único fundamento.

A subversão política e social consecutiva à queda do Império Romano no século V da nossa era, se pôs fim ao poder usufruído por essa casta de privilegiados, não pôs termo à ideia do privilégio, que se arrogaram os conquistadores, dos chefes dos quais procedeu a nova nobreza turbulenta, de cujas lutas, desordens, desvarios, crueldade, sensualidade desenfreada e ambição desmedida vão ser testemunhas pávidas os dez séculos da Idade Média, e de que deixam entrever alguns aspectos odiosos quando não revoltantes, os nossos *Livros de Linhagens*. Tudo isso serviu para enraizar a

noção de Nobreza, constituindo o substrato de «casta», cuja essência resistiu aos séculos e ainda hoje perdura.

Numa época convulsa e de espantosa subversão, como foram os cinco primeiros séculos consecutivos à queda de Roma, em que houve inegàvelmente um retrocesso profundo da Civilização, o poder da Força que dera o domínio aos invasores radicou nos espíritos a noção de que os detentores dessa força é que eram dignos de comandar e, por extensão, de todos os direitos e de todas as prerrogativas. Os vencidos, como mais fracos por não possuírem a força, eram seus inferiores, degenerados, cuja única função deveria limitar-se a servir (1). Foi este o pensamento dominante em toda a Idade Média; daí todos os movimentos insurreccionais que em várias épocas ensanguentaram o ocidente europeu, como essa terrível *Jacquerie*, fermento lançado à terra e que, germinando, levaria à Revolução Francesa.

O advento da Burguesia veio introduzir nesse pensamento algumas modificações, retomando, talvez sem o saber, a velha ideia dos privilegiados do Império Romano e mesmo de Atenas na sua época áurea; não era já uma casta baseada em preconceitos de origem, mas tão-sòmente na realidade palpável da riqueza. A nova nobreza, que trocou o brilho de complicados brasões pelo mais compreensível do ouro, nem por isso se mostrou menos exigente no apego ao privilégio, substituindo o antigo poder das armas pelo do dinheiro, considerado desde aí a verdadeira força de quantos aspiravam ao domínio dos homens. Desta forma, o preconceito de casta, fundado numa suposta diversidade de sangue — o chamado «sangue azul» — aliou-se, como expressão de domínio e da superioridade que dá o Poder, ao poderio que a riqueza sempre tornou possível e ainda hoje leva os pobres mortais a curvarem mais depressa a espinha diante dos argentários do que em frente dos herdeiros dos grandes nomes do passado.

Como quer que seja, a noção de «casta nobre» tem perdurado pelos séculos fora e parece não ser fácil destruir-lhe a irracionalidade, a despeito dos botes certeiros que tantos lhe têm vibrado, tantas vezes partidos das suas próprias fileiras. Tem havido, é certo, alguns nobres de inteligência clara que, convictos da inanidade da ideia de Nobreza, ou abandonaram os

---

(1) Exemplo flagrante é o que nos oferece a conquista da Inglaterra pelos Normandos, cujo duque Guilherme, alçado a rei, expoliou os vencidos anglo-saxões para doar as terras aos seus companheiros de luta, dos quais procede a *vieille roche* de além-Mancha.

seus privilégios (2), ou não usaram os títulos a que os seus antepassados se julgavam com pleno direito, como esse singular Henri de Rochefort, o grande mosqueteiro da pena e panfletário republicano, adversário implacável do II Império francês. Mas são excepções, que, como todas as excepções, só servem para confirmar a regra: *le loup mourra dans sa peau*. Só por acaso um nobre, ou um «fidalgo» (e já o termo é duma eloquência impressionante, derivado como é da aglutinação de *filho de algo*, isto é de «alguém», quer dizer «gente»...), pode desprezar a sua condição, ou, ao menos, não tirar dela motivos para se impor aos semelhantes, ou seja a todos os homens, convicto de que o valor de qualquer pessoa só pode aquilatar-se pelos conhecimentos ou pelos sentimentos dessa pessoa, independentemente dos laços que a possam unir a gerações privilegiadas no passado. Em geral, ainda hoje um nobre se orgulha dos antepassados — o que é compreensível e aceitável — e, mais do que isso, da sua própria condição — o que já aparece menos compreensível e aceitável. E porque assim é, talvez em época nenhuma anterior à nossa pululassem tantas obras genealógicas e de Heráldica, tão intimamente ligadas pelo fio do preconceito.

Se as genealogias podem, em certos casos, servir a História, que nelas muitas vezes encontra a explicação de factos pessoais, como auxiliar da biografia, a verdade é que grande parte delas serve apenas para alimento de meras vaidades, sem qualquer fundamento nos nossos tempos, a despeito do preconceito moderno, ainda enraizado, do valor e do poder da Riqueza. Porque, com todos os seus erros de visão, a Revolução Francesa constituiu, efectivamente, a machadada decisiva no velho tronco do Preconceito, embora fosse obra da Burguesia que, com ela, ascendeu definitivamente ao Poder, ambicionado durante séculos. Mas apesar de tudo foi ela quem, igualizando todos os homens perante a Lei, criou a noção, ainda hoje imperfeitamente assimilada, de que cada homem vale pelo que é e não pelo que os seus antepassados foram, verdade que teve o seu corolário bem evidente na carreira assombrosa de alguns desses soldados obscuros do Ano II que, poucos anos andados, percorriam a Europa chamarrados de ouro e, infantilmente, vieram a aceitar títulos de nobreza concedidos por um também obscuro capitão de artilharia alçado a Imperador dos Franceses... Tão fortemente arraigado se encontrava ainda o velho preconceito de nobreza! Nenhum desses homens aspirava a ser deputado por Vila-Clara, mas ambi-

(2) Como se fez, pela primeira vez e de modo impressionante, na célebre noite de 4 de Agosto de 1789.

cionava antes o título que o Fidalgo da Torre viria nobremente a recusar. Que lhes importava terem esmagado os inimigos da França em Essling, em Rivoli, em Montebello, no Moscova ou algures mais? Todo o interesse o punham em serem duques de Valmy, de Rivoli, de Montebello ou de Auerstadt, príncipes do Moscova ou de Eckmühl, pavoneando-se com imponência e arrogância toda marcial pelos corredores e pelos salões das Tulherias, nos escassos intervalos de duas campanhas. Não preferiu o ilustre Camilo, ao seu nome ilustre, para sempre gravado nas páginas da nossa literatura, o outro quase corriqueiro de Visconde de Correia Botelho, que só os estudiosos sabem ter ele usado? Não procurou ele mesmo, esforçadamente, fazer desaparecer a sua mais que modesta origem, para descer ao ponto de encarregar um genealogista sem probidade de lhe traçar o *pedigree*? Não se afadigou o «divino» Garrett em fazer esquecer o seu plebeu apelido de Leitão, para se agarrar vorazmente ao nome que o celebrizou por ser o de um hipotético antepassado irlandês nobre? E não se esforçou por conseguir um título, «aviscondalhando-se» como qualquer «brasileiro» rico e pé-de-boi? Dir-se-á que foi uma fraqueza de grandes homens. Talvez, mas assim mesmo a ideia traduz esse arraigamento do preconceito, a que atrás se fez referência.

Digam o que disserem os defensores da ideia de Nobreza (alguns de origem bem modesta, mas parece que saudosos dum tempo em que seus avós se curvavam todo o dia sobre a gleba ingrata para alimentar o castelão a que pertenciam de direito), por muito que se esforcem na justificação da sua existência, cremos bem que no século passado começou a sua desagregação que o século actual acelerou. Se algum escol pode admitir-se (e somos de opinião que sim), esse só pode ser o que deriva duma clara e sã inteligência posta ao serviço do Homem, dum carácter justo e sem mancha. «Nobre», na acepção profunda do termo, só pode ser o que «nobremente» se esforça pelo progresso moral dos homens, que têm todos os mesmos direitos a participar por igual das benesses que a Vida proporciona. O contrário, por antinatural, portanto antihumano, tem de rejeitar-se *in limine*.

★

Todo este longo exórdio, cujas ideias, apesar de não serem novas, merecem repetidas, teve a sua origem no decurso da leitura de obra recente (¹),

(¹) Escrito há cerca de 4 anos, este artigo, por razões alheias à vontade do autor, só agora pôde ser publicado.

de sumptuosa apresentação gráfica, que deve constituir fonte de satisfação inexaurível para quantos se comprazem nessa adoração dos antepassados: LE SANG DE LOUIS XIV (1). São seus autores cinco bem conhecidos genealogistas, cujas obras têm larga cotação entre os especialistas ou simples estudiosos, pela sua probidade incontestada e pela seriedade com que se dedicam a uma «*science antique, vénérable mais toujours jeune*», nas palavras do Prefácio que antecede a obra (pág. 9): os franceses Hubert Cuny e barão Hervé Pinoteau, o espanhol Alberto de Mestas, o polaco Simon Konarski e, *the last but not the least*, o português Dr. Domingos de Araújo Affonso, bem conhecido entre nós como autor de numerosos trabalhos de genealogia, entre que avulta *O Livro de Ouro da Nobreza*. A probidade dos AA. é garantia da veracidade das conclusões a que chegaram através de investigações demoradas e, em certos casos, difíceis, que só podem ignorar ou até menosprezar os que jamais tiveram de se perder em buscas documentais à procura de dados que muitas vezes escapam ao «faro» do mais esperto, e outras mais levam o desânimo ao espírito dos que não têm a têmpera do investigador.

A Genealogia foi, noutros tempos, cultivada por serventuários de reis, de príncipes e de nobres desejosos de entroncarem as famílias, tantas vezes obscuras, em árvores de frondes majestosas e reluzentes de honrarias, o que levou os lisonjeiros à distorsão da verdade, complicando o trabalho honesto dos vindouros que, em muitos casos, tiveram mais dificuldade em destecer a teia emaranhada de mentiras do que em alcançar a verdade, por muito erradia que esta se mostrasse (2). Casos á em que essa verdade se torna impossível descobri-la por terem desaparecido, adrede ou casualmente, os documentos comprovativos, restando apenas o testemunho duvidoso dos genealogistas falsificadores. Se até houve, como revelou esse genealogista probo que foi o Dr. José de Sousa Machado, quem rasgasse termos de nascimento do próprio registo paroquial, para depois os publicar falsificados sem possibilidade de rastreio... E que dizer desses genealogistas fantasistas que se entretiveram a tecer ao grande Camilo uma

---

(1) 2 vols. Braga, 1961, 1962

(2) No nosso mais antigo tratado de Genealogia, o chamado *Livro Velho I*, começa o autor anónimo por explicar as razões do livro «Por saberem os homens fidalgos de Portugal da qual linhagem uem (...) e per saberem como som parentes», justificando-se com acrescentar que também era para evitar os casamentos consanguíneos, contra as leis da Igreja, o que, aliás, foi mantido pelos tempos fora, sabendo-se que «fidalgos» casavam com «fidalgos», jamais descendo a procurar consorte entre as gentes consideradas de baixa extracção, ideia ainda hoje perfilhada por muitos.

árvore de costado que fazia entroncar os plebeíssimos «Brocas» não sabemos já em que remoto rei, para gáudio do escritor, que, a despeito do seu fraco pela fidalguia, foi o primeiro a escarnecer da lisonja?...

Por tudo isto, a Genealogia, embora «*science antique, vénérable*», ainda hoje é considerada com reserva, quando não suspicácia, por aqueles que, desprovidos de todo e qualquer preconceito, encaram os factos com a frieza peculiar aos investigadores e não aceitam senão a verdade devidamente comprovada e pesada.

Revertendo ao livro em apreço, é nosso dever, por imposição duma norma intelectual rígida que nos impusemos desde verdes anos e temos procurado manter pela vida fora (*amicus Plato sed magis amica Veritas...*), salientar que, se por um lado, nos causa satisfação dar à honestidade dos AA. o merecido realce, felicitando-os por uma obra doravante fundamental para o estudo do *pedigree* de quantos vêem no Rei Sol o luminar em que vai entroncar a família a que pertencem e de que se orgulham, por outro lado cremos que muitas das ideias expendidas carecem de fundamento ou, pelo menos, exigem interpretação menos radical, digamos mesmo facciosa do que a que lhes imprimiram. Porque *Le Sang de Louis XIV* não é seca obra de Genealogia, em que se diga que F. teve tantos descendentes, que casaram com X, Y, Z, etc., dando esses casamentos origem a tais famílias, cujos actuais representantes são A, B, C, etc. Os AA. afastam-se da norma geral destes trabalhos, ministrando os elementos essenciais da biografia de muitos dos indivíduos, particularmente de reis e príncipes, tudo muitas vezes completado com notas de fim de página ou no final do I volume, indicando ainda numerosas obras de referência nos passos devidos.

Mais do que uma obra simplesmente genealógica é um verdadeiro livro de história, a que, em certos casos, se tornará necessário recorrer para fundamentar factos biográficos ou justificar datas duvidosas. A probidade dos AA. é garantia da genuinidade das fontes. Mas que dizer das opiniões delas relevantes, das ilacções que daí tiraram, das interpretações que lhes deram? *That is the question.*

Sabemos que ao barão Hervé Pinoteau pertence a larga introdução à Casa de França, como lhe pertencem os dados genealógicos da mesma, do ramo de Orleães, da família Murat e da de Napoleão Bonaparte. Se o não soubéssemos de fonte limpa, o seu estilo inconfundível denunciá-lo-ia. Estribamo-nos, portanto, em boas bases para que não possa julgar-se que os reparos adiante feitos envolvem todos os AA., embora, convenhamos, sobre eles recaia uma quota-parte da responsabilidade nas opiniões emitidas.

Comecemos pelo Prefácio, onde (pág. 9) se faz a justificação da escolha do título da obra:

> «*Pourquoi Louis XIV? Pourquoi son sang? Tout bonnement parce qu'avec ce roi, la monarchie française capétienne et la monarchie tout court, atteignirent leur point d'apothéose*» (loc. cit).

Que possa considerar-se *point d'apothéose* da monarquia francesa capetíngia o reinado de Luís XIV, não parece haver quem se incline a contestá-lo. Nenhum rei francês, antes ou depois, se mostrou mais cioso das suas prerrogativas reais e do poder que lhes é inerente, do que o filho de Luís XIII. O seu orgulho não teve antes ou depois quem o excedesse. A culpa tiveram-na, em primeiro lugar, os *frondeurs*, por igual ciosos de direitos seculares, quando na menoridade do rei procuraram abalar para o derrubar o trono já consolidado pela energia impiedosa de Richelieu; a dura lição da Fronda calou fundo no espírito da criança que então era o rei; de tal lição resultou toda a sua futura política de centralização do poder real. Tiveram-na depois os lisonjeiros que, até à morte do monarca, outra coisa não fizeram além de lhe atribuir todas as vitórias dos seus ilustres generais, Condé, Turenne, Villars, Catinat, Vauban, pouco tendo faltado para que nele encabeçassem a autoria de *Athalie*, das *Femmes Savantes*, da *Art Poétique* ou mesmo dos *Sermões* do bispo Bossuet... A lisonja pode muito, mais ainda do que a força da inteligência, junto dos que se deixam levar nas asas duma vaidade ridícula ou balofa. À lisonja se deveu a maior parte do brilho que ainda hoje se atribui ao reinado do monarca das «dragonadas», que ao morrer deixou a França exausta e o povo dos campos na miséria, em muitos pontos a mais negra, e de ordem tal que, como escreveu o insuspeito Saint-Simon, o povo deu «graças a Deus por uma libertação» que lhe parecia providencial, tão longos e tão duros haviam sido os últimos anos do rei.

Não nos parece lícito, porém, afirmar que fosse com ele que «*la monarchie tout court*» também atingisse o seu «*point d'apothéose*». A ilusão provém, se bem vemos, do defeito muito europeu, muito ocidental, de considerar-se o mundo e a sua história através do prisma da Europa, como se esta fosse um microcosmo ou o somatório de todas as civilizações passadas. Nunca na Europa o poder pessoal dos reis, mesmo sob os czares antes de Pedro I, sob Filipe II ou sob Luís XIV, foi tão grande, diremos melhor tão ilimitado como na China tártara, na Índia dos Mogóis ou no Japão dos

Xoguns, para não nos referirmos ao poder inenarràvelmente discricionário dos reis da Assíria, dos Nabonidas, dos Faraós e, mais perto de nós no tempo, ao dos Sultões da Turquia até ao século XIX. Mesmo em matéria de esplendor e de riqueza, faz bem fraca figura o senhor de Versalhes ao lado do Nabucodonosor II restaurador da fabulosa Babilónia, do Rameses II da imponente Tebas ou dos imperadores chineses da fulgurante Pequim. Quando e onde ostentou o Rei Sol mais deslumbrantes riquezas do que Cleópatra quando veio ao encontro de Marco António para o seduzir? Para que lugar ínfimo deveriam relegar-se as maravilhas de Versalhes se fosse possível reconstituir em todo o seu esplendor o maravilhoso palácio de Nero (esse Luís XIV da Antiguidade clássica) pelas descrições que dele chegaram até nós?

Se a «*monarchie tout court*» algum dia e algures atingiu o tal «*point d'apothéose*», nunca foi em França, mas quiçá no Egipto faraónico em que aos reis não os apelidavam de «sóis» porque eles eram o próprio Sol, Ammon Rhâ. Por muito orgulhoso que Luís XIV fosse (e foi-o), por muito cioso que se sentisse de ser rei (e sentiu-se), jamais poderia ter pensado que o pudessem considerar um deus como se consideravam esses reis das assombrosas dinastias egípcias, cujas obras grandiosas ainda hoje, arruinadas como estão, nos esmagam com a sua majestade. O absolutismo estreito dos reis da Europa, a partir do Renascimento, não é mais do que uma pálida tentativa de regresso ao poder dos imperadores de Roma, tentativa que falhou, por um lado pela acção da Igreja Católica, que não admite poder superior ao de Deus, embora favorecesse pelos séculos fora o poderio dos monarcas que se confessassem seus filhos fiéis; pelo outro pela consciência que os povos iam adquirindo de que são eles quem deve escolher os que os governem, por ser deles que deve dimanar o poder político, fora portanto de todas as teorias mais ou menos especiosas de absolutismo real baseado numa suposta concessão do poder de Deus aos monarcas. São Tomás, tantas vezes invocado adrede, não escreveu que o Poder dos reis vinha de Deus, mas simplesmente que «*nulla potestas nisi a Deo*», poder que pode muito bem encabeçar-se nos povos como o demonstraram os Germanos (tão louvados por Tácito) e o confirmaram os barões ingleses quando arrancaram a *Magna Charta* a João Sem Terra.

Ilusão, fagueira embora para o A., é a de supor que Luís XIV «*fut reconnu de son temps comme le premier roi du monde*» (pág. 10). Não teria sido o seu tempo mas ele próprio, na sua imensa vaidade (que com a idade requintou), quem o reconheceu como tal, até porque no século anterior vivera quem reinara sobre mais dilatados domínios e quem possuía

uma das mais brilhantes, senão a mais brilhante corte do seu tempo: Carlos V. O brilho ao reinado daquele monarca inchado deram-lho, não o complicado ceremonial de que se fez rodear (dum ridículo que ainda hoje causa espanto era, por exemplo, o *lever du roi*) para se alçar aonde, de outro modo, não chegaria, não as vitórias alcançadas por ilustres generais, é certo, mas ao serviço da ambição mais desmarcada do rei, mas homens como Molière, Racine, Cornelle, Bossuet, Fénelon, Boileau, Pascal, Bourdalue, Poussin, La Bruyère, La Fontaine, Descartes, e mulheres como a Marquesa de Sévignée, constelação brilhantíssima de cujo fulgor Luís XIV se aproveitou em benefício próprio, resplendor de latão a reflectir os raios desses luminares que lhe embelezaram o longo reinado. Esses é que foram verdadeiros tesouros, que lhe não pertenceram porque pertencem à França e, também, à Humanidade. São imperecíveis e nada, senão a subversão do mundo, pode destruí-los.

No seu panegírico exaltado de Luís XIV (que mais parece, à parte o estilo, um excerto de qualquer jornalista ultra da *Bannière Blanche*), o A. vai de crescendo em crescendo elevando-se no entusiasmo até cair no inconcebível de afirmar que «*les ennemis de la France sont les ennemis du Christ* (...) *qui apparaissant à Sainte Marguerite-Marie, allait jusqu'à dire de Louis XIV qu'il était le fils aîné de son cœur*!» (loc. cit.).

Respeitamos todas as crenças na sua espiritualidade e na força anímica que impele o Homem a uma ascese que esteja nos antípodas da animalidade ancestral. Igualmente nos merecem todo o respeito aqueles que na crença buscam, tantas vezes com desespero, um ponto de apoio, uma âncora, que os salve dum negativismo desolador e lhes estruture a vida que, de outro modo, se tornaria um abismo de desolação quando não de ignomínia. Pessoalmente, se não podemos partilhar a opinião grosseira dos que na religião vêem um «freio» (*sic*!) do povo ignorante, temos a convicção de que se não houver em toda a ideia religiosa uma base ética e, portanto, formativa, ela deformar-se-á e recairá ou no formalismo duma liturgia que é apenas festa para os olhos, ou na grosseira superstição, ainda hoje latente nos recessos do inconsciente dos homens, até de tantos que blasonam de cultos.

Pelo que o A. escreveu e transcrevemos, concluímos (e supomos não errar) que ele não distingue claramente os limites que separam a religião cristã, tão pura na sua essência, da vulgar superstição crendeira, crendo, não dizemos já nas visões de Santa Margarida Maria, mas que o próprio Cristo tivesse afirmado à Santa que Luís XIV, o homem do edito de Nantes, das «dragonadas», das guerras de desmarcada ambição, das inú-

meras favoritas que enchiam os corredores de Versalhes e do Louvre com o seu orgulho de reais amásias, quando não era com as suas intrigas de baixa estofa, o homem do perjúrio que empurrou a Espanha para a guerra da Devolução e ordenou o ermamento do Palatinado, fosse, na verdade, «*le fils aîné de son* [de Cristo] *cœur*!» O ponto de admiração é do A., mas nós perfilhamo-lo perfeitamente, embora por razões diferentes e óbvias.

Não podemos acompanhar o A. no seu constante panegírico *outré* dum rei que, demonstram-no os factos irrefutàvelmente, só quis o engrandecimento da França para maior glória da sua pessoa, de tão desmesurado orgulho que, à semelhança dos Faraós remotos, tomou o Sol como símbolo pessoal, «*se voulant ce qu'il restera à jamais dans l'esprit de ses sujets et de tous les hommes le ROI SOLEIL*» (loc. cit.) — Sol com numerosas manchas e que, ao extinguir-se, não o fez entre uma apoteose de cor, mas antes no meio de pesadas nuvens de tormenta que iriam rebentar com fragor no fim do século sobre a cabeça do pobre trineto.

Temos acentuado o legitimismo acendrado do A. que, nos meados do nosso século, defende as ideias dos Ultras da Restauração, com o mesmo espírito *bigot* e a mesma intransigência que no seu tempo usavam os redactores da *Bannière Blanche* e os jovens elegantes que rodeavam o Conde de Artois. Lendo-o é-se levado a crer que a Casa de França (a legítima, entenda-se, porque o A. distingue) é a herdeira de direito de todos os reinos da Cristandade. Não escreve ele, quase em êxtase, que o império de Carlos V, após a morte do último Áustria

> «*revenait à la maison de France, héritière naturelle de la si prestigieuse couronne de saint Ferdinand III, et de toutes ces belles couronnes qui étaient l'honneur de l'Europe, le signe d'une infatigable reconquête sur l'islam*»? (pág. 12).

Os factos históricos são o que são e, embora possa pesar ao historiador, há que aceitá-los tal como se desenrolaram. Não impede, isto, porém que o sociólogo e o pensador se curvem sobre eles para daí tirarem lição edificante para os homens, embora, é certo, seja estafado lugar comum dizer que as lições da História jamais aproveitaram aos povos ou aos seus mentores.

No caso vertente, a subida dos Burbões ao trono espanhol, estão patentes os efeitos da doutrina ainda vigente no século XVIII, de que os reis podiam dispor dos destinos dos povos em seu benefício deles, reis, ou das dinastias de que procediam. Não fora em vão que o carrasco queimara

na praça da Grève em Paris o famoso tratado *De Rege et Regis institutione* do jesuíta espanhol P.e Mariana, enquanto o não menos famoso Dr. Azpilcueta proclamara altivamente que «*el reino no es del Rey sino de la comunidad*». Mas no resto da Europa eram ainda tímidas as vozes protestatárias de doutrina tão ominosa, sendo a Inglaterra (já então Grã-Bretanha) o único país cujos naturais haviam altivamente proclamado o direito de disporem dos seus próprios destinos contra as ambições e as prepotências dos monarcas. Por isso pôde o triste farrapo humano de Carlos II legar o trono (que o mesmo era que toda a Espanha) ao neto de Luís XIV, que reinaria com o nome de Filipe V e daria origem à dinastia burbónica espanhola deposta em 1931. *Il n'y a plus de Pyrénées,* terio dito o orgulhoso Rei Sol ao apresentar o neto aos cortesões após a morte de Carlos II. *Aún hay Pirenéos,* bradariam os que sentiam estuar nas veias o fremente sangue espanhol, ansioso de liberdade.

Mas os conluios dinásticos, que arrastaram a França, a Alemanha, a Grã-Bretanha, a Espanha e Portugal para a triste e cruenta guerra da Sucessão, acabariam por levar ao reconhecimento da realeza de Filipe V e permitiriam que um dia reinassem esses monarcas que foram Fernando VI, Carlos IV, Fernando VII e Isabel II (e seu consorte), cuja época (cerca de um século) constituiu uma das mais vergonhosas na história do país vizinho.

O A., porém, atento mais ao «direito divino» dos reis do que à realidade humana das suas pessoas, entende que a subida dos Burbões ao trono espanhol trouxe à Espanha e à Europa ocidental anos felizes (a despeito das guerras em que o país teve de participar):

> «*Heureuses décades,* escreve embevecido, *que celles des rois Louis XV, Charles III et Ferdinand IV! Temps où la France n'est pas envahie, où la monarchie bourbonienne règne paisiblement à Madrid et à Naples, où Parme est définitivement une petite court d'influence française et où est signé le grand 'pacte de famille' qui consacre l'unité de la maison capétienne. Temps où les parlements seront détruits en France, et où ce pays prendra une belle revanche sur la Grande-Bretagne*» (loc. cit.).

Poder-se-á em mais palavras fazer melhor elogio do absolutismo real? Porque não esqueçamos que o século XVIII foi o século áureo do «despotismo iluminado», com Luís XV em França, Carlos III em Espanha, José II

na Áustria, Frederico II na Prússia, Catarina II na Rússia e D. José I em Portugal, para não falar nesses pequeninos monarcas de pequeninos Estados, onde procuravam macaquear, tardiamente, os esplendores de Versalhes e as magnificências do Rei Sol. *Heureuses décades*, na verdade, em que a Justiça estava ao serviço dos reis, cujos ministros ou validos faziam a lei sem para nada quererem saber da vontade dos povos... *Heureuses décades*, sim, em que a sociedade se corrompeu até à medula sob a vaga impetuosa de luxúria que golfava do *boudoir* das favoritas do Luís, *le Bien Aimé*, e levava por essa Europa além o seu bafo corrupto e crestador. *Heureuses décades*, realmente, em que à miséria cada vez maior dos tristes súbditos correspondia a miséria moral dos reis e dos nobres, procurando estes subservientemente imitar, se não ultrapassar, os exemplos de devassidão dos seus monarcas. *Heureuses décades* em que na verdade *la France n'est pas envahie* porque tomava ela, quer dizer o seu rei, a iniciativa de invadir os Estados vizinhos, aonde levava a destruição, a ruína e a morte, como aconteceu no Palatinado, cujo ermamento está na origem remota do velho ódio da Prússia à França e gerou, à distância de século e meio, a guerra franco-prussiana de 1870, por sua vez na origem das duas Grandes Guerras deste século. *Heureuses décades*, é certo, aquelas em que viveram Luís XV, Catarina II, Maria Luísa, Maria Carolina, D. João V...

Certos pensadores modernos, de espírito reaccionário, têm-se esforçado por demonstrar que na apreciação dos actos dum monarca são os públicos que devem interessar o historiador, nada importando os do homem, sejam eles de que natureza forem. Quer dizer: há que ver em cada rei duas personalidades diferentes, não se concebendo que os seus actos particulares possam influir ou desvirtuar os seus actos públicos. Tal ideia parece-nos especiosa.

Um rei, governe ele como governaram os de França ou reine simplesmente como têm reinado os de Inglaterra desde 1688, é sempre a personificação viva do Estado. Pelas elevadas funções que desempenha, para ele convergem os olhares de nacionais e estrangeiros cujo juízo se formará de acordo com o procedimento total do monarca (1). Podem os casuistas pensar ou defender o contrário: a verdade é que os povos vêem o seu rei através do que sabem da vida particular e raras vezes através da actuação pública. Não temos visto recentemente a atitude de certo sector da imprensa

(1) Já nos fins do século XVII, escrevia o nosso esquecido Frei Jacinto de Deus: «O Príncipe é espelho, em que todos olham», repetindo um passo de Séneca (*Braquilogia de Príncipes*, Lisboa, MCMXLVI, pág. 22).

inglesa censurar sem ambages actos de pessoas da família da rainha Isabel II, considerados menos próprios de pessoas reais, no receio das repercussões que possam ter entre o povo? Podemos discordar da atitude dessa imprensa por entendermos que cada qual é senhor de fazer o que melhor lhe parece num país livre como a Inglaterra. Mas estes factos afiguram-se-nos suficientemente significativos e comprovativos do que antes afirmámos.

De certo modo, a figura do Rei entre os súbditos pode comparar-se à do Pai na família. Sobre um e outro impendem deveres mais altos e mais nobres, que lhes deve impor a consciência e deles exigem súbditos e filhos: os que relevam da acção formativa. Que importa, de facto, que certo chefe de família seja administrador sensato do património familiar, se diàriamente dá aos filhos o triste exemplo do seu desregramento moral? Onde irá ele encontrar a força bastante para poder modelar os caracteres daqueles a quem deu o ser e disso não têm culpa?

Que autoridade podem ter os reis, senão a que repousa na força e, às vezes, na Polícia de Estado, para se imporem aos súbditos, quando aqueles oferecem aos olhos de todo o mundo o espectáculo da sua devassidão? Que importa que uma Pompadour fosse protectora desvelada de escritores e artistas? Isso não faz esquecer a sua condição de amante *en titre* do rei que, na infância, pudera respirar o ar corrupto e corruptor da regência do Duque de Orleãs, assim se preparando (?) para a sua missão de monarca do povo talvez mais sensato da Europa.

Todo este prefácio — aliás admiràvelmente escrito em linguagem que, por vezes, na sua pureza contrasta singularmente com a dos plumitivos que persistem em desvirtuar a clássica clareza da língua admirável em que escreveu Chateaubriand — visa, como temos acentuado, à exaltação de Luís XIV e da sua descendência e, do mesmo passo, a manifestar um desprezo evidente por aqueles que ignoram o seu *pedigree*, mais preocupados com o dia-a-dia presente e com o preparar o futuro dos filhos do que em louvar-se nos antepassados e nas honrarias que sobre eles choveram. Com efeito, ao longo destes dois grossos volumes, estadeia-se a numerosíssima descendência desse rei, não só a legítima como também (e honra seja feita aos AA. não o escondendo) a que proveio de ligações ocasionais e comprovadas, tarefa difícil, como salienta o A. do prefácio, porque

> «*par de curieux mariages, des descendants sont dispersés à travers le monde entier, impossibles à approcher, ou pire, ne voulant pas répon-*

dre aux questions. Certains, il faut le dire, sont retournés au 'néant du peuple', comme le dirait M. le duc de Saint-Simon en ses Mémoires: *éternelle leçon des ascensions et des chutes des lignées»* (pág. 13).

Ao ler estas palavras, não pudemos deixar de associá-las por contraste e com um sorriso, às que ainda recentemente lêramos em curioso estudo do académico Jean Guitton dedicado a Joana d'Arc, que, como se sabe, alguns têm querido considerar de linhagem nobre, quiçá real: «*La noblesse existe dans toutes les conditions et souvent elle déserte les aristocraties de nom pour revenir au peuple, d'où elle a été tirée*». Ao mesmo tempo ocorreu-nos a conhecida quadra do clássico ao dirigir-se a D. João III:

É, senhor, grande trabalho
Escrever das gerações,
Pois podem cheirar ao alho
Ricos-homens e infanções...

Não temos pessoalmente ilusões quanto às chamadas «virtudes» do povo, tão exaltadas a partir de Rousseau e dos seus discípulos, e hoje por muitos daqueles que só o conhecem pelo que leram em livros nem sempre exactos e jamais conviveram com as camadas populares, que totalmente ignoram. Tampouco as alimentamos quanto às da nobreza, *et pour cause*! Nobreza só uma nos parece admissível, repetimos: a do carácter esmaltado por uma tolerância para com a fraqueza dos que erram por ignorância e caem por egoísmo dos homens. Títulos, veneras, honrarias, tudo isso não passa de fantasias com que os homens se entretêm e em que se louvam para se darem a ilusão duma superioridade sobre os demais quando não têm a consciência ou a certeza da própria superioridade. Os que algum dia, não por mero passatempo e desfastio, mas com o intuito de penetrar fundo no espírito desse homem amargo que foi Jonathan Swift, leram a viagem a Lilliput nas *Gulliver's Travels*, conhecem bem o capítulo em que o sarcástico irlandês chasqueia de títulos e veneras, de que se usava e abusava na corte da rainha Ana... e, também, na de S. M. El-Rei de Lilliput. Ali encontra-se bem patente o negativo desse velho cliché que tem servido há tantos séculos e representa ideia tão fundamente arraigada que, a despeito da fobia marxista por tudo quanto represente desigualdade social, tem feito carreira na... U. R. S. S., onde os generais nos aparecem medalhados com tanta profusão como qualquer campião olímpico em dia de parada. Os Herculanos

e os Flauberts que se negam a aceitar condecorações são, de facto, ainda hoje raríssimos, reconhecêmo-lo com tristeza.

Lamenta o A. os tempos de hoje (*laudator temporis acti...*) em que «*le Monsieur est devenu commun à tous*» tal como entre nós o «Ex.^{mo} Snr.» pode atribuir-se até ao indivíduo considerado mais baixo na escala social. Já nos fins do século XVIII em Portugal o faceto Abade de Jazente também lamentava que tudo tivesse encarecido menos a «Senhoria». O que nos parece digno de lamentar-se é que ainda hoje se usem palavras vazias de sentido (tão banalizadas se tornaram) para antepor ao nome de qualquer cidadão, sobrevivência duma era triste em que os homens se compartimentavam em classes quase estanques, distribuindo-se a consideração de acordo com aquela a que qualquer indivíduo pertencesse, independentemente do carácter que o exornasse e das qualidades que o impusessem. Acaso Platão se teria sentido diminuído por lhe chamarem simplesmente «Platão», ou Séneca desdenharia dos que o apelidassem sòmente pelo chamadouro? Em Roma, todavia, parece ter nascido esta persistente moda de apelativos exaltadores até certa altura reservados apenas aos deuses. Que se apelidasse o tonitruante Júpiter de *Optimo Maximo*, era um deus, temido, admitia-se. Mas que a subserviência rastejante dum Senado de rafeiros apensasse o nome de «Augusto» ao do ambicioso Octaviano César, ou que o filho de Agripina exigisse lhe chamassem «divino», isso apenas prova até que ponto pode descer o homem quando resvala no caminho da ignomínia, nunca para demonstrar a superioridade *de facto* dos dominadores ou o direito que lhes assiste de serem exaltados pelos outros homens.

Tudo o que atrás fica exposto e todas as reservas e restrições que fizemos reporta-se apenas às ideias expendidas no Prefácio desta obra; longe teríamos de ir se tivéssemos a pretensão de salientar todas as nossas discordâncias com pontos de vista dos AA., ou se quiséssemos localizar todos os passos em que nos parece necessária reserva na aceitação global do que na obra se escreveu.

Respigamos apenas alguns desses passos que julgamos menos conformes com a razão. Não somos genealogista, embora não possamos negar o valor da Genealogia como ciência (?) auxiliar da História. Mas sabemos por experiência própria e dever de ofício quais as dificuldades que eriçam o caminho dos que pretendem, por razões de estudo, estabelecer o quadro da ascendência de tal ou tal personagem. Sabemos também que há certos limites além dos quais não é permitido passar por carência de provas ou incerteza documental.

Ora o A. da introdução à Casa de França esforça-se, duma maneira

que cremos excessiva, por ligar a família Capetíngia (de que um dia saiu Luís XIV) aos Merovíngios ou Merovingianos que teriam a sua origem nesse bárbaro Merowig ou Meroveu, chefe dos Francos invasores e devastadores da Gália. A descendência deste chefe desvanece-se quando no horizonte surgem os Carolíngios com Pepino de Héristal. Muito duvidosas são, portanto, ao que cremos, as ligações a que o A. se refere a pág. 22, como as da pág. imediata, que ele esmalta, aliás, dum «*très probable, on peut penser, sans doute*» e quejandas, o que implica, julgamos, muita reserva quanto às conclusões. Nesse longo período em que a barbárie e as barbaridades campearam infrenes e a que os historiadores ingleses, exactamente pela incerteza que a rodeia, chamam *the Dark Age*, o mais prudente é não avançar, ou fazê-lo com as devidas cautelas, porque a cada passo surgem hiatos ou soluções de continuidade, a embaraçarem todo o trabalho do investigador. Assim, não nos parece que, mesmo considerando a ascendência do Rei Sol com os olhos do A., a memória do monarca ficasse menos prestigiada se a sua origem remontasse a Hugo Capeto, pura e simplesmente. Ascendência directa e rastreável até Meroveu, via Carolíngios, é coisa muito para pôr em dúvida, quando não negar sem mais rodeios. De resto, convenhamos, tal ascendência é rastreável, em grande parte, pela via feminina — «*par les femmes, mais cela comptait à défaut de mâles*» (pág. 23) — contra o que podemos chamar o direito geral da sucessão durante a Idade Média (aliás o direito feudal admitia-a por via feminina) e em oporsição ainda à impròpriamente chamada «lei sálica», que excluía as mulheres do trono francês.

Toda esta introdução, pode dizer-se, merece mais do que um reparo pelas ideias que o A. expende, respeitáveis, sem dúvida, por sinceramente perfilhadas, mas sujeitas à discussão por tê-las tornado públicas. Na nossa época, depois da formidável clarificação mental do século passado, consequência por sua vez, da acção saneadora da *Enciclopédia* e do «Iluminismo», em que se gerou o clima que a tornou possível, na nossa época, íamos dizendo, causa surpresa que ainda possa publicar-se uma obra desta envergadura em que se aluda com seriedade à origem celeste da «sagração» dos reis de França e se fale no «*aspect quasi-miraculeux*» e nos «*faits surnaturels*» que procederam o nascimento de Luís XIV e, com a mesma seriedade, se aceite que Jesus Cristo tivesse assegurado à já citada Santa Margarida Maria, que tal nascimento se devera à «*dévotion aux mérites de ma sainte enfance*» (pág. 63). Isto seria admissível e aceitável, mesmo aos olhos dos agnósticos, em devocionário para uso das Filhas de Maria; reveste foros de insólito numa obra histórica, apresentada com a serie-

dade que desde o início os AA. mostram querer imprimir-lhe. Fazer história recorrendo ao maravilhoso para exaltar as figuras que algum dia ocuparam no tablado lugares de relevo, ou foram, em dado momento, senhores dos destinos de povos, é sistema que há muito se relegou para plano remoto, mesmo quando tais figuras sejam as de santos ou confessores. Os homens, repetimos, valem pelo que são e não pelo que outrem lhes atribua para os sublimar. Os factos históricos fundamentam-se em provas documentais, devendo estas, ainda assim, ser fidedignas e não criadas adrede. Desde que falta o documento e o facto não possa concluir-se por inferência indirecta de outro, deve, pelo menos, pôr-se em dúvida. Foi essa a grande lição que nos legou Herculano quando se resolveu a escrever a história de Portugal expungindo-a de todo o maravilhoso com que a crendice medieval ou a subserviência de cronistas menos probos a havia semeado. É essa a lição que deve seguir todo aquele que procura servir a sua pátria com dignidade e com verdade.

No entanto, e por muito paradoxal que isto se afigure (sendo até motivo de surpresa para o leitor desprevenido), este escritor legitimista, da estirpe dos Ultras da Restauração (1), não se coíbe de apontar deslizes e faltas a algumas pessoas reais, com todas as letras e com mal velada indignação.

Assim, a pág. 78 encontra-se um dos mais formidáveis requisitórios que conhecemos contra a rainha Maria Antonieta, a quem chama «*enfant mal élevée, hautaine, dépensière, accumulant bêtises et légèretés*», salientando que «*elle n'aimait pas le roi*» e «*se refusa à lui longtemps*», sendo necessário que o irmão, José II, viesse propositadamente a França, incógnito, para «*la gronder sévèrement et rendre courage au roi, qui n'était pas affligé d'une infirmité comme on le dit trop souvent*». Fouquier-Tinville não deve ter sido tão incisivo durante o julgamento da «Viúva Capeto»... Não deixa, no entanto, o A. de salientar, com justiça, que o fim da rainha «*fut très digne* (...) *montrant une belle fermeté au terme d'une vie désordonnée sur bien des plans*» (pág. 79).

O que depreendemos desta acumulação de censuras à filha da sensata Maria Teresa, que um dia se sentou no trono de França, é que o A. quis estabelecer um contraste nítido entre a leviana rapariga, que aos 15 anos

---

(1) Acentuemos que, no entanto, o A. não deixa de lamentar que «*les ultras, s'attachant trop souvent à des formes forcément périmées sans voir le fond du problème, ne surent pas s'organiser et vaincre avec des chefs authentiquement contre-révolutionnaires*» (pág. 87, nota 92).

incompletos casaram com o delfim, que toda a corte considerava um pobre de espírito, e o rei que em todos os actos da sua vida demonstrou à saciedade carecer das qualidades mais elementares para governar um Estado como a França, sobretudo na época terrível em que reinou e em que se começavam a colher os tristes frutos que Luís XIV e Luís XV antes dele haviam semeado.

Outra opinião do A. que causará mais do que surpresa, espanto, é a de escrever que o Conde da Provença, futuro Luís XVIII, «*fut dévoré d'ambition*» e que «*laissa insulter ses proches*» (pág. 83), concluindo por chamar-lhe «*roi pédant*» (pág. 85), apesar de ter sido *S. M. T. C. Louis XVIII roi de France et de Navarre*... Depois disto já não nos espanta que acuse o futuro Carlos X, então apenas Conde de Artois, de perturbar com «*son activité brouillonne la politique de son roi*» (pág. 87). Ainda menos surpresa poderá causar que registe o nascimento prematuro da princesa Luísa Isabel, filha do Duque de Berry e de sua mulher, a irrequieta Maria Carolina das Duas Sicílias, parto sobrevindo «*à la suite d'un indigestion de pastèques de son auguste mère*!» (pág. 91). Não são fantasias do A., é certo, mas se saíssem da pena dum historiador das esquerdas, todos os antigos *camelots du Roi* lhe cairiam em cima acusando-o, pelo menos, de faccioso...

★

Temos forçosamente de concluir esta exposição já longa, embora muito mais houvesse que anotar no corpo destes dois grossos volumes que, apesar de tudo, são, repetimos, verdadeiro monumento genealógico dentro da vastíssima bibliografia afim. Ao concluírem o prefácio, pedem os AA. que se lhes indiquem todas as correcções a fazer, entendendo que o «*essentiel sera de nous prouver que nous avons pu errer*» (pág. 15).

Não temos a pretensão de corrigir seja quem for; achamos porém do nosso dever chamar a atenção para certas afirmações que nos pareceram ousadas ou têm de ser sujeitas a mais madura reflexão. Seria para desejar que da obra expungissem todas as expressões que nada adiantam para o fim a que ela visa, podendo ainda considerar-se, nos tristes tempos que vivemos, meras demonstrações de facciosismo político ou religioso, longe portanto do equilíbrio e da serenidade que devem estruturar toda a obra de História.

Se é verdade que tantas são as ideias quantas as cabeças, tornando-se impossível conduzir todos os homens a pensar do mesmo modo (e seria isso aceitável ou sequer defensável, quando na base de todo o verdadeiro

progresso ideológico se encontra a crítica e o debate?), estamos certos de que não pecaria esta obra por menos equilíbrio em muitas das suas conclusões, tão certo é que, hoje como há 2 000 anos, *est modus in rebus*. Serenidade de julgamento das ideias e dos homens e equilíbrio na sua expressão formal é o de que o mundo carece para que finalmente possa vir a reinar a paz nos espíritos sem o que a paz *tout court* será mero sofisma.

Ecos das Actas do Congresso Histórico de Portugal Medievo

Tendo-se verificado que o discurso do Ex.mo Sr. Prof. Eng.º Leite Pinto, ao tempo Ministro da Educação Nacional, saiu com gralhas que deturpavam um pouco o sentido das palavras de S. Ex.ª, resolveu esta Revista publicá-lo novamente, pela alta consideração que lhe merece tão ilustre Professor.

C. M. DE BRAGA
ARQUIVO
MUNICIPAL

Discurso do Prof. Eng.º Leite Pinto, Ministro da Educação Nacional, na Sessão de Encerramento do Congresso

«O Congresso de Portugal Medievo acaba de ser brilhantemente encerrado com a bela lição do Prof. Dr. Marcelo Caetano. Na sua pessoa saúdo e felicito todos os congressistas que souberam trazer tão útil contribuição ao estudo de uma época que bem merecia na verdade ser melhor conhecida. Aos promotores do Congresso não posso deixar de dizer que melhor não poderiam ter escolhido o local desta reunião. De facto nenhuma cidade do País tem maiores títulos para sede de um congresso de História medieval, porquanto foi Braga durante toda a alta Idade Média o mais poderoso foco da cultura peninsular na faixa atlântica.

Tem-se dito que o termo de Idade Média foi dado depreciativamente pelos homens do humanismo de quinhentos e seiscentos ao período, para eles sombrio, que decorreu desde a Antiguidade à *sua* Idade Moderna, a essa Idade evocadora das luzes gregas e latinas que se teriam obscurecido durante alguns séculos. Mas, sejam quais forem os critérios para determinar esses séculos e fixar os limites desta longa época da História do Ocidente europeu, talvez possamos afirmar que as culturas medievais nasceram de culturas romanizadas às quais a Igreja e alguns «bárbaros do norte» deram estruturas diferentes, mas com características comuns.

Tem-se escrito que para os humanistas do século XVI os dez ou doze séculos que haviam precedido a época dos grandes descobrimentos constituíam uma prolongada crise na vida da Europa. Assim para esses escritores toda a alta Idade-Média representava o estertor de um mundo brilhante que lhes parecia ter sido o Império Romano unificado e a baixa Idade Média, era a aurora anunciadora da Idade Moderna.

Os historiadores de hoje sabem porém que qualquer época é um instante da marcha do tempo e que, se um presente se pode explicar por um passado, não existe nenhum passado que se possa compreender sem comparação com um presente. A História é evolução continuada.

Existia é certo uma civilização romana, geogràficamente situada em redor de um lago através do qual circulavam ideias e bens.

Essa civilização una diferenciara-se em duas, uma virada para o Oriente, firmada em burgos prósperos e defendida por uma diplomacia hábil, a outra constrangida a uma economia rural, sofrendo os embates de sucessivas emigrações e invasões de povos vindos do norte.

A cissura dos Impérios do Oriente e do Ocidente levara o poder da Roma ocidental a dividir-se por uma poalha de reizetes e generais estrangeiros, instituindo em todo o Ocidente um regime de insegurança onde as revoluções sociais, as destruições e a desordem dos espíritos não permitiam a troca de ideias ou o trabalho em comum, sem os quais uma cultura se não pode manter.

À insegurança nas terras seguiu-se a insegurança do «mare nostrum», nas margens do qual se sucediam ràpidamente potestades políticas anárquicas.

O abandono do Mediterrâneo como via normal de comunicabilidade das terras do mundo romano do Ocidente quase se tornará definitivo com as invasões muçulmanas, e desta forma se acentuará o corte com Bizâncio e se valorizarão as terras do norte da Europa em relação às do Sul, mais romanizadas.

Esta preponderância do norte sobre o sul levará alguns séculos a impor-se. Nas Espanhas, onde as civilidades romanas estavam mais vincadas, vieram fixar-se os suevos e os visigodos, mais romanizados do que quaisquer outros germanos. Talvez por isso foram menos profundas na Península as modificações governativas, calcadas sobre os hábitos da Germânia, que levaram ao feudalismo. O que não impediu, porém, que mesmo aquém Pirineus o individualismo germânico substituísse a ideia de Estado pelo lealismo a determinados chefes. Esta realidade havia de marcar a estrutura política de toda a Idade-Média e aqui em Braga, como em toda a Galiza, deixa profundos reflexos no monaquismo de S. Frutuoso, quando os monges se entregam por pacto ao poder do abade.

Na terra onde nasceu Paulo Orósio e que foi capital dos suevos torna-se corrente a ideia de substituir a *Romania* imperial por uma *Gothia* una, através da fidelidade a um poder pessoal *dado por Deus para sua glória.*

E essa ideia optimista da unidade cristã será eminentemente medieval.

As ambições e as vaidades dos homens, o amor à terra onde se nasceu levaram porém a escrever bem diferentes páginas de História!

Bem efémera será a unidade política dos Espanhas sob um rei visigodo

mas Braga, com os seus santos, bispos e monges, sera sempre, até à onda avassaladora dos berberes, farol da cultura medieval.

E quando dealbava o século XII, com sangrentas guerras civis e ferozes revoltas comunais, com pactos desajustados e refeitos ao sabor de amizades e de ódios, Braga aparece pré-portuguesa com uma lista de prelados eminentes a apoiar o Conde borgonhês e o seu filho.

São cinquenta anos turvos mas famosos, durante os quais a Galiza se esforça por se prolongar em Portugal e o individualismo medieval nos faz nascer ao sul do Minho.

Os dois papas de Cluny, Urraca e Teresa, Afonso Raimundes e Afonso Henriques, os Trabas, os Monterrosos, os Laras, os Sueiros Mendes, os Egas Moniz aparecem-nos agigantados personagens de uma luta em que se vêem envolvidas duas mitras. A esse grande bispo que foi Diego Gelmírez, antepomos os bracarenses que foram de S. Geraldo a João Peculiar. Aos desígnios imperialistas de Afonso VII, tanto ao gosto da *Gothia* una, antepomos uma poalha de condados inchados em reinos. E Braga sempre é o centro donde irradia a coesão de Portugal medieval.

Para essa luz brilhante, que a augusta cidade irradiou nos longínquos séculos da Idade-Média, se voltou durante alguns dias um grupo escolhido de historiadores. E com eles esteve, embevecida na contemplação de uma ascendência, que sobremaneira a honra, a população bracarense.

Mas não se deixa ficar inactiva ofuscada pela luz que os séculos não apagam. Antes, virada uns momentos para o passado, recebeu forte incentivo para o presente e preparar sòlidamente o futuro.

Sempre una nas mais profundas características nacionais e religiosas, Braga triplica-se pelas três fases do tempo: para que a admiremos nos anos de que a História se apossou; para que a louvemos na época que decorre; para que desde já a exaltemos na História que há-de escrever.

ÍNDICE

do volume XX

Sumário do Fascículo 43-44 (55-56)

JANEIRO-DEZEMBRO DE 1966

Dr. Francisco de Araújo Malheiro	A Redacção	3
D. Diogo de Sousa e o Introdutor do Humanismo em Portugal	Américo da Costa Ramalho	6
Los Arias de Galicia y sus relaciones familiares con Fernando II de Léon y Alfonso I de Portugal	M. Rubén Garcia Alvarez	25
Os estudos clássicos e a Santa Sé	José Geraldes Freire	42
Aquela Casa dos Biscainhos	Conde d'Aurora	69
Da verdadeira origem de algumas familias ilustres de Braga e seu termo	Domingos de Araújo Affonso	78
João Penha — Anti-«Metrificador do Ai!»	Cruz Malpique	117
Ovídio — o primeiro poeta Romeno	Victor Buescu	135
As Muralhas de Faro e o significado da entrada de D. Afonso III na «Vila-Adentro»	Mariana A. Machado Santos	147
Inventário de materiais para a arqueologia bracarense	J. J. Rigaud de Sousa	165
Gabinete de Leitura — Realidade Histórica e Fantasia	A. Álvaro Dória	179
Ecos das Actas do Congresso Histórico de Portugal Medievo	A Redacção	200
Discurso do Prof. Eng.o Leite Pinto, Ministro da Educação Nacional, na Sessão de Encerramento do Congresso	A Redacção	203

A REVISTA «BRACARA AUGUSTA»

A Câmara Municipal de Braga, desde 1935, vem editando, como seu órgão cultural, uma publicação de carácter arquivístico e erudito que com o presente tomo (2 fascículos) alcança já 56 números, repartidos em 20 volumes.

A primeira série, de 1935 a 1945 (fascículos 1 a 11) sob a direcção de J. Constantino Ribeiro Coelho, com o título de **Boletim do Arquivo Municipal.**

A segunda série, 1949 (fascículos 12 e 13) já na presidência de António Maria Santos da Cunha, e enquadrada num vasto programa de política cultural, — sob a direcção do Dr. Sérgio da Silva Pinto e de J. Constantino Ribeiro Coelho, — com a denominação de **Braga — Boletim do Arquivo Municipal.**

Estas duas séries formam o 1.º volume do órgão cultural camarário.

A terceira série é constituída pela Revista Cultural **Bracara Augusta,** hoje sob a direcção do Dr. Egídio Amorim Xavier de Sousa Guimarães, Dr. Sérgio Augusto da Silva Pinto e de J. Constantino Ribeiro Coelho.

De **Bracara Augusta,** com o presente número ficam publicados 20 volumes, ou sejam: — o II, o III, o IV, o V, o VI-VII, o VIII, o IX-X, o XI-XII, o XIII, o XIV-XV, XVI-XVII, o XVIII-XIX e o XX do órgão cultural camarário. — Os coleccionadores que porventura só puderam obter os volumes do órgão cultural camarário, a partir do II volume, podem considerar a sua colecção completa em relação à Revista **Bracara Augusta.**

CAPAS PARA «BRACARA AUGUSTA»

Para encadernar a Revista «Bracara Augusta» há capas próprias, de percalina, ou de carneira, que podem ser pedidas à *Livraria Cruz, Rua D. Diogo de Sousa, Braga.*

A fim de não diminuir o valor bibliográfico da colecção, recomendamos aos possuidores da «Bracara Augusta» que, sempre que a façam encadernar, dêem instruções aos artífices para conservarem as capas originais de papel, reunindo-as por ordem no final do volume, ou de outro modo que prefiram. A falta deste elemento cerceia o valor bibliográfico das colecções.

PEDE-SE PERMUTA

REVISTAS DE CULTURA PUBLICADAS EM BRAGA:

Alma — Revista de Espiritualidade Franciscana.
Bracara Augusta — Revista de História e Regionalismo.
Itinerarium — Revista de Cultura.
Quatro Ventos — Revista Lusíada de Arte e de Literatura.
Revista Portuguesa de Filosofia — Revista da Faculdade de Filosofia de Braga.
Scientia Ivridica — Revista Portuguesa e Brasileira, órgão da Associação Jurídica de Braga.
Teologia — Revista de Estudos Eclesiásticos.